



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

JOÃO BATISTA DO CARMO SILVA

UNIVERSIDADE E TRABALHO: UMA ANÁLISE DAS PESQUISAS DE PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE TRABALHO NA UFPA

BELÉM – PA

2016

JOÃO BATISTA DO CARMO SILVA

UNIVERSIDADE E TRABALHO: UMA ANÁLISE DAS PESQUISAS DE PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE TRABALHO NA UFPA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Pará (UFPA), na Linha de Pesquisa Políticas Públicas Educacionais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação, sob a orientação do Prof. Dr. Ronaldo Marcos de Lima Araújo.

BELÉM – PA

2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFPA

Silva, João Batista do Carmo, 1979-

Universidade e trabalho: uma análise das pesquisas de pós-graduação sobre trabalho na UFPA / João Batista do Carmo Silva. - 2016.

Orientador: Ronaldo Marcos de Lima Araújo.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2016.

1. Ensino superior e Estado - Belém (PA). 2. Educação para o trabalho - Belém (PA) - Pesquisa. 3. Universidade Federal do Pará - Pós-graduação. 4. Trabalho - Belém (PA). 5. Trabalhadores - Educação - Belém (PA). I. Título.

CDD 22. ed. 379.8115

UNIVERSIDADE E TRABALHO: UMA ANÁLISE DAS PESQUISAS DE PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE TRABALHO NA UFPA

por

JOÃO BATISTA DO CARMO SILVA

Tese submetida à avaliação,
como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Marcos de Lima Araújo
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Avaliador Externo: Prof. Dr. Domingos Leite Lima Filho
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

Avaliador Externo: Prof. Dr. Fernando Selmar Rocha Fidalgo
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Avaliador Interno: Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Avaliadora Interna: Profa. Dr. Ney Cristina Monteiro de Oliveira
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Avaliadora Interna: Profa. Dr. Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos (Suplente)
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Aprovado: _____

Belém, ____ de _____ 2016.

“Aos meus filhos, Felipe e Igor,
e à minha esposa Be”.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, MARIA NAZARÉ, ao meu pai, MANOEL, e às minhas irmãs, MARCIANE e SOLANGE, pelo amor, carinho, compreensão e apoio incondicional em todos os momentos da minha vida.

Aos meus filhos, JOÃO FELIPE e IGOR que, mesmo sem saberem, fornecem a energia que me move todas as manhãs em busca de um mundo melhor para todos nós.

À mulher da minha vida, BENILDA, por inaugurar em mim uma nova forma de ver o mundo, por me ensinar a fazer do nosso amor o combustível da vida e pela colaboração na construção desse trabalho.

Aos meus tios, FERNANDO, pelo abrigo no momento mais difícil, ao AFONSO e ao “FERNANDINHO”, pela ajuda e pela força quando mais precisei.

À minha Avó “Moça”, pelo carinho, e ao meu Avô “Velho Zinho” (*in memoriam*), por ter “plantado”, em nossa família, o sonho de uma vida melhor, por meio do estudo, do trabalho e da luta.

Aos meus sogros BENEDITO e HILDA, pela recepção na família “Miranda Veloso” e pela ajuda durante a realização deste trabalho.

Ao Professor Doutor Ronaldo Marcos de Lima Araújo o meu fraterno agradecimento, pelas orientações, pela colaboração imprescindível na construção deste trabalho e, principalmente, pela oportunidade da convivência e aprendizado no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação (GEPTE), onde complementei a minha formação.

Ao Professor Doutor Gilmar Pereira da Silva, pela sua história de luta em defesa de uma Universidade Pública e cada vez mais presente no interior do Estado, assim como pelas contribuições para a construção desta pesquisa no Exame de Qualificação.

Ao Professor Doutor Domingos Leite Lima Filho que, com sua leitura crítica no Exame de Qualificação, ofereceu caminhos para o aprofundamento da análise e finalização da pesquisa.

Aos membros do GEPTE, especialmente aos professores Ronaldo, Gilmar, Doriedson e aos colegas Frederico, Michelle e Gean. A equipe do PIBID (2012-2013), a equipe do PNEM (2014-2015) e, também, aos meus orientandos de TCC Marcia, Rosineide, Elyel, Barbara e Eloar. Aos meus colegas da jornada de Doutorado Alcidema, Riane, Érbio, Ana Paula, João Paulo, Élido, Suelen, Egídio e Ana Maria.

Aos meus amigos da Graduação Fabrício, Júnior, Carla, Míriam, Marcus e Maurício (*in memoriam*), ao meu primo e compadre Valter, pela longa amizade, respeito e profunda admiração. Sempre aprendi muito com essa galera!

À Coordenação e a Faculdade de Educação do *Campus* Universitário de Cametá, pelo apoio e liberação das minhas atividades docentes para realização desta pesquisa de Doutorado.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPA, pelas leituras críticas e incentivo para continuar a caminhada.

A todos os PROFESSORES, AMIGOS E COLEGAS que, de todas as formas possíveis, me ajudaram nessa caminhada.

A DEUS! Meu conforto espiritual, quando a vida fica plena, feliz e leve, mas também quando ela fica lacunar, difícil e pesada!

OBRIGADO (...) !!!

“Num novo contexto de relações entre vida e cultura, entre trabalho intelectual e trabalho industrial, as academias deveriam se tornar a organização cultural (de sistematização, expansão e criação intelectual) daqueles elementos que, após a escola unitária, passarão para o trabalho profissional, bem como um terreno de encontro entre estes e os universitários”.

Gramsci

RESUMO

Nesta tese investiga-se a relação entre universidade e trabalho, com o objetivo de compreender quais são as concepções de trabalho que fundamentam as pesquisas de pós-graduação, realizadas na Universidade Federal do Pará (UFPA), com base nas produções acadêmicas apresentadas sob as formas de teses e dissertações. Também são analisadas as contribuições da UFPA, frente ao trabalho, considerando as diferentes e antitéticas perspectivas colocadas para a relação entre universidade e trabalho. Quanto à metodologia, trata-se de pesquisa qualitativa do tipo documental, cujos dados foram analisados tendo como referência a Análise do Conteúdo. Com a revisão da literatura e a análise documental foi possível constatar que a construção da universidade brasileira é recente e controversa e que, por meio da produção de ciência e tecnologia e da formação dos profissionais exigidos por essa sociedade, a universidade se apresenta como fundamental para o desenvolvimento do país. Foram analisadas quarenta e seis dissertações e dezenove teses dos Programas de Pós-Graduação em Educação, em Ciências Sociais e em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da UFPA, cujos resultados demonstram que a universidade brasileira assume, hegemonicamente, uma concepção heterônoma, apesar de existirem algumas experiências de construção de modelos institucionais fundamentados em concepções centradas no trabalho como princípio educativo e na formação de trabalhadores para o enfrentamento do capital. Essa condição antitética se manifesta nas pesquisas realizadas na UFPA. Conclui-se que a maioria das pesquisas concebe o trabalho como fundamento da humanização do homem ou como princípio educativo, embasado na teoria marxista, mas algumas ainda refletem a dualidade entre trabalho e educação, construída pela lógica do capital, aproximando-se da teoria liberal.

Palavras-chave: Trabalho. Educação. Universidade. Pesquisa.

ABSTRACT

This thesis investigates the relationship between university and work, and it aims to understand which are the working concepts underlying the research graduate, held at the Universidade Federal do Pará (UFPA), based on the academic productions presented in forms of theses and dissertations. It also analyzes the contributions of the University forward to work, and consider the different perspectives and antithetical to put the relationship between university and work. This thesis uses the methodology of qualitative research document type, and the data were guided by the Content Analysis. The literature review and document analysis have contributed to building understanding of the Brazilian university, whose process is recent and controversial and is related to the production of science and technology and also the training of professionals, a demand that society, so the university has as fundamental to the development of the country. Forty-six dissertations and nineteen theses of “Programa de Pós-Graduação em Educação”, “Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais” and “Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido” of UFPA were analyzed and the results demonstrate that the Brazilian university assumes a heteronomous and hegemonic conception, although there is some experiences building institutional models based on conceptions centered on work as an educational principle, and training workers to face the capital. This antithetical condition is manifested in research at the UFPA. The conclusion is that most research conceives work as the foundation of humanization of man or as an educational principle, based on Marxist theory, but some still reflect clearly the duality between work and education, guided by the logic of capital and very close to the theory liberal.

Keywords: Work. Education. University. Research.

RÉSUMÉ

Cette thèse étudie les rapports entre l'université et le travail, pour comprendre quels sont les concepts sous-jacents de travail qui guident les recherches du cycle postgrade tenue à l'Universidade Federal do Pará (UFPA), sur la base des productions académiques présentées dans formes de thèses et mémoires. Il analyse également les contributions de l'université face au travail, et d'examiner les différents points de vue et l'antithèse de mettre la relation entre l'université et le travail. Cette thèse utilise la méthodologie de recherche qualitative du type documentaire, et les données ont été guidés par l'Analyse de contenu. L'analyse bibliographique de la littérature scientifique et de l'analyse des documents ont contribué à renforcer la compréhension de l'université brésilienne, dont le processus est récente et controversée et est liée à la production de la science et de la technologie ainsi pour la formation des professionnels, une demande de la société, de sorte que l'université devient fondamentale pour le développement du pays. Quarante-six dissertations et dix-neuf thèses de "Programa de Pós-Graduação em Educação", "Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais" de l'UFPA ont été analysés et les résultats démontrent que l'université brésilienne suppose une conception hétéronome et hégémonique, bien qu'il y ait certaines expériences la construction de modèles institutionnels fondés sur des conceptions centrées sur le travail comme un principe éducatif et la formation des travailleurs pour faire face à la capitale. Cette condition antithétiques se manifeste dans la recherche à l'UFPA. Bref, la plupart des recherches conçoit le travail comme le fondement de l'humanisation de l'homme ou comme un principe éducatif, basé sur la théorie marxiste, mais certains reflètent encore clairement la dualité entre le travail et l'éducation, guidé par la logique du capital et très proche de la théorie libérale.

Mots-clés: Travail. Éducation. Université. Recherche.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPEd	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BM	Banco Mundial
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CRUB	Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
CUT	Central Única dos Trabalhadores
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
FBB	Fundação Banco do Brasil
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSM	Fórum Social Mundial
GEPE	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação
ICCO	Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento
ICED	Instituto de Ciências da Educação
IFCH	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
IFET	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MTUR	Ministério do Turismo
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NETE	Núcleo de Estudos Trabalho & Educação – UFMG
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG's	Organizações Não Governamentais
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PPGCS	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
PPGSA	Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia
PPGED	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPGSTU	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido
SEBRAE	Serviço de Apoio às Micro e Pequena Empresas
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNIBB	Universidade Corporativa Banco do Brasil
UNIPOP	Universidade Popular
UNISOL Brasil	União e Solidariedade das Cooperativas de Empreendimentos de Economia Social do Brasil
UNIVALE	Universidade Vale do Rio Doce
UPMS	Universidade Popular dos Movimentos Sociais
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 OBJETO E PROBLEMA DA PESQUISA.....	15
2 JUSTIFICATIVA.....	18
3 OBJETIVOS.....	20
3.1 GERAL.....	20
3.2 ESPECÍFICOS.....	21
4 PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	21
5 ESTRUTURA GERAL DA TESE.....	27
CAPÍTULO 1: UNIVERSIDADE E O MUNDO DO TRABALHO: as diferentes perspectivas de análise da dualidade capitalista.....	28
1.1 A CONCEPÇÃO DE TRABALHO NAS TEORIAS LIBERAIS.....	31
1.1.1 A teoria liberal e a função do mercado na sociedade: Adam Smith.....	31
1.1.2 A teoria neoliberal a preponderância do capital sobre o trabalho: Milton Friedman.....	35
1.1.3 A teoria do capital humano e a ideia de "capital educacional": Theodore William Schultz.....	38
1.2 A CONCEPÇÃO DE TRABALHO NAS TEORIAS MARXISTAS.....	41
1.2.1 A teoria marxista do trabalho como princípio histórico e ontológico: Karl Marx.....	41
1.2.2 A teoria marxista do trabalho como princípio educativo: Antônio Gramsci.....	43
1.3 A UNIVERSIDADE E O MUNDO DO TRABALHO NO BRASIL.....	49
1.4 TRABALHO E EDUCAÇÃO: diferentes perspectivas de análise da função social da universidade na formação do trabalhador.....	55
CAPÍTULO 2: UNIVERSIDADE E TRABALHO: o trabalho e suas relações com as diferentes concepções de universidade.....	59
2.1 A CONCEPÇÃO NAPOLEÔNICA DE UNIVERSIDADE: o primeiro modelo clássico de universidade.....	59
2.2 A CONCEPÇÃO HUMBOLDTIANA DE UNIVERSIDADE: a pesquisa como função social da universidade.....	62
2.3 A CONCEPÇÃO DE UNIVERSIDADE RESULTANTE DA REVOLTA DE CÓRDOBA: o caso da reforma da universidade na América Latina.....	66
2.4 A CONCEPÇÃO DE UNIVERSIDADE SUBJACENTE À CRIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES DO TRABALHO: reflexões sobre uma experiência fracassada no Brasil.....	68
2.5 A CONCEPÇÃO DE UNIVERSIDADE RESULTANTE DO “PACTO DE BOLONHA”: uma análise do processo de intensificação do trabalho na universidade.....	71
2.6 A CONCEPÇÃO DE UNIVERSIDADE DA UNITRABALHO: uma rede de universidade abordando a relação universidade e trabalho.....	74

CAPÍTULO 3: UNIVERSIDADE, TRABALHO E PESQUISA: desvelando as estratégias de aproximação e distanciamento entre a universidade e o mundo do trabalho.....	80
3.1 ORIGEM DA UNIVERSIDADE NO BRASIL: universidade temporã, crítica e reformada.....	82
3.2 CONCEPÇÕES DE UNIVERSIDADE E A MATERIALIDADE DE MODELOS INSTITUCIONAIS DA UNIVERSIDADE NO BRASIL.....	90
3.3.1 Universidades públicas federais.....	91
3.3.2 Universidade corporativa.....	95
3.3.3 Universidade tecnológica.....	99
3.3.4 Universidade do movimento social.....	106
3.3 A UNIVERSIDADE HETERÔNOMA: ou em busca de um conceito de universidade.....	111
CAPÍTULO 4: A UFPA FRENTE AO TRABALHO: uma análise das pesquisas sobre trabalho e educação na Universidade Federal do Pará.....	119
4.1 AS PESQUISAS NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS: onde estão as pesquisas sobre trabalho e educação na UFPA?.....	120
4.2 AS CONCEPÇÕES DE “TRABALHO” NAS TESES E DISSERTAÇÕES DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA E EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO DA UFPA.....	124
4.3 AS CONCEPÇÕES DE “EDUCAÇÃO” NAS TESES E DISSERTAÇÕES DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA E EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO DA UFPA.....	155
4.4 AS ABORDAGENS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS DAS PESQUISAS DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA E EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO DA UFPA.....	168
4.5 AS CONTRIBUIÇÕES DA UNIVERSIDADE FRENTE AO TRABALHO, REVELADA NAS PESQUISAS ACADÊMICAS.....	198
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	208
REFERÊNCIAS.....	216
APÊNDICES.....	232
APÊNDICE A – Quadro de Dissertações e Teses – PPGED.....	232
APÊNDICE B – Quadro de Dissertações e Teses – PPGSA.....	237
APÊNDICE C – Quadro de Dissertações e Teses – PPGDSTU.....	240
APÊNDICE D – Quadro de Dissertações – PPGSS.....	242
APÊNDICE E – Quadro de Dissertações – PPGE.....	245
APÊNDICE F – Quadro de Dissertações – PPGD.....	246
APÊNDICE G – Lista de grupos de pesquisa sobre trabalho e educação no Brasil.....	248

INTRODUÇÃO

Nesta Tese investiga-se a relação da universidade frente ao trabalho, com o objetivo de analisar as pesquisas, desenvolvidas em Programas de Pós-Graduação sobre trabalho, realizadas na Universidade Federal do Pará (UFPA), a fim de compreender as suas concepções de trabalho e educação e os seus fundamentos teóricos e metodológicos, considerando, especialmente, as suas produções acadêmicas apresentadas nas Teses e Dissertações.

Nesta seção apresenta-se o processo da pesquisa, ou seja, o tema, o objeto, a justificativa, a problematização, os referenciais teórico-metodológicos, os instrumentos de coleta e análise dos dados, a descrição e análise desses dados, assim como a estrutura geral da tese.

1 OBJETO E PROBLEMA DA PESQUISA

Os primeiros estudos sobre a formação do trabalhador e sobre a história dos trabalhadores não nasceram nas universidades. Hobsbawm (2000) mostra que a origem dos estudos sobre a “[...] história operária é por tradição um tema altamente politizado, e durante muito tempo foi feita em grande parte fora das universidades”. Essa situação resulta da dificuldade de acesso dos trabalhadores à universidade e a dificuldade de acesso ao saber científico. A metamorfose constante que viveu e ainda vive a universidade, nos últimos anos, possibilitou a realização de diversas pesquisas sobre o trabalhador, sobre a formação do trabalhador, enfim, sobre a história dos trabalhadores. Isso ocorre, também, pela inserção de referenciais teóricos e metodológicos críticos nas pesquisas sobre trabalho e educação nas universidades.

As contribuições da universidade na formação de profissionais para o mundo do trabalho e na produção de conhecimento erguem-se como elemento fundamental nessa discussão sobre trabalho e educação. Segundo Marx (1982), o trabalho constitui-se como uma atividade exclusivamente humana, fundamental para o processo de humanização do homem. Desse modo,

[...] Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma

apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato fortuito. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é mister a vontade adequada que se manifesta através da atenção durante todo o curso do trabalho. E isto é tanto mais necessário quanto menos se sinta o trabalhador atraído pelo conteúdo e pelo método de execução de sua tarefa, que lhe oferece, por isso, menos possibilidade de fruir da aplicação das suas próprias forças físicas e espirituais. (MARX, 1982, p. 212).

Nesse sentido, a atividade teleológica plasmada sobre o processo de trabalho diferencia o trabalho humano da atividade de todas as outras espécies. Subjacente a essa característica teleológica, estrutura-se uma profunda articulação entre ideia e ação, entre o abstrato e o concreto, entre o pensado e o realizado, entre a teoria e a prática, entre o pensar e o fazer, enfim, entre trabalho intelectual e trabalho manual. Ou seja, o que Marx (2008) mostra em sua concepção de trabalho é um processo que existe enquanto ideia e que por meio da atividade do homem sobre a concretude se realiza, torna-se concreto. Por isso, só os homens o realizam, pois só os homens possuem essa capacidade de projetar idealmente algo que queiram realizar e que, posteriormente, realizam. Assim, produz sentidos para as coisas, para a vida e para a sua própria existência.

Entretanto, apesar da divisão do trabalho não ter começado com o capitalismo, sob esse modo de produção, o trabalho ‘sofreu’ profundas mutações decorrentes do seu processo de produção. Centrado na propriedade privada dos meios de produção, o capital ergue-se sobre o trabalhador para exercer a exploração da sua força de trabalho. Por considerar a importância dessa temática, essa discussão será retornada com profundidade no primeiro capítulo, onde se analisa a concepção marxista de trabalho.

Segundo Oliveira (2009), o “binômio técnico-científico” constitui-se como a base do modelo de desenvolvimento do capital. Esse contexto destaca a importância da universidade para o mundo do trabalho, não apenas na perspectiva da formação de profissionais (trabalhadores) que operam na base produtiva da sociedade, mas também na perspectiva da construção de conhecimento científico, a fim de orientar a ação e a reflexão dos homens nessa sociedade. Assim,

[...] qualquer que seja o sistema produtivo em acepção ampla, o lugar da universidade é privilegiado e não haverá esforço para o desenvolvimento econômico que resulte exitoso se a universidade não for o seu motor principal: ou, dizendo em termos marxistas, a força de trabalho da qual se extrai o sobreproduto que realimenta permanentemente a expansão do sistema hoje só pode ser viabilizada pelo binômio técnico-científico. (OLIVEIRA, 2009, p. 12).

Ao destacar a universidade como “motor principal” do “desenvolvimento econômico”, Oliveira (2009) destaca a relevância das contribuições da universidade nesse momento histórico de crise do capital, onde a formação do trabalhador passa, também, por um profundo processo de mudança.

Para Cunha (2007), a universidade é uma “[...] organização administrativa-pedagógica própria do Ensino Superior”. Ou seja, trata-se, conforme já mencionamos, de uma instituição *sui generis* fundamental para o desenvolvimento da sociedade brasileira, tal qual se constituiu em muitos outros países. Uma instituição que se articula diretamente com a dinâmica econômica, social e cultural de qualquer sociedade e, que, portanto, contribui com o processo produtivo por meio da produção de ciência e tecnologia, assim como pela formação do trabalhador.

Em uma sociedade cindida entre capital e trabalho, percebe-se que a universidade vem assumindo, historicamente, funções diferentes e antitéticas¹ diante dessa dualidade. Algumas concepções de universidade se aproximam da perspectiva do capital, que se caracteriza-se por modelos institucionais centrados no ensino, com formação técnica, aligeirada, subjugadas às demandas do mercado de trabalho, conforme é perceptível nas universidades corporativas, sustentadas teoricamente no Liberalismo, enquanto outras se aproximam da perspectiva do trabalho, caracterizada por modelos institucionais que buscam a articulação do ensino, da pesquisa e da extensão, objetivando a formação integral do homem, conforme anunciam as universidades dos movimentos sociais, nutrindo-se na teoria marxista. É possível encontrar na materialidade das funções assumidas pela universidade brasileira ora uma, ora outra perspectiva, ou as duas, inclusive, no interior da mesma instituição.

Por fim, diante da complexa função social de formar – segundo os ditames do capital ou produzir ciência e tecnologias por meio de pesquisas que buscam o enfrentamento dos problemas sociais – a universidade se coloca em um dilema: subjugar-se ou não a lógica do capital. Nesses termos, o problema desta pesquisa se apresenta da seguinte forma: “considerando as antitéticas perspectivas apresentadas para a relação entre universidade e trabalho, questiona-se quais as contribuições da universidade frente ao trabalho, explicitada nas pesquisas realizadas nos Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará?”

¹ Segundo Abbagnano (2000), p. 67 e 958, a palavra vem do alemão, *antithetik* que, segundo Kant, “[...] é um conflito de conhecimentos aparentemente dogmáticos (*thesis cum antithesi*), sem que se atribua a nenhum deles um direito predominante ao assentimento”. Oposição a tética (que afirma).

Com o intuito de tentar compreender como isso vem ocorrendo, foram elaboradas algumas questões norteadoras da pesquisa:

- Qual a concepção de trabalho presente nas concepções de universidade e como essas se manifestam em diferentes modelos institucionais de universidade brasileira?
- Que concepções das categorias “trabalho” e “educação” perpassam as produções teóricas (Teses e Dissertações) dos Programas de Pós-Graduação (em Educação, em Ciências Sociais² e em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) da Universidade Federal do Pará?
- Como se configuram metodologicamente as pesquisas que buscam a compreensão das categorias “trabalho” e “educação” nos Programas de Pós-Graduação (em Educação, em Ciências Sociais e em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) da Universidade Federal do Pará?

2 JUSTIFICATIVA³

O interesse em estudar a universidade e as suas relações com a sociedade de uma maneira geral é anterior ao meu ingresso como discente na UFPA. Entretanto, só agora em pesquisa de doutoramento constituíram-se as condições necessárias para esta pesquisa. Depois de uma experiência acadêmica e profissional como docente e gestor na UFPA, complementada pela formação no Mestrado.

Nesse sentido, acredito que uma problemática de pesquisa deve imbricar-se com a história de vida do pesquisador, de modo que isso se torne um objeto de estudo do qual o pesquisador conhece/vivencia e que agora precisa olhar a partir de um referencial construído com base no acúmulo teórico sobre a temática. Mas, historicamente, nesse país, a academia tem se constituído enquanto um espaço extremamente distante da maioria da população brasileira.

O primeiro nível de distanciamento se dá por meio da dificuldade de acesso e permanência aos cursos de Graduação, resultado, dentre outros fatores, da precariedade das

² O PPGSA foi aprovado pela CAPES no ano de 2002, ainda com o nome de PPGCS, e iniciou as suas atividades no 1º Semestre de 2003, com o funcionamento da primeira turma de Doutorado. O Programa resulta das experiências anteriores nos Mestrados em Antropologia – em funcionamento desde 1994 - e Sociologia – implantado no ano de 1999. Esses dois Mestrados se uniram para formar um só Programa. Ao completar 10 anos em 2013, foi retomada a proposta inicial de nome PPGSA, em substituição ao antigo nome. Disponível em: <http://www.ppgcs.ufpa.br/index.php?option=com_content&view=article&id=47&Itemid=2>. Acesso em: 20 dez. 2015.

³ Para a escrita deste tópico da introdução optou-se pelo uso da primeira pessoa do singular por referir-se a aspectos das vivências e memórias do autor. Mas na sequência do trabalho adota-se a partícula apassivadora “se”, que configura o índice de indeterminação do sujeito.

Escolas de Educação Básica oferecidas à população em geral e, também, do pequeno e decrescente número de vagas disponíveis nas universidades públicas. Outro nível de distanciamento relaciona-se profundamente com o anterior, gerando uma realidade cruel, pois a maioria dos conhecimentos produzidos pela academia sequer são disponibilizados para o povo em geral. Assim, os conhecimentos produzidos na academia não são fertilizados na realidade dura e difícil da cotidianidade de quem mais precisa.

Essa triste realidade educacional, aliada a esse paradigma de produção do conhecimento que dissocia completamente teoria e prática como se fossem dois campos totalmente opostos (que considera a realidade no máximo como um mero *locus* de coleta de dados empíricos, com o qual não se tem nenhum compromisso social ou político), constitui-se em um grande empecilho para a formação humana de nossos jovens. Pois, conforme afirma Andery et al (1988),

[...] A ciência é uma das formas do conhecimento produzido pelo homem no decorrer de sua história. Portanto, a ciência também é determinada pelas necessidades materiais do homem em cada momento histórico, ao mesmo tempo que nelas interfere. Não apenas o homem contemporâneo produz ciência: sociedades remotas a produziram. A ciência caracteriza-se por ser a tentativa do homem entender e explicar racionalmente a natureza, buscando formular leis que, em última instância, permitem a atuação humana. (ANDERY et al, 1988, p. 15-6).

Uma visão analítica da dinâmica econômica e social da nossa região mostra a carência de políticas públicas, principalmente para a área da educação, minimizadas pela presença da universidade que, por meio de suas pesquisas, atividades de ensino e extensão, atua nesse cenário de carências. Não obstante, diferentes governos sucedem-se no poder, ignorando em suas políticas os conhecimentos produzidos pelas universidades.

Por outro lado, os filhos dos trabalhadores, jovens, oriundos das condições econômicas desfavorecidas, veem na universidade uma alternativa para a sua formação científica e profissional, a fim de atuarem na perspectiva de mudança dessa realidade. Por isso, que uma universidade não pode ser considerada democrática ou popular apenas pelas suas políticas de acesso, e sim, principalmente, pela sua concepção diante das necessidades do trabalhador.

Entretanto, tal como em outras instituições da sociedade civil, a universidade também é objeto de disputas. Duelam em seu interior, no legislativo e no executivo, projetos antagônicos de universidade. Nesse sentido, a universidade brasileira, assim como as universidades no mundo inteiro, vivem crises⁴ internas e externas (no que tange aos inúmeros projetos de reformas aprovados pelo legislativo e implementados por governo de matizes

⁴ Boaventura de Sousa Santos (1995) chama de crise de hegemonia, institucional e de legitimidade.

políticas as mais diversas) no seu processo de expansão e consolidação enquanto instituição autônoma às deliberações exógenas.

Faz-se necessário destacar as mudanças e desafios pelos quais a universidade passa nesse contexto de crise do capitalismo, destacando seu desafio em viver essa dualidade, anteriormente citada.

Tal dualidade é gerada pela ruptura entre trabalho e educação, pois ao passo que o trabalho está subjugado aos interesses do capital, os sistemas educativos passam a operar um processo formativo estreito, “interessado” nas necessidades do capital, como diria Gramsci (2000).

Diferente de Offe (1990) pensa-se o trabalho enquanto categoria sociológica central para a compreensão da sociedade e, portanto, das práticas educativas. Daí a existência de inúmeros estudos para compreendê-lo, considerando a peculiaridade desse momento histórico marcado pela crise estrutural do capital (HARVEY, 2011).

Essa visão em conceber o trabalho como princípio educativo corrobora-se nos argumentos de Ciavatta e Trein (2003),

[...] A relação entre o trabalho e a educação é um tema tratado desde o século passado, tanto pela economia política burguesa quanto pela marxista. No Brasil, até os anos de 1970, predominavam os estudos ligados à economia da educação e à formação profissional e técnica. Com a redemocratização do país em curso nos anos de 1980, a tentativa de construção de um novo projeto hegemônico e a afirmação de alguns cursos de pós-graduação em educação rumo a uma visão crítica e dialética, o tema trabalho e educação aparece vinculado à superação do autoritarismo e comprometido com as lutas dos trabalhadores por maior participação política e econômica. (CIAVATTA; TREIN, 2003, p. 141).

Essa argumentação justifica a necessidade deste estudo para aprofundamento e ampliação dos já existentes no bojo de uma temática específica, que é a relação entre universidade e trabalho, carregada das especificidades pela atual crise do capital, pois existe uma postura política em cada estudo que busca explicitar as contradições subjacentes ao projeto educativo subjugado aos interesses do capital.

3 OBJETIVOS

3.1 GERAL

- Analisar as antitéticas perspectivas, apresentadas para a relação entre universidade e trabalho, no que se refere às contribuições da universidade frente ao trabalho, explicitadas nas pesquisas dos Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará.

3.2 ESPECÍFICOS

- Compreender a concepção de trabalho presente nas concepções de universidade e como essas se manifestam em diferentes modelos institucionais de universidade brasileira.
- Investigar as concepções das categorias “trabalho” e “educação” que perpassam as produções teóricas (Teses e Dissertações) dos Programas de Pós-Graduação (em Educação, em Ciências Sociais e em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) da Universidade Federal do Pará.
- Analisar como se configuram metodologicamente as pesquisas que buscam a compreensão das categorias “trabalho” e “educação” nos Programas de Pós-Graduação (em Educação, em Ciências Sociais e em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) da Universidade Federal do Pará.

4 PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Esta pesquisa centra-se na análise da relação entre “universidade” e “trabalho”. Trata-se, entretanto, de analisá-la no interior da complexidade histórica, social e política do capitalismo, conforme estabelece a perspectiva do método Materialista Histórico e Dialético.

Marx (1998), ao tratar das bases do seu método, o “Materialista Histórico e Dialético”, diz que as premissas de que parte não constituem bases arbitrárias, nem dogmas: são antes bases reais de que só são passíveis de abstração no âmbito da imaginação. As nossas premissas são os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de existência, quer se trate daquelas que encontrou já elaboradas quando do seu aparecimento, quer das que ele próprio criou. Essas bases são verificáveis por vias puramente empíricas. A primeira condição de toda a história humana é evidentemente a existência de seres humanos vivos.

Gramsci (2000) complementa essa concepção, afirmando que não há atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual. Não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*.

Essa concepção destaca a perspectiva da *práxis* inerente à produção do conhecimento, segundo o método marxista. Para Vázquez (2007),

[...] É por meio da *práxis* que os homens se constroem enquanto tal. A *práxis* se nos apresenta como atividade material, transformadora e ajustada a

objetivos. Fora dela, fica a atividade teórica que não se materializa, na medida em que é atividade espiritual pura. Mas, por outro lado, não há práxis como atividade puramente material, isto é, sem a produção de finalidades e conhecimentos que caracteriza a atividade teórica. Isso significa que o problema de determinar o que é a práxis requer delimitar mais profundamente as relações entre teoria e prática. (VÁZQUEZ, 2007, p. 208).

Além disso, completa essa discussão afirmando que,

[...] A atividade humana é, portanto, atividade que se orienta conforme a fins, e estes só existem através do homem, como produtos de sua consciência. Toda ação verdadeiramente humana exige certa consciência de um fim, o qual se sujeita ao curso da própria atividade. (VÁZQUEZ, 2007, p.222).

Compreende-se, segundo Paulo Netto (2012), que as categorias de cada pesquisa estão imersas na contraditoriedade do real, por isso, a análise será feita por meio das construções teóricas sobre trabalho, produzidas pela UFPA, a partir das seguintes categorias: trabalho, educação, universidade e pesquisa. Assim,

[...] A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa. E esta reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto. (PAULO NETTO, 2012, p. 07).

Nesse contexto, registra-se a contribuição de Frigotto (2010) sobre as dificuldades de compreensão da sociedade capitalista na sua totalidade. Reforça-se, portanto, a importância da teoria enquanto produto e produtora de pesquisas. Ele diz que,

[...] Mediante a adoção de uma postura positivista e o conseqüente individualismo metodológico, a totalidade do real é assepticamente recortada por fatores isolados (político, econômico, social, ético etc.) que alternam e se somam, ou se relacionam com essas análises, passando a ter uma função fecunda como mecanismo de evadir a verdadeira natureza das relações capitalistas de produção. Além de estabelecerem relações mecânicas e lineares, invertem a função específica das diferentes práticas sociais, secundando o que é determinante. (FRIGOTTO, 2010, p. 241-2).

Para Moroz e Gianfaldoni (2002, p. 14), a elaboração do conhecimento científico é um processo de busca de resposta. Ressaltam, ainda, que “[...] a pesquisa científica tem por objetivo elaborar explicações sobre a realidade, sendo possível tanto preencher lacunas num determinado sistema explicativo vigente num momento histórico quanto colocar em xeque dado sistema”. Nesse sentido, pode-se perguntar: o que se pretende com este estudo –

preencher a lacuna existente na bibliografia sobre o tema? Ou colocar em xeque as produções sobre trabalho, elemento constitutivo do objeto do estudo? Pode-se dizer que a pesquisa aqui proposta não pretende apenas preencher as possíveis lacunas deixadas nos estudos sobre trabalho, e sim contribuir com outros estudos existentes, procurando sistematizar os conhecimentos produzidos e subsidiar na análise dessas categorias.

É a partir desse contexto que surge a necessidade de analisar como vem se constituindo a relação “universidade” e “trabalho” nas produções teóricas dos Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará.

Portanto, esta pesquisa constitui-se como qualitativa, entendida como um estudo que não se limitará à descrição da dimensão quantitativa ou à descrição da aparência fenomênica do objeto. Além disso, pautando-se em uma “abordagem epistemológica” (SÁNCHEZ GAMBOA, 2012) das pesquisas sobre trabalho e educação, realizadas nos Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará, não será realizada uma pesquisa ancorada na ideia da neutralidade. Pelo contrário, conforme demonstra a argumentação de Bachelard (1989), citada por Sánchez Gamboa (2012), existe uma filosofia, uma teoria sobre a universidade que impulsiona para essa pesquisa, uma vez que:

[...] Segundo Bachelard (1989), quando o cientista realiza suas investigações, além de elaborar conhecimentos e produzir resultados, elabora também uma filosofia. Em toda prática explícita dos cientistas existe uma filosofia implícita. Quando investigamos, não somente produzimos um diagnóstico sobre um campo problemático, ou elaboramos respostas organizadas e pertinentes para questões científicas, mas construímos uma maneira de fazer ciência e explicitamos uma teoria do conhecimento e uma filosofia. Utilizamos uma forma de relacionar o sujeito e o objeto do conhecimento e anunciamos uma visão de mundo, isto é, elaboramos, de maneira implícita ou oculta, uma epistemologia, uma gnosiologia e expressamos uma ontologia. (SÁNCHEZ GAMBOA, 2012, p. 50).

Por isso, busca-se analisar as concepções de trabalho e educação que fundamentam as pesquisas dos Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará, assim como as teorias e os métodos que sustentam essas pesquisas, como o intuito de compreender as contribuições da universidade frente ao trabalho, tendo como referência uma teoria de que nenhum processo educativo pode ficar subjugado ao interesse capital e que a universidade precisa ser autônoma, pública e pautar-se pela universalidade do conhecimento e não pela sua fragmentação.

No que concerne aos procedimentos de coleta dos dados, estes foram realizados da seguinte forma: a primeira fase da coleta de dados foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica específica sobre o tema e por meio da leitura analítica desse material (essa

atividade de leitura realizou-se durante toda a pesquisa); buscou-se, assim, contextualizar a problemática da pesquisa e estruturar o referencial teórico. Em seguida, realizou-se a coleta de dados da pesquisa, por meio de Pesquisa Documental, mediante estudos das Teses e Dissertações selecionadas para este estudo, nos sites dos Programas de Pós-Graduação selecionados para a pesquisa, assim como, de forma complementar, no Banco de Tese da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Como fontes teóricas para a revisão bibliográfica, foram utilizados autores que trabalham com as categorias educação, trabalho e universidade. Além desses, aqueles participantes do GT de Trabalho e Educação, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), assim como outras fontes de revista eletrônicas (*Revista Educação e Sociedade*, *Revista Brasileira de Educação*, *Revista Universidade e Sociedade*, *Revista Trabalho Necessário* e *Revista Trabalho e Educação* do NETE-UFMG) e outras publicações.

Além de ter como base, dados da UFPA: (*UFPA em Números – 2016*⁵), essa universidade possui 73 Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, com 68 Cursos de Mestrado e 37 Cursos de Doutorado.

Por se considerar a inviabilidade técnica de se analisar todas as Teses e Dissertações produzidas nesses Programas de Pós-Graduação da UFPA⁶, adotou-se os seguintes critérios para a seleção da amostragem:

- Seleção dos Programas de Pós-Graduação do *Campus* Universitário de Belém, da Universidade Federal do Pará.
- Seleção dos Programas de Pós-Graduação das Grandes Áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Multidisciplinares.
- Seleção dos Programas de Pós-Graduação com Cursos em Nível de Mestrado e Doutorado.

Nesse sentido, procedeu-se a análise inicial das teses e dissertações, por meio dos títulos, resumos e palavras-chave. Essa análise inicial possibilitou a identificação dos trabalhos que fariam parte definitivamente desta pesquisa, conforme será demonstrado a seguir. Em seguida, ampliou-se a análise para a introdução e, em alguns casos, onde se

⁵ Ano Base 2015.

Disponível em: <http://www.ufpanumeros.ufpa.br/doc/UFPAemNumeros2016_AB2015_final.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2016.

⁶ Adota-se como base de dados para acessar os Programas de Pós-Graduação a lista de Cursos de Pós-Graduação apresentada pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Disponível em: <http://www.proresp.ufpa.br/index.php?option=com_content&view=article&id=173&Itemid=12>. Acesso em: 19 maio 2015.

detectou alguma dúvida em relação às concepções de trabalho e educação, foram analisadas também as considerações finais.

Desse montante, deteve-se sistematicamente na análise de três Programas. Nos Programas de Pós-Graduação na área de Ciências Humanas, como exemplo, o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) do Instituto de Ciências da Educação (ICED) e o Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA)⁷, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH).

Assim como o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA), onde foi encontrado o maior número de Dissertações e Teses que versam sobre essas duas categorias, que são o PPGED, com 21 Dissertações e 07 (sete) Teses; o PPGSA, com 13 Dissertações e 08 (oito) Teses; e o PPGDSTU, com 04 (quatro) Teses e 12 Dissertações, dados esses referentes a 2016, construídos a partir dos sites dos referidos Programas, totalizando 65 pesquisas produzidas em nível de Pós-Graduação na UFPA. Para maiores informações foi inserida nos apêndices uma lista com nome dos autores, títulos, palavras-chave, tipo e ano de publicação de todas as pesquisas selecionadas.

Além dessas pesquisas, ainda foram encontradas pesquisa sobre trabalho nos seguintes Programas de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD), com 08 (oito) Dissertações; Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE), 03 (três) Dissertações; e o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), com 19 Dissertações. Entretanto, esses Programas não atendem aos critérios de definição da amostragem. Mas, assim como as pesquisas anteriormente citadas consta nos apêndices uma lista com nome dos autores, títulos, palavras-chave, tipo e ano de publicação de todas essas pesquisas.

A fase seguinte constituiu-se na análise dos resumos de todas as Teses e Dissertações produzidas nos Programas selecionados, a fim de que pudessem ser identificadas as concepções de trabalho e educação adotadas nesses trabalhos, assim como os referenciais teóricos e metodológicos que embasaram essas pesquisas.

A análise das concepções de “trabalho” e “educação” organizou-se em torno das seguintes dimensões de análise-temática: Trabalho e Educação; Reestruturação Produtiva; Trabalho Escravo; Educação Profissional; Trabalho e Adoecimento; Condições de Vida do Trabalhador. Por outro lado, a análise das abordagens teóricas e metodológicas seguiu a organização dos Programas de Pós-Graduação, devido a especificidade de cada um deles.

⁷ Antes identificado como “Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS)”.

Essa análise permitiu identificar que a maioria dessas pesquisas anuncia a concepção marxista de trabalho e educação e adotam a abordagem qualitativa de pesquisa. Além disso, a maioria das pesquisas denuncia, de forma crítica, o processo de exploração do trabalhador operado no âmbito do modo de produção capitalista.

Por fim, ainda, foram identificadas algumas que não apresentaram, em seus resumos, as suas metodologias e nem as palavras-chave da pesquisa. Essa dificuldade forçou a ampliação da análise para as “introduções” dessas Teses e Dissertações, o que possibilitou uma apreciação mais ampla dos conceitos e das abordagens teóricas e metodológicas das pesquisas.

Quanto à sistematização e análise dos dados, foi realizado um estudo tendo como referência as discussões teóricas construídas no decorrer desta pesquisa, embasadas na “Análise de Conteúdo”.

Segundo Bauer (2002, p. 190), a “[...] Análise de Conteúdo é apenas um método de análise de texto desenvolvido dentro das ciências sociais empíricas”, ou melhor, para ele, “[...] no divisor quantidade/qualidade das ciências sociais, a análise de conteúdo é uma técnica híbrida que pode mediar esta improdutiva discussão sobre virtudes e métodos” (p. 190);

Além dessa compreensão da Análise do Conteúdo, Bauer (2002) complementa essa compreensão com a concepção de outros pesquisadores. Nesse sentido, destaca-se complementarmente que a análise do conteúdo pode ser entendida, segundo as perspectivas teóricas apresentadas a seguir:

- “[...] A técnica de pesquisa para a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (BERELSON, 1952 apud BAUER, 2002, p. 18).
- “[...] Toda técnica para fazer inferências através da identificação objetiva e sistemática de características específicas de mensagens” (HOLSTI, 1969 apud BAUER, 2002, p. 14).
- “[...] Uma técnica de pesquisa para produzir interferências replicáveis e práticas partindo dos dados em direção a seu contexto” (KRIPPENDORFF, 1980 apud BAUER, 2002, p. 21).

Vale destacar que a análise dos dados é um processo criativo que exige rigor intelectual e muita dedicação. O que se exige são sistematização e coerência do esquema escolhido com o que pretende o estudo (PATTON, 1980, apud LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 42). Essa é uma estratégia que, apoiada na análise da produção teórica que deu fundamentação instrumental, desvela os possíveis interesses e concepções que estão

permeando os discursos e documentos sobre as pesquisas acerca das contribuições da UFPA frente ao trabalho.

A análise das produções científicas acerca dessa temática, complementada pelos dados coletados, possibilitará penetrar profundamente na discussão teórica que sustenta a compreensão das problematizações desta pesquisa.

Nesse sentido, embasando-se em Moroz e Gianfaldoni (2002), foi efetuada a organização e a análise dos dados. No que tange à definição das categorias de análise, afirma-se que estas são imprescindíveis para o aprofundamento da pesquisa e representam a síntese da estrutura teórica que fundamenta o estudo em questão. Assim, definem-se as seguintes categorias para a investigação, o que demonstrou não impedir a seleção de outras categorias durante a construção da pesquisa: a) Trabalho (intelectual e manual; concreto e abstrato); b) Educação; c) Universidade (Humboldtiana, Popular, Tecnológica e Corporativa).

Assim, tendo como base o quadro teórico estudado e os dados levantados, este trabalho visou ampliar as discussões sobre as contribuições da UFPA, diante da relação entre universidade e trabalho.

5 ESTRUTURA GERAL DA TESE

No que tange à estrutura da Tese, as discussões foram introduzidas, apresentando todo o processo de planejamento e execução da pesquisa, assim:

No Primeiro Capítulo, analisa-se a relação entre Trabalho e Educação, buscando explicitar as diferentes perspectivas de análise da dualidade capitalista. Nesse percurso, recuperam-se as Teorias Liberais e Marxistas para fundamentar as diferentes perspectivas de análise das contribuições da universidade frente ao trabalho.

No Segundo Capítulo, foca-se na análise da relação da universidade com o trabalho e o conhecimento, onde a categoria trabalho é analisada em suas relações com as diferentes concepções de universidade.

No Terceiro Capítulo, aprofunda-se a análise entre universidade e trabalho, desvelando as estratégias de aproximação e distanciamento entre a universidade e o mundo do trabalho.

No Capítulo Quarto, analisa-se as contribuições da universidade frente ao trabalho, tendo como dados às pesquisas sobre trabalho e educação, desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará, e por fim, as Considerações Finais, as Referências e os Apêndices.

CAPÍTULO 1: UNIVERSIDADE E O MUNDO DO TRABALHO: as diferentes perspectivas de análise da dualidade capitalista

Neste Capítulo analisa-se a relação entre as categorias “trabalho” e “educação”, tendo como referências, diferentes perspectivas teóricas. Entende-se que essa relação contextualiza o debate e a relação entre a “universidade” e o “mundo do trabalho”. Trata-se de um texto necessário para contextualizar a problemática em questão, com o intuito de sustentar as análises das concepções e modelos institucionais forjados historicamente, considerando que não existe uma concepção ou modelo institucional de universidade que seja construído fora da sociedade, ou melhor, apartado do mundo do trabalho.

Dentre essas diferentes tendências, foi trabalhada a Tendência Liberal, onde fez-se uma análise da teoria de Smith (1988). Logo em seguida, foram analisadas as implicações da Tendência Neoliberal, tanto no trabalho quanto na educação, tendo como referência Friedman (1982). Foi analisada, também, a Teoria do Capital Humano e a crise do mundo do trabalho, embasando-se em Schultz (1971). Ressalta-se que são esses os defensores do capital.

Por outro lado, a fim de compreender o trabalho, foi analisada a Tendência Marxista, buscando destacar a contribuição crítica de Marx (1982) e Gramsci (2000) na compreensão dessa dualidade capitalista. Para isso, buscou-se destacar o trabalho enquanto princípio educativo e a produção do conhecimento oriunda dessas diferentes concepções de trabalho.

Faz-se necessária essa compreensão da dualidade entre capital e trabalho, haja vista a profunda ligação existente entre as práticas produtivas, as práticas de trabalho e os conhecimentos proveniente dessa *práxis*, por meio das quais, diferentes grupos de trabalhadores produziram conhecimento para o enfrentamento do processo de exploração ou, de outro modo, como fazem aqueles que produzem conhecimento para construir a dominação, a reprodução do capital.

Cunha (2007), ao falar de seus estudos, particularmente sobre as suas duas trilogias, uma sobre a “Universidade” e outra sobre “Ensino Profissional” no Brasil, destaca a temática que perpassa essas duas trilogias. Ele diz que,

[...] os temas das duas são distintos, mas não podem ser apartados. Diversos sem dúvida, mas só podem ser entendidos como referência constante um ao outro. Nesse sentido, as duas trilogias, a da Universidade e a do Ensino Profissional, guardam uma unidade teórica, correlativa à unidade sociológica dos sistemas educacionais que, no Brasil como em tantos outros países, opõem uma educação destinada aos dirigentes à educação destinada aos dirigidos; aos trabalhadores intelectuais e aos trabalhadores manuais; ao público e ao privado; e outras polaridades que definem um campo marcado por antigas e novas contradições. (CUNHA, 2007, p. 11).

Nessa perspectiva de compreensão, faz-se necessária a reflexão sobre a universidade como uma instituição que, historicamente, colocou-se na função social precípua à produção do conhecimento universal e livre. Contudo, em muitos casos, essa produção ocorreu deslocada das práticas produtivas, oriundas do mundo do trabalho e do ensino profissional, conforme destaca Cunha (2007), o que gera dúvida sobre a possibilidade da *práxis* em suas atividades.

Por esse motivo, a concepção de “universidade heterônoma”, colocada sob a égide dos interesses estreitos do capital, tem demonstrado não dar conta da perspectiva dinâmica necessária à produção dos conhecimentos para os trabalhadores. Todavia, diferentes experiências de universidade têm sido pensadas, no sentido de reconstruir a universidade, a fim de dobrá-la às necessidades do trabalhador. Entretanto, para se pensar o trabalho como categoria sociológica central, ou como princípio educativo, isso não se faz de forma automática, e sim por meio da disputa política entre diferentes concepções de universidade: por um lado, estão as universidades pensadas para o capital, fundamentadas nas teorias liberais, como exemplo, as universidades corporativas (que trazem uma visão de trabalho e uma visão de educação específica); por outro lado, forjadas no enfrentamento do capital e sustentadas no marxismo, por exemplo, estão as universidades dos movimentos sociais, ou as universidades do trabalho (que, por sua vez, trazem novas perspectiva de trabalho e de educação, como dimensões inerentes à formação do homem).

[...] Para exemplificar uma possibilidade de maneira bem prática, apresento uma questão: a alta proporção de jovens no ensino superior pode significar que, no país em foco, prevalece (1) o adiamento da idade de entrada no mercado de trabalho por causa do desemprego; e/ou (2) a elevação dos requisitos educacionais, de modo que um jovem precisa ter cada vez mais escolaridade para ocupar os mesmos postos de trabalho de seus pais. (CUNHA, 2007, p. 12).

Pode-se dizer, então, que, dependendo da perspectiva teórica adotada, explica-se a relação trabalho e educação de forma diversa, assim como se concebem modelos de universidade diversos. Ou até, conforme ressalta Cunha (2007), explica-se a questão do desemprego dos jovens de forma também diversa.

O liberalismo, em sua versão transfigurada na “teoria do capital humano”, ficaria como alternativa 02 (dois), afirmando que os jovens precisam qualificar-se, considerando que o mercado competitivo sempre terá postos de trabalho para os mais qualificados, que o desemprego, portanto, é resultante da má qualificação desses jovens, tentando escamotear que o desemprego constitui-se como resultado de característica essencial e inerente ao

desenvolvimento do capital. Além do que, para enfrentar essa problemática, precisa-se de uma universidade que ofereça uma formação cada vez mais sintonizada com o perfil específico dos postos de trabalho existentes nas empresas, com um custo cada vez menor e com um tempo cada vez menor.

Essa análise refere-se à condição dos filhos dos trabalhadores, pois para os filhos dos detentores do capital, o liberalismo oferece a possibilidade de continuar estudando, sem a pressão da necessidade de, ao concluir a escola básica, tenha que se oferecer ao mercado de trabalho como mão de obra barata.

A perspectiva marxista, por sua vez, ficaria com a alternativa 01 (um), ressaltando que os jovens não têm ocupado os postos de trabalho devido à redução de oportunidade de emprego, resultante da crise do capital, o que vem gerando, contraditoriamente, uma busca cada vez maior por qualificação e profissionalização, alimentada pelo simulacro da empregabilidade. Contudo, essa perspectiva teórica não descarta a necessidade de qualificação e profissionalização. Pelo contrário, defende-se o prosseguimento dos estudos em níveis de Graduação e Pós-Graduação dos trabalhadores como condição *sine qua non*, não para alimentar a empregabilidade, e sim para uma inserção cada vez mais crítica, produtiva e consciente no mundo do trabalho.

Nessa probabilidade, coloca-se a necessidade de explicitar essas duas grandes perspectivas que concebem o trabalho e a educação de maneiras completamente diferentes e antagônicas, que são a perspectiva liberal e a perspectiva marxista, como uma forma de contextualizar o entendimento da construção de diferentes concepções de universidade.

Assim, buscou-se articular essas teorias como estratégias de explicação da realidade e como orientação da ação de modelo de Estado, fundamentado nessas diversas teorias que, por sua vez, geraram políticas públicas em educação que levaram, inclusive, à criação dos diferentes modelos institucionais de universidade, assim como a diferentes abordagens de pesquisas (Teses e Dissertação) que buscam compreender sua realidade e seus processos de formativos.

1.1A CONCEPÇÃO DE TRABALHO NAS TEORIAS LIBERAIS

1.1.1A teoria liberal e a função do mercado na sociedade: Adam Smith⁸

⁸ Adam Smith, filósofo e economista britânico, nascido na Escócia. Nasceu em 1723 e faleceu em 1790.

Com o intuito de compreender a concepção liberal da relação entre trabalho e de Educação diante dos desafios colocados para a sociedade capitalista, traz-se Smith (1996).

Para realizar uma investigação sobre a natureza e as causas da “Riqueza das Nações”, Smith (1996) busca explicação na divisão do trabalho, tentando identificar o princípio que dá origem à divisão do trabalho, afirmando que esta é limitada pela extensão do mercado. Para isso, realiza estudos sobre a origem e o uso do dinheiro.

Para Smith (1996),

[...] Nas nações civilizadas e prósperas, embora um grande número de pessoas absolutamente não trabalhe a produção do trabalho total da sociedade resultante de todo o trabalho da sociedade é tão grande, que com frequência todos se encontram largamente providos, e um trabalhador, mesmo o da categoria mais pobre e mais baixa, poderá desfrutar uma parcela maior dos bens necessários à vida e ao conforto do que qualquer selvagem. (SMITH, 1996, p. 59-60).

Smith (1996) se depara, assim, com o “trabalho” enquanto uma categoria importante para a compreensão da economia e da sociedade. Para isso, busca entender o processo de “Divisão do Trabalho”, afirmando que,

[...] O maior aperfeiçoamento das forças produtivas do trabalho e grande parte da habilidade, destreza e discernimento com que ele é em todos os lugares dirigido ou aplicado parecem ter sido os efeitos da divisão do trabalho. É possível compreender mais facilmente os efeitos da divisão do trabalho sobre a atividade geral da sociedade considerando a maneira pela qual ela opera em algumas manufaturas específicas. (SMITH, 1996, p. 61).

Para exemplificar melhor esse processo, Smith (1996) faz uma análise comparativa entre o trabalho em uma “Grande Manufatura” e em uma “Manufatura Trivial”. Explica que, nas grandes manufaturas, a divisão não é tão evidente e, por isso, tem sido menos observada; nas manufaturas triviais, esse processo é muito mais explícito. Isso não significa, entretanto, que um processo seja maior que o outro. Ele toma como exemplo o que identifica como a forja de alfinetes, uma vez que:

[...] Um trabalhador não treinado para essa atividade (que a divisão do trabalho tornou uma ocupação distinta) e que não estivessem familiarizados com as máquinas nelas utilizadas (para cuja invenção a divisão do trabalho provavelmente contribuiu) dificilmente poderia, produzir um alfinete por dia (SMITH, 1996, p. 65-66).

Por outro lado, Smith (1996) explica que se essa produção fosse realizada por um número de operários maior, e se fossem divididas as 18 partes da operação de produção do alfinete por esses 10 (dez) operários, ter-se-ia a produção diária de 12 libras, que corresponde a 48.000 alfinetes, o que significa uma média diária de produção, de cada operário, de 4.800

alfinetes, o que é identificado como método de trabalho de divisão e combinação adequadas das suas diferentes tarefas.

Assim, em todas as profissões e fábricas, os efeitos da divisão do trabalho são semelhantes aos que se verificam nessa manufatura tão trivial, embora, em muitas delas, o trabalho não possa ser tão subdividido, nem reduzido a uma simplicidade tão grande de operações. Entretanto, a divisão do trabalho gera, em todas elas, na medida em que é possível introduzi-la, um aumento proporcional das forças produtivas do trabalho (SMITH, 1996).

De outro modo, poder-se-ia indagar, conforme as orientações de Smith (1996): qual o princípio que dá origem à divisão do trabalho? Ele explica que há uma propensão da natureza humana a cambiar, permutar e trocar uma coisa pela outra, ou seja, há a impulsão natural a essas práticas, além do que as relações humanas (sociais) são relações de troca (mercantis). Por isso,

[...] A divisão do trabalho, da qual resultam tantas vantagens, não procede originalmente da sabedoria humana, que prever e projeta esta riqueza geral a que dá origem. É antes a consequência necessária, embora muito lenta e gradual, de certa propensão a cambiar, permutar e trocar uma coisa pela outra. (SMITH, 1996, p. 73).

Vale, entretanto, uma observação no que se refere a essa concepção smithiana. Segundo ele, a sua investigação não se propõe a questionar se essa propensão é um dos princípios originais da natureza humana, sobre a qual nada restaria a dizer, ou se é a consequência necessária das faculdades da razão e do discurso. De qualquer modo, essa propensão é comum a todos os homens e não se encontra em nenhuma outra raça de animais, que parecem desconhecer esta e todas as outras espécies de contratos. Ninguém jamais viu um animal, por seus gestos e gritos naturais, dar a entender a outro: isto é meu, aquilo é teu; eu estou disposto a te dar isso em troca daquilo (SMITH, 1996).

Para dar sustentação a essa concepção, Smith (1996) afirma que as necessidades humanas são sempre satisfeitas por meio de acordo, troca ou compra. O homem quase sempre precisa da ajuda dos semelhantes e seria em vão esperar obtê-la somente por meio da benevolência.

Para Smith (1996), há maiores chances de se conseguir o que quer, caso se possa interessar o amor-próprio deles a seu favor e convencê-los de que terão vantagem em fazer o que se deles pretende. Dê-me aquilo que eu desejo e terás isto que desejas, é o significado de todas as propostas desse gênero e é dessa maneira que se obtêm, uns dos outros, a maioria dos favores e serviços de que se necessita. Complementa que “[...] não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro e do padeiro que esperamos o nosso jantar, mas da consideração

que eles têm pelo seu próprio interesse” e que “[...] apelamos não à sua humanidade, mas ao amor-próprio, e nunca falamos de nossas necessidades, mas das vantagens que eles podem obter” (SMITH, 1996, p. 74).

Portanto, na medida em que é por acordo, por troca e por compra que são obtidos, uns dos outros, a maior parte dos serviços mútuos necessários, é essa mesma propensão para a troca que originalmente leva à divisão do trabalho.

Numa tribo de caçadores ou pastores, a divisão do trabalho é fruto das aptidões naturais de cada um: troca da produção excedente; se doar em condições de liberdade; dedicação a uma tarefa específica; harmônica – pacífica; desenvolver os talentos individuais; solidariedade (SMITH, 1996).

Mas, o talento é causa ou efeito da divisão do trabalho?

[...] Na verdade, a diferença de talentos naturais entre os homens é muito menor do que pensamos, e a grande diferença de talentos que parece distinguir homens de diferentes profissões, quando atingem a maturidade, em muitos casos não é tanto a causa como o efeito da divisão do trabalho. (SMITH, 1996, p. 75).

Chega-se, portanto, a um ponto que interessa muito no debate da Teoria de Adam Smith, no que se refere à sua concepção de educação e desenvolvimento humano. Logo,

[...] A diferença entre os caracteres mais diferentes, entre um filósofo e um simples carregador, por exemplo, parece se dever menos à natureza do que ao hábito, aos costumes e à educação. Quando vieram ao mundo, e durante os primeiros seis ou oito anos de sua existência, talvez fossem muito parecidos, e nem os pais nem os amigos podiam perceber alguma diferença notável. (SMITH, 1996, p. 75).

Smith (1996), por conseguinte, é categórico ao afirmar que, se não existisse propensão à troca, à permuta ou ao câmbio, todo homem precisaria prover-se de todas as coisas necessárias à vida e ao conforto de que necessitasse e que todos precisariam cumprir o mesmo trabalho. Não existiria, portanto, diferença de talentos.

Uma vez plenamente estabelecida a divisão do trabalho, essa é apenas uma pequena parte das necessidades de um homem que pode ser satisfeita com o produto do próprio trabalhador. A maioria dessas necessidades é satisfeita por meio da troca da parte do produto do trabalho que excede o seu próprio consumo pela parte do produto do trabalho de outros homens de que venham a precisar. Assim, todo homem vive da troca ou, em alguma medida, torna-se comerciante e a própria sociedade se vai convertendo numa verdadeira sociedade mercantil.

Smith (1996) diz que, para prevenir abusos, facilitar as trocas e assim estimular todos os tipos de indústria e comércio, considerou-se necessário, em todos os países que conheceram um progresso notável, fazer uma gravação oficial naquelas determinadas quantidades de metal que se usavam comumente para comprar mercadorias. Foi dessa maneira que, em todas as nações civilizadas, o dinheiro se transformou no instrumento universal do comércio, por meio do qual são compradas e vendidas — ou trocadas entre si — mercadorias de todos os tipos.

Por outro lado, entende-se que a teoria liberal smithiana recebe críticas no que se refere à concepção de que a economia política parte da propriedade privada, mas não o explica. Outro aspecto em relação a essa teoria é de que o trabalho não produz apenas mercadorias, pelo contrário, possui uma dimensão ontológica. Ou seja, por meio do trabalho produz-se também a si mesmo.

Smith (1996) esconde a alienação na natureza do trabalho porquanto não examina a imediata relação entre o trabalhador (trabalho) e a produção. Nem a relação imediata do trabalho aos seus produtos é a relação do trabalhador aos objetos da sua produção. Ou seja, ele não concebe que a alienação não se revela apenas no resultado, mas também no processo da produção, no interior da própria atividade produtiva.

Ao se considerar essa concepção de trabalho, apresentada por Smith (1996), compreende-se que a sua concepção de educação limita-se à transmissão de conhecimento, ao treinamento e a repetição e a formação de dual para quem pensa e executa as tarefas, ou seja, a reprodução da dualidade. A universidade cabe o papel de formação da elite dirigente que pensa, planeja os processos produtivos de produção e reprodução do capital.

Por fim, Smith (1996) busca criar uma explicação doutrinária para contribuir no processo de consolidação do modo de produção capitalista, assentada na propriedade privada dos meios de produção, tendo o Estado e a justiça como seus guardiões fundamentais, no individualismo, na exploração e na manipulação predatória dos trabalhadores e dos recursos naturais, assim como nos conhecimentos e nas técnicas da ciência moderna instrumental.

1.1.2 A teoria neoliberal a preponderância do capital sobre o trabalho: Milton Friedman⁹

⁹ Economista, teórico do liberalismo econômico, Prêmio Nobel de Economia de 1976, autor do livro *Capitalismo e Liberdade* (1962) e colaborador de vários governos neoliberais no mundo todo. Nasceu nos Estados Unidos, em 1912 e faleceu em 2006.

Friedman (1982) apresenta uma análise da “relação entre liberdade econômica e liberdade política” e sobre “o papel do governo numa sociedade livre”, assim como sobre o “papel do governo na educação”. Essa discussão ajuda a compreender a concepção neoliberal subjacente à sociedade capitalista.

De modo geral, Friedman (1982) apresenta uma ideia de que o poder do governo deve ser limitado e descentralizado. Defende, nesse sentido, a inexistência de mecanismos que regulem o mercado. Para ele, a liberdade é baseada na discussão livre e cooperação voluntária. Define liberdade como a ausência de coerção e a regulação natural da economia.

A concepção, em voga, concebe o liberalismo com a ausência total do Estado na economia. O autor ressalta, entretanto, que a participação do governo é salutar. Friedman (1982) defende que o livre mercado não significa a total ausência do Estado. E não apenas isso, ele ressalta que tal ausência traria prejuízos à sociedade, ou seja, prejuízo à reprodução do capital.

No detalhamento da análise, percebe-se que Friedman (1982) explicita a ideia de que geralmente se acredita que política e economia constituem territórios separados, apresentando pouquíssimas interrelações; que a liberdade individual é um problema político e o bem estar material um problema econômico; e que qualquer tipo de organização política pode ser combinado com qualquer tipo de organização econômica. Todavia,

[...] A mais importante manifestação contemporânea desta ideia está refletida no conceito de "socialismo democrático", quando então se condenam as restrições à liberdade individual imposta pelo "socialismo totalitário" na Rússia e se considera possível adotar as características essenciais da organização econômica russa e, ao mesmo tempo, garantir a liberdade individual por meio de determinada organização política. A tese deste capítulo é que um tal ponto de vista é puramente ilusório; que existe uma relação íntima entre economia e política; que somente determinadas combinações de organizações econômicas e políticas são possíveis; e que, em particular, uma sociedade socialista não pode também ser democrática, no sentido de garantir a liberdade individual. (FRIEDMAN, 1982, p. 05).

Nesse sentido, para Friedman (1982), a organização econômica desempenha um papel duplo na promoção de uma sociedade livre. Ele explica que, de um lado, a liberdade econômica é parte da liberdade entendida em sentido mais amplo. Portanto, um fim em si próprio. Em segundo lugar, a liberdade econômica é também um instrumento indispensável para a obtenção da liberdade política.

Em outras palavras, pode-se afirmar que Friedman (1982) reforça a ideia liberal de centralidade do mercado. Friedman (1982) destaca a evidência histórica da relação existente entre liberdade política e mercado livre. Defende que não conhece nenhum exemplo de

sociedade que apresentasse grande liberdade política e que também não tivesse usado algo comparável com um mercado livre para organizar a maior parte da atividade econômica.

Friedman (1982) diz que, para os liberais, os meios apropriados são a discussão livre e a colaboração voluntária, o que implica considerar inadequada qualquer forma de coerção. Esse autor enumera de modo específico, embora, ainda, geral, as áreas que não podem ser tratadas em termos de mercado – ou que só podem sê-lo a um custo tão alto que o uso dos canais políticos se torna mais conveniente. Essas áreas são as seguintes: o governo como legislador e árbitro; ação por intermédio do governo na base de monopólio técnico e efeitos laterais; e ação por meio do governo em bases paternalistas.

No que tange à relação entre trabalho e educação na concepção neoliberal de Friedman (1982), pode-se afirmar que a sua concepção de educação declara-se imprescindível, pois aumenta o valor econômico do futuro trabalhador e prepara bons cidadãos. Nesse sentido, discute sobre o papel das instituições de ensino financiadas exclusivamente pelo governo. Ele posicionava-se totalmente contrário ao monopólio técnico.

Para Friedman (1982), a intervenção governamental no campo da educação pode ser interpretada de dois modos:

- O primeiro diz respeito aos "efeitos laterais", isto é, circunstâncias sob as quais a ação de um indivíduo impõe custos significativos a outros indivíduos pelos quais não é possível forçar uma compensação, ou então produz ganhos substanciais pelos quais também não é possível forçar uma compensação – circunstâncias estas que tornam a troca voluntária impossível.
- O segundo é o interesse paternalista pelas crianças e por outros indivíduos irresponsáveis. Efeitos laterais e paternalismo têm implicações muito diferentes para (1) a educação geral dos cidadãos e (2) a educação vocacional especializada. As razões para a intervenção governamental são muito diferentes nessas duas áreas, e justificam tipos muito diferentes de ação.

Uma observação preliminar faz-se necessária ao se analisar o pensamento de Friedman (1982): é importante distinguir entre "instrução" e "educação". Para o autor, nem toda a instrução está relacionada com educação, e nem toda educação, com a instrução. O tema de interesse adequado é a educação. As atividades do governo estão em grande parte limitadas à instrução.

Outra ideia importante do pensamento de Friedman (1992) se refere ao conjunto de medidas que, nessa área, está constituído pelo que se chamou impropriamente de "seguro social". Outras medidas desse tipo são o programa de habitação, as leis de salário mínimo, os

subsídios à agricultura, a assistência médica para grupos particulares, os programas especiais de ajuda etc., o apoio à velhice e o seguro para os sobreviventes.

Friedman (1982) faz uma suposição para ilustrar a sua teoria: suponha-se que alguém aceite, como ele aceita, a linha liberal de raciocínio como capaz de justificar a ação governamental para aliviar a miséria e colocar, como é a intenção, um andar a mais no padrão de vida de cada pessoa da comunidade. Ainda permanecem as questões: quanto e como? Não se vê nenhum modo de decidir "quanto", a não ser em termos do volume de taxas que – e, com isso se quer dizer a maioria – se esteja disposto a aceitar para tais propósitos. A questão "como" deixa muito terreno para especulações.

Friedman (1982) finaliza dizendo que, ao contrário do que podem achar seus críticos, ele prezava a liberdade e a igualdade no capitalismo e era contra a discriminação de qualquer tipo. Cabe, entretanto, questionar sobre os sentidos dessa liberdade e igualdade de mercado, subjugadas ao poder de consumo do capital.

Essa concepção teórica vem sustentando historicamente a possibilidade de criação de uma concepção de universidade heterônoma (SGUISSARDI, 2003), operacional (CHAUÍ, 1999) e materializada nos modelos institucionais das universidades corporativas que se caracterizam pela radicalização da concepção da educação enquanto mercadoria e que precisa ser produzida por um custo cada vez menor em um período de tempo cada vez menor. Esse fenômeno se manifesta na proliferação de instituições privadas, centradas unicamente no ensino, em cursos com custos cada vez menores e tempo exíguo de “certificação” de mão de obra, nos moldes estreitos do “mercado de trabalho”.

1.1.3 A teoria do capital humano e a ideia de "capital educacional": Theodore William Schultz¹⁰

Schultz (1971) introduziu a ideia de "capital educacional", relacionando-o especificamente aos investimentos em educação. Tal ideia foi a base da “Teoria do Capital Humano”, posteriormente desenvolvida por Gary Becker, e inspirou um grande número de trabalhos sobre o desenvolvimento nos anos 1980, motivando investimentos no ensino técnico e vocacional pelas instituições financeiras do Sistema Bretton Woods – como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

¹⁰ Theodore William Schultz foi economista. Nasceu nos Estados Unidos em 1902 e faleceu em 1998.

Schultz (1971) é um dos teóricos do “capital humano”. Na obra, intitulada *O Capital Humano: investimentos em Educação* são apresentadas, de forma detalhada, as interferências da Teoria do Capital Humano na educação.

O autor analisa o “Investimento em Capital Humano”, onde destaca que muito daquilo a que se dá o nome de consumo constitui investimento em capital humano. Para ele, os gastos diretos com a educação, com a saúde e com a migração interna para a consecução de vantagens, oferecidas por melhores empregos, são exemplos claros.

Para Schultz (1971), os rendimentos auferidos – por destinação prévia, por estudantes amadurecidos que vão à escola e por trabalhadores que se propõem a adquirir um treinamento no local de trabalho – são igualmente exemplos.

Não obstante, em lugar algum, tais fatos entram nos registros contábeis nacionais, pois para Schultz (1971), um investimento dessa espécie é o responsável pela maior parte do impressionante crescimento dos rendimentos reais por trabalhador.

Outro aspecto muito importante, analisado por Schultz (1971), é a recusa dos economistas em considerar o investimento no homem como uma forma de capital e que grande parte do crescimento econômico é advinda do capital humano. Para isso, ele apresenta aquilo que chama de “raio de ação dos investimentos humanos”.

Schultz (1971) defende que para compreender determinadas questões (que são os investimentos humanos? podem ser separados por consumo? pode-se, na verdade, identificá-los e medi-los? e, em que medida contribui para a renda?) faz-se necessário elaborar algumas orientações, onde se diz que o capital humano é a soma dos investimentos do indivíduo em aquisição de conhecimentos (capital este adquirido em sua quase totalidade nas escolas e universidades) e que a qualquer momento se reverte em benefícios econômicos para o próprio indivíduo (por exemplo, na posse de melhores empregos e vantagens na aquisição de novas aprendizagens para o mercado de trabalho). Esse capital, diferentemente do capital econômico, não pode ser roubado ou transferido, vindo a constituir um bem pessoal que acompanha o sujeito durante toda a vida e que, de alguma forma, influencia em sua trajetória social e econômica.

O autor analisa o custo da formação do capital pela educação, onde explicita a sua concepção de educação como mercadoria. Destaca, ainda, a educação, compreendida como “educação escolar” e “educação de grau superior”, explicitando os custos de recursos de educação formal organizada nos Estados Unidos (SCHULTZ, 1971).

Para ele, o fato de se tratar a educação como capital humano nada mais é senão um passo à frente rumo a uma captação consciente de todo o capital. Ou seja, as vantagens em

pensar-se em termos de taxa de rendimento são imperativas, na procura de soluções para o investimento, para a acumulação de capital e para os problemas de crescimento, incluindo-se o problema de uma eficiente adjudicação de fontes de investimento à educação (SCHULTZ, 1971).

Outros aspectos muito importantes dessa obra referem-se à sua análise da taxa de rendimento em destinações de recursos à educação e os rendimentos e custo, provenientes da educação, assim como a sua análise sobre os recursos destinados à Educação Superior.

Vale ressaltar, na visão de Schultz (1971), sustentáculos de uma concepção de universidade subjugada aos interesses do capital. Trata-se de uma instituição que, mesmo financiada pelo fundo público, opera, por meio de seus processos formativos, para a formação e valorização do “capital humano” das empresas e para a ampliação dos seus lucros. Reforça-se, assim, a sua concepção de educação como mercadoria que precisa ser valorizada, a fim de que o mercado possa consumi-la, onde a formação humana ampliada não tem espaço.

Para Schultz (1971), seria conveniente, de bom grado e, não demasiadamente difícil, partir-se vigorosamente para sustentar uma campanha a favor de mais fundos para a educação de nível superior. Segundo o autor, isso faria com que se preparasse o palco para a Educação Superior universal, com a implicação de que se tornaria mais livre para os estudantes e daria mais relevo à necessidade de apoiar uma carga de maior quantidade e maior qualidade em todos os quadrantes. Dessa forma, parece que haveria razões de sobra para a constituição de mais fundos federais, preferentemente sem o controle público, e para uma utilização pública que haveria de financiar a todo mundo, pelo que se infere numa perspectiva de modelo gerencial, visto que:

[...] A educação é uma forma de capital humano e as três funções capitais da educação superior são: a descoberta de talentos, a instrução e a pesquisa; - parece haver pouco ou nenhum ganho na produtividade mensurada do trabalho que entra na composição da educação superior; - os rendimentos previamente estabelecidos pelos estudantes representam bem mais da metade dos custos reais da formação de capital humano no campo da educação superior; - as projeções em longo prazo da procura de educação superior são obstadas por todas as formas de incertezas; - a partir do ponto de vista de que a educação é um investimento no capital humano, o conceito econômico central em planejá-la e financiá-la deve ser o da taxa de rendimento em relação ao investimento; - a educação altera a distribuição pessoal de renda (SCHULTZ, 1971, p. 95).

Entretanto, Schultz (1971) busca soluções para essa problemática, em duas dimensões: a primeira parte diz respeito aos recursos destinados à Educação Superior, adjudicados de

acordo com a prova da eficiência econômica; a segunda parte diz respeito às dotações que reduzem a desigualdade na distribuição pessoal da renda.

No bojo dessa discussão sobre o Ensino Superior destaca-se, também, a dotação de recursos para a pesquisa. O autor diz que seu plano é considerar os tributos econômicos da pesquisa, a pesquisa não lucrativa sujeita à procura e oferta, alguns enigmas relativos à adjudicação de dotações, as especificações da demanda em relação às atividades da pesquisa e as especificações dessa oferta.

Várias críticas podem ser realizadas com relação ao pensamento de Schultz (1971), indicando que nem sempre a escolarização é devidamente valorizada, além de questionar a possibilidade de todos terem as mesmas oportunidades de investir em sua escolarização.

Schultz (1971) desconsidera a exclusão social como inerente ao capitalismo. O processo de escolarização não dissipou essa marca indelével do capital, que contraditoriamente acabou se beneficiando da abundância de mão de obra qualificada, para desvalorizar e/ou baratear a mão de obra disponível no mercado. Por isso,

[...] A teoria do capital humano serviu de base ideológica para manter as políticas monetaristas e fiscais de garantias para o capital e frações da burguesia brasileira a preço de brutal endividamento externo e de violência e superexploração da classe trabalhadora. (FRIGOTTO, 2006, p. 23).

Essa política econômica, por sua vez, produz implicações no posicionamento do Brasil na divisão internacional do trabalho. Essas mudanças exigem, por sua vez, uma reforma da educação em todos os seus níveis, inclusive nos níveis universitários, visando atender a essas prerrogativas.

Passa-se a exigir, da universidade, outra função na dinâmica da sociedade, a fim de dar sustentação ao capital por meio de formação de mão de obra superqualificada, para ser vendida a baixo custo no mercado de trabalho. Trata-se de formar uma sociedade econômica, social e tecnologicamente dependente de outros países produtores de ciência e tecnologia de alto nível, conforme demonstra Frigotto (2006).

A concepção de universidade, fundamentada na Teoria do Capital Humano, possibilita a criação de modelos institucionais, como exemplo, as universidades tecnológicas que atuam no sentido de camuflar os efeitos perversos das teorias liberais como um todo, sustentando que a “certificação” em cursos cada vez mais especializados, segundo a lógica do “mercado de trabalho” superará a crise do emprego. Ou seja, a universidade, segundo essa lógica, constitui-se em mais uma engrenagem no processo de construção do discurso da empregabilidade.

1.2 A CONCEPÇÃO DE TRABALHO NAS TEORIAS MARXISTAS

1.2.1A teoria marxista do trabalho como princípio histórico e ontológico: Karl Marx¹¹

Em um contexto geral, Karl Marx foi um crítico da concepção Hegeliana. Para ele, diferentemente de Hegel, é na produção social da própria existência que os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade. Essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais, sendo o pensamento produto histórico dessa estrutura produtiva.

Marx (1982) explicita que é a totalidade dessas relações de produção que constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem às formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência.

Marx (2013, p. 113) concebe “mercadoria”, entendida como a forma elementar da produção capitalista. Para ele, “[...] a mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer”. Em sua tese central, Marx (2013) defende que a mercadoria possui duas dimensões principais: valor de uso e valor (valor de troca). Segundo ele, a riqueza na sociedade burguesa moderna constitui-se como uma imensa acumulação de mercadorias, onde a mercadoria seria a forma elementar dessa sociedade.

Marx (2013) estrutura seu argumento, conforme os seguintes pontos: no primeiro ponto destaca “[...] os dois fatores da mercadoria: valor-de-uso e valor (substância do valor, grandeza do valor)”; no segundo ponto discute “[...] o duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias”; e no terceiro ponto analisa de forma profunda: “[...] a forma de valor [Wertform] ou o valor de troca” das mercadorias no processo de produção capitalista. Fecha a sua análise discutindo “[...] o caráter fetichista da mercadoria e seu segredo”.

No que se refere aos “[...] dois fatores da mercadoria: valor-de-uso e valor (substância e quantidade do valor)”, Marx (2013) diz que a mercadoria é um “objeto externo”, ou melhor, “uma coisa” criada para satisfazer as necessidades humanas de todas as naturezas. Marx (2013) complementa essa discussão, destacando os dois aspectos da mercadoria: da

¹¹ Filósofo, economista, sociólogo, jornalista e socialista alemão. Nasceu em 1818 e faleceu em 1883.

quantidade, referente ao valor de uso, onde destaca a definição da quantidade das coisas; e o da qualidade, referente ao valor de troca, onde o valor de uso de uma mercadoria é trocado por outro valor de uso de uma mercadoria diferente.

Marx (2013), nesse texto, analisa também “[...] o duplo caráter do trabalho materializado na mercadoria”. Para ele, as mercadorias, conforme destacado, caracteriza-se por dois aspectos, que são: o valor de uso e o valor de troca. Todavia, poder-se-ia perguntar: o que produz os valores de uso? Marx (2013) responde dizendo que o que produz o valor de uso de uma mercadoria é o “trabalho”, onde a medida de mensuração desse valor será o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção da mercadoria.

Outro aspecto, analisado profundamente por Marx (2013) em *O Capital* é “[...] a forma do valor ou o valor de troca”, onde reflete que as características ou fatores se constituem uma mercadoria é o valor de uso, antes de qualquer coisa. Essa é uma característica anterior, inclusive, à constituição do valor, ou melhor, do seu valor de troca.

Para analisar isso, Marx (2013) destaca as diversas formas de manifestação desse valor, onde se pode destacar “a Forma Simples, Singular ou Fortuita do Valor”, que ele divide em quatro aspectos: “[...] A- Os dois polos da expressão do valor: a forma relativa do valor e a forma equivalente; B- A forma relativa do valor; C- A forma equivalente; e, D- A forma simples do valor, em seu conjunto”.

Outra forma de valor analisada por Marx (2013) é “a forma total ou extensiva do valor”, onde analisa a “forma extensiva do valor relativo”, “a forma de equivalente particular”, assim como os “defeitos da forma total ou extensiva do valor”.

Analisa, também, a “Forma Geral do Valor”, constituída pelos seguintes aspectos: “[...] A- Mudança do caráter da forma do valor; B- Desenvolvimento mútuo da forma relativa do valor e da forma de equivalente; e, C- Transição da forma geral do valor para a forma dinheiro” (MARX, 2013).

Para fechar essa análise sobre as diversas formas de manifestação dos valores das mercadorias, Marx (2013) analisa a “Forma Dinheiro do Valor”, onde ele aprofunda a sua análise sobre “o fetichismo da mercadoria: seu segredo”.

Em suma, Marx (2013) apresenta, nesse texto, uma profunda reflexão sobre a mercadoria no processo de produção capitalista. Conclui dizendo que, à primeira vista, a mercadoria parece ser coisa trivial, imediatamente compreensível, mas que, analisando melhor, percebe-se que, pelo contrário, a mercadoria é algo muito estranho, cheio de sutilezas metafísicas e argúcias teológicas. Essas características não se revelariam, portanto, pelo seu valor de uso e nem pelo seu valor de troca.

A produção da vida, segundo Marx (2013), tanto a própria, por meio do trabalho, quanto a alheia, por meio da procriação, surge agora como uma relação dupla: por um lado como uma relação natural e, por outro, como uma relação social – social no sentido de ação conjugada de vários indivíduos, não importando em que condições, de que maneira e com que objetivo.

Poder-se-ia sustentar, aqui, a análise sobre a relação entre trabalho e educação, partindo da sua indissociabilidade, tomando-o como produto e produtor do homem. Nesse sentido, a educação enquanto produto e produtor do trabalho do homem na natureza, constitui-se como fundamento da vida humana em Marx (1998). A concepção de universidade, estruturada sobre essa teoria, cabe a função de produzir conhecimento científico, por meio do desvelamento da contradição do real, concebendo esse conhecimento como resultante da produção cultural do homem. Trata-se de uma instituição que deve explicitar o processo de exploração do trabalho pelo capital e ofereça instrumentos, intelectuais para o seu enfrentamento.

1.2.2 A teoria marxista do trabalho como princípio educativo: Antônio Gramsci¹²

Para complementar essa discussão, destaca-se um grande intelectual marxista, que ajuda a compreender a realidade do capital no século XX: Antônio Gramsci, que se sobressai por sua *práxis* sociopolítica, pelo seu legado teórico-metodológico, pela sua concepção de educação e de escola.

Na sua obra *Cadernos do Cárcere*, Gramsci (2000) trabalha, como tema central, a concepção de escola na formação dos intelectuais, tendo como referência a teoria histórica e dialética, sustentado pelo método dialético.

Gramsci (2006) apresenta alguns questionamentos, entre os quais: os intelectuais são um grupo autônomo e independente, ou cada grupo social tem a sua própria categoria especializada de intelectuais? Ou, quais são os limites “máximos” da aceção de “intelectual”?

Gramsci (2006), para começar a responder essas questões, cita as “[...] duas formas de intelectuais”, que são: a primeira, que defende que todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais, que lhe dão homogeneidade e

¹² Filósofo, jornalista, crítico literário e político italiano. Nasceu em 1891 e faleceu em 1937.

consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político; e a segunda forma, que diz que todo grupo social “essencial”, emergindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento dessa estrutura, encontrou categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas.

No que se refere à concepção de educação em Gramsci (2006), pode-se afirmar que o desenvolvimento da escola e da organização escolar reflete a importância dos intelectuais. Mas, o que é a escola para Gramsci (2006)? A escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis. A complexidade da função intelectual nos Estados pode ser medida pela quantidade e hierarquização das escolas (GRAMSCI, 2006).

Por outro lado, para Gramsci (2006), a ampliação dos sistemas de ensino não deixa de ter inconvenientes, marcados pelas amplas crises de desemprego. Portanto, a relação entre trabalho e educação parte do desenvolvimento técnico-industrial diante do civilizado. Por isso, possui-se, sob a égide do capital, uma “escola dual” (clássica e profissional). Para ele, a distribuição desses tipos de escolas no território “econômico” e aspirações das várias categorias dessas camadas determinam, ou dão forma, à produção de diferentes ramos de especialização intelectual.

Assim, ao apresentar o seu conceito de trabalho como princípio educativo, defende que essa é a forma própria por meio da qual o homem participa ativamente na vida da natureza, visando a transformá-la e socializá-la cada vez mais, profunda e extensamente.

Nesse contexto, Gramsci (2006) destaca a função social da escola, afirmando que não é a aquisição de capacidades de direção, não é a tendência a formar homens superiores que dá a marca social de um tipo de escola. A marca social é dada pelo fato de que cada grupo social tem um tipo de escola próprio, destinado a perpetuar, nesses estratos, uma determinada função tradicional, dirigente ou instrumental. Se quiser destruir essa trama, deve-se criar um tipo único de escola preparatória, que conduza o jovem até os umbrais da escolha profissional, formando-o como pessoa capaz de pensar, estudar, dirigir ou controlar quem dirige.

Essa concepção de educação e escola estrutura-se a partir de suas reflexões sobre a não possibilidade de distinguir homens que se ocupam apenas de atividades intelectuais e outros que se ocupam apenas das atividades não intelectuais.

Quando se distingue entre intelectuais e não intelectuais, faz-se referência somente a imediata função social da categoria profissional dos intelectuais. Isso significa que, se pode falar de intelectuais, é impossível falar de não intelectuais, porque não existem não

intelectuais. Não há atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual; não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*.

Nesse sentido, pode-se destacar a sua origem em família pobre (22/01/1891 a 27/04/1937), a sua formação crociana, que se deu numa perspectiva acadêmica e política, alimentada pela forte militância socialista e pela escrita sobre essa atividade política e, principalmente, pela participação política no Partido Comunista Italiano. Outro aspecto que marcou profundamente a vida de Gramsci foi o fracasso da luta operária italiana do seu tempo, tendo como contexto a 1ª Guerra Mundial (1914) e a Revolução Russa (1917). Mas nada marcaria tão profundamente a vida de Gramsci como o cárcere (08 de novembro de 1926), aos 35 anos de idade, no auge da sua vida política e intelectual.

Aliás, uma das marcas do pensamento gramsciano são os escritos no cárcere, produzidos na dureza da prisão, com profundas limitações, o que provocou a publicação póstuma de todas as suas obras.

Segundo Gramsci (2006), até aquele momento ele tinha produzido teoricamente para o dia a dia, para a organização da luta política, para a militância, mas agora ele se interessa por algo *für ewig*, “para sempre”, “desinteressado”, conforme é possível constatar na *Carta a Tatiana Schucht*, de 19 de março de 1927 (1 v., p. 77).

Para Gramsci (2006), o “Americanismo e o Fordismo” resultam da necessidade imanente de organizar uma economia programática e que os diversos problemas examinados deveriam ser os elos da cadeia que assinalam exatamente a passagem do velho individualismo econômico para a economia programática. Destaca-se, ainda, na sua teoria, o caráter histórico e dialético e seu método de estudo profundamente dialético.

Para Gramsci (2006), o americanismo é um instrumento para a existência do Fordismo, uma espécie de regulamentação racional da sociedade, não apenas na fábrica, mas também em todos os outros espaços da vida do trabalhador, seja no espaço público ou privado. Assim, conforme apresentado, o americanismo e o fordismo resultam da necessidade imanente de chegar à organização de uma economia programática, controlada pela racionalidade do capital.

Gramsci (2006) diz que a América não tem grandes “tradições históricas e culturais”, mas tampouco está sufocada por essa camada de chumbo. Para ele, é esta uma das principais razões de sua formidável acumulação de capitais, malgrado o nível de vida de suas classes populares ser superior ao europeu.

Entretanto, para atingir essa “formidável acumulação de capitais”, foi realizada muita exploração e dominação. Dentre esses aspectos de dominação, Gramsci (2006) destaca alguns

aspectos da questão sexual. Assim, foram os instintos sexuais que sofreram a maior repressão por parte da sociedade em desenvolvimento. A “regulamentação” destes pelas contradições que geram e pelas perversões que lhes são atribuídas parece a mais “contrária à natureza” e, portanto, são mais frequentes nesse campo os apelos à “natureza”.

Nesse contexto, a questão sexual seria compreendida na seguinte perspectiva: a sexualidade como função reprodutora e como esporte; a função econômica da reprodução; cidades industriais com baixo índice de natalidade.

Gramsci (2006), no texto *Carta a Tatiana Schucht*, faz uma discussão extremamente importante sobre o que ele chama de “super-regionalismo” e “supercosmopolismo”, onde reflete sobre as questões de produção na relação campo x cidade.

Em última instância, o alcance e o objetivo do fenômeno americano seria criar, com rigidez incrível e com uma consciência do fim jamais vista na história, um tipo novo de trabalhador e de homem. Ou seja, preocupava-se em manter a continuidade da eficiência física do trabalhador, sua eficiência muscular nervosa, ter um quadro de trabalhador estável, ter um conjunto afinado (o trabalhador coletivo), e saber controlar, com a ajuda do Estado, o uso do álcool. Além disso, ofertar altos salários.

A qualidade deveria ser atribuída aos homens, e não às coisas, e a qualidade humana eleva-se e torna-se mais refinada na medida em que o homem satisfaz um número maior de necessidades, tornando-se independente.

Gramsci (2006) expõe que os altos salários são uma forma transitória de retribuição. A adaptação aos novos métodos de produção e de trabalho não pode ocorrer apenas por meio da coação social. Assim, os altos salários discernem os trabalhadores em matizes: os que estão qualificados e adaptados para a atividade na indústria recebem os altos salários. Por outro lado, os que não se inserem nesse perfil estão excluídos de atividades remuneradas com altos salários. Enfim, trata-se de mais uma estratégia de dominação, controle e exploração do trabalhador.

Isso significa que toda a ideologia fordista dos altos salários é uma ideologia construída a partir de uma necessidade objetiva da indústria moderna, que atingiu determinado grau de desenvolvimento, e não um fenômeno primário.

Em suma, para Gramsci (2006), essa ideologia de “nova cultura” e de “novo modo de vida” que, hoje, se difunde sob a etiqueta americana, não passa das primeiras tentativas feitas às cegas, devido não tanto a uma “ordem” que nasce de uma nova estrutura, que ainda não se formou, e sim a uma iniciativa superficial e macaqueadora dos elementos que começam a se

sentir socialmente deslocados pela ação da nova estrutura em formação. Enfim, mais uma estratégia de saída conservadora para as infundáveis crises do capital, visto que:

[...] Num novo contexto de relações entre vida e cultura, entre trabalho intelectual e trabalho industrial, as academias deveriam se tornar a organização cultural (de sistematização, expansão e criação intelectual) daqueles elementos que, após a escola unitária, passarão para o trabalho profissional, bem como um terreno de encontro entre estes e os universitários. (GRAMSCI, 2006, p. 40).

Um conceito de universidade fundamentado no pensamento de Gramsci (2006) sustenta-se fundamentalmente na superação da dualidade da formação capitalista: uma universidade que ofereça a democratização do acesso e permanência para os filhos dos trabalhadores. Ou, conforme destacado na citação em epígrafe neste trabalho, que se reproduz aqui, uma universidade que possibilite uma formação que enfrente a dicotomização entre trabalho intelectual e manual.

No quadro apresentado a seguir, sintetizam-se as profundas diferenças entre as teorias liberais e marxista, no que tange ao processo de entendimento da educação e, portanto, da universidade. Nesse sentido, faz-se questão de explicitar que foi adotada a concepção marxista para compreender e orientar as atividades intelectuais e políticas na sociedade.

Quadro 1 – Síntese das categorias da pesquisa.

TEORIAS	CATEGORIAS			
	TRABALHO	EDUCAÇÃO	UNIVERSIDADE	PESQUISA
LIBERAIS	Produtor de mercadorias e de riquezas para serem vendidas no livre mercado.	Transmissão de conhecimento, treinamento, repetição e formação dual (trabalho intelectual x trabalho manual), ou seja, a reprodução da dualidade.	Formação da elite dirigente, que pensa, planeja os processos produtivos de produção e reprodução do capital.	Produção de ciência e tecnologia para reprodução do capital, em outras palavras, produção de mercadoria.
MARXISTAS	Produto e produtor do homem. Indissociável da educação.	Produto e produtor do trabalho do homem na natureza. Constitui-se como fundamento da vida humana.	Produtora de conhecimento científico, por meio do desvelamento da contradição do real, concebendo esse conhecimento como resultante da produção cultural do homem.	Produção de conhecimento para conscientização e libertação do homem.

Fonte: elaborado pelo autor.

Orientados, portanto, pelos princípios da “liberdade”, onde todos os cidadãos estariam “livres” para irem onde desejassem, para realizar seus desejos e vontades no “livre mercado”, não sendo controlado heterônomamente por outras instituições ou pessoas, os defensores do liberalismo fortalecem uma ideologia conservadora da ordem social capitalista. Contudo, essa concepção esconde características desumanas do capitalismo, uma vez que:

[...] Na medida em que se desenvolve o capitalismo, as ciências naturais desabroçam e “desideologizam-se”. Isso se deve não somente à necessidade de conhecimentos científicos e técnicos do capital em geral e da grande indústria em particular, mas também ao fato de que o modo de produção capitalista está fundado sobre mecanismos diretamente econômicos de extração do excedente (a pseudotroca de equivalentes entre salários e força de trabalho e a apropriação da mais-valia pelo capitalismo), exigindo um cimento ideológico de tipo econômico-social e político e não tendo que construir uma cosmogonia religiosa. (LÖWY, 2009, p. 230).

A perspectiva da liberdade, da troca entre iguais e a ideia de neutralidade defendida pelos liberais são as suas grandes armadilhas ideológicas. A superação dessas ideologias pressupõe a busca da verdade pelo proletariado. Entretanto, Löwy (2009) afirma que a leitura

do proletariado não é garantia da verdade social, mas possibilidade de acesso a essa verdade, pelo fato desta constituir-se “[...] arma indispensável à sua autoemancipação” (LÖWY, 2009, p. 230). Dessa maneira,

[...] Não é, portanto, absolutamente por acaso se o proletariado – ao contrário da burguesia revolucionária – propõe como objetivo à sua revolução, não a defesa dos pretensos “Princípios Eternos da Liberdade e da Justiça” ou os “Interesses Supremos da Pátria”, mas a realização de seus interesses de classe. Uma comparação entre o *Manifesto Comunista* e a *Declaração de Independência dos Estados Unidos* é altamente instrutiva a esse respeito... É o que Ernst Bloch chama, em uma bela imagem, a *parcialidade vermelha* do marxismo. “Contrariamente a todas as classes que o precederam, o proletariado revolucionário não tem nenhum interesse em camuflar seus interesses de classe – isto é, em produzir ideologias. Ele quer antes suprimir todas as classes e, finalmente, suprimir a si próprio enquanto classe; assim não tem ele necessidade, diferentemente das classes anteriores, de uma ideologia que embeleze, mas, ao contrário, do olhar penetrante de um detetive. [...] O marxismo, por sua vez, alcançou um ponto de vista livre de ilusões por uma reflexão particularmente intensa da parcialidade que carrega o interesse à emancipação e que apenas esta parcialidade vermelha lhe permite se liberar de todo o obscurecimento por causa de preconceitos” (LÖWY, 2009, p. 242).

Nesse sentido, as concepções de trabalho, educação, universidade e pesquisa constituem-se de forma totalmente antagônicas em cada uma das duas teorias. Por isso, faz-se necessário analisar se as universidades e as pesquisas desenvolvidas em seus Programas de Pós-Graduação são influenciadas ou pela “liberdade e neutralidade do capital”, defendida pelos liberais, ou pela “parcialidade vermelha” dos marxistas.

1.3 A UNIVERSIDADE E O MUNDO DO TRABALHO NO BRASIL

Ao se ter como referência o quadro supracitado, verifica-se que, diferentes concepções de trabalhos produzirão diferentes concepções de universidade e, portanto, diferentes funções sociais para esta, pois a universidade constitui-se historicamente como a instituição responsável pela formação de profissionais para o mundo do trabalho e, concomitantemente, pela produção de conhecimento. Moll e Sevegnani (2006) afirmam que:

[...] O mundo do trabalho, como temática e campo social, atravessa a vida universitária e a interpela, seja pela função social que a universidade desempenha e pelas necessidades prementes de alunos e alunas, seja pelas mudanças vividas neste campo em função da revolução tecnológica ou pelos próprios processos vividos pelos docentes como trabalhadores de instituições de ensino. (MOLL; SEVEGNANI, 2006, p. 07).

Entende-se o trabalho enquanto produtor de cultura e, portanto, de humanização do homem. Nessa perspectiva marxista, o trabalho constitui-se como categoria fundamental no processo de formação do homem. A cultura seria, portanto, o resultado da ação humana na natureza, com objetivo de atender às suas necessidades por meio do trabalho. Segundo Del Roio (2005),

[...] É somente por meio da aprendizagem que o produto do trabalho se transforma em conhecimento acumulado e em forma específica de apropriação da natureza, ou seja “cultura”. Outros primatas têm a capacidade de alterar o ambiente em seu benefício, assim como formas rudimentares de linguagem, mas não têm a capacidade de arbitrar sobre o ambiente, ou seja, de criar representações e projeções que configuram um conhecimento específico na natureza que é a “cultura”. (DEL ROIO, 2005, p. 15).

Segundo esse autor, vale destacar esse longo processo de redefinição da produção de conhecimento, principalmente do conhecimento científico, no contexto do capitalismo moderno, pois esse “[...] conhecimento científico é apropriado e convertido em tecnologia segundo os interesses privados do capital e não do trabalho e da humanidade”, ao que finaliza, afirmando que, nesse contexto, “[...] a ciência é meio de anulação de saberes e de exploração do trabalho do homem” (DEL ROIO, 2005, p. 23).

Nesse contexto de “crise da ciência” produzida pela “crise do capital”, impõe-se para a universidade do mundo todo um desafio de reinventar-se, de inserir-se no centro dessa dualidade construída pelo capital entre trabalho e educação, como um elo fundamental no processo de reconstrução dessa relação no processo de produção do conhecimento científico na sociedade contemporânea.

No Brasil, a concepção de universidade presente na legislação tenta incorporar essa problemática. A Constituição Federal (1998) destaca, em seu art. 207, que “[...] a universidade goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Essa prerrogativa legal de autonomia e da indissociabilidade constitui-se como condição imprescindível para a produção do conhecimento em uma sociedade capitalista.

Segundo a Constituição Federal de 1988, em seu art. 6º, “[...] são direitos sociais a **educação**, a saúde, a alimentação, o **trabalho**, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010)” (grifos do autor). Ao passo que, mais à frente, em seu art. 205, que trata da educação, explicitamente, afirma que “[...] a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e

incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua **qualificação para o trabalho**” (grifos do autor).

Existe, portanto, na legislação brasileira uma concepção de educação, em tese, voltada para o “pleno desenvolvimento da pessoa” com a “qualificação para o trabalho”, condição essa que não se apresenta concretamente nas experiências educacionais brasileiras, onde podem ser encontradas tentativas isoladas de aproximação em algumas experiências no Ensino Médio, por exemplo, o Ensino Médio Integrado, assim como algumas experiências na universidade, conforme é possível observar na experiência da Universidade do Trabalho, Universidade Tecnológica e Universidade do Movimento Social.

Em outros termos, entende-se que a concepção de educação, explicitada no texto da legislação brasileira, induz a compreendê-la como uma formação, voltada para o exercício da cidadania e para o mundo do trabalho, mas que também não se revela nas políticas educacionais, pois a separação entre educação e trabalho explicita uma concepção de cidadania burguesa liberal, sustentada no campo do direito legal e fragilizada diante da objetividade do mundo do trabalho, uma vez que, como mostra Mészáros (2005, 2009), não pode ocorrer à universalização da educação sem a universalização do trabalho, considerando o que ele caracteriza como “crise estrutural do capital”.

As universidades, portanto, precisam lidar com essa realidade. Enfrentam as instabilidades da crise provocada pela quebra da indissociabilidade entre educação e trabalho, assim como as consequências internas dessa fragmentação no processo de desenvolvimento de sua função social. Romano (2006) acrescenta que:

[...] Quem trabalha na universidade pública – professores, estudantes, funcionários – tem consciência de que a instituição pertence ao Estado democrático de direito e deve obedecer às normas de convívio estabelecidas na Constituição política. A universidade pública se define pelo seu âmbito estatal ou nada significa. No estado de direito, a vida das pessoas é regulada por leis e não pelo arbítrio desta ou daquele dirigente político, setor social ou partido. Seu alvo é o de buscar o bem, a verdade, a beleza, em todos os aspectos da vida humana. Com as ciências, as artes, os serviços sociais, ela cumpre o papel de ajudar o povo brasileiro na busca de uma vida digna, ética, bonita. (ROMANO, 2006, p. 18).

Esses aspectos revelam a grande fragilidade da universidade diante das investidas tanto do Estado quanto da lógica da gestão gerencial do capital propriamente dito. A universidade financia-se com os recursos do fundo público para a manutenção e a expansão de suas atividades, a fim de cumprir a sua função histórica de formar os profissionais que a

sociedade precisa e, ao mesmo tempo, de autônoma, no sentido de produzir conhecimento científico.

A contradição revela-se na origem desse recurso que, mesmo originando-se do fundo público, quase sempre, vem condicionado às metas estabelecidas por organismos exógenos, seja o Estado, braço jurídico do capital, ou mesmo as empresas, braço produtivo do capital. Essa condição se manifesta não apenas nas estratégias de gestão administrativa e financeira da universidade, mas também nas atividades do ensino, na pesquisa e na extensão, ou seja, na produção do conhecimento. Contudo, segundo Romano (2006), a universidade possui uma função social muito maior, uma vez que:

[...] A universidade forma indivíduos para as mais diversas áreas de pensamento. O universo humano é o seu horizonte. Ela serve às comunidades locais no mesmo impulso em que serve a comunidade nacional e internacional, e vice-versa. Toda universidade digna deste nome não se limita ao tempo e ao espaço da imediatez. Ela realiza a passagem do singular ao universal e permite aos cidadãos de uma cidade perceber seus problemas e esperanças em nível cósmico. Para isso, o requisito é a plena liberdade, a força crítica assegurada para mestre, pesquisadores, alunos. Instituição mantida pela vida civil, se a universidade permite que parte de seus quadros não chegue ao seu fim, a investigação e o ensino livres, ela trai a sua missão, para a qual impostos são recolhidos de toda a cidadania. (ROMANO, 2006, p. 20-21).

Essa luta pela “liberdade” e pela “força crítica”, de seus pesquisadores, citada por Romano (2006), constitui-se como o grande desafio das universidades brasileiras, conforme já citado. O desafio de efetivar a sua função social de absorver as demandas da sociedade e dar-lhes resposta por meio das suas atividades acadêmicas torna-se cada vez mais difícil.

Esse não é um conflito recente. Na origem do projeto da universidade brasileira duelaram, nesse campo, além dos católicos, os liberais e os positivistas, na perspectiva de imprimir um caráter laico e público à universidade.

Romano (2006) destaca um ponto que interessa muito nesse debate, que tangencia a ideia de universidade e o mundo do trabalho, onde diz que:

[...] Para que se possa substituir o “reinado dos bacharéis”, inadequado ao mundo do presente – mundo da técnica, da indústria, da lavoura assentada sobre a ciência – a arma fundamental é a escola. Precisamos de escolas técnicas e científicas, onde se ensinem as leis da natureza e os meios de aproveitá-las a nosso favor, já que o “reinado exclusivo das letras”, consagrando a supremacia da imaginação sobre todas as outras faculdades que compõem a razão, ao mesmo tempo em que constituiu um permanente perigo nacional, é ainda um embaraço, uma causa positiva de entorpecimento para todos os ramos da atividade industrial. (ROMANO, 2006, p. 23-4).

Essa ideia de Romano (2006) enfatiza a defesa por uma concepção de universidade verdadeiramente plural, livre das amarras do “reino exclusivo das letras”, que se entende como os cursos de formação exclusivamente teórica (infere-se que essa crítica direciona-se para os cursos de bacharelado e licenciatura). Essa concepção reforça a necessidade de inserção da universidade no campo de formação técnica e científica ligada às atividades industriais.

A universidade caminha em um contexto complexo de cumprir a sua função social de formação para o trabalho sem atender estreitamente às prerrogativas do “mercado de trabalho”, que busca subjugar a universidade ao pragmatismo e ao imediatismo em que o “fazer” está em detrimento do “saber”. Essas antitéticas perspectivas estão presentes nas ações dessa instituição. Ou seja, a partir dessa perspectiva forja-se na universidade uma dualidade diante do trabalho, pois se estabelece um debate entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre os que “fazem” e os que “pensam”, ou entre os que dirigem e os que são dirigidos.

Antunes (2009), ao discutir “a interação crescente entre trabalho e conhecimento científico”, elabora “uma crítica à tese da ‘ciência como principal força produtiva’”. Ele afirma que:

[...] Em vez da substituição do trabalho pela ciência, ou ainda da substituição da produção de valores de troca pela esfera comunicacional, da substituição da produção pela informação, o que vem ocorrendo no mundo contemporâneo é maior inter-relação, maior interpenetração, entre as atividades produtivas e as improdutivas, entre as atividades fabris e as de serviços, entre atividades laborativas e as atividades de concepção, entre produção e conhecimento científico, que se expandem fortemente no mundo do capital e de seu sistema produtivo. (ANTUNES, 2009, p. 134).

Faz-se necessário, portanto, analisar a interrelação ou a interpenetração entre trabalho manual e trabalho intelectual, fundamentados em Marx e Gramsci, para se compreender como vem ocorrendo historicamente essa relação, nesse momento histórico marcado pela hegemonia do capital sobre o trabalho. Conforme afirma Antunes (2009, p. 261), “[...] sob o sistema de metabolismo social do capital, o trabalho que estrutura o capital, desestrutura o ser social”.

Oliveira (2009) destaca que existem implicações da produção do conhecimento científico na divisão social do trabalho por meio da universidade. Para o autor:

[...] Formar o especialista tornou-se sua “especialidade”, e hoje é o técnico que preenche a maior parte dos bancos escolares superiores. Assim, ela desempenhou importante papel na **divisão social do trabalho** sistematizando e institucionalizando a forma em que a produção e a reprodução do conhecimento aumentavam o fosso entre o **trabalho braçal** e o **trabalho intelectual**. (OLIVEIRA, 2009, p. 12, grifos do autor).

Portanto, essa discussão entre universidade e trabalho, referenciada nas produções teóricas sobre trabalho e educação, apresenta, também, outra perspectiva destacada por Santos (2005), destacando que, além de todas as mudanças enfrentadas pelas universidades nas suas diversas crises (de hegemonia, de legitimidade e institucional)¹³, o “fim de um projeto de país”, ou dos Estados nacionais, também, teria influenciado profundamente as universidades (SILVA, 2005). Pois:

[...] A passagem do conhecimento universitário para o conhecimento pluriversitário é, portanto, um processo muito mais amplo que a mercantilização da universidade e do conhecimento por ela produzido. É um processo mais visível hoje nos países centrais, ainda que também presente nos semiperiféricos e periféricos. Mas tanto nestes como nos países periféricos teve lugar, ao longo das duas últimas décadas, uma outra transformação altamente desestabilizadora para a universidade, uma transformação que, estando articulada com a globalização neoliberal, não tem apenas dimensões econômicas nem se reduz à mercantilização da universidade. É, pelo contrário, uma transformação eminentemente política. (SANTOS, 2005, p. 45).

É essa transformação política, produzida pelo neoliberalismo¹⁴, que Santos (2005) identifica como “o fim do projeto de país”, pois, segundo ele, a universidade “[...] esteve sempre ligada à construção do projeto de país, um projeto nacional quase sempre elitista que a

¹³ A crise de hegemonia que é presenciada, atualmente, nas universidades, se caracteriza para além da dimensão economicista e produtivista, pois o apelo à prática teve, a partir dos anos sessenta, outra vertente, de orientação social e política que consistiu na inovação da “responsabilidade social da universidade”, perante os problemas do mundo contemporâneo, uma responsabilidade raramente assumida, no passado, apesar da urgência desses problemas e apesar da universidade ter acumulado sobre eles conhecimentos preciosos (SANTOS, 1995). Já a crise de legitimidade se manifesta no momento em que se torna socialmente visível que a Educação Superior e a alta cultura são privilégios exclusivos das elites sociais. Quando a procura da educação deixa de ser uma reivindicação utópica e passa a ser uma aspiração socialmente legitimada, a universidade só pode legitimar-se quando atender às demandas que lhes são socialmente apresentadas. De todas as crises da universidade, a crise institucional (crise de financiamento) é, sem dúvida, a que tem assumido maior intensidade, nos últimos anos. Fundamentalmente, porque nela se refletem tanto a crise de hegemonia quanto a crise de legitimidade, em parte, porque os fatores mais marcantes de sua exacerbação pertencem, efetivamente, ao momento de crise cíclica do desenvolvimento capitalista, que Santos (1995) denomina “período do capitalismo desorganizado”.

¹⁴ Segundo Chauí (2013), “[...] com o encolhimento do espaço público dos direitos e a ampliação do espaço privado dos interesses de mercado, nascia o neoliberalismo, cujos traços principais podem ser assim resumidos: 1- desativação do modelo industrial de tipo fordista [...]; 2- O desemprego estrutural [...]; 3- O deslocamento do poder de decisão do capital industrial para o capital financeiro [...]; 4- No Estado de Bem-Estar Social, a presença do fundo público sob a forma de salário indireto (os direitos econômicos e sociais) desatou o laço que prendia o capital a força de trabalho (ou ao salário direto) [...]; 5- A transnacionalização da economia reduz a importância da figura do Estado nacional como enclave territorial para o capital e dispensa as formas clássicas do imperialismo – colonialismo político-militar, geopolítica de áreas de influência etc. – de sorte que o centro econômico, jurídico e político planetário encontra-se no Fundo Monetário Internacional (FMI) e no Banco Mundial, que operam com um dogma: estabilidade monetária e corte do déficit público; 6- A distinção entre países de Primeiro e Terceiro Mundo tende a ser acrescida com a existência, em cada país, de uma divisão entre bolsões de riqueza absoluta e de miséria absoluta, isto é, a polarização de classe surge como polarização entre opulência absoluta e a indignância absoluta (CHAUÍ, 2013, p. 124-6).

universidade devia formar”, resquício objetivo dos desdobramentos das políticas econômicas neoliberais adotadas neste país, conforme citado no início deste texto.

1.4 TRABALHO E EDUCAÇÃO: diferentes perspectivas de análise da função social da universidade na formação do trabalhador

Conclui-se a argumentação referente a esse primeiro capítulo, buscando sintetizar a relação entre trabalho e educação como uma relação estruturante do nosso modelo societal.

Foi debatida anteriormente a relação da universidade com o projeto de nação de cada país. Essa referência se faz necessária, pois, nesse momento de globalização, ou mundialização do capital (CHESNAIS, 1996), construir um projeto de nação livre, independente e produtora de ciência e tecnologia não se constitui em tarefa política fácil, sendo ainda mais complexa para os países da América Latina, considerando a sua dependência econômica, social e cultural histórica.

Silva (2006) afirma que a ciência e a tecnologia devem fazer parte do projeto de país que se deseja construir. E completa dizendo que:

[...] Parece, no entanto, que nosso país ainda não percebeu esse fato, pois segundo Candotti (2006), existe uma redução de investimentos em pesquisa decorrentes da prioridade dada à formação do superávit primário. A ciência e a tecnologia devem fazer parte do projeto de país que desejamos construir. Se queremos que ele seja mais justo e participativo, e que as oportunidades de exercício da cidadania estejam ao alcance de todos, precisamos definir uma política educacional que permita a formação desses cidadãos; para isso precisamos optar entre educar para construir máquinas ou para operá-las, ou se vamos treinar ou formar. O incentivo à pesquisa segundo o autor, é importante para o desenvolvimento do país, pois pode contribuir para agregar valor aos bens produzidos – evitando importações desnecessárias – e dá um significado histórico ao projeto de nação, por meio do conhecimento e reflexão de documentos históricos, o conhecimento dos ambientes, da natureza, da sociedade e da cultura. (SILVA, 2006, p. 64).

Entende-se a produção de ciência e tecnologia por meio da pesquisa como uma das funções sociais principais da universidade brasileira. Precisa-se articular, entretanto, a essa ideia o princípio legal e constitucional da indissociabilidade da pesquisa, ensino e extensão, resguardado o princípio da autonomia.

Vale, portanto, outro comentário em relação a essa citação apresentada. Trata-se de uma citação de 2006, que corresponde a um momento histórico de retomada dos investimentos nas Universidades Federais, durante o Governo Lula. Contudo, mesmo com o aumento desses investimentos, posteriormente a esse período, estes continuam insuficientes

para o volume de atividades de pesquisa, ensino e extensão, desenvolvidas no interior das universidades federais. Talvez, por isso,

[...] A culpa pela deficiência em pesquisa científicas e tecnológicas – cujo desenvolvimento poderia solucionar inúmeras mazelas que assolam o nosso país e, até mesmo a culpa pela falta de pesquisa por parte do setor produtivo – por vezes tem sido atribuída à universidade. Entretanto, sabemos que, mesmo com todos os problemas enfrentados pelos pesquisadores (defasagem salarial, déficit em número de docentes, técnicos administrativos e carência de condições adequadas de trabalho), se há pesquisa em nosso país, grande parte se deve à universidade pública. Quem faz pesquisa não pode ser responsabilizado por aqueles que, por razões diversas, não o fazem ou não oferecem condições para o seu desenvolvimento. (SILVA, 2006, p. 64)

A universidade confronta-se com essas diferentes e antitéticas perspectivas de atuação, ou diferentes e antitéticas funções sociais, a fim de produzir ciência e tecnologia para o capital, ou produzir ciência e tecnologia, por meio de um projeto coletivo de sociedade, fundado nos interesses dos trabalhadores. Em outros termos, a universidade, por não constituir-se em uma ilha, apesar da defesa da autonomia, ‘sofre’ as interferências dos interesses do capital perpassando as suas práticas, interesses, esses, marcados por práticas produtivas do capitalismo periférico e dependente do capital internacional. Essa condição gerou, no Brasil, uma situação adversa ao desenvolvimento de ciência e tecnologia, sendo que:

[...] O Brasil tem grande deficiência de pesquisa nas empresas. A indústria, com algumas exceções, compra tecnologia. Usamos tecnologia desenvolvida fora do país, em outros contextos socioculturais, que nem sempre atendem integralmente às nossas reais necessidades e que quase sempre custam muito caro. Ressaltamos o grande perigo da dependência tecnológica: a possível dependência econômica e política. Transformamo-nos em usuários, permitindo que outros países sejam produtores e, dessa forma, “dominem” verdadeiramente tecnologia e tenham maiores facilidades para obter inovações tecnológicas e solucionar seus problemas. (SILVA, 2006, p. 65).

Ou seja, a tecnologia para o setor produtivo constitui-se em apenas mais uma mercadoria para ser comprada no mercado internacional, sem pensar no lastro de dependência econômica e sócio-cultural que essas práticas geram no país. Nesse ponto, encontra-se a necessidade de atuação das universidades, no sentido de atuar para transformar a produção de ciência e tecnologia no país como fruto de um processo coletivo das práticas históricas e sociais dos indivíduos.

Cabe aqui uma crítica às assim denominadas universidades corporativas, pelo fato de não possuírem condições para a produção de ciência e tecnologia, centram-se no “treinamento de mão de obra” recrutada pela própria empresa, no treinamento de trabalhadores de forma técnica e instrumental para atender às suas necessidades estritas, afastando-se do verdadeiro

sentido de universidade, enquanto universalidade de conhecimentos para todos, irrestritamente.

Muitas políticas do governo federal buscaram, historicamente, transferir para a universidade, a pesquisa de inovação tecnológica, de interesse estrito de mercado, para as universidades executarem, ou exclusivamente com recursos públicos ou, ainda, por meio de parceria público-privada. Assim,

[...] Os doutores formados, em grande parte nas universidades públicas, têm poucas oportunidades de emprego na iniciativa privada, o que não representa necessariamente falta de intenção de interação entre universidade e empresa, mas explicita que a pesquisa não representa a prioridade de grande parte do setor produtivo instalado no Brasil. (SILVA, 2006, p. 66-67).

Logo em seguida, Silva (2006) considera que a Lei de Inovação Tecnológica, tenta resolver esse “problema” das empresas. Então,

[...] Procurando resolver esse “problema” das empresas, a Lei da Inovação Tecnológica (Lei n. 10.973, de 02 de dezembro de 2004) estabeleceu medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento industrial do país. Ela teria como objetivo facilitar a interação entre universidades, institutos tecnológicos e o setor produtivo, estimulando o desenvolvimento de produtos e processos inovadores e melhorando a competitividade do país. (LIMA FILHO; TAVARES, 2006, p. 67).

Essa lei serviu para agravar ainda mais as contradições no interior das ações da universidade pública, financiada pelo Estado, a serviço da iniciativa privada. Os resultados não cabem aqui relatar, mas dificultaram as estratégias de fortalecimento de uma universidade pública e gratuita para todos.

Seguindo essa mesma perspectiva, a atual Lei Nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei Nº 10.973/2004, mas mantêm na sua essência a ideia da “promoção da cooperação e interação entre os entes públicos, entre os setores público e privado e entre empresas”, conforme explicita-se no Artigo 2º da referida lei.

Por fim, Silva (2006) diz que não se opõe à interação da universidade com a empresa, mas defende que essa interação seja com todos os setores que compõem a sociedade. Deixa, ainda, um questionamento: “[...] Por que não discutimos a falta de interação entre universidade e sindicatos representativos da classe trabalhadora, ou universidade e movimentos sociais?”.

Enfim, existe uma hegemonização da concepção de universidade academicista, fundada em elitismos intelectuais, que vem afastando a universidade dos processos de luta pela transformação social, empreendida pelos trabalhadores em contexto de crise do capital. Mézáros (2008), citando as *Teses sobre Feuerbach* de Marx, diz que:

[...] A teoria materialista de que os homens são produtos das circunstancia e da educação e de que, portanto, homens modificados são produto de circunstancia diferente e de educação modificada, esquece que as circunstancias são modificadas precisamente pelos homens e que o próprio educador precisa ser educado. Leva, pois, forçosamente, à divisão da sociedade em duas partes, uma das quais se sobrepõe à sociedade (como, por exemplo, Robert Owen). A coincidência da modificação das circunstancias e da atividade humana só pode ser apreendida e racionalmente compreendida como prática transformadora. (MARX, 1977, p. 118-119).

Nesse sentido, entende-se que a concepção de universidade, fundada na teoria marxista, não pode se ausentar do debate sobre as mudanças estruturais exigidas pelos trabalhadores, sob a pena de que sua própria transformação, em última instância, embasada em uma perspectiva autônoma e livre para a produção de ciência e tecnologia e formação de profissionais para o mundo do trabalho depende dessa transformação social.

CAPÍTULO 2: UNIVERSIDADE E TRABALHO: o trabalho e suas relações com as diferentes concepções de universidade

Neste Capítulo analisa-se a aproximação entre trabalho e universidade, fundamentada na perspectiva do trabalho enquanto princípio ontológico e histórico (SAVIANI, 2007), destacando as perspectivas institucionais, onde o trabalho constitui-se em princípio educativo (GRAMSCI, 2000) em suas práticas formativas.

Foram analisadas as concepções de universidade forjadas historicamente, iniciando pela concepção Napoleônica, a fim de entender a origem da concepção clássica de universidade. Para isso, foi feita uma discussão sobre a concepção “humboldtiana” de universidade, buscando compreender a gênese da concepção da universidade centrada na pesquisa, assim como sobre as implicações do “Pacto de Bolonha” na universidade, onde se analisou o processo de intensificação do trabalho docente na universidade. Em seguida, analisou-se a “Revolta de Córdoba na Argentina”, buscando elementos para a compreensão processo de reforma contra-hegemônica da universidade na América Latina.

Além disso, fez-se uma análise da concepção de universidade que orientou as tentativas de criação das universidades do trabalho no Brasil, utilizando como referência as pesquisas de Marcela Pronko (1997, 2002). Este Capítulo será finalizado com uma análise da concepção de universidade que sustentou a criação da Unitrabalho, na forma de uma rede de instituições que se integraram em torno do trabalho enquanto categoria central.

Essas concepções de universidade são “ideias de universidade”, construídas da experiência concreta e histórica com o contexto social, econômico, político, cultural e educacional de determinado tempo histórico e em diferentes sociedades. Essas concepções trazem em sua essência uma concepção de sociedade, de trabalho e de educação, e constituem-se elementos fundamentais no processo de materialização de modelos institucionais de universidade. Ou seja, são eixos orientadores do processo de criação das universidades.

2.1 A CONCEPÇÃO NAPOLEÔNICA DE UNIVERSIDADE: o primeiro modelo clássico de universidade

Ainda existem muitas discordâncias em relação à concepção ou identidade das primeiras universidades e, principalmente, se essas denominações clássicas de universidade correspondem, ainda, aos atuais modelos institucionais. Sguissardi (2006) afirma que existem

os seguintes modelos clássicos de organização universitária: o modelo napoleônico, o modelo alemão ou humboldtiano e o modelo inglês ou americano. Morosini (1990), por sua vez, apresenta as seguintes concepções de modelos clássicos de universidade: o napoleônico, o humboldtiano e o latino-americano.

Além dessas definições da concepção de universidade, há, também, um quadro sinótico das cinco concepções de universidade que orientaram as pesquisas apresentadas por Drèze e Debelle (1983) e como eles desenvolvem a argumentação da sua obra.

Quadro 2 – Quadro sinótico das cinco concepções.

Primeira Parte: A UNIVERSIDADE DO ESPÍRITO				Segunda parte: A UNIVERSIDADE DO PODER	
Capítulo.	I Um Centro de Educação.	II Uma Comunidade de Pesquisadores.	III Um Núcleo de Progresso.	IV Um Modelo Intelectual.	V Um Fator de Produção.
Autor principal.	J. H. Newman	K. Jaspers	A. N. Whitehead	Napoleão	Conselho dos Ministros da U.R.S. S.
Finalidade.	Aspiração do indivíduo ao saber.	Aspiração da humanidade à verdade.	Aspiração da sociedade ao progresso.	Estabilidade política do Estado.	Edificação da comunidade comunista.
Concepção Geral.	Uma educação geral e liberal por intermédio do saber universal.	A unidade da pesquisa e do ensino no centro do universo das ciências.	A simbiose da pesquisa e do ensino a serviço da imaginação criadora.	Um ensino profissional uniforme, confiado a um grupo profissional.	Um instrumento funcional de formação profissional e política.
Princípios de Organização.	Uma pedagogia do desenvolvimento intelectual – Internato de “tutors”.	Uma sã organização da faculdade – A liberdade acadêmica.	Um corpo docente criador – Os estudantes capazes de aplicar alguns princípios gerais.	Uma hierarquia administrativa – Programas uniformes.	Uma manipulação controlada da Oferta de diplomados – Apelo s todas as força produtivas da nação.
Conclusão quanto ao problema da massa.	Uma rede diversificada de instituições de ensino superior no seio da qual as universidades conservam a sua originalidade.			Uma rede oficial uniforme para a massa e para a elite.	Adaptação do número às necessidades da economia e diversificação das instituições.

Fonte: Drèze e Debelle (1983).

No caso específico deste trabalho, serão adotados, como concepção dos modelos clássicos de universidade, os seguintes: o modelo napoleônico e o modelo alemão ou humboldtiano, conforme indicação dos autores citados. Além disso, trabalhar-se com os modelos resultantes das influências do Pacto de Bolonha e da Revolta de Córdoba. Foram analisadas, também, as influências da concepção da Universidade do Trabalho e da Rede da Unitrabalho como estratégia de aproximação entre universidade e trabalho. Essas concepções são os fundamentos que ajudam a compreender os diversos modelos institucionais que serão analisados no Capítulo seguinte.

Ao tratar do Modelo Napoleônico, Bianchetti (2013) afirma que:

[...] No que diz respeito ao modelo napoleônico de universidade — que veio substituir a universidade medieval por um sistema centralizado na Universidade Imperial, constituído de academias (os, hoje, campi), que se estendiam aos Países Baixos e à Itália —, ele também é fruto do desenvolvimento da técnica, ciência e tecnologia da Revolução Industrial e, sobretudo, da República Jacobina de 1793, cujas Escolas Superiores passaram a constituir-se em estrato superior do sistema educacional francês, formando quadros para a classe dirigente, enquanto ao restante da população era destinada a formação de nível primário e secundário. (BIANCHETTI, 2013, p. 04).

Trata-se do modelo liberal, elitista, construído para realizar a formação da “classe dirigente” da sociedade francesa do século XVII e XVIII. Outra característica importante refere-se ao fato dessa instituição dedicar-se ao ensino, sustentado na transmissão do conhecimento, conforme mostra Morosini (2006, p. 63), ou seja, que o Modelo Napoleônico “[...] é o de registro mais antigo, mas com forte presença de suas vertentes até os dias de hoje. É uma concepção de instituição de educação superior herdada do Iluminismo, marcada pelo elitismo, pela formação profissional em escolas isoladas e pela transmissão do saber”. Logo,

[...] O modelo napoleônico expressa a concepção educacional de seu contexto sociopolítico, econômico e tecnológico, bem como as necessidades imediatas da classe dominante, sendo um dos exemplos mais antigos de instrumentalização da universidade pelo Estado, exercida por mediação da legislação, controle financeiro e de nomeações em todo território nacional, com vistas à modernização da sociedade, à construção de uma identidade nacional e à (con) formação da classe trabalhadora. (BIANCHETTI, 2013, p. 05).

O que é possível observar das características das universidades napoleônicas é que seus traços, apesar de muito antigos, marcaram profundamente as universidades ocidentais, inclusive as brasileiras. Atualmente, como demonstraram Bianchetti (2013), Sguissardi (2006) e Morosini (2006), não serão encontrados esses modelos puros nas universidades brasileiras,

entretanto, a sua influência e as suas referências são muito presentes em nossos modelos institucionais mais diversos.

2.2 A CONCEPÇÃO HUMBOLDTIANA DE UNIVERSIDADE: a pesquisa como função social da universidade

Os desafios enfrentados pela universidade em seu longo processo de criação e desenvolvimento são inúmeros. Como já visto, alguns são provenientes de suas articulações com a sociedade, no sentido da constituição da sua atuação ou função social, assim como os desafios internos, provocados pelo processo de constituição da sua identidade e da sua organização acadêmica.

Seja qual for a ordem desses desafios vividos pela universidade, de todo modo, a universidade vem se transformando, reformando, metamorfoseando, a fim de dar conta desses desafios.

No Brasil e no mundo, a universidade tem construído diversas estratégias para a sua auto formação. No Brasil, pode-se dizer, conforme já debatido em outra seção, que a “ideia de universidade” se forja atualmente, tendo como referência o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conforme estabelece o art. 207 da Constituição Federal de 1988, que diz que “[...] as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (*in verbis*).

Entende-se a pesquisa, portanto, como elemento central à organização acadêmica e universitária que, inclusive, constitui-se como um dos elementos definidores dos níveis de organização acadêmica da Educação Superior, onde as universidades, diferente das faculdades e centros superiores, são o mais alto grau de organização acadêmica, justamente pelo fato de centrarem-se na produção do conhecimento por meio da pesquisa, entre outras exigências legais.

As inúmeras crises do capital impuseram, aos estados nacionais, subjugados às políticas neoliberais, a produção de um conjunto de reformas nas universidades, no sentido de aparelhá-las às suas demais estratégias, visando uma saída conservadora dessa crise. Nesse sentido, o modelo de organização acadêmica da universidade, centrado na pesquisa, configura-se muito oneroso aos cofres públicos, carecendo esta, por sua vez, passar por cortes, a fim de torná-la mais produtiva.

Portanto, a ideia clássica de universidade ‘sofreu’ influência desse contexto, assim como de ideias e experiências vividas fora do Brasil, no sentido de atuar na perspectiva citada. Assim, surgem as influências da ideia da universidade humboldtiana no Brasil. A influência das ideias de Wilhelm von Humboldt, na construção desse modelo de universidade, pode ser percebida não apenas no Brasil, mas em várias universidades pelo mundo afora, a partir das suas contribuições na criação da Universidade de Berlim.

Seguindo o pensamento de Britto (2010), é possível dizer que:

[...] ao aproximar o pensamento teórico da realidade concreta, institucional, do Estado prussiano e estabelecer entre estes dois universos nexos de interdependência reais, seu trabalho filosófico conseguia, pela primeira vez, após inúmeras tentativas por parte dos acadêmicos, desde o século XVII, justificar de forma satisfatória, e diante de um público de não-eruditos, a função social do professor e do homem de ciência em geral enquanto educadores da humanidade, e, mais especificamente, dos alemães. (BRITTO, 2010, s/p).

Trata-se de uma grande influência sobre a sociedade, de um modo geral, e sobre a universidade, de um modo específico. A influência de Humboldt “[...] marca uma das poucas instâncias em que uma antropologia filosófica formou a base explícita para um programa de mudança social bem sucedido” (THOMAS, 1973, p. 219 apud BRITTO, 2010, s/p).

[...] Durante a sua administração, Humboldt, convidado a integrar o quadro dos funcionários do planejamento educacional da Prússia como diretor do recém-criado Departamento de Ensino Público do Ministério do Interior, redigiu inúmeros relatórios e propostas de caráter oficial – entre eles, uma série de projetos organizacionais e conceituais para a Universidade de Berlim, que, sob sua égide, foi fundada em 1810. (HUMBOLDT, 2002 apud BRITTO, 2010, s/p).

A partir desse “espaço” institucional e de vários outros, ocupados no Governo Prussiano, Humboldt realizou um conjunto de reformas no ensino e nas universidades alemãs.

[...] A atuação política, assim, não surge como o avesso mundano do ideal de educação, e quando Humboldt defende a diminuição da interferência do poder público no conteúdo curricular das universidades, ele está criticando duramente este modelo que opõe cultura e política, presente nas instituições de ensino naquele momento. (BRITTO, 2010, s/p).

Essa disputa se radicalizou em torno dessa concepção neo-humanista defendida por Humboldt. Conforme Britto (2010) mostra, esse projeto se chocava em vários aspectos com a política educacional prussiana e versava sobre a perspectiva da educação, cultura e política.

[...] Não é, portanto, absolutamente estranho que o mais importante critério social das reformas propostas pelos intelectuais neo-humanistas tenha sido, justamente, a adoção de medidas burocráticas capazes de consolidar os

limites do Estado diante da cultura, insistindo na importância política dos eruditos, os Gelehrten, especialmente através de sua reaproximação com a classe instável da burguesia que os enxergava, desde o final do século XVIII, como uma população parasitária e inútil. Essa crítica burguesa anti-intelectualista assumiu um vulto realmente ameaçador para toda a casta de professores acadêmicos que, em uma economia ainda pouco desenvolvida, dependia da legitimidade estrita desses espaços como única forma de prestígio social. Um de seus representantes mais radicais foi Joachim Heinrich Campe, que, na qualidade de pedagogo de renome internacional, chegou a defender, em 1792, o absoluto fim das universidades, que, para ele, àquela altura, haviam se reduzido a um aglomerado moralmente inadmissível de parasitas supostamente intelectuais. (BRITTO, 2010, s/p).

Infere-se dessa afirmação que haviam críticas às perspectivas da concepção neo-humanista. Trata-se de uma perspectiva utilitarista da educação sustentada “crítica burguesa anti-intelectualista” que defendia, entre outros projetos, o fim da universidade.

[...] É exatamente neste sentido que o neo-humanismo é responsável, na Alemanha, – mas, em breve, em grande parte da Europa, que adotou o modelo alemão – pelo surgimento do professor como categoria profissional burocraticamente organizada e das escolas e universidades como seu domínio próprio. (BRITTO, 2010, s/p).

Essas são as bases da concepção humboldtiana da universidade, ainda, presentes em nossas universidades atuais: um modelo centrado na pesquisa e na produção intelectual como atividade intelectual dos professores.

[...] O denominado modelo alemão ou humboldtiano, constituído a partir das ideias de Von Humboldt, Fichte e Schleiermacher – liberdade de pesquisar, de aprender e de ensinar, e enciclopedismo – experimentadas, em especial, na Universidade de Berlin, na primeira metade do século XIX, constituiu-se inspiração para uma Alemanha que precisava, primeiramente, recuperar o tempo perdido no campo da industrialização e, depois, afirmar sua independência cultural e científica em relação a seus vizinhos, adversários históricos. É a produção do saber e a formação livre, reconciliadas nos mesmos espaço e tempo. (SGUISSARDI, 2006, p. 69).

Vale destacar que se refere, aqui, à concepção de universidade e como essa se relaciona com a sociedade e com o mundo do trabalho especificamente. Por outro lado, essas concepções não se materializam tal quais as suas concepções teóricas, mas guardam características essenciais.

A relação da universidade com o mundo do trabalho passa a ser concebida como atividade intelectual deslocada da base produtiva. Ao trabalho docente cabe a tarefa de desenvolver reflexões eruditas, fundadas nas pesquisas burocraticamente desenvolvidas,

segundo os ditames de um academicismo que afasta a universidade dos problemas reais da sociedade contemporânea. Pois, como mostra Bianchetti (2013):

[...] O modelo humboldtiano assume a universidade como uma instituição que goza de autonomia relativa na produção do conhecimento, em relação estreita com os interesses do Estado, tendo a ciência como força unificadora de que o Estado necessita para legitimar o projeto de nacionalidade. A formação, demarcada por uma concepção idealista, liberal e acadêmica, põe a pesquisa científica no centro das relações universitárias, enfatizando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e formação geral, humanista e científica, com foco na totalidade e universalidade do saber. Uma forma de fazer a ciência pura que tem como princípio a busca infinita da verdade e do conhecimento. (BIANCHETTI, 2013, p. 03).

O trabalho docente subjugava-se à lógica abstrata da produção científica restrita aos círculos acadêmicos eruditos, alimentados de sentidos por uma ciência estéril descompromissada com a transformação social. Não coexiste com esse modelo a ideia do trabalho como princípio educativo, pois esse exige da ciência uma interferência direta sobre a realidade, com a finalidade de transformação. Entretanto:

[...] A crítica e a resistência à suposta generalização e implantação do modelo de universidade de pesquisa ou humboldtiana no Brasil serão uma das marcas dos anos 80, quando da Nova República. As Comissões de Alto Nível e em especial o famigerado Grupo Executivo de Reformulação do Ensino Superior (Geres), nos anos 85 e 86, pontificaram seus diagnósticos com cerradas críticas ao que consideravam as falácias do “modelo único”, caro e impossível de ser bancado pelo poder público. É dessa época a ideia até hoje defendida e na última década posta em prática, oficial e extraoficialmente, de um sistema dual: algumas universidades de pesquisa (humboldtianas), alguns centros de excelência, e uma maioria de universidades de ensino (aquí compreendidas também todas as faculdades isoladas e faculdades integradas ou federações de faculdades). (SGUISSARDI, 2006, p. 82).

A finalidade última do trabalho docente não se encerra no ensino de conhecimentos cristalizados historicamente, e sim em ensinar a pesquisar e a desenvolver a investigação acadêmica das problemáticas sociais.

Essa condição pode ser observada na análise das implicações do *Pacto de Bolonha* nas universidades brasileiras, onde, por exemplo, não são uniformes e muito menos idênticas às vividas nas universidades europeias.

2.3 A CONCEPÇÃO DE UNIVERSIDADE RESULTANTE DA REVOLTA DE

CÓRDOBA: o caso da reforma da universidade na América Latina

Com o objetivo de entender melhor o processo de organização e reforma das universidades na América Latina, destaca-se um movimento identificado na história das universidades como *Revolta de Córdoba*, de 21 de junho de 1918, na Argentina.

[...] Pensar e construir uma universidade a partir da América Latina era um dos desafios que o movimento estudantil de Córdoba, na Argentina, defendeu em seu Manifesto de 21 de junho de 1918. A história das instituições europeias que fincaram raízes em solo americano, ainda durante o período colonial, é marcada por polêmicas relacionadas à existência de especificidades em tais instituições, em um lugar diferente de suas origens. A chamada Reforma de Córdoba é considerada um marco na história das universidades latino-americanas por ser pioneira na construção de um modelo institucional que atribuiu uma identidade e um modelo de atuação renovado no ensino superior. (FREITAS NETO, 2011, p 64).

Nesse sentido, diferente da realidade brasileira, em outros países da América Latina, como foi o caso do México e do Peru, as universidades nasceram e se consolidaram no século XVI. Isso significa que:

[...] Um longo processo se passou desde as universidades coloniais até a Reforma de Córdoba, no início do século XX, que é o objeto de nossa análise. A concepção de universidade, o papel da educação e da instrução, as transformações científicas e a mudança das próprias sociedades servem como indícios para se pensar as estreitas vinculações entre a formação de uma elite intelectual e os processos políticos de cada país. (FREITAS NETO, 2011, p. 64).

Entretanto, quais eram as reivindicações de Córdoba, em que aspectos se pautavam e quais as suas principais áreas de abrangência? Essa é uma pergunta fundamental para a compreensão desse movimento.

[...] Questões pontuais como o protesto dos estudantes de Medicina contra o fechamento do internato expunham aspectos imediatos que desencadearam os atos contra a administração universitária, que alegava falta de recursos e questões “morais”. Na Faculdade de Engenharia, por ordem dos catedráticos, aumentaram as exigências para que os alunos pudessem assistir às aulas, restringindo a presença de jovens de classe média. A proposta de mudança no sistema de cátedras reuniu os estudantes das três faculdades existentes: Medicina, Engenharia e Direito. Sem serem atendidos, iniciaram uma greve geral no dia 31 de março e lançaram um manifesto à juventude argentina. (FREITAS NETO, 2011, p. 66).

O autor complementa, afirmando a importância e a abrangência desse movimento para a história da universidade latino-americana que é extremamente significativa, pois:

[...] Em 21 de junho de 1918, os estudantes aprovam o importante *Manifesto Liminar* ou *La juventud argentina de Córdoba a los hombres libres de Sudamérica*. Redigido por Deodoro Roca, o documento foi assinado por Enrique Barros, Horácio Valdés, Ismael Bordabehere, alguns dos dirigentes da Federação Universitária de Córdoba (FUC), que havia sido fundada no

dia 18 de maio. O documento é considerado pelos pesquisadores da história das universidades latino-americanas a principal carta de princípios apresentada até então. (FREITAS NETO, 2011, p. 67).

Segundo Freitas Neto (2011), o *Manifiesto* reivindicava pelo menos três aspectos centrais, identificados, como: o diagnóstico da crise vivida pela Universidade de Córdoba; a afirmação do poder de renovação da juventude e suas propostas políticas; e as reivindicações reformistas propriamente ditas. Este pautou-se na “crítica à universidade e à docência”, nas “questões políticas e no papel histórico dos estudantes”, nas “demandas estudantis”, na “continuidade do movimento reformista (coparticipação dos estudantes na estrutura administrativa; participação livre nas aulas; periodicidade definida e professorado livre das cátedras; caráter público das sessões e instâncias administrativas; extensão da Universidade para além dos seus limites e difusão da cultura universitária; assistência social aos estudantes; autonomia universitária; Universidade aberta ao povo)”.

Segundo o *Manifiesto de Córdoba* de 21 de junho de 1918,

[...] La juventud universitaria de Córdoba afirma que jamás hizo cuestión de nombres ni de empleos. Se levantó contra un régimen administrativo, contra un método docente, contra un concepto de autoridad. Las funciones públicas se ejercitaban en beneficio de determinadas camarillas. No se reformaban ni planes ni reglamentos por temor de que alguien en los cambios pudiera perder su empleo. La consigna de “hoy por tí mañana por mí” corría de boca en boca y asumía la preminencia de estatuto universitario. Los métodos docentes estaban viciados de un estrecho dogmatismo, contribuyendo a mantener a la Universidad apartada de la ciencia y de las disciplinas modernas. Las lecciones encerradas en la repetición interminable de viejos textos, amparaban el espíritu de rutina y de sumisión. Los cuerpos universitarios, celosos guardianes de los dogmas, trataban de mantener en clausura a la juventud, creyendo que la conspiración del silencio puede ser ejercitada en contra de la Ciencia. (MANIFESTO DE CÓRDOBA, 1918)¹⁵.

Não se constitui escopo desta reflexão comparar as universidades brasileiras com as demais universidades da América Latina, algumas inclusive, muito mais antigas que as brasileiras e que “viveram”, portanto, processo de transformações históricas que o Brasil não incorporou às suas instituições universitárias. Pode-se citar, como exemplo, o processo histórico de amadurecimento institucional que levou a Revolta de Córdoba, que se constituiu em uma particularidade que não atingiu as universidades brasileiras diretamente. Entretanto, trata-se de referências que foram absorvidas no Brasil e que, dentro da especificidade das instituições nacionais, influenciaram a forma de pensar a universidade brasileira. Como cita, por exemplo, Sguissardi (2006), ao tratar dos debates entre aqueles que defendiam umas poucas universidades de pesquisa (humboldtiana) e muitas universidades de ensino:

¹⁵ Disponível em: < www.une.org.br/.../reforma-universitaria-95-anos-do-manifiesto-de-cord..>. Acesso em: 22 abr. 2015.

[...] Esses embates seriam retomados durante o processo constituinte que conduziria à Constituição Federal de 1988. Como os modelos universitários tendem a ter vínculos estreitos com modelos de desenvolvimento e de concepção da vida democrática e republicana, prevaleceram os princípios de uma universidade, como dever do Estado, que privilegiasse a produção do conhecimento de forma integrada ao ensino, à formação de profissionais competentes e críticos da realidade, respeitada a autonomia e a liberdade do pensamento, concorde com o espírito dessa Constituição, chamada de cidadã. Deu-se um passo importante para consagrar o princípio da indissociabilidade pesquisa–ensino, acrescido, agora, de um terceiro elemento que, desde a Reforma de Córdoba (1919), teimava em ser posto em segundo plano no Brasil. (SGUISSARDI, 2006, p. 82).

A crítica que subjaz à Revolta de Córdoba refere-se ao fato da universidade encontrar-se apartada não apenas da ciência e das atividades produtivas, mas da vida social e política da sociedade. A Universidade precisa estar cada vez mais sintonizada aos movimentos sociais, culturais e políticos da sociedade, a fim de poder integrar-se de forma mais efetiva.

2.4 A CONCEPÇÃO DE UNIVERSIDADE SUBJACENTE À CRIAÇÃO DAS

UNIVERSIDADES DO TRABALHO: reflexões sobre uma experiência fracassada no Brasil

Outro marco histórico importante no processo de consolidação da universidade brasileira e de sua relação com a sociedade e com o mundo do trabalho refere-se às tentativas de criação e implementação da Universidade do Trabalho em vários países do mundo, assim como no Brasil.

Pronko (1999) faz uma análise histórica de algumas tentativas de criação de uma Universidade do Trabalho (1934-1954) no Brasil, assim como cita outras experiências realizadas em diferentes países, dentre as quais é possível destacar: a *Université du Travail* (1902, Bélgica); a *Universidad del Trabajo* (1942, Uruguai); a *Universidad Obrera Nacional* (1948, Argentina); e a *Universidad Laboral* (1952, Espanha). Segundo essa autora, iniciativas semelhantes podem ser encontradas no Chile, na Colômbia e na Venezuela.

A Universidade do Trabalho tratava-se de instituições que tinham como objetivo questionar o modelo vigente de universidade, apresentando uma proposta de universidade que buscava “[...] dirigir os estudos de nível médio e superior às necessidades específicas de formação técnico-profissional surgidas no âmbito do trabalho, por meio de instituições ditas universitárias” (PRONKO, 1999, p. 85).

[...] Elas supunham não só uma reorientação curricular (passagem dos estudos humanísticos aos técnico-tecnológicos) e em termos de destinatários da universidade existente (da formação da elite dirigente à incorporação dos trabalhadores), mas também a definição de um novo modelo de universidade com características específicas. (PRONKO, 1999, p. 85).

Pode-se inferir que são instituições que buscam uma redefinição da função social da universidade, por meio de uma articulação estreita com o mundo do trabalho (entendido como um conjunto de práticas produtivas que visam à humanização), por meio de outra proposta de formação do trabalhador.

[...] Em todos os casos, o aparecimento desse tipo de propostas gerou amplos debates nos quais, um dos eixos principais foi o da pertinência do nome adotado. É que já na sua própria denominação elas buscavam articular conceitos que, então (e até hoje), pareciam irreconciliáveis: UNIVERSIDADE (instituição de ensino superior, tradicionalmente reservada à formação da intelligentsia) e TRABALHO (domínio exclusivo da destreza manual/atividade produtiva desenvolvida pelos setores subalternos da sociedade). A polêmica suscitada não faz mais do que colocar em evidência a conflitividade da definição do que é (em termos de funções sociais) uma universidade, como instituição socioeducativa específica. (PRONKO, 1999, p. 86).

Ao fazer essa reflexão, Pronko (1999) destaca que esse processo, no Brasil, recebeu muitas críticas e, por fim, acabou sendo o único, dentre os citados, que não conseguiu efetivar a criação de uma Universidade do Trabalho. Por outro lado, destacam-se as intencionalidades político-econômicas subjacentes a essas propostas, pois essas instituições “[...] propunham-se a contribuir para a obtenção da harmonia social, propiciar a racionalização do processo produtivo e formar a mão-de-obra (sic) necessária ao crescimento industrial” (PRONKO, 1999, p. 87). Ou seja, em vez de objetivar o caráter ontológico inerente ao trabalho, essas propostas buscavam o controle social por meio da formação técnica.

Para fundamentar a sua pesquisa, Pronko (1999) analisa duas propostas de Universidade do Trabalho criadas por dois autores diferentes, que foram o engenheiro belga Omer Buyse e o Procurador da Justiça do Trabalho do Brasil, Humberto Grande.

[...] Dos seis projetos de criação de instituições desse tipo elaborados no Brasil entre 1930 e 1955, dois assumiram particular relevância pelo grau de definição atingido: o de autoria do belga Omer Buyse, redigido em 1934, e o produzido por Humberto Grande, 20 anos depois. Ainda que com laços de parentesco inegáveis, cada um deles delineou um perfil institucional bem característico. (PRONKO, 1999, p. 87).

A autora, ao analisar as duas propostas, constata que existem algumas diferenças, mas que ambas guardam profundas semelhanças. Segundo Buyse (apud PRONKO, 1999), a

proposta “[...] corresponde a uma nova forma de conceber a formação profissional, pensada agora de forma orgânica e dentro de um planejamento racional”; para Grande (apud PRONKO, 1999), “[...] o conceito central da mesma é o de trabalho”. Ou seja, “[...] o trabalho é um elemento decisivo na sociedade, na medida em que constitui um fator dominante da cultura moderna”. Mas:

[...] em ambos os casos, a Universidade do Trabalho era definida como uma instituição centralizadora de todos os níveis da formação técnico-profissional, incluindo escolas e institutos de Ensino Médio e Superior, assim como diversos organismos com funções de pesquisa e extensão, com intencional ingerência sobre o processo e o mercado de trabalho. (PRONKO, 1999).

[...] Sintetizando o exposto, podemos dizer que a criação de uma Universidade do Trabalho propunha-se a ser uma resposta a vários problemas políticos, econômicos e sociais que a reordenação capitalista brasileira após os anos 30 e o conseqüente avanço do processo de industrialização impunham. Essa proposta foi gerada num ambiente de grande contestação ao ideário liberal e por isso implicava, para sua materialização, a existência de um Estado intervencionista que se colocasse acima dos conflitos sociais e os administrasse; um Estado com forte poder de intervenção no mercado de trabalho, guardando para si a função de formar trabalhadores, nas suas duas acepções: de prover uma capacitação técnica específica e inculcar uma ideologia do trabalho determinada, habilitando-os para isso. (PRONKO, 1999, p. 98).

Pode-se afirmar, embasado em Pronko (1999), que se tratavam todas essas propostas de tentativas fracassadas, que não chegaram a materializar-se no Brasil por diversos motivos. Entretanto, o que se destaca dessas diferentes propostas é o interesse em discutir o papel do trabalho, entendido de diferentes formas, enquanto categoria central do processo de formação nas universidades.

No primeiro caso, identifica-se uma proposta estreitamente ligada aos interesses das empresas e das indústrias. No segundo, essa perspectiva não está totalmente ausente, mas está imersa em uma ideologia humanista, envolvida em conceitos como cidadania e democracia, que “aponta” para os interesses dos trabalhadores. Ou seja, esse modelo institucional encontra-se próximo da relação entre universidade e trabalho, pensando aquela como uma estratégia de construir uma prática educativa que tenha o trabalho enquanto princípio educativo.

[...] Tais propostas buscam articular conceitos que, então (até hoje), pareciam irreconciliáveis: UNIVERSIDADE (instituição de ensino superior, tradicionalmente reservada à formação da *intelligentsia*) e TRABALHO (domínio exclusivo da destreza manual/atividade produtiva desenvolvida pelos setores subalternos da sociedade). Nesse sentido, estas propostas se colocaram no ponto de interseção de áreas educativas então em conflito: a da

definição de um modelo de educação superior e a da definição de um modelo de formação técnico-profissional. (PRONKO, 1997, p. 12).

Segundo Pronko (1997), a Universidade do Trabalho é uma instituição que realiza uma articulação entre a formação acadêmica e o mundo do trabalho. Entretanto, dadas as condições objetivas de constituição da sociedade e da universidade brasileira, esta não chegou a efetivar-se.

Os estudos de Pronko (1997, 2002) mostram o significado da ideia de criação de uma Universidade do Trabalho, destacando, ainda, a importância de realizar um esforço institucional no sentido de construir um projeto que tenha como objetivo a articulação profunda entre universidade e trabalho. Porém, esses projetos desenvolvidos no Brasil não são nossos. Nasceram e se desenvolveram em outros países.

[...] Os projetos brasileiros de criação de tal instituição não eram originais e nem se desenvolveram exclusivamente nesse país, apesar das especificidades nacionais que os define e os perpassam. Durante a primeira metade do presente século, foi possível observar, em nível internacional, surgimento de propostas educativas que objetivavam ostensivamente direcionar os estudos de nível médio e superior às necessidades específicas de formação técnico-profissional, surgidas no âmbito do trabalho, através de instituições ditas universitárias. (PRONKO, 1997, p. 15).

Foi nesse sentido que se propiciou citar, como exemplo, os casos de criação da Universidade do Trabalho na Bélgica e na Espanha.

2.5 A CONCEPÇÃO DE UNIVERSIDADE RESULTANTE DO “PACTO DE BOLONHA”: uma análise do processo de intensificação do trabalho na universidade

A crítica da universidade improdutiva e afastada dos grandes problemas da sociedade do seu tempo constitui-se em algo constante na história desta. Nem sempre as respostas da universidade conseguem alcançar essa crítica.

Bianchetti (2010) analisa “[...] os desdobramentos do ‘Pacto’ ou do ‘Processo’ ou, simplesmente, de ‘Bolonha’” na intensificação do trabalho docente. Esse autor informa que:

[...] A “Declaração de Bolonha”, originalmente, foi um manifesto assinado pelos ministros da Educação dos 29 países que, à época, em 19 de junho de 1999, pertenciam à União Europeia (UE). Certamente, para a maioria dos presentes nas palestras, o prazo de 10 anos para a concretização do “Espaço Europeu de Educação Superior” significava um tempo longo e as mudanças nas instituições não haviam sido, ainda, desencadeadas na extensão, profundidade e intensidade com que foram realizadas, na medida que a data-

limite – 2010 – de implantação plena do “Processo” se aproximava. E mais: que se chegaria a um processo de unificação ou de “harmonização” dos currículos e outras convergências, como veio a acontecer. (BIANCHETTI, 2010, p. 264-5).

O que se identifica no período posterior a data-limite é um conjunto de mudanças no interior das universidades europeias e brasileiras, indicando que as recomendações do pacto produziram profundas implicações nessas instituições universitárias.

Entretanto, esse processo de reforma ‘sofreu’ discordâncias com relação à sua implementação nas diversas universidades.

[...] Seja nas entrevistas, seja na literatura, há uma concordância da necessidade de reforma ou “reconstrução” da universidade europeia. A discordância prende-se à mudança proposta e ao tempo de implementação. Os entrevistados referem-se à Bolonha como um processo permeado de “luzes e sombras”, isto é, sob a capa de um discurso inovador, a perspectiva de mercado imiscui-se na universidade. As constatações são no sentido de que *“el proceso, hasta ahora tiende a ser unidireccional, de arriba hacia la base; debería ahora dar paso a un genuíno esquema bidireccional”* (RUIZ, 2004, p. 33). Em outras palavras, consideram que a participação ou não houve, ou foi exígua. Os professores “não foram tidos e nem havidos nesse processo”, segundo uma entrevistada portuguesa. (BIANCHETTI, 2010, p. 265).

Por fim, Bianchetti (2010) destaca que:

[...] apreender os pontos de aproximação e distanciamento do modelo CAPES de avaliação e financiamento da PG no Brasil e a implementação de Bolonha na UE, particularmente no que diz respeito ao segundo e terceiro ciclos europeus, destacando-se questões referentes às temporalidades de formação e atuação dos entrevistados e a sua percepção sobre o processo de intensificação do trabalho na universidade. (BIANCHETTI, 2010, p. xx).

Esses são os objetivos centrais de seu texto, que apresenta uma entrevista com o professor Josep Blanch. Por outro lado, Morgado (2009) mostra que:

[...] O Processo de Bolonha traça como objetivos principais a edificação de um Espaço Europeu de Ensino Superior – que viabilize a internacionalização das universidades, facilite a mobilidade de alunos e docentes, promova a empregabilidade dos cidadãos europeus e concorra para o desenvolvimento económico, social e humano da Europa –, a consolidação e enriquecimento da cidadania europeia e o aumento da competitividade com outros sistemas de ensino do mundo (em particular os dos Estados Unidos e do Japão). (MORGADO, 2009, p. 50).

Dentre os vários aspectos destacados pelo autor como os principais objetivos do Processo ou Pacto de Bolonha, interessa destacar a dimensão econômica, que se conecta diretamente como a base produtiva da sociedade, ou seja, com o mundo do trabalho.

O elemento impulsionador desse processo refere-se à necessidade de aproximação da universidade com a crise da subsunção do trabalho pelo capital, ou como foi anteriormente identificado, com a crise de “emprego” que vive a Europa nesse momento de colapso estrutural do capital. Morgado (2009), fundamentado em Amaral (2005), destaca que há nesse processo uma substituição do termo “emprego” pelo termo “empregabilidade”, subjugando ainda mais a universidade aos interesses do “mercado de trabalho”, às parcerias público-privadas, à flexibilização dos direitos trabalhistas e à lógica da formação de mão de obra em menor custo e em menor tempo possível. Essa nova lógica na relação com a sociedade e com o mundo do trabalho opera, no interior da universidade, uma redefinição da sua função social. Essa redefinição, segundo Morgado (2009), citando Amaral (2005), constitui-se nos seguintes aspectos:

- Não aumentar o financiamento público para o Ensino Superior.
- Aumentar o financiamento privado quer por meio do aumento de propinas e de impostos aos detentores de um curso superior (*graduate tax*), quer do estabelecimento de parcerias público-privadas no ensino, quer, ainda, da concretização de contratos de investigação entre o Ensino Superior público e o setor privado.
- Introduzir um sistema de empréstimos (*income contingent loans*) que viabilize a cada cidadão a sua formação ao longo da vida.
- Regular os salários dos professores e a respectiva progressão na carreira em função da sua produtividade.
- Introduzir novos métodos de financiamento e gestão de projetos, assegurando, assim, uma eficaz rentabilização de recursos.
- Criar sistemas de avaliação da qualidade e de acreditação da formação.
- Estreitar a ligação entre propostas e *benchmarks*.
- Proceder a uma avaliação sistemática das políticas de educação e de formação.

O resultado desse processo não podia ser outro, senão a redefinição da função social da universidade, caracterizada pela radicalização do distanciamento entre trabalho e educação, materializada na subserviência da lógica formativa do trabalhador à dinâmica do capital.

2.6 A CONCEPÇÃO DE UNIVERSIDADE DA UNITRABALHO: uma rede de universidade abordando a relação universidade e trabalho

Não se pode destacar a Unitrabalho como uma instituição que se constitua em materialização de uma das concepções de universidade, e sim como uma rede de colaboração entre diversas instituições universitárias. Considera-se necessário destacá-la como uma experiência muito rica para compreender essa relação problemática e tensa entre universidade e trabalho, onde o trabalho se constitui em categoria estruturante de sua existência.

Segundo informações do Portal digital da Unitrabalho¹⁶, trata-se de “[...] uma Rede Nacional de Universidades que apoia os trabalhadores na sua luta por melhores condições de vida e trabalho, realizando projetos de ensino, pesquisa e extensão, que integram o conhecimento acadêmico ao saber elaborado na prática social”.

Outro aspecto relevante destacado no Portal refere-se aos resultados que essa rede de universidade vem produzindo. Relata-se que a Unitrabalho vem “[...] concretizando sua missão de estimular o conhecimento sobre o mundo do trabalho e democratizar o acesso ao conhecimento produzido na universidade. A Unitrabalho vem realizando projetos de grande relevância”¹⁷.

A Unitrabalho desenvolve diversos projetos, articulados em torno de três programas nacionais que são:

- Educação e Trabalho;
- Relações de Trabalho e Emprego; e
- Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável.

Segundo informações da Unitrabalho, “[...] até 2010, foram desenvolvidos 126 importantes projetos nessas áreas, mobilizando o corpo acadêmico, estudantes e técnicos das universidades filiadas e os diferentes segmentos da sociedade na busca de alternativas para a transformação social”¹⁸.

Entende-se que a relação universidade e trabalho, objeto central de análise desta pesquisa, constitui fundamento central nas ações da Unitrabalho, pois, “[...] além de contribuir para o fortalecimento das organizações sociais relacionadas ao mundo do trabalho, a Unitrabalho busca o fortalecimento das Instituições de Ensino Superior a ela agregadas”¹⁹.

A Unitrabalho traz, em sua base, o elemento identitário da universidade, constituído pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Por isso,

[...] essas instituições têm um papel essencial na investigação dos problemas das comunidades nas quais estão inseridas e, num plano mais amplo, dos

¹⁶ Texto construído tendo como referências as informações contidas no Portal da Unitrabalho. Disponível em: <<http://unitrabalho.org.br/>>. Acesso em: 12 fev.2015.

¹⁷ Disponível em: <<http://unitrabalho.org.br/>>. Acesso em: 12 fev.2015.

¹⁸ Disponível em: <<http://unitrabalho.org.br/>>. Acesso em: 12 fev.2015.

¹⁹ Disponível em: <<http://unitrabalho.org.br/>>. Acesso em: 12 fev.2015.

problemas nacionais. Quanto mais sólidas e capazes de absorver as questões do mundo do trabalho em seu pensar e fazer, mais as universidades podem contribuir para uma organização social mais humana, justa e democrática²⁰.

A Unitrabalho, segundo seu Estatuto Social, de 2007, trata-se de uma Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho – Rede Unitrabalho.

Segundo o seu Estatuto, a Unitrabalho possui os seguintes objetivos:

- Promover a qualificação profissional dos trabalhadores, visando o seu pleno desenvolvimento como cidadãos.
- Promover a inclusão, no mercado de trabalho, de trabalhadores desempregados ou em situação de trabalho precário, por meio do apoio para a criação e consolidação de empreendimentos econômicos coletivos e associativos.
- Criar e manter programas permanentes de extensão e pesquisa nos temas ligados ao mundo do trabalho.
- Construir e apoiar grupos de trabalho, núcleos, incubadoras de empreendimentos e outras estruturas existentes ou que venham a ser criadas no âmbito das universidades da Rede Unitrabalho.
- Promover intercâmbio, em âmbito nacional e internacional, com outras instituições de finalidade semelhante.
- Celebrar convênios, contratos, acordos, ajustes com entidades públicas e privadas, nacionais ou internacionais, empresas e a sociedade em geral, sempre visando à consecução dos objetivos aqui definidos.
- Integrar organismos multilaterais, consórcios e condomínios de âmbito local, regional, nacional ou internacional.
- Fomentar e divulgar programas, planos, projetos e atividades de pesquisa e de extensão no âmbito das universidades da Rede Unitrabalho, os quais tenham como objeto o Trabalho em suas múltiplas dimensões.
- Captar e gerenciar recursos financeiros próprios, originários de contribuições das universidades agregadas à Rede ou de outras fontes nacionais, internacionais ou multilaterais, destinados à implantação e ao desenvolvimento dos programas, planos, projetos e atividades aqui previstos
- Promover cursos, seminários, congressos e outros eventos de capacitação, informação e difusão de conhecimentos técnico-científicos.
- Instituir bolsas de estudo, de pesquisa ou de extensão para os corpos docente, técnico-administrativo e discente das universidades agregadas à Rede Unitrabalho.
- Instituir fundos de apoio específicos para as atividades de ensino, pesquisa e extensão das universidades agregadas à Rede Unitrabalho.
- Promover a divulgação do conhecimento científico e tecnológico produzido no âmbito da Rede UNITRABALHO, através da edição e comercialização de livros, periódicos e outras formas de comunicação de textos, dados, som e imagem.
- Promover a inovação tecnológica e metodológica, incluindo a produção e difusão de Tecnologias Sociais.
- Criar canais ou mecanismos de integração entre as universidades da Rede Unitrabalho, as instituições representativas dos trabalhadores, as empresas, os órgãos públicos e a sociedade em geral.

²⁰ Disponível em: <<http://unitrabalho.org.br/>>. Acesso em: 12 fev.2015.

- Apoiar as universidades agregadas à Rede Unitrabalho para os fins e os efeitos da Lei n. 8.958, de 20 de dezembro de 1.994, e de outros diplomas legais decorrentes ou assemelhados²¹.

Segundo informações do Portal da própria instituição, a “[...] Unitrabalho surgiu por iniciativa de um grupo de reitores engajados em fazer com que a universidade brasileira passasse a contemplar em seus programas de pesquisa e extensão, de forma relevante e sistemática, as questões relativas ao mundo do trabalho”²².

Para eles “[...] o que movia esse grupo de dirigentes era o interesse em estimular e promover a relação entre o mundo acadêmico e o mundo do trabalho, democratizando o acesso dos trabalhadores ao conhecimento produzido na universidade”²³.

Informaram que “[...] as discussões começaram em 1992, envolvendo reitores, professores universitários e dirigentes sindicais. No ano seguinte, aconteceram reuniões entre o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) e representantes da Central Única de Trabalhadores (CUT)”²⁴.

Percebe-se que a Unitrabalho constitui-se em uma instituição consolidada com uma história de 20 anos de esforço coletivo para a construção dessa rede de cooperação e a produção acadêmica de atividades de ensino, pesquisa e extensão sobre o mundo do trabalho. A Unitrabalho organiza a sua trajetória nos seguintes períodos:

- A rede da Unitrabalho é composta de um conjunto de instituições filiadas distribuídas da seguinte forma: universidades e institutos filiados. A Unitrabalho agrega dezenas de Instituições de Ensino Superior e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia em todo o país.

Além disso, a Unitrabalho possui Núcleos Locais instalados nas universidades e institutos filiados. Ali, equipes de professores, estudantes e técnicos trabalharam, juntos, na elaboração e implementação de projetos no âmbito dos programas nacionais realizados pela instituição: Relações de Trabalho e Emprego, Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável e Educação e Trabalho. Segundo a Unitrabalho, esses Núcleos estimulam e apoiam a realização de estudos e pesquisas sobre o mundo do trabalho, o desenvolvimento e a disseminação de tecnologias sociais que contribuam para a melhoria das condições de vida e trabalho.

²¹ Disponível em: <<http://unitrabalho.org.br/>>. Acesso em: 12 fev.2015.

²² Disponível em: <<http://unitrabalho.org.br/>>. Acesso em: 12 fev.2015.

²³ Disponível em: <<http://unitrabalho.org.br/>>. Acesso em: 12 fev.2015.

²⁴ Disponível em: <<http://unitrabalho.org.br/>>. Acesso em: 12 fev.2015.

A Unitrabalho informa que, “[...] como parte das iniciativas de seu Programa Nacional de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável”, eles incentivam e “apoiam a estruturação de Incubadoras de Empreendimentos Solidários”²⁵.

A Unitrabalho informa que “as Incubadoras estão sediadas nas universidades filiadas e desenvolvem projetos na área de extensão voltados à criação e fortalecimento de empreendimentos autogestionários nos diferentes setores econômicos, em todas as regiões do país”²⁶.

O processo de gestão e organização interna da Unitrabalho: as informações disponíveis no Portal da Instituição mostram que “a Unitrabalho está presente em todas as regiões do país, por meio de ações nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão”. Destacam que “professores, estudantes e técnicos das universidades e dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que fazem parte de nossa rede são mobilizados em torno dessas atividades, respondendo pelos programas e projetos implementados”. E, ainda, que “a entidade está constituída na forma de fundação de direito privado e sem fins lucrativos”.

A Unitrabalho desenvolve um conjunto de Programas nacionais agrupados em torno de dois grandes eixos: 1- Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável; 2- Educação e Trabalho.

O grupo de pesquisadores, ligados a Unitrabalho, publicaram várias produções acadêmicas. Trata-se de um conjunto de publicações formadas por livros e artigos que abordam a temática sobre trabalho e educação.

A Rede Unitrabalho possui uma rede de parcerias com vários órgãos e instituições, conforme se pode perceber nas informações disponibilizadas pela instituição em seu Portal: “[...] No desenvolvimento de seus programas nacionais e projetos, a Unitrabalho mantém parcerias com entidades representativas dos trabalhadores, organizações não governamentais e organismos de Estado nacionais e internacionais”²⁷. Eis as instituições que possuem parcerias com a Unitrabalho:

- Central Única dos Trabalhadores (CUT).
- União e Solidariedade das Cooperativas de Empreendimentos de Economia Social do Brasil (UNISOL Brasil).
- Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).
- Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

²⁵Disponível em:<<http://unitrabalho.org.br/>>. Acesso em: 12 fev.2015.

²⁶ Disponível em:<<http://unitrabalho.org.br/>>. Acesso em: 12 fev.2015.

²⁷Disponível em:<<http://unitrabalho.org.br/>>. Acesso em: 12 fev.2015.

- Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).
- Ministério do Turismo (MTUR).
- Ministério da Educação (MEC).
- Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).
- Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (ICCO).
- Fundação Banco do Brasil (FBB).
- Instituto Ethos.
- Fundação Avina.
- Secretarias Estaduais e Municipais do Trabalho.

Em síntese, pode-se afirmar que as inúmeras concepções de universidade, apresentadas neste capítulo, trazem em si diferentes aproximações com o trabalho. Isso considerando que uma das questões de base que o conjunto de reformas, empreendidas pelo Modelo Napoleônico, Humboldtiano, Bolonha ou de Córdoba trazem em si, refere-se à relação da universidade com a sociedade, por meio da produção do conhecimento e de sua formação para o trabalho, por isso, não se pode deixar de refletir sobre essa questão.

Quadro 3 – Concepções de “trabalho” e “universidade” nas diferentes concepções de universidade.

UNIVERSIDADE	CONCEPÇÃO DE TRABALHO	CONCEPÇÃO DE UNIVERSIDADE
Universidade Napoleônica	Valoriza o Trabalho Intelectual, Trabalho Abstrato.	Universidade erudita e elitizada.
Universidade Humboldtiana	Valoriza o Trabalho Intelectual, Trabalho Abstrato.	Universidade em busca de autonomia.
Universidade resultante da Revolta de Córdoba	Valoriza o Trabalho Intelectual e Manual.	Universidade articulada com os interesses sociais e políticos.
Universidade do Trabalho	Trabalho enquanto princípio educativo.	Universidade atrelada ao mundo do trabalho.
Universidade resultante do “Pacto de Bolonha”	Trabalho enquanto produtos de mercadoria.	Universidade sintonizada com os interesses do mercado.
Universidade Unitrabalho	Trabalho enquanto capital humano.	Universidade como um elemento da sociedade do conhecimento.

Fonte: elaborado pelo autor.

A tríade universidade, trabalho e conhecimento constitui-se base estruturante da sociedade moderna, mas sua potencialidade tem sido direcionada para a produção e

reprodução do capital. Entretanto, concepções de universidade como a “universidade do trabalho” e a “Unitrabalho” possibilitam vislumbrar outro nível de aproximação entre universidade e trabalho. São concepções, que alimentaram experiências que, mesmo de forma contraditória, ensaiaram processos de críticas às concepções hegemônicas de universidade. Constituem-se em pontos fundamentais de reflexão sobre a universidade brasileira.

É possível pensar em modelos institucionais fundados nessas duas últimas concepções, que possam se estruturar experiências acadêmicas na perspectiva do trabalho enquanto princípio educativo, como têm se aventurado as universidades dos movimentos sociais, conforme destacado no Capítulo a seguir.

CAPÍTULO 3: UNIVERSIDADE, TRABALHO E PESQUISA: desvelando as estratégias de aproximação e distanciamento entre a universidade e o mundo do trabalho

Neste Capítulo objetivou-se estruturar uma aproximação das categorias “universidade” e “trabalho”. Por isso, foi fundamentado na concepção do trabalho enquanto dimensão ontocriadora do homem, a partir de uma análise do modelo institucional de universidade que se tem, para que se possa construir um conceito de universidade. Além disso, buscou-se a origem da universidade no Brasil, a fim de compreendê-la em seu processo histórico.

Isso significa que a relação entre trabalho e educação ou, especificamente, entre a universidade e o mundo do trabalho se constitui em uma temática fundamental para a compreensão da sociedade nesse período histórico, marcado pelo desemprego e pela exigência crescente por ciência e tecnologia, subjugadas aos interesses do capital.

Por isso, fez-se necessário analisar as experiências de universidades que buscam a aproximação entre trabalho e educação, por meio de experiências formativas de nível superior que, pelo menos em tese, buscam realizar o processo de formação por meio do trabalho, resgatando o seu caráter ontológico e educativo.

Essa reflexão se mostra fundamental, pois ajuda a explicitar os tortuosos caminhos pelos quais a universidade passou (e passa atualmente) para cumprir a sua função social diante da sociedade, que a concebe e a “mantém” como um espaço de produção e reprodução de ciência e tecnologia de forma crítica, criativa e autônoma, por meio da pesquisa, do ensino e da extensão.

O processo de tomada de consciência da história da universidade ‘alhures’ ajuda a compreender grande parte das consequências do processo de colonização portuguesa nessa parte americana do território, assim como as inúmeras consequências desse processo na condição de país subdesenvolvido, alimentado pela visão conservadora empreendida pela elite política e econômica nacional que, historicamente, assumiu os sucessivos governos desde o início do Brasil República. Nossa dependência e o atraso na produção de ciência e tecnologia são explicados em grande medida pelo posicionamento do Brasil como consumidor de ciência e tecnologia dos países desenvolvidos. Ademais, a presença tardia da universidade no Brasil explicita grande parte desse processo de dependência.

Segundo Cunha (2007, p. 15), “[...] na quarta década do século XVI foi fundada a primeira universidade do continente americano. Ela surgiu em 1538, em São Domingos.

Significativamente, na ilha onde Colombo teria tido o primeiro contato com o Novo Mundo. Sua vida, entretanto, seria efêmera”.

Nesse relato da história da universidade na América, o autor informa que:

[...] Alguns anos mais tarde, em 1553, foi inaugurada no México a segunda universidade americana, esta longeva. Tinha as três faculdades usuais das universidades espanholas (Filosofia, Cânones/Direito, Teologia), incluindo, mais tarde, a de Medicina, operando como os mesmos privilégios da famosa Universidade de Salamanca. (CUNHA, 2007, p. 15).

Nos anos seguintes, esse quadro de universidades americanas se amplia, pois Cunha (2007 apud TEIXEIRA, 1969, p. 244) afirma que “[...] vieram, depois, as Universidades de São Marcos (Peru), de São Felipe (Chile), Córdoba (Argentina) e outras, de modo que, ao tempo de nossa independência, havia 26 ou 27 universidades na América Espanhola”. Em seguida, conclui destacando que até esse momento no Brasil não existia nenhuma universidade. Esse fato só ocorrerá, conforme será visto posteriormente, na década de 1920, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro.

Essa particularidade da história da universidade no Brasil, produziu consequência na configuração de seus modelos institucionais atuais, mas não reduziu a sua importância para a sociedade brasileira, sua relação dialética com a sociedade, não reduz-se às pesquisas científicas desenvolvidas nessas instituições. Amplia-se e potencializa-se por meio da pesquisa, considerando a sua indissociabilidade com o ensino e a extensão.

Ao discutir sobre os “objetivos básicos da universidade”, Saviani (2013) mergulha em uma reflexão sobre as intencionalidades das ações no interior da mesma, permeada pelo debate sobre a “relação dialética objetivos-meios”.

[...] Encerrado o homem no contexto situação-liberdade-consciência; encerrada a universidade como uma instituição educativa; encerrada essa instituição com as funções específicas de conservação, criação, transformação e transmissão da cultura, vê-se que ela deverá ser, por excelência, um órgão de pesquisa e o ensino. Para que, entretanto, desenvolverá a universidade a pesquisa e o ensino? Se a educação é a promoção do homem; se o homem realiza as suas potencialidades *na* e *a partir* da situação; se a sua capacidade de intervir na situação depende do grau de consciência que possui em relação à situação, a universidade estará em condições de desempenhar suas funções se e somente se for capaz de formar profissionais: a) com aguda consciência da realidade em que vão atuar; b) com uma adequada fundamentação teórica que lhes permita uma ação coerente; c) com uma satisfatória instrumentalização técnica que lhes possibilite uma ação eficaz. Tais objetivos deverão orientar a escolha dos meios. (SAVIANI, 2013, 76-77).

A pesquisa e o ensino, portanto, são meios fundamentais para a realização do objetivo último da universidade, que é “formar profissionais” com as características anunciadas por Saviani (2013). Esse é o diferencial institucional que marca as práticas educativas desenvolvidas no interior da universidade. Ou seja, para formar esses profissionais, a universidade não pode utilizar quaisquer meios, pois o ensino que efetiva essa ação formativa sustenta-se pela pesquisa e comunica-se em socialização, por meios das atividades de produções acadêmicas oriundas desse ensino e pesquisa, por meio de práticas extensionistas.

Existe uma relação dialética, portanto, entre objetivos e meios, conforme demonstra Saviani (2013). A pesquisa ganha um protagonismo na constituições dos meios necessários para universidade se fazer universidade. O espaço do diverso, da universalidade do conhecimento, da formação de profissionais com consciência da realidade, fundamentação teórica e instrumentalização técnica se faz por meio da produção da pesquisa. Ela é o meio estruturante do fazer universitário. Esse motivo justifica a escolha do objeto desta pesquisa, uma vez que as pesquisas dos Programas de Pós-Graduação, entendidas como estratégias de contribuições da universidade frente ao trabalho, constituem-se em caminhos para a compreensão das possíveis contradições da universidade em sua relação com a realidade.

3.1 ORIGEM DA UNIVERSIDADE NO BRASIL: universidade temporã, crítica e reformada

Conforme destacado nas seções anteriores, o processo de criação da universidade no Brasil é recente. Segundo Cunha (1989), existiam instituições de Ensino Superior na época colonial, mas não se criou nenhuma “universidade” nesse período, o que ocorreu apenas no início do século XX.

Entretanto, poder-se-ia questionar acerca dos fatores que influenciaram para que as universidades surgissem tardiamente no Brasil. Cunha (1989) aponta os seguintes argumentos:

- Contrariamente ao colonizador espanhol, o português não encontrou nas terras do Brasil povos indígenas com cultura complexa, contra a qual fosse necessário travar uma luta, no campo próprio da ideologia, a fim de conquistar a ambicionada hegemonia. Os missionários religiosos, em especial os jesuítas, realizaram a tarefa de “conversão” dos índios, sem prescindir, como no caso hispano-americano, do apoio de armas.
- Portugal dispunha de um pequeno quadro universitário, integrado pela Universidade de Coimbra e, mais tarde, pelo Colégio de Évora e pelo de Lisboa. A

criação de universidades no Brasil empobreceria perigosamente a da Metrópole. Ao contrário, a Espanha dispunha, já no século XVI, de oito universidades, uma das quais, a de Salamanca, com cerca de 6 mil estudantes e 60 cátedras, o que demonstra o seu grande porte para a época.

- O envio de maior número de estudantes de nível superior a Portugal, socializando-os na submissão à Metrópole, foi sempre um expediente do qual os governantes portugueses nunca esconderam seus propósitos.

Esses fatores vêm corroborar a ideia apresentada, de que não se tinha uma intencionalidade de imbricar no bojo do projeto de nação uma função social para a universidade. Vale destacar, inclusive, que a criação de um país livre com uma universidade autônoma nunca passou pelos planos da coroa portuguesa.

Por outro lado, destaca-se que a Companhia de Jesus tinha um domínio tão grande da educação brasileira nesse período o que, segundo Cunha (1989), com a dissolução do sistema de ensino jesuítico, em 1759, mergulhou o Ensino Superior em um “período de desorganização e dispersão” que durou meio século.

[...] No momento de sua expulsão do reino português e de suas colônias em 1759, os jesuítas haviam estabelecido seis cursos superiores de artes (ou filosofia) e de teologia, em oito colégios, alguns operando em cooperação curricular: Bahia (o primeiro deles, com o curso superior aberto no ano de 1572), Rio de Janeiro, Olinda-Recife, Belém-São Luiz, São Paulo, Mariana. Naquela data, esses cursos superiores contavam com cerca de 300 alunos, sendo que um terço dos mesmos estudavam na Bahia. (CUNHA, 1989, p. 10).

Cunha (1989) informa que essa situação só vai mudar em 1808, com a “transferência” da sede do Reino Português para o Brasil. Mais uma vez, explicita-se que as motivações que impulsionavam a criação de um Ensino Superior (e não ensino universitário) no Brasil derivam dos interesses da Coroa e não do desenvolvimento de ciência e tecnologia e da formação de profissionais no Brasil.

[...] Assim, em 1808, foram criadas aulas de anatomia e cirurgia na Bahia e no Rio de Janeiro e, em 1810, uma Academia Militar que almejava um ambicioso ensino de engenharia. Em 1827, estando Brasil já independente de Portugal, o imperador criou dois cursos jurídicos, um em Olinda e outro em São Paulo. (CUNHA, 1989, p. 10).

Esses acontecimentos criaram os condicionantes históricos que marcariam o desenvolvimento do Ensino Superior no Brasil “durante o período imperial e a maior parte do período republicano”. Segundo Cunha (1989), esses “marcos de referência” são os seguintes:

- O Ensino Superior se desenvolveu por meio de faculdades profissionais isoladas, fora do padrão universitário. Essa situação atomizada é percebida até mesmo nas universidades. A maior parte delas foi criada a partir da justaposição de faculdades isoladas, com uma débil administração central, razão pela qual a colaboração entre as unidades universitárias avança a passos muito lentos.
- Durante o período imperial, as instituições de Ensino Superior, criadas a partir de 1808 foram todas estatais. Imediatamente depois da proclamação da República (1889), a ação política dos liberais e dos positivistas promoveu sucessivas modificações na legislação, de modo a incentivar a criação de faculdades privadas.
- Medicina, Engenharia e Direito são, ainda hoje, os ramos profissionais que correspondem às unidades mais prestigiadas do Ensino Superior no país. O primeiro Estatuto das Universidades Brasileiras, de 1931, determinava que só seria concedido o *status* universitário a uma instituição de Ensino Superior que reunisse pelo menos três das quatro unidades seguintes: Faculdade de Medicina; Escola de Engenharia; Faculdade de Direito; Faculdade de Educação, Ciências e Letras.

Portanto, a origem da universidade no Brasil nasce desarticulada da ideia desenvolvida nos outros países. O contexto de dependência, de servidão colonial, articulado com um rigoroso processo de exploração econômica e social, sustentado por um não menos rigoroso processo de manipulação política e ideológica do Brasil enquanto colônia portuguesa retardou e transfigurou o processo de criação das primeiras universidades brasileiras.

Ao se considerar esse contexto aqui apresentado, verifica-se a criação da primeira universidade brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, somente em 1920, e que passou a ser chamada de Universidade do Brasil em 1937. Segundo Cunha (1989):

[...] Na data significativa de 7 de setembro de 1920, como parte dos preparativos para os festejos do centenário da independência nacional, o Presidente da República evocou um dispositivo legal de cinco anos atrás para baixar um decreto criando a Universidade do Rio de Janeiro. (CUNHA, 1989, p. 12).

Cunha (1989) demonstra que os efeitos da colonização portuguesa sobre a criação das universidades brasileiras foram tão nefastos que esta só conseguiu constituir-se um século depois da formalização legal da independência administrativa do Brasil.

Posterior a esse período, em 1934, o Governo de São Paulo criou a Universidade de São Paulo, sob a liderança intelectual de Fernando de Azevedo e, em 1935, o Governo do Distrito Federal (Rio de Janeiro) criou a Universidade do Distrito Federal, sob a liderança de Anísio Teixeira (CUNHA, 1989).

Ao analisar esse processo *sui generis* de criação da universidade brasileira, Cunha (2007a, 2007b, 2007c) identifica que este possui algumas características, que ele identifica como: temporã, crítica e reformada.

Ou seja, Cunha (2007a) diz que, considerando os primórdios do Ensino Superior no Brasil, ainda no processo de constituição da sociedade brasileira, a universidade adquire uma característica eminentemente de “universidade temporã”. Em seguida, durante a República Populista (1945 – 1964), a universidade assume uma característica que ele identifica como “universidade crítica” e, no período posterior ao Golpe de 1964, a universidade passa por um profundo processo de reforma que Cunha chama de “universidade reformada”.

A característica de **Universidade Temporã** refere-se ao seu aspecto tardio de criação da universidade no Brasil. Enquanto muitos países, inclusive da América do Sul, já possuíam as suas universidades, o Brasil lutava para estruturar as suas primeiras instituições De Ensino Superior.

Cunha (2007a) sugere que, para compreender esse processo de criação da universidade brasileira, faz-se necessário seguir a periodização estabelecida pela historiografia brasileira:

- Período do Brasil Colônia: de 1572, data de criação dos Cursos de Artes e Teologia no Colégio dos Jesuítas da Bahia, provavelmente o primeiro curso superior no Brasil, até 1808, quando ocorreu a transferência da sede do Reino Português para o Brasil.
- Período do Brasil Império: de 1808, com a criação de um novo Ensino Superior, até 1889, com a queda da monarquia.
- Período da República Oligárquica: iniciou-se com o governo provisório de Deodoro, até 1930, como o governo provisório de Vargas.
- Período da Era Vargas: de 1930, com o início da revolução, até 1945, com a deposição do ditador.

Por outro lado, Cunha (2007a) destaca que:

[...] Os limites não são rígidos, mas servem de referência básica para a exposição. Contudo, é preciso deixar claro que, embora tenha utilizado referências pertencentes ao “campo político” para denominar os períodos, os marcos fundamentais que os delimitam são interiores ao campo educacional. (CUNHA, 2007a, p. 19).

Seguindo essa linha de pesquisa e análise, Cunha (2007a) explora as raízes da Educação Superior brasileira no período Colonial, buscando compreender os aspectos do “quadro econômico e político”, passando por um estudo profundo do “período jesuítico” no que tange à atuação da “Companhia de Jesus”, que chegou ao Brasil em 1549 e dominou a

educação durante todo esse período. Em seguida, destaca a mudanças produzidas no “período pombalino” que culminou com a expulsão dos Jesuítas de Portugal e das Colônias em 1759.

Ao prosseguir a análise, Cunha (2007a) ‘mergulha’ nos desdobramentos do Ensino Superior no período do “Império”, seguindo a mesma metodologia de estudo, compreendendo o “quadro econômico e político”, para em seguida dissecar “a organização do aparelho de ensino” em geral, só assim, chega a “morfologia do Ensino Superior” do Brasil Império. Finaliza esse debate fazendo uma discussão sobre os “exames preparatórios” para o Ensino Superior e sobre alguns modelos ou “paradigmas estrangeiros” de Ensino Superior pelo mundo.

O autor analisa, também, a realidade do Ensino Superior no período da Primeira República, seguindo, conforme já explicitado, uma análise do “quadro econômico e político” do período para contextualizar a sua reflexão, sobre o processo de “expansão” do acesso ao Ensino Superior, produzido pelas mudanças no processo de admissão e ampliação do número de faculdades. Entretanto, destaca que, num período posterior, por meio de um conjunto de legislação, ocorreu um processo de “contenção” da passagem do Ensino Secundário para o Ensino Superior. Esse processo foi realizado por meio da introdução de exames vestibulares (exames de admissão) em 1911; exigência de certificação de conclusão do Ensino Secundário, em 1915, assim como pela limitação de vagas e a introdução do critério classificatório para acessar o Ensino Superior no Brasil.

Cunha (2007a) informa que, ainda nesse período, houve três tentativas frustradas de criação de universidades em Manaus, São Paulo e Paraná. A “Universidade de Manaus foi criada em 1909, no auge da prosperidade resultante do ciclo da borracha”. Inicialmente com o nome de Escola Universitária Livre de Manaus, em 02 de fevereiro de 1909, e Universidade de Manaus, em 1913. Com a crise do ciclo da borracha, a Universidade se fragmentou em três estabelecimentos isolados (Faculdade de Engenharia, Faculdade de Medicina e Faculdade de Direito), em 1926. “A Universidade de São Paulo foi fundada a 19 de novembro de 1911, com o objetivo de oferecer ensino de todos os graus: primário, secundário, superior e ‘transcendental’”. Essa Universidade foi formalmente inaugurada em 23 de março de 1912. A Universidade de São Paulo cresceu rapidamente, até a sua precoce dissolução em 1917. Já a Universidade do Paraná foi inaugurada em 19 de dezembro de 1912 e se dissolveu em 1922.

Além dessas universidades de curta duração, existiram outras de longa vida, como foi o caso da Universidade do Rio de Janeiro (1920), da Universidade de Minas Gerais (1927) e da Universidade do Rio Grande do Sul (1928).

Em seguida, ao discutir a ideia de **Universidade Crítica**, Cunha (2007b) tem como objetivo “contribuir para a compreensão da universidade brasileira do presente, estudando seu desenvolvimento durante a República Populista (1945-1964)” (p. 15). Antes de aprofundar essa discussão, cabe uma discussão teórico-metodológica apresentada pelo autor.

[...] O que tenho a dizer sobre a universidade brasileira na república populista não nasceu das fontes e interpretações alternativas sobre o período. Mas não cheguei à universidade desse tempo inocente. Já tinha feito alguns estudos sobre a articulação entre o ensino médio e o ensino superior desde as ‘leis orgânicas’ de 1942 (Cunha, 1973a, 1976a, 1976b, 1976c, 1977a), bem como analisado a reforma universitária de 1968 e seus desdobramentos (idem, 1973b, 1974a, 1974b, 1975, 1979). Já conhecia, pois, o ‘ponto de chegada’ das transformações da universidade, antes de conhecer o ‘ponto de partida’. Sabia que a modernização do ensino superior empreendida pela reforma universitária de 1968 destinava-se a colocar a universidade a serviço da produção prioritária de uma nova força de trabalho requisitada pelo capital monopolista organizado nas formas estatal e privado “multinacional”. Sabia, também, que essa modernização visava criar condições “racionalis” (melhor diria, taylorista) para o atendimento da crescente demanda de ensino superior pelos jovens das camadas médias, demanda essa induzida pelo processo de monopolização. Ciente dessa conexão no período pós-1968, foi possível percebê-la no período 1945/64, quando ela não era tão nítida, mascarada que estava pelo populismo, pelo nacionalismo e pelo desenvolvimentismo, todos a borrar os traços ainda confusos desse processo. (CUNHA, 2007b, p. 15-6).

Essa observação apresentada por Cunha (2007b) vai ao encontro dos objetivos dessas pesquisas, pois apresenta:

- a perspectiva dual existentes na política educacional de nível médio no Brasil;
- a necessidade de articulação entre Ensino Médio e Ensino Superior para a compreensão das mudanças pelas quais passaram e passam a universidade no Brasil;
- a perspectiva teórico-metodológica de buscar a compreensão do passado, tendo como referência os estudos de desdobramentos atuais da universidade; e
- a intrínseca relação existente entre a universidade e o mundo do trabalho. Essa concepção embasa os estudos, no sentido da busca da compreensão das contribuições da universidade na formação do trabalhador.

Cunha (2007b) explicita as “contradições do desenvolvimento” nesse período, assim como a “expansão e integração” do Ensino Superior. Essa análise fornece elementos para compreender as implicações das “diretrizes e bases” para o Ensino Superior, no bojo do contexto que ele chama de “desenvolvimento, segurança e modernização” da universidade, que redundará na grande reforma da universidade brasileira.

Cunha (2007b) informa que:

[...] As classes dominantes estavam satisfeitas com a repressão ao movimento dos trabalhadores e com o patrocínio do Estado à acumulação de capital, em particular com a adoção de um projeto industrialista de desenvolvimento. As classes dominadas também tinham razões objetivas para apoiar o Estado Novo. A legislação trabalhista, reunida e sistematizada em 1943 pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), funcionava como obstáculo à pauperização dos trabalhadores. Sua relativa abundância tendia a fazer que, nas condições políticas existentes, fossem submetidos a condições materiais de vida (salário, habitação, preços dos alimentos, transporte, educação, salubridade e segurança no trabalho etc.) ainda piores do que as então vigentes. Essa situação forneceu um suporte real que facilitava a política de Vargas de Manipulação das classes trabalhadoras, através da burocracia sindical atrelada ao Estado, legitimada pela ideologia do paternalismo governamental (“Getúlio o pai dos pobres”); pela ideologia do trabalho dignificador e do patriotismo. (CUNHA, 2007b, p. 25).

Em outros termos, é possível afirmar que essas políticas do Estado Novo – mesmo com o forte processo de repressão, controle e manipulação das massas de trabalhadores, por meio de uma política de manipulação ideológica com o discurso de que as suas “concessões” configuravam os direitos trabalhistas – tinham como objetivo último camuflar seu caráter autoritário. Essas políticas do Estado novo subsistem até 1945.

Por outro lado, no que tange à política econômica do Estado Novo, pode-se afirmar que possuía as seguintes características: monopolização; política monetária do Estado; e inversões de capital com base em lucros acumulados nas empresas. Com o fim do Estado Novo, em 1945, implantou-se um sistema político liberal-democrático, que produziu implicações para a economia, por meio da elevação do custo da força de trabalho que, por sua vez, provocou um aumento dos preços. Essa perspectiva ‘sofre’ mudanças no governo de Juscelino Kubitschek, por meio de sua política “desenvolvimentista”, que abre alguns setores da economia para o capital internacional, situação essa que acelerou profundamente o processo de industrialização brasileiro (CUNHA, 2007b).

Trata-se de um conjunto complexo de mudanças na política e na economia brasileira, que produziu significativas mudanças na universidade brasileira, ou melhor, no Ensino Superior como um todo.

No bojo desse processo de mudanças, na direção do populismo, pressupunha-se um conjunto de reformas, dentre as quais a reforma universitária que, segundo Cunha (2007b), teria como base a “modernização do Ensino Superior” e a “reorientação pedagógica”. Isso, “em função dos interesses populares”, mediante a “participação dos estudantes na direção do Ensino Superior”. Nesse contexto, pode-se destacar a criação do Instituto Superior de Estudos

Brasileiros (ISEB), ligado ao MEC, em 1955 que, segundo Cunha (2007b) foi o principal difusor da ideologia nacionalista, até março de 1964.

Ao consolidar-se esse processo, o Brasil viveu um momento de debates em torno da criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, comandada pelo, então, Ministro da Educação do Governo Eurico Dutra, Clemente Mariani (1947).

Por fim, Cunha (2007b) afirma que a universidade, nesse período de análise, o da república populista, viveu um período de “crítica em dois sentidos do termo”. No sentido de que a universidade viveu uma “situação crítica”, por não conseguir corresponder à sua função “sociopedagógica” na sociedade. No outro sentido da crítica, “[...] a universidade foi crítica de si própria e da sociedade como um todo”.

A terceira característica, marcante no processo de consolidação da universidade no Brasil, segundo Cunha (2007c), refere-se ao processo de mudanças legais no interior da universidade, que o levou a identificá-lo de **Universidade Reformada**. Isso no período posterior que corresponde aos anos pós-Golpe 1964. Cunha (2007c) apresenta “[...] os processos sociais, políticos e econômicos que resultaram na lei que visava ultrapassar as determinações da própria gênese do ensino superior e implantar a verdadeira universidade no Brasil, que poderia ser identificada como Universidade Reformada” (CUNHA, 1983; 1986 apud CUNHA, 2007c, p. 13).

[...] Nessa fase, analiso o processo de modernização do ensino superior, desde os decretos-leis específicos para as universidades federais até a gestação e o nascimento da lei 5.540/68, abrangendo todo o ensino superior do país. A par desse processo, focalizo o surgimento de resistências que se opuseram, assim como o desenvolvimento de concepções, não raro contraditórias, de novas atribuições à universidade brasileira elaboradas por diversos grupos e categorias sociais, particularmente estudantes, professores e militares. (CUNHA, 2007c, p. 13).

Outro aspecto que merece uma análise profunda é a interferência dos Estados Unidos na educação brasileira, especialmente na Educação Superior, por meio do acordo do Ministério da Educação (MEC) com a USAID.

[...] Antes de 1964, a influência pragmática das universidades norte-americanas era espontânea e atomizada, pois se exercia principalmente pela ação, no Brasil, dos bolsistas retornados e dos diversos mas desarticulados contratos de assistência técnica e financeira do Ponto IV e da USAID. Depois de 1964, não só essas agências desenvolveram programas maiores e articulados para o ensino superior, como também o Ministério da Educação não tardou a contratar norte-americanos para que dissessem como organizar nosso ensino superior e convoca-lo para assistirem o governo brasileiro no planejamento desse grau de ensino. (CUNHA, 2007c, p. 155).

É nesse contexto que foi gestado o processo de reforma universitária, materializado, em grande parte, pela criação da Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968. Essa lei passou a instituir as “normas para a organização e o funcionamento do ensino superior e a sua articulação com a escola média”. Segundo Cunha (2007c), “a modernização do Ensino Superior”, orientada pela perspectiva norte-americana, e o “aumento do controle”, constituíram as bases da reforma universitária brasileira no período da ditadura militar.

3.2 CONCEPÇÕES DE UNIVERSIDADE E A MATERIALIDADE DE MODELOS INSTITUCIONAIS DA UNIVERSIDADE NO BRASIL

Conforme estabelece a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei n. 9.394/96) em seu art. 52, estabelece que:

[...] as universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por: I – produção intelectual institucionalizada, mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional; II – um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de Mestrado ou Doutorado; III – um terço do corpo docente, em regime de tempo integral. (*in verbis*).

E, em seu parágrafo único, diz que “[...] é facultada a criação de universidades especializadas por campo do saber”. Foi com base nesse parágrafo único do art. 52 que foram criadas as “universidades especializadas”, que passarão a ser analisadas nesta seção.

Lima Filho (2006), ao fazer um debate sobre universidades tecnológicas, destaca que, antes de perguntar se CEFETs podem vir a ser Universidades Tecnológicas, ou quais as condições para a sua transformação, se deve discutir o que se entende por Universidades Tecnológicas: que objetivos terão? Por que, para que e para quem serão criadas? Ou seja, é preciso questionar sobre os pressupostos que vêm sustentando historicamente esse debate no Brasil. A origem desse debate assenta-se sobre o debate acerca do conceito de universidade, conforme já foi debatido. Para esse autor:

[...] A adjectivação do termo universidade sempre é uma operação complexa que pode nos conduzir a armadilhas. Se considerarmos que a universidade é uma instituição social que, com autonomia trata da universalidade e universalização dos saberes buscando constituir-se como o espírito crítico de seu tempo e de sua sociedade a partir de uma concepção de totalidade, resultará efetivamente complexo atribuir-lhe uma especialização ou especificidade de campo de saber. Assim, a tipicidade que emerge da modalidade prevista no parágrafo único do artigo 52 da LDBEN para a

universalidade especializada por campo de saber parecerá uma contradição em termos. Veremos depois que essa questão se torna mais intrincada quando a tipificação é materializada em especialidade tecnológica, podendo-se daí chegar facilmente a reducionismos ou determinismos tecnológicos tão presentes em correntes filosóficas de filiação positivista ou liberal. (LIMA FILHO, 2006, p. 36).

[...] a prudência ou necessidade de levar estas reflexões até o final nos obriga a avançar, deixando pendente esta questão, visto que o conceito de ‘universidade especializada’ macula a universalidade do conceito de universidade, como fica este conceito frente à questão da autonomia da ‘universidade especializada’ em relação ao Estado, às religiões e igrejas e ao mercado? (LIMA FILHO, 2006).

Lima Filho (2006) faz essa discussão sobre o caráter de especialidade inerente ao debate sobre a criação das universidades tecnológicas.

Nesse sentido, considerando a especificidade da legislação, alguns dos modelos institucionais que apresentaremos não possuem todas as prerrogativas legais para constituírem-se uma universidade. Não atendem ao que estabelece o artigo 207, da Constituição Federal de 1988, ou ao artigo 52, da LDB (Lei Nº. 9.394/1996), ou ao Decreto n. 5.773, de 09 de maio de 2006, nem ao que estabelece a Portaria Normativa n. 40 (MEC), de 12 de dezembro de 2007. Mas constituem-se em experiências realizadas no Brasil e no mundo, com o intuito de produzir elementos de críticas aos modelos hegemônicos atuais de universidade.

3.3.1 Universidades públicas federais

Esse modelo institucional de universidade fundamenta-se na concepção humboldtiana de universidade. Modelo clássico de universidade que proliferou-se a partir do modelo europeu, derivado principalmente das primeiras universidades que surgiram e não possui uma relação direta com o trabalho. Tal modelo aproxima-se da teoria liberal, analisada anteriormente nesta Tese. Valoriza o Trabalho Intelectual e o Trabalho Abstrato, conforme já destacado e vive uma autonomia relativa do estado e do mercado. Centra-se na produção do conhecimento universal, por meio da investigação científica livre, autônoma, dos interesses do Estado ou da Igreja, em todas as áreas do conhecimento. Junta em seu interior, correntes teóricas opostas, inclusive, onde lutam liberais e marxistas. Não se está afirmando que há uma

convivência harmônica. Pelo contrário, a divergência de ideias e a contradição, alimentadas pelo debate livre, encontrou terreno fértil nesse modelo institucional.

Entretanto, por diversas vezes, em vários momentos históricos, diferentes grupos ou ideias se tornam hegemônicos no interior da universidade, alterando profundamente a sua configuração ideal.

Nesse contexto, foram analisadas as influências da concepção humboldtiana de universidade, materializada pela Universidade de Berlim, no sentido de enfatizar a pesquisa como centro da universidade clássica, considerando as características de uma universidade humboldtiana.

No Brasil, especificamente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei n. 9.394/96) destaca, em seu artigo 52, que as universidades “[...] são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano”, exigindo, pelo menos legalmente, uma aproximação com o mundo do trabalho.

O Decreto n. 5.773, de 09 de maio de 2006, complementa essa caracterização em seu art. 12, afirmando que “[...] as instituições de educação superior, de acordo com sua organização e respectivas prerrogativas acadêmicas, serão credenciadas como: I – Faculdades; II – Centros Universitários; e III – Universidades”.

Entretanto, em 12 de dezembro de 2007, por meio da Portaria Normativa n. 40, redefiniu-se esses níveis de organização acadêmica das instituições de Educação Superior, ficando estes definidos da seguinte forma:

- Faculdade (categoria que inclui institutos e organizações equiparadas, nos termos do Decreto n. 5.773, de 2006).
- Centro Universitário (dotado de autonomia para a criação de cursos e vagas na sede, está obrigado a manter um terço de mestres ou doutores e um quinto do corpo docente em tempo integral).
- Universidade (dotada de autonomia na sede, pode criar *Campus* fora de sede no âmbito do Estado e está obrigada a manter um terço de mestres ou doutores e um terço do corpo docente em tempo integral).
- Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia (para efeitos regulatórios, equipara-se a universidade tecnológica).
- Centro Federal de Educação Tecnológica.

Essa lei explicita a “universidade” como o mais alto nível de organização acadêmica da Educação Superior brasileira. É esse nível que interessa analisar nesta pesquisa, considerando a sua importância enquanto produtora de conhecimento na sociedade moderna.

Destaca-se, entretanto, que modelos e concepções teóricas não se manifestam tal qual, na realidade. Nesse sentido, destaca-se a experiência da Universidade Federal do Pará, como uma materialização que se aproxima de forma explícita dessa concepção.

Segundo dados históricos fornecidos no site da Instituição²⁸, a Universidade do Pará foi criada pela Lei n. 3.191, de 2 de julho de 1957, sancionada pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, após cinco anos de tramitação legislativa. Como a maioria das Universidades brasileiras, se formou a partir junção de faculdades já existentes. No caso da UFPA, formou-se a partir das sete faculdades federais, estaduais e privadas existentes em Belém: Medicina, Direito, Farmácia, Engenharia, Odontologia, Filosofia, Ciências e Letras e Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais.

Assim, depois de mais de 18 meses de sua criação, a Universidade do Pará foi solenemente instalada em sessão presidida pelo Presidente Kubitschek, no Teatro da Paz, em 31 de janeiro de 1959.

Segundo essas informações, a sua instalação foi um ato meramente simbólico, isso porque o Decreto n. 42.427 já aprovara, em 12 de outubro de 1957, o primeiro Estatuto da Universidade, que definia a orientação da política educacional da Instituição e, desde 28 de novembro do mesmo ano, estava em exercício o primeiro reitor, Mário Braga Henriques (nov. 1957 a dez. 1960). Depois disso, em 19 de dezembro de 1960, tomou posse José Rodrigues da Silveira Netto, que ocupou a Reitoria durante oito anos e meio (dez. 1960 a jul. 1969).

O processo de fortalecimento institucional ganhou uma nova dimensão, com a primeira reforma estatutária da Universidade, que aconteceu em setembro de 1963. Dois meses após a reforma estatutária, a Universidade foi reestruturada pela Lei n. 4.283, de 18 de novembro de 1963. Mas, 05 (cinco) anos depois, uma nova reestruturação da Universidade foi tentada, em 1968. Do final de 1968 ao início de 1969, uma série de diplomas legais, destacando-se as Leis n. 5.539 e 5.540/68, estabeleceu novos critérios para o funcionamento das Universidades.

No período de julho de 1969 a junho de 1973, o Reitor foi Aloysio da Costa Chaves, que aprovou o novo plano de reestruturação da Universidade Federal do Pará. Um dos elementos essenciais desse plano foi a criação dos Centros, com a extinção das Faculdades

²⁸ Disponível em: <www.ufpa.br>. Acesso em: 14 fev. 2015.

existentes, e a definição das funções dos Departamentos. Em 02 de setembro de 1970, o Conselho Federal de Educação aprovou o Regimento Geral da Universidade Federal do Pará, por meio da Portaria n. 1.307/70.

Por ter como referências essas informações, fornecidas pela UFPA, relata-se que Clóvis Cunha da Gama Malcher tomou posse em julho de 1973, seguido por Aracy Amazonas Barretto, em 1977, e Daniel Queima Coelho de Souza, em 1981. No exercício de 1985, o Regimento da Reitoria foi reformulado, após a aprovação da Resolução n. 549, do Conselho Universitário, em 09 de dezembro de 1985, passando a vigorar até a presente data.

Em período mais recente, José Seixas Lourenço ocupou a Reitoria, no período de julho de 1985 a junho de 1989; Nilson Pinto de Oliveira, de julho de 1989 a junho de 1993; Marcos Ximenes Ponte, de julho de 1993 a junho de 1997; e Cristovam Wanderley Picanço Diniz, de julho de 1997 a junho de 2001. Nos períodos de 2001 a 2005 e de 2005 a 2009, foi Reitor da Universidade Federal do Pará, o Prof. Alex Bolonha Fiúza de Mello. O atual Reitor é o Prof. Carlos Edílson de Almeida Maneschy, eleito para o quadriênio julho 2009 – junho 2013 e reeleito para o quadriênio julho 2013 – junho 2017²⁹.

A Universidade Federal do Pará é uma instituição federal de Ensino Superior, organizada sob a forma de autarquia, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Ensino Superior (SESu). O princípio fundamental da UFPA é a integração das funções de ensino, pesquisa e extensão.

Enfim, atualmente, segundo informações fornecidas pela própria Instituição³⁰, a Universidade Federal do Pará possui 14 institutos, 12 campi, 01 Escola de Aplicação, 02 Hospitais Universitários, 06 núcleos e 52 polos universitários. Está composta por uma população universitária de 61.938 pessoas, sendo 2.693 professores, incluindo os efetivos do Ensino Superior, os efetivos do Ensino Básico, os substitutos e visitantes; 2.375 servidores técnico-administrativos; 9.572 alunos de cursos de Pós-Graduação; 40.275 alunos matriculados nos cursos de Graduação, sendo 21.325, na capital e 18.950 distribuídos pelo interior do Estado; 1.372 alunos do Ensino Fundamental e Médio da Escola de Aplicação; 5.121 alunos dos Cursos Livres oferecidos pelo Instituto de Letras e Comunicação (ILC), pelo

²⁹ Entretanto, após renúncia do Reitor Carlos Edílson de Almeida Maneschy, em 17 de maio de 2016, para concorrer à cargo eletivo, realizou-se consulta direta à comunidade universitária sobre a escolha de candidatos aos cargos de Reitor e de Vice-Reitor, em 29 de Junho de 2016, por meio da qual elegeram-se para o quadriênio de 2016-2020, Professor Dr. Emmanuel Zagury Tourinho (Reitor) e Professor Dr. Gilmar Pereira da Silva (Vice-Reitor).

³⁰ Ano Base 2015.

Disponível em: <http://www.ufpanumeros.ufpa.br/doc/UFPAemNumeros2016_AB2015_final.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2016.

Instituto de Ciências da Arte (ICA), pela Escola de Teatro e Dança, pela Escola de Música e pela Casa de Estudos Germânicos, além de 530 alunos dos cursos técnicos e profissionalizantes, vinculados ao Instituto de Ciências da Arte. Nesse universo, a UFPA oferece 535 cursos de Graduação e 73 Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, sendo 68 cursos de Mestrado e 37 de Doutorado. E, executou, em 2015, um orçamento de R\$ 1.308.347.295,40.

A Universidade Federal do Pará possui, como missão: “produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade sustentável”. Como visão institucional, “ser referência nacional e internacional como Universidade *Multicampi* integrada à sociedade e centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural”. E, como, princípios institucionais da UFPA, destacam-se:

- a universalização do conhecimento;
- o respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológica;
- o pluralismo de ideias e de pensamentos;
- o ensino público e gratuito;
- a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- a flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos;
- a excelência acadêmica; e
- a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente.

Cita-se esse caso por ser a instituição pesquisada, mas destaca-se, também, a universidade com maior número de alunos de Graduação do Brasil que, por isso, é considerada como instituição que carece de uma análise no que tange à sua atuação social.

3.3.2 Universidade corporativa³¹

Como exemplo de Universidade Corporativa, cita-se a Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE), uma instituição voltada para a formação da mineradora Vale do Rio Doce. Trata-se de um modelo institucional que mais se aproxima da teoria neoliberal, considerando esta uma teoria que concebe a sobreposição do capital sobre o trabalho e a concepção da educação como uma mercadoria, que pode ser vendida e comprada como qualquer outra. Esse

³¹ Disponível em: <http://UNIVALE.br/sites/conheca_UNIVALE/institucional/apresentacao/>. Acesso em: 14 fev. 2015.

modelo institucional opera um estreitamento da formação humana, considerando que essa formação ocorre subjugada às suas necessidades imediatas de reprodução do capital e ampliação das margens de lucro.

Segundo o portal da Instituição, “[...] a UNIVALE trabalha para atender às necessidades da comunidade, reafirmando a sua identidade de Universidade Comunitária. É assim que ela se qualifica como parceira do setor produtivo local para a promoção da sustentabilidade social, econômica e ambiental”³².

No que tange ao histórico da instituição, “[...] desde a sua criação, em 1967, quando a UNIVALE ainda era o embrião Minas Instituto de Tecnologia (MIT), a Fundação Percival Farquhar (FPF) se faz presente na história de edificação dessa Instituição de Ensino Superior (IES)”³³.

No que tange à indissociabilidade, que é a essência das atividades universitárias, eles informam que,

[...] o Ensino, a Pesquisa e a Extensão são a base da UNIVALE, que está sempre focada na formação de profissionais qualificados para o mercado de trabalho, oferecendo uma estrutura acadêmica em sintonia com esse objetivo, a UNIVALE mantém mais de 27 cursos de Graduação, oferta cursos de Extensão e Pós-Graduação *Lato sensu*³⁴.

Além disso, a “[...] UNIVALE tem, ainda, dois Programas de Mestrado. O Mestrado em Ciências Biológicas, lançado em 2005, tem como Área de Concentração a Imunopatologia das Doenças Infecciosas e Parasitárias. Já o Mestrado em Gestão Integrada do Território reflete a visão vanguardista da UNIVALE, através de uma proposta interdisciplinar pioneira e única no país, lançada em 2008”³⁵.

Ainda nessa concepção de universidade corporativa, é possível citar a Universidade Corporativa Banco do Brasil (UNIBB)³⁶.

[...] A UNIBB disponibiliza programas de capacitação para diversos públicos de relacionamento do Banco. Naturalmente, o principal público-alvo são os seus funcionários. Os treinamentos internos desenvolvidos para este público são presenciais ou autoinstrucionais, isto é, a distância. São utilizadas diversas metodologias para a disponibilização de cursos:

³² Disponível em: <http://UNIVALE.br/sites/conheca_UNIVALE/institucional/apresentacao/>. Acesso em: 14 fev. 2015.

³³ Disponível em: <http://UNIVALE.br/sites/conheca_UNIVALE/institucional/apresentacao/>. Acesso em: 14 fev. 2015.

³⁴ Disponível em: <http://UNIVALE.br/sites/conheca_UNIVALE/institucional/apresentacao/>. Acesso em: 14 fev. 2015.

³⁵ Disponível em: <http://UNIVALE.br/sites/conheca_UNIVALE/institucional/apresentacao/>. Acesso em: 14 fev. 2015.

³⁶ Disponível em: <<https://www.unibb.com.br/Customizacao/SaibaMais.aspx>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

apostilados (onde o funcionário faz o curso em casa), por meio da TVBB, Web e a metodologia Sinapse.

[...] Ela conta, também, com 26 gerências regionais e 04 plataformas, distribuídas no país. Essas unidades oferecem ambientes para aprendizagem e contam com profissionais experientes para apoiar o desenvolvimento pessoal e profissional dos funcionários da Empresa, além de conduzir, no seu âmbito de atuação, os processos operacionais da Vice-Presidência de Gestão de Pessoas e Desenvolvimento Sustentável³⁷.

Outro exemplo de materialização dessa concepção de universidade corporativa é encontrado na Universidade Corporativa do SEBRAE³⁸ (UCSebrae). Segundo informações disponibilizadas em seu portal na internet, sua “[...] ação educativa estabelece paralelos entre conhecimento e prática, estimulando o desenvolvimento de competências pessoais e o compartilhamento dos conhecimentos e das melhores práticas da organização”. Ou seja, “através de múltiplas formas de aprendizagem e colaboração, a UCSebrae promove as conexões entre pessoas e saberes, para que estas possam convergir para a construção do conhecimento e a criação de um saber comum inerente ao Sebrae”³⁹.

Suas Diretrizes Estratégicas e Missão são apresentadas da seguinte forma: “[...] promover ambiente de aprendizagem para o desenvolvimento de competências dos Colaboradores internos e externos, contribuindo para o alcance dos resultados do SEBRAE junto aos Pequenos Negócios”. Quanto à sua visão, a instituição informa que busca “[...] ser reconhecida como uma estratégia educacional para o desenvolvimento de competências, visando ao atendimento de excelência ao empreendedor e à micro e pequena empresa”⁴⁰.

Quanto aos seus valores, a Universidade Corporativa do SEBRAE estabelece:

- Inovação: processo contínuo de renovação organizacional e pessoal, a partir da interação intensiva de aprendizado e experiências internas e externas, que promovam a adequação de estratégias e ou o desenvolvimento e difusão de novos conhecimentos; Corresponsabilidade com o aprendizado: compromisso permanente do SEBRAE, parceiros, educadores e colaboradores com os resultados.
- Compartilhamento: socialização do saber, estabelecendo conexões e intensificando a comunicação e a interação, de forma coletiva e organizada, visando à construção de um saber comum.
- Flexibilidade: processos e programas com capacidade de ajustes às demandas e necessidades.

³⁷ Disponível em: <<https://www.unibb.com.br/Customizacao/SaibaMais.aspx>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

³⁸ Disponível em: <universidadecorporativa@sebrae.com.br>. Acesso em: 14 fev. 2015.

³⁹ Disponível em: <universidadecorporativa@sebrae.com.br>. Acesso em: 14 fev. 2015.

⁴⁰ Disponível em: <universidadecorporativa@sebrae.com.br>. Acesso em: 14 fev. 2015.

- Transparência: critérios claros e compartilhados em todas as etapas dos programas e processos.
- Cidadania: ações pautadas por posturas éticas e socialmente responsáveis.
Universalização: inclusão de todos os colaboradores internos e externos no processo.

Quanto ao público alvo, a instituição informa que visa atender prioritariamente, os “colaboradores internos e externos do Sistema SEBRAE⁴¹”. Fez isso com a implementação dos primeiros cursos: Praticante de Comércio e Praticante de Escritório, para jovens de 14 a 18 anos. Para os que não haviam concluído o Primário, o SENAC São Paulo ofereceu um curso Preparatório e, para os maiores de 18 anos, os cursos de Balconista de Tecidos, Calçados e Ferragens, Arquivista e Caixa-Tesoureiro.

A Editora SENAC São Paulo sai vitoriosa na maior premiação de literatura gastronômica mundial com a publicação *Bebida, Abstinência e Temperança na História Antiga e Moderna*, de Henrique Carneiro, eleita a terceira melhor do mundo (*Best in the World*) na categoria história do vinho, pelo *Gourmand World Cookbook Awards 2010*, em que outras 05 (cinco) obras da Editora SENAC São Paulo foram vencedoras.

Em seguida, ocorre a obtenção de credenciamento no MEC, para que o SENAC São Paulo ofereça cursos a distância em todas as modalidades de Ensino Superior, culminando no lançamento do *Campus Virtual SENAC*. Publicação do primeiro livro digital da Editora SENAC São Paulo. Há, também, a concessão de bolsas de estudo a 84.008 alunos, sendo 74.637 por meio do Programa SENAC de Gratuidade.

Quanto à infraestrutura, o Centro Universitário SENAC oferece cursos superiores de Graduação (bacharelado e tecnologia), Pós-Graduação (*Lato sensu*) e diversificados programas de extensão universitária.

Os cursos de Graduação estão concentrados nos seus três *campi*, em Santo Amaro, na capital, em Águas de São Pedro e Campos do Jordão, no interior. Os programas de Pós e de extensão são oferecidos, também, nas unidades da Rede SENAC São Paulo.

O Centro Universitário SENAC – Águas de São Pedro faz parte do Complexo Educacional do Grande Hotel São Pedro – Hotel-escola SENAC, é um dos maiores e um dos

⁴¹O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) é uma entidade privada sem fins lucrativos criada em 1972. Tem por missão promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável das micro e pequenas empresas e fomentar o empreendedorismo. O SEBRAE aposta na sinergia do conhecimento, habilidades e atitudes da sua força de trabalho para prestar um atendimento de qualidade e continuado aos empresários de micro e pequenas empresas. O atendimento do SEBRAE é feito de forma individual ou coletiva e de modo presencial ou a distância. Além da sede nacional, em Brasília, a instituição conta com escritório nas 27 Unidades da Federação, com mais de 700 pontos de atendimento, 382 próprios e 312 de parceiros. Disponível em: <www.medigital.com.br/index.php/.../k2/senac-universidade-corporativa>. Acesso em: 14 fev. 2015.

mais tradicionais complexos educacionais no setor de turismo e hotelaria, gastronomia, lazer, meio ambiente e gestão e negócios da América Latina.

O Centro Universitário SENAC – Campos do Jordão oferece cursos de Graduação, Pós-Graduação, Extensão Universitária, livres e de qualificação profissional nas áreas de Hotelaria, Gastronomia, Turismo, Lazer, Eventos e Educação.

O Centro Universitário SENAC – Santo Amaro está localizado numa área de 120.000 m², em Santo Amaro, na região sul da cidade de São Paulo. Conta com prédios modernos, horizontalmente distribuídos em meio a um parque com muito verde. Atualmente, o *campus* Santo Amaro oferece mais de 40 cursos de Graduação, além de diversos títulos de Pós-Graduação *Lato sensu* e de extensão universitária.

Esse modelo recebe muitas críticas em relação à sua posição de subserviência aos interesses do capital, o que limita sua autonomia institucional.

[...] Numa entrevista, em 2001, o dono da Estácio de Sá foi franco ao dizer o que interessa a estes negociantes de direitos: “A pesquisa é uma inutilidade pomposa, é uma perda de tempo federal” e “estudar é uma opção, quem quiser faz, quem não quiser não faz, e não fica pior porque não faz”. Mas, mais grave: “Eu não me interessei pela educação e nem acho que eu seja uma pessoa muito interessada em educação. [...] Estou interessado no Brasil? Não, não estou interessado no Brasil. Na cidadania? Também não. Na solidariedade? Também não. Estou interessado na Estácio de Sá”. Ou seja, deixem de nos amolar, estamos interessados no nosso negócio. (FRIGOTTO, 2007, p. 27).

Frigotto (2007) explicita a função social dessas instituições, que se resumem na produção e reprodução do capital, transformando a educação, ou a formação em nível superior, em uma mercadoria para ser vendida ou comprada irrestritamente. Nessas instituições, prevalece o ensino e a concepção gerencial do fazer acadêmico.

3.3.3 Universidade tecnológica

Com o intuito de compreender como a concepção de universidade tecnológica materializa-se na realidade das universidades Brasileiras, cita-se, como exemplo, o processo de mudança que enfrentaram no sentido de ofertar educação, ou seja, de constituir-se Instituição de Ensino Superior, assim como o processo de criação da Universidade Federal Tecnológica do Paraná.

Ramos (2006) retoma a discussão de Santos (1995) acerca da articulação entre a função social da universidade e um “projeto de país”, ou melhor, um projeto de nação, considerando que na “transformação da ciência em forças produtivas” tem se buscado o

“valor de troca”, ou o lucro, em detrimento do “valor de uso” em nossa sociedade, sob a égide do capital. Assim, as mudanças no mundo produtivo, determinadas pelo neoliberalismo, revelam um processo de crescimento do setor de serviços, marcado por vínculos empregatícios precários e pela hegemonia do capital financeiro sobre o capital produtivo, ampliado principalmente pelas exorbitantes margens de lucros de bancos públicos e privados no Brasil e no mundo.

Nesse sentido, Ramos (2006) diz que:

[...] Situando a produção industrial como marco da transformação da ciência em força produtiva, cujo desenvolvimento se orientou pela produção de valores de troca e pela geração de lucro mais do que pela produção de valores de uso necessários à vida humana, concluímos que um projeto contra hegemônico implica intensificar a produção de ciência e tecnologia na esfera pública. Condição *sine qua non* para isso é a existência de espaços institucionais dessa natureza, sustentados pelo fundo público, cujas prioridades se orientem também pelos interesses públicos. (RAMOS, 2006, p. 139).

Entretanto, não é isso que ocorre na sociedade brasileira, que optou por um movimento inverso, pois, sintonizado com as mudanças de um contexto de crise do capital, o Estado Brasileiro tem plasmado a sociedade brasileira por meio de “pseudopolíticas públicas”, que não passam de ajuntamento de projetos, sustentados por um conjunto de legislações desconectadas, acarretando várias mudanças para atender à necessidade e às exigências de produção e reprodução do capital. É o caso, por exemplo, da reforma universitária, reforma agrária, reforma política e previdenciária, que não chegaram a se concretizar, conforme defendiam os trabalhadores.

No caso específico, as reformas implementadas nos CEFET’s, não possibilitaram uma homogeneização dos mesmos. Mas, foi esse processo que gerou condições para que houvesse a criação recente das experiências de Universidade Tecnológica no Brasil, fruto da transformação dos CEFET’s em IFET’s. Ramos (2006) afirma que:

[...] A identidade dessas instituições se fortaleceria por meio de um projeto público que unificaria organicamente a formação de trabalhadores de nível médio e superior para a ciência e tecnologia, tendo como base uma formação integrada e politécnica. A produção de ciência e tecnologia nessas instituições não se resumiria aos processos de adaptação de tecnologias produzidas em países centrais do capitalismo, nem a formação profissional de nível médio e superior teria o propósito de formar pessoas para o trabalho simples, características próprias de países de capitalismo dependente. O projeto que estaria em jogo, de fato, seria um projeto de nação cujo desenvolvimento econômico e social se voltaria não para o mercado, mas contra ele, em benefício da sociedade. (RAMOS, 2006, p. 139-140).

Com o objetivo de compreender como se forjou no Brasil o conceito de Universidade Tecnológica, foi analisado o seu conceito e a legislação respectiva e investigada a história do processo de transformação dos CEFETs em IFETs no Brasil, destacando o caso específico de transformação do CEFET do Paraná em Universidade Federal Tecnológica do Paraná.

O Decreto n. 6.095, de 24 de abril de 2007, “[...] estabelece as diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica”.

O Capítulo I do referido Decreto, que trata “[...] da reorganização e integração de Instituições Federais de Educação Tecnológica”, estabelece em seu art. 1º que o “[...] Ministério da Educação estimulará o processo de reorganização das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, a fim de que atuem de forma integrada regionalmente”.

No inciso primeiro desse artigo, fica estabelecido que a:

[...] reorganização referida no caput pautar-se-á pelo modelo de Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET, definido por este Decreto, com natureza jurídica de autarquia, detentores de autonomia administrativa, patrimonial, didático-pedagógica e disciplinar, respeitadas as vinculações nele previstas. (*in verbis*).

O inciso segundo desse mesmo artigo define a natureza dos IFETs, como:

[...] instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas, nos termos do modelo estabelecido neste Decreto e das respectivas leis de criação. (*in verbis*).

Esse Decreto prevê, também, como será o processo de integração das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica para a formação dos IFETs. Destaca, em seu art. 3º, que:

[...] o processo de integração terá início com a celebração de acordo entre instituições federais de educação profissional e tecnológica, que formalizará a agregação voluntária de Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFET, Escolas Técnicas Federais – ETF, Escolas Agrotécnicas Federais – EAF e Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais, localizados em um mesmo Estado. (*in verbis*).

Trata-se, portanto, de instituições que devem pautar a elaboração dos seus Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs) nas ações a seguir relacionadas, para a sustentação da sua vocação institucional:

[...] I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando profissionais para os diversos setores da economia, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade; II - desenvolver a educação profissional e tecnológica, como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais; III - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico no âmbito de atuação do IFET; IV - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica; V - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino; VI - oferecer programas de extensão, dando prioridade à divulgação científica; e VII - estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico. (*in verbis*).

Dispõe o inciso 2º do art. 4º que:

[...] no plano acadêmico, o projeto de PDI integrado deverá se orientar aos seguintes objetivos: I – ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente em cursos e programas integrados ao ensino regular; II – ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica; III – ofertar, no âmbito do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores e de educação profissional e técnica de nível médio; IV – realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade; V – desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o setor produtivo e os segmentos sociais e com ênfase na difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos; VI – estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão, identificados com os potenciais de desenvolvimento local e regional; VII – ministrar em nível de educação superior⁴². (*in verbis*).

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia constituem-se em Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, com estruturas *multicampi*, com gestão orçamentária e financeira descentralizada. Nesse modelo de organização acadêmica, cada *campus* corresponderá a uma unidade descentralizada. São consideradas estruturas dotadas de autonomia, nos limites de sua área de atuação territorial, para a criação e extinção de cursos, mediante autorização do colegiado superior competente para a matéria

⁴² Em nível de Graduação; Pós-Graduação *Lato e Stricto sensu*; e cursos de licenciaturas.

acadêmica. Isso significa que, para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e cursos da Educação Superior, os IFETs serão equiparados a universidades e poderão, nos termos da lei, registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos.

No art. 10, fica definido que a Administração Superior será atribuída ao Reitor, ao Colégio de Diretores e ao Conselho Superior, no âmbito de suas respectivas competências. Complementa, no art. 11, que a nomeação do Reitor e Vice-Reitor será feita pelo Presidente da República, na forma da legislação aplicável à nomeação de reitores das universidades federais, observadas as disposições deste artigo.

No que se refere à gestão de suas unidades acadêmicas, será prevista a administração dos *campi* por Diretores-Gerais, nomeados pelo Reitor, após processo de consulta à comunidade do respectivo *campus*.

Com base nos estudos de Lima Filho e Tavares (2006), foram desenvolvidas as reflexões a seguir. Nesse sentido, pode-se afirmar que, no que se refere ao caso específico do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, devido a um conjunto de especificidades acadêmicas, essa instituição transformou-se em Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

A UTFPR foi criada pela Lei n. 11.184, de 07 de outubro de 2005, por meio de um Documento assinado por Luiz Inácio “Lula” da Silva, transformando o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, o CEFET-PR, em Universidade Tecnológica Federal do Paraná, a UTFPR.

Essa lei estabelece que:

[...] fica criada a Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR nos termos do parágrafo único do art. 52 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com natureza jurídica de autarquia, mediante a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, organizado sob a forma de Centro Federal de Educação Tecnológica pela Lei n. 6.545, de 30 de junho de 1978. (*in verbis*).

Ou seja, “[...] a UTFPR é vinculada ao Ministério da Educação, tem sede e foro na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, e detém autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar”.

Segundo essa Lei, a UTFPR reger-se-á pelos seguintes princípios:

I– ênfase na formação de recursos humanos, no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, envolvidos nas práticas tecnológicas e na vivência com os problemas reais da sociedade, voltados, notadamente, para o

desenvolvimento socioeconômico local e regional; II – valorização de lideranças, estimulando a promoção social e a formação de cidadãos com espírito crítico e empreendedor; III – vinculação estreita com a tecnologia, destinada à construção da cidadania, da democracia e da vida ativa de criação e produção solidárias; IV – desenvolvimento de cultura que estimule as funções do pensar e do fazer, associando-as às atividades de ensino, pesquisa e extensão; V – integração da geração, disseminação e utilização do conhecimento para estimular o desenvolvimento socioeconômico local e regional; VI – aproximação dos avanços científicos e tecnológicos com o cidadão-trabalhador, para enfrentar a realidade socioeconômica em que se encontra; VII – organização descentralizada mediante a possibilidade de implantação de diversos *campi*, inserindo-se na realidade regional, oferecendo suas contribuições e serviços resultantes do trabalho de ensino, da pesquisa aplicada e extensão; VIII – articulação e integração verticalizada entre os diferentes níveis e modalidades de ensino e integração horizontal com o setor produtivo e os segmentos sociais, promovendo oportunidades para a educação continuada; IX – organização dinâmica e flexível, com enfoque interdisciplinar, privilegiando o diálogo permanente com a realidade local e regional, sem abdicar dos aprofundamentos científicos e tecnológicos; e, X – maximização quanto ao aproveitamento dos recursos humanos e uso da infraestrutura existente pelos diferentes níveis e modalidades de ensino. (*in verbis*).

No art. 3º, ficou definido que a UTFPR tem, por finalidade:

[...]II – desenvolver a educação tecnológica, entendida como uma dimensão essencial que ultrapassa as aplicações técnicas, interpretando a tecnologia como processo educativo e investigativo para gerá-la e adaptá-la às peculiaridades regionais; II – aplicar a tecnologia compreendida como ciência do trabalho produtivo e o trabalho como categoria de saber e produção; e III – pesquisar soluções tecnológicas e desenvolver mecanismos de gestão da tecnologia, visando a identificar alternativas inovadoras para resoluções de problemas sociais nos âmbitos local e regional. (*in verbis*).

No que tange aos objetivos da UTFPR, o art. 4º dispõe o seguinte:

[...] I – ministrar em nível de Educação Superior: (a) cursos de Graduação e Pós-Graduação; b) cursos de licenciatura); II – ministrar cursos técnicos prioritariamente integrados ao ensino médio; III – oferecer educação continuada; IV – realizar pesquisas; e V – desenvolver atividades de extensão. (*in verbis*).

Essas atividades devem ser desenvolvidas, observando o princípio de indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa aplicada e a extensão.

Essa lei estabelece que “[...] os alunos regularmente matriculados nos cursos ora transferidos passam igualmente a integrar o corpo discente da UTFPR”, assim como “[...] ficam redistribuídos para a UTFPR todos os cargos e funções, ocupados e vagos, pertencentes ao Quadro de Pessoal do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná”. Por outro lado,

os “[...] cargos de Diretor e Vice-Diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná ficam transformados nos cargos de Reitor e Vice-Reitor da UTFPR”.

No que tange ao processo de gestão da administração superior da UTFPR, estabelece-se que a administração será exercida pelo Reitor e pelo Conselho Universitário.

O “[...] patrimônio da UTFPR será constituído pelos bens e direitos que integram o patrimônio do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná”.

Os recursos financeiros da UTFPR serão provenientes de:

[...] I – dotações consignadas no Orçamento Geral da União, créditos especiais e transferências e repasses, que lhes forem conferidos; II – auxílios e subvenções que lhes venham a ser feitos ou concedidos pela União, Estados e Municípios ou por quaisquer entidades, públicas ou privadas; III – recursos provenientes de convênios, acordos ou contratos celebrados com entidades e organismos nacionais e internacionais; IV – resultados de operações de crédito e juros bancários, nos termos da lei; V – receitas eventuais a título de retribuição por serviços de qualquer natureza prestados a terceiros; e VI – saldo de exercícios anteriores, observado o disposto na legislação específica. (*in verbis*).

Para Lima Filho e Tavares (2006), a *práxis* educacional, pensada e praticada como ato social de reflexão-ação-reflexão é, portanto, um processo mediador de construção social científico, tecnológico, humanista, ético e político, em que se interrelacionam a base cognitiva e a base material da sociedade.

[...] É nesse mesmo quadro de reformas que as instituições da educação técnica e tecnológica vêm passando por profundas transformações, iniciadas em 1996 com a apresentação do Projeto de Lei 1.603, transformado no Decreto 2.208, em 1997. Neste íterim assistimos ao processo de separação da educação técnica do ensino médio, a extinção dos cursos técnicos integrados, a criação e priorização dos Cursos Superiores de Tecnologia, a transformação das Escolas Técnicas em Centros de Educação Tecnológica e, mais recentemente, a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR) em Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), conforme dispõe a Lei no. 11.184, de 07 V. de outubro de 2005 (Anexo ILj/Em discussão nas instâncias 'governamentais encontra-se a criação de novas universidades tecnológicas, compondo perspectivas de um modelo alternativo de educação superior, um anteprojeto de Lei Orgânica da Educação Profissional e Tecnológica - paralelo à reforma universitária em tramitação - e a criação de um Sistema Nacional de Avaliação e Certificação de Competências. Ao lado de todas essas mudanças, quiçá ensejada pelas mesmas, presencia-se uma expansão desmesurada do setor educacional privado em todos os níveis e modalidades. (LIMA FILHO; TAVARES, 2006, p. 10).

Lima Filho e Tavares (2006) destacam que a presente publicação ‘nasce’ desses espaços e movimentos de discussão, de reflexão, de resistência ao empresariamento e à

privatização da educação, e de afirmação e de construção de uma educação verdadeiramente libertadora e transformadora, base de uma sociedade democrática. Concretamente, ‘nasce’ das iniciativas e lutas da Seção Sindical dos Docentes do CEFET-PR, atual UTFPR. Nesse quadro, a SINDOCEFET tem realizado e participado continuamente, desde os anos de 1990, de discussões e eventos como seminários e congressos locais, regionais e nacionais, cujos resultados têm sido sistematizados em publicações que buscam contribuir para elevar a compreensão e a ação da sociedade e da comunidade educacional frente às reformas em curso e à definição de novas políticas educacionais.

Para Lima Filho e Tavares (2006), no ambiente universitário a preocupação com a comunidade e com suas perdas deve ser permanente. Uma Universidade Pública não é uma pequena escola e também não é empresa privada e nem deve ser “gerenciada” como tal. Entende-se que uma Universidade é muito mais do que isso e a UTFPR pode ser uma grande Universidade, dependente do trabalho de todos e das decisões que forem tomadas.

3.3.4 Universidade do movimento social

No bojo das contradições existentes entre a ideia e a sua materialização, menciona-se, ainda, a Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS)⁴³ que ‘nasceu’ das atividades do Fórum Social Mundial (FSM) de 2003 como uma Universidade Popular. Trata-se de um espaço de encontro e intercâmbio dos movimentos sociais, e de um modelo institucional que mais se aproxima da teoria marxista, considerando que a sua prática formativa pauta-se no questionamento da ordem social vigente e atua na perspectiva da luta social pela superação da exploração do trabalhador.

Segundo as informações fornecidas pela Instituição, a “[...] UPMS surge para articular os conhecimentos diversos, fortalecendo novas formas de resistência e contribuindo para a reinvenção da emancipação social, entendida aqui como a base em que projetos plurais transformam relações de poder em relações de autoridade partilhada”⁴⁴.

A UPMS, ou Rede Global de Saberes, como seus membros a chamam, tem como objetivo contribuir para o maior conhecimento recíproco entre os movimentos sociais.

⁴³ Disponível em: www.universidadepopular.org/site/pages/pt/sobre-a-upms.php>. Acesso em: 22 abr. 2015.

⁴⁴ Disponível em: www.universidadepopular.org/site/pages/pt/sobre-a-upms.php>. Acesso em: 22 abr. 2015.

Trata-se de uma Instituição que tem como público alvo “[...] os ativistas e dirigentes dos movimentos sociais, membros de organizações não governamentais, bem como cientistas sociais, investigadores e artistas empenhados na transformação social progressista”⁴⁵.

Do ponto de vista operacional, a “[...] UPMS funciona através de uma rede de interações orientada para promover o conhecimento e a valorização crítica da enorme diversidade dos saberes e práticas protagonizados pelos diferentes movimentos e organizações”⁴⁶.

No tange aos aspectos teórico-metodológicos, fundamenta-se:

[...] em dois procedimentos metodológicos básicos formulados por Boaventura de Sousa Santos e partilhados nas experiências de UPMS já realizadas até o momento a tradução intercultural e interpolítica e a ecologia de saberes. A tradução intercultural visa aumentar a inteligibilidade recíproca e necessária entre movimentos, organizações e pesquisadores sem destruir a autonomia dos movimentos, suas linguagens próprias e conceitos, observando o que os divide e o que os une para tentar organizar ações coletivas. Muitas vezes, o que separa os movimentos não são questões de conteúdo, mas antes de linguagem, de diferentes tradições históricas e culturais de luta⁴⁷.

Trata-se de um movimento formado por um conjunto de instituições nacionais e internacionais que realizam formação e lutas ligadas aos movimentos sociais.

Outro exemplo forte de Universidade Popular é uma instituição conhecida como Universidade do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ou Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF).

A “Universidade do MST” ou “Escola Nacional Florestan Fernandes” constitui-se uma proposta de Universidade Popular, conforme debatido em seção anterior. Essa experiência busca ressignificar a forma clássica de fazer universidade.

[...] O processo de formação e aprendizagem sempre foi uma preocupação dos movimentos sociais e das organizações da sociedade civil. Ter uma universidade dos movimentos sociais é uma aspiração sempre presente no imaginário dos movimentos sociais. Contudo, não se trata de uma universidade formal, mas sim de uma universidade ressignificada - uma universidade de base popular, de difusão e respeito aos diferentes saberes, de pedagogias reconhecidas no cotidiano dos movimentos sociais. Enfim, uma universidade que horizontaliza os diferentes saberes, contrapondo-se à lógica dominante e a toda e qualquer forma de opressão.⁴⁸

⁴⁵ Disponível em: www.universidadepopular.org/site/pages/pt/sobre-a-upms.php. Acesso em: 22 abr. 2015.

⁴⁶ Disponível em: www.universidadepopular.org/site/pages/pt/sobre-a-upms.php. Acesso em: 22 abr. 2015.

⁴⁷ Disponível em: www.universidadepopular.org/site/pages/pt/sobre-a-upms.php. Acesso em: 22 abr. 2015.

⁴⁸ Disponível em: <http://www.universidadepopular.org/site/pages/pt/universidades-populares.php>. Acesso em: 22 abr. 2015.

A Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), inaugurada em evento internacional, em 23 de janeiro de 2005, está situada em Guararema, a 70 km de São Paulo, e foi construída entre os anos de 2000 e 2005, por meio do trabalho voluntário dos trabalhadores sem-terra e demais simpatizantes.

[...] A inauguração da Escola Nacional Florestam Fernandes (ENFF), em 2005, e as experiências de licenciaturas em educação do campo no regime de alternância, que se expandem, incentivadas pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e pelo Ministério da Educação (MEC), abrem caminhos para a retomada de um fio da meada perdido no interior da universidade pública brasileira, pelo qual a universidade se colocava dentro de um projeto de sociedade autêntico e marcado pela democratização da cultura, da política e da economia. (TEIXEIRA; LOBO, 2013, p. 165-166).

Essa ideia de universidade carrega em si, as categorias centrais desta pesquisa. Traz em si o debate sobre a formação dos trabalhadores em nível superior, centrada em uma reflexão da profunda relação existente entre trabalho e educação, constituída em torno da concepção do trabalho como categoria ontológica central na formação do trabalhador. Além disso, esse projeto de formação do trabalhador nasce plasmado sobre a ideia de universidade como uma instituição “necessária”, mas que precisa ser transformada pelas diretrizes de outro “projeto de sociedade”.

A Escola Nacional Florestan Fernandes, ou Universidade do MST, “[...] juridicamente, apresenta-se como uma associação de direito privado, sem fins lucrativos” (TEIXEIRA; LOBO, 2013, p.168). Orienta-se pelos seguintes objetivos:

- I. Promover o desenvolvimento econômico, social, cultural, da cidadania e dos direitos humanos no meio rural e a melhoria das condições de vida do homem e da mulher do campo;
- II. Promover a capacitação de assentados da Reforma Agrária, de pequenos produtores e de trabalhadores em geral, nas diversas áreas do conhecimento técnico e científico;
- III. Estimular e apoiar a cooperação e as formas associativas de organização da produção;
- IV. Incentivar e promover a agroecologia, a conservação e proteção do meio ambiente;
- V. Promover pesquisas e estudos que visam contribuir para o desenvolvimento dos assentados, de pequenos agricultores e trabalhadores rurais;
- VI. Promover e propiciar o acesso à escolarização em todos os níveis;

VII. Estimular o desenvolvimento de formas de cooperação no trabalho e na cooperação agrícola, apoiando o trabalho voluntário nos termos da Lei n. 9.608, de fevereiro de 1998;

VIII. Sediar, organizar e/ou promover cursos nas diversas áreas do conhecimento, formais e informais, com caráter de estudo, reflexão, análise e debates, direcionados e/ou correlacionados com os objetivos acima.

Trata-se de uma Instituição com ampla atuação na formação dos trabalhadores, nas áreas do ensino, pesquisa e extensão. Em vários níveis e modalidades que vão da Educação Infantil à Pós-Graduação. Segundo o art. 3º do seu Regimento:

[...] A ENFF, para a realização dos seus objetivos, poderá sediar, organizar e promover cursos nas diversas áreas do conhecimento, a educação formal e informal, a capacitação e a pesquisa nas seguintes modalidades: I. Educação de Jovens e Adultos; II. Educação Infantil e Fundamental; III. Educação Média e Profissionalizante: Curso Técnico de Administração de Cooperativas, Curso Técnico em Saúde Comunitária, Curso Técnico em Comunicação; IV. Curso Normal para o campo e outros cursos na área da educação; V. Educação Superior: atividades de ensino, Graduação e Pós-Graduação, de pesquisa e de extensão; VI. Cursos seminários, conferências, palestras, debates, oficinas, eventos em geral, com caráter educacional, formativo e técnico, com temáticas específicas em cada área de conhecimento ou multidisciplinares, direcionados para os trabalhadores do campo e da cidade; VII. Cursos e atividades em geral direcionadas para a comunidade da região da sede da ENFF; VIII. Oficinas e Cursos na área de desenvolvimento da cultura e da arte; X. Pesquisa de interesse da Reforma Agrária, do Campo e da Educação; XI. Centro de Documentação sobre Educação Popular, Educação Popular, Educação do Campo, Reforma Agrária, Camponeses e Movimentos Populares; XII. Publicações de Materiais; XIII. Intercâmbio de experiências. XIV. Seminários e Debates; XV. Outros cursos a serem instituídos.

A ENFF constitui-se como uma Instituição diretamente ligada ao movimento social, que se direciona na perspectiva da “Formação de Quadros Políticos” ligados a esses movimentos sociais. Atua na área do ensino, pesquisa e luta social, conforme se pode observar dos seus objetivo e área de atuação. Fundamenta-se na Pedagogia da Alternância, tendo como referência as diversas experiências de Educação Popular realizadas no Brasil.

O Instituto Universidade Popular (UNIPOP)⁴⁹ constitui-se outro exemplo institucional que se aproxima dessa concepção de Universidade Popular.

A UNIPOP é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de Utilidade Pública Estadual (Lei n. 5.797, de 17/10/94) e Utilidade Pública Municipal (Lei n. 8.275, de 14/10/2003).

⁴⁹ Disponível em: < www.unipop.org.br/pagina.php?cat=145¬icia=296 >. Acesso em: 22 abr. 2015.

Sua origem é fruto da “[...] mobilização de um conjunto de entidades, movimentos sociais e igrejas comprometidas com a teologia da libertação, para ser um espaço plural de formação de lideranças populares, agentes pastorais e fortalecimento da democracia”⁵⁰.

[...] A partir da ECO 92, e pelo fato de estar atuando na Amazônia, ampliou o seu raio de ação temática, incluindo, nos processos formativos, a questão ambiental, tanto no Curso de Formação Política quanto junto a educadores/as sociais e jovens de escolas públicas da Região Metropolitana de Belém. Considerando as constantes denúncias de abusos e violação de direitos contra crianças e adolescentes, a UNIPOP trabalhou na mobilização e articulação da sociedade civil, constituindo o Fórum Estadual de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes, combatendo o trabalho infantil e a violência sexual e doméstica contra crianças e adolescentes. Desde 1998, vem contribuindo na formação humana e profissional de jovens em situação de vulnerabilidade social, localizados nas periferias dos bairros da RMB; na formação de educadores/as e gestores/as de ONG's, Conselheiros Tutelares e de Direitos, na formação de gestores/as sociais e na articulação e fortalecimento de Redes e Fóruns, tendo em vista a promoção e a garantia dos direitos humanos: econômicos, sociais, culturais e ambientais, a sustentabilidade do desenvolvimento e da justiça ambiental na Amazônia, o que envolve a melhoria da qualidade de vida de todos e todas que vivem e trabalham nesta região.

[...] Face às constantes denúncias de violação de direitos no Estado do Pará, UNIPOP instituiu como eixo articulador das ações formativas e de mobilização no Trienal 2003-2005, a luta pela promoção, defesa e garantia dos direitos humanos. A partir daí vem investindo na construção de estratégias e parcerias para ações em rede (PAD. FAOR. ABONG) no sentido de seu enfrentamento. Com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), do Rio de Janeiro, assumiu a coordenação, na Região Metropolitana de Belém, da pesquisa Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas. Investiu no fortalecimento do Fórum DCA e no CEDCA. A partir de julho de 2007 até fevereiro de 2009, atuou na Comissão de Metodologia/FSM e como representante da ABONG, esteve à frente do Comitê Coordenador do Fórum Social Mundial, realizado em Belém, de 26 de janeiro a 1º de fevereiro de 2009⁵¹.

Essas informações mostram que não se constitui em uma Universidade nos moldes tradicionais, ou melhor, não atende às bases legais para constitui-se em uma Instituição com ações acadêmicas embasadas na indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão. Mas, segundo as informações fornecidas em seu site, percebe-se que:

[...] nos últimos dez anos tem desenvolvido ações com o segmento juvenil, envolvendo grupos de jovens em 08 bairros da periferia da Região Metropolitana de Belém e na ilha de Cotijuba com os jovens ribeirinhos e em 44 escolas de 22 municípios do Estado, com ações do Com-Vidas, contribuindo para a formação da Rede Juventude e Meio Ambiente,

⁵⁰ Disponível em: < www.unipop.org.br/pagina.php?cat=145¬icia=296>. Acesso em: 22 abr. 2015.

⁵¹ Disponível em: < www.unipop.org.br/pagina.php?cat=145¬icia=296>. Acesso em: 22 abr. 2015.

REJUMA, com formação de CJs – Coletivos Jovens pelo Meio Ambiente, a partir da 1ª Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, em 2003⁵².

[...] As lideranças jovens que participam do Curso na UNIPOP são responsáveis pela aplicabilidade nos seus grupos nos bairros (culturais, esportivos, de Igreja, Centro Comunitário, de escolas, entre outros), estimulando a criação de projetos a partir da realidade existente, buscando alternativas para executá-los. Nosso objetivo é desenvolver em cada jovem, habilidades de criar ideias e colocá-las em prática, descobrir seus potenciais, desenvolver sua autoestima e atitudes mais propositivas, reforçando sua capacidade empreendedora⁵³.

São inúmeras ações sobre os mais diversos temas, como: Educação para o Desenvolvimento Humano; Educação para Valores; Protagonismo Juvenil; Cultura da Trabalhabilidade; Direitos Humanos; Justiça Ambiental; Sexualidade; Educação e Trabalho.

3.3 A UNIVERSIDADE HETERÔNOMA: ou em busca de um conceito de universidade

Sguissardi (2003) defende que a “[...] perspectiva de uma universidade autônoma, produtora de saber desinteressado, formadora de indivíduos teórica e politicamente críticos, cultores da liberdade, foi vista como ameaça à ‘ordem’ e às ‘boas relações’ ‘Universidade-Estado’”. Isso revela que os diversos projetos de “Reforma Universitária” existentes no Brasil almejam a quebra da autonomia da universidade e a subserviência das universidades aos desígnios dos governos.

Assim, citando Schugurensky (2002), Sguissardi (2003) dispõe que o limite da autonomia institucional foi se reduzindo paulatinamente e que o mercado e o Estado têm aumentado sua capacidade para imprimir a sua própria lógica e interesses.

[...] O modelo heterônomo não significaria que a universidade passa a ser subitamente governada por atores extra universitários, mas sua prática cotidiana (suas funções, prioridades e organização interna, suas atividades, estrutura de prêmios e penas, etc.) estariam cada vez mais subsumida pela lógica do mercado e do Estado. (SCHUGURENSKY, 2002, p. 117 apud SGUISSARDI, 2003, p. 14).

Ainda aprofundando a análise sobre Schugurensky (2002), Sguissardi (2003) afirma que:

[...] De acordo com esse autor, enquanto sob o Estado do Bem-Estar e do fordismo, quando do apogeu das teorias do capital humano, a educação superior (universidade) era vista como investimento público de crucial

⁵² Disponível em: < www.unipop.org.br/pagina.php?cat=145¬icia=296>. Acesso em: 22 abr. 2015.

⁵³ Disponível em: < www.unipop.org.br/pagina.php?cat=145¬icia=296>. Acesso em: 22 abr. 2015.

importância para o desenvolvimento e criação de empregos, no Estado neoliberal e na globalização a educação superior (a universidade) passa a ser vista *como parte do problema econômico* de cada país, entendido este como falta de competitividade internacional. A universidade somente cumpriria sua função, hoje, se for gerida como uma empresa comercial típica e se se tornar efetivamente competitiva. (SGUISSARDI, 2003, p. 14-15).

Destaca-se, portanto, que as implicações das ações do Estado Brasileiro no perfil institucional da universidade para a formação do trabalhador são resultantes de uma concepção neoliberal de Estado, a concepção de “Estado Mínimo”, que visa construir a ideia de que o problema da universidade deriva do seu caráter público. Ou seja, para essa concepção, o que existe são crises internas proveniente da má gestão de recursos públicos, desperdícios e burocratização. Portanto, essa concepção tenta divulgar a ideia de que essa heteronomia vivida pela universidade não é social, econômica e política, mas sim meramente administrativa.

Cunha (2007b) informa que, anteriormente, diria inclusive atualmente, eram chamados indiscriminadamente de “universitários” todos os alunos e professores do Ensino Superior, ou como ele mesmo diz, “[...] tratavam do Ensino Superior como sendo a universidade”, o que levou o autor a usar o conceito de universidade em dois sentidos diferentes:

[...] Em sentido amplo, denotando o conjunto de instituições de ensino superior; em sentido estreito, as instituições organizadas conforme os requisitos estabelecidos em lei para serem formalmente reconhecidas como universidades, critérios esses que mudaram no decorrer do período estudado. (CUNHA, 2007b, p. 17).

Uma pergunta emerge desse contexto: qual o conceito de universidade sustenta essa reflexão? Uma resposta possível, mas insuficiente, seria afirmar que se trata de um conceito polissêmico. Resposta genérica que “explica” evasivamente muitas das indefinições conceituais nessa crise de referências ou, nesse contexto histórico “pós-moderno”, como alguns identificam, ou mesmo um momento histórico marcado pelo “recoo da teoria” (MORAES, 2007).

Cunha (1989) apresenta um questionamento provocante: “qual universidade?”. Essa parece ser a pergunta fundamental para se adentrar nas discussões que busquem compreender a universidade, ou “universidades”, como leva a refletir a discussão de Cunha (1989), nas suas mais diferentes denominações que podem ser encontradas nas experiências atuais e históricas na construção dessa instituição secular. Segundo o autor, há 03 (três) textos que tratam das problemáticas que envolvem a universidade: *Autonomia universitária: desafios conceituais e*

políticos (1985-1986); *Universidade e Estado no Brasil: passado e presente* (1987); e *Qual universidade?* (1988) que, inclusive, define o título do livro.

[...] Eles tratam de questões que estão no centro mesmo da problemática universitária da atualidade: a autonomia, as relações com o Estado e as propostas práticas para a solução dos problemas existentes. Essas propostas focalizam os objetivos da universidade, sua estrutura e sua avaliação; a divisão do campo do ensino superior em um setor universitário e outro atomizado; as relações entre os cursos profissionais e as licenciaturas, assim como a ideia de cursos superiores não profissionais; a carreira docente; e os processos de escolha dos dirigentes universitários. Em todos eles, a preocupação com o processo de construção da universidade no Brasil fez com que buscasse articular a compreensão da história dessa instituição com as determinações sociológicas do presente, inclusive os projetos dos atores sociais nela envolvidos. (CUNHA, 1989, p. 07).

Essa afirmação de Cunha (1989) ajuda a entender a complexidade conceitual que envolve o debate do tema, assim como os processos históricos. Para ele, faz-se necessário compreender, além da compreensão da história dessas instituições, os projetos históricos dos diferentes atores que construíram a “universidade” no Brasil, como todas as especificidades das instituições que se protegem sob esse “conceito guarda-chuva”.

Para ele, trata-se de uma contribuição para o debate sobre a universidade e uma contribuição para o que ele chama de:

[...] Esforço daqueles que procuram uma alternativa para a universidade brasileira que não se reduza aos caminhos existentes: a privatização, o tecnicismos, o corporativismo, o clientelismo e outros igualmente destruidores do projeto de construção de uma universidade pública, democrática e competente no Brasil. (CUNHA, 1989, p. 08).

Assim, ao debater a questão da autonomia universitária, Cunha (1989) afirma que esta é anterior à própria existência da universidade no Brasil. Em seguida, reforça uma ideia já discutida, de que a universidade no Brasil é recente se comparada aos outros países da Europa ou do próprio continente americano, inclusive da América do Sul.

Cunha (1989) informa que a Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental da República (1911) declarava as instituições oficiais de ensino Secundário e Superior como corporações autônomas, didática e administrativamente. Porém, a Lei previa que as faculdades federais que possuíssem recursos próprios seriam autônomas. Essa Lei, em vez de produzir o efeito esperado, que era de diminuir a demanda de alunos para essas faculdades, produziu um efeito imprevisto.

[...] Se o número de estudantes que entraram nas faculdades oficiais diminuiu, pois agora teriam de se submeter a um exame de admissão, multiplicaram-se as faculdades privadas dispostas a oferecer todas as

facilidades propiciadas pela autonomia para atraí-los. (CUNHA, 1989, p. 12).

Assim, a ideia de autonomia foi retirada da legislação brasileira, em 1915. Ou seja, um dos mais importantes instrumentos de construção da identidade da universidade, tal qual se conhece atualmente, ‘nasceu’ prejudicado pelo interesse financeiro que perpassa as nossas instituições de Educação Superior até hoje no Brasil. Isso torna o debate sobre o financiamento da universidade um tema central, pois subjaz nesse debate a ideia de um dos seus principais pilares – a sua autonomia, seja em relação ao Estado ou ao capital.

Cunha (1989) informa que, sem autonomia, inclusive com seus dirigentes nomeados pelo Presidente da República, a universidade brasileira precisou de décadas para produzir algum tipo de reforma. Em 1937, próximo ao período do Estado Novo, a Universidade do Rio de Janeiro passou, por meio de um decreto, a ser chamada de Universidade do Brasil.

Vale destacar que toda a legislação, posterior ao período de criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930, tal como o Estatuto das Universidades Brasileiras, passou a estabelecer regras comuns para as instituições federais, estaduais e privadas. Guardadas as devidas proporções, começou-se a criar uma identidade entre essas instituições, que se identificam de universidade (CUNHA, 1989).

Assim, com a radicalização da ditadura do Estado Novo, ocorreu, segundo Cunha (1989, p. 19), “[...] forte apoio governamental à criação de uma universidade católica. Ela seria o resultado da ‘colaboração recíproca’ entre o Estado e a Igreja Católica”. Para Cunha (1989):

[...] A Universidade Católica surgiu justamente na capital da República – junto à sede do aparelho do Estado – com fins de desenvolver o ensino segundo padrões modernos na pedagogia, porém conservadores na ideologia (o que não era o caso da Universidade do Distrito Federal), com estudantes social e culturalmente muito selecionados, que já tivesse, predominantemente, educação secundária católica, inclinados, portanto, a ter uma formação homogênea. E, o que é mais importante, combinado a criação da ciência à direção da sociedade através do governo, no qual atuariam como quadros. Assim, a relativa incapacidade pedagógica do Estado, na Itália como no Brasil (o primeiro modelo do segundo em muitos aspectos na época de Vargas), ficava amparada pelas “muletas da igreja”, imagem de Gramsci. (CUNHA, 1989, p. 20).

Cunha (1989) destaca que aquela pequena autonomia perdida no início do Estado Novo só passa a ser exercida com a deposição de Vargas, em 1945, quando novamente a Universidade passa a gozar de autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar. Os reitores passam, então, a serem escolhidos por meio da lista tríplice, tal qual estabelece o

Estatuto de 1931. Ou seja, essa tão propalada autonomia universitária “[...] poderia ser definida como a capacidade de praticar os atos deixados livres pela legislação, que não eram muitos, nem os mais importantes” (CUNHA, 1989, p. 21), condição essa corroborada na LDB de 1971.

Cunha (1989) relata que a Ditadura de 1964 agudizou ainda mais a ausência de autonomia, de uma maneira muito pior que o período da Era Vargas. Esse processo ocorreu tendo por base dois Decretos-Lei (1966 e 1967), que provocaram profundas mudanças nos estatutos e nas estruturas das universidades, segundo princípios organizacionais tayloristas dos militares, o que culminou em 1968, com a Lei n. 5.540, denominada Lei da Reforma Universitária.

Vale destacar que esse processo de “reforma universitária” não ocorreu sem resistência, apesar do movimento estudantil, nesse momento, ter perdido a força, devido à presença ampla, na universidade, de alunos de perfil de classe média. Por outro lado, o movimento docente ganhou força com a criação da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES) (CUNHA, 1989).

Cunha (1989), ao se referir ao período de produção de seu texto, no final da década de 1980 – correspondente aos anos de 1985 a 1989, afirma que, nesse período, o termo autonomia define-se como antítese ao que a ditadura militar impôs como controle arbitrário da universidade.

Faz-se necessário destacar que a pesquisa constitui-se como uma das principais atividades da universidade, mas contraditoriamente a autonomia universitária a obriga a buscar recursos para as suas pesquisas em outros órgãos governamentais externos de fomento (CUNHA, 1989).

Por fim, nesse debate sobre autonomia, Cunha (1989) destaca que, mesmo parecendo ousado, ele apresenta algumas características que devem se inerentes a esse controle:

- governamental e participativo;
- orientado pelo mérito profissional e acadêmico;
- dependente das necessidades econômicas, sociais e culturais da sociedade, expressas através das demandas canalizadas pelos partidos políticos (principalmente) e pelos sindicatos e associações voluntárias (secundariamente).

O processo de criação e consolidação da universidade brasileira tem uma de suas raízes centradas na definição da autonomia universitária, ou seja, o conceito de universidade passa necessariamente pelo nível de autonomia que essa instituição possui em relação ao Governo Federal e ao capital. Por isso, pode-se definir, conforme estabelece a legislação atual

e o debate aqui apresentado que, uma universidade, para se constituir enquanto tal, carece de autonomia. O processo heterônomo experimentado, hoje, pelas universidades brasileiras altera o papel da universidade na sociedade brasileira.

[...] O preço pago pela homogeneidade da elite brasileira foi uma educação superior restrita, primeiro em Coimbra, durante a Colônia, depois em algumas poucas faculdades, durante o Império. Ao elemento homogeneizador propiciado pela convivência estudantil, somou-se o das carreiras na burocracia do Estado, sempre com ampla circulação geográfica. O autor⁵⁴ chamou o diploma de curso superior, especialmente de bacharel em Direito, de “bilhete de entrada” para o “clube” formado pela elite dirigente imperial (deputados, senadores, presidentes de província, ministros e conselheiros de Estado). (CUNHA, 2007, p. 13).

Para Cunha (1989), essa discussão sobre o que ele chama de política de Ensino Superior, deve partir dos seguintes pontos:

[...] (i) os aspectos problemáticos do modelo de ensino superior embutido na lei da reforma universitária de 1968 (Lei Nº. 5.540); (ii) os equívocos dos remendos nesse modelo que tem sido feitos de 1980; (iii) a urgência de se elaborar um novo modelo de ensino superior, que já deve ter seus marcos principais na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que resultará da constituição de 1988. Esse novo modelo deve levar em conta os problemas conjunturais do Ensino Superior, mas, antes de tudo, a necessidade da construção da universidade no Brasil. (CUNHA, 1989).

Não é difícil perceber que o processo de construção da universidade no Brasil não seguiu esses pontos no seu planejamento no período posterior ao momento histórico em que Cunha (1989) escreve essa reflexão. Não ocorreu esse novo modelo de Ensino Superior. A legislação seguiu a lógica da abertura para o ensino não universitário e privado, com crescimento de vagas nos Cursos Superiores de Tecnologia dos Institutos Federais de Educação Tecnológica.

Segundo Cunha (1989), ainda na década de 1980, os efeitos dessas reformas foram danosos para a universidade.

[...] Os resultados pedagógicos-formativos dessas medidas foram danosos. As salas de aulas dos ciclos básicos e das instituições onde o regime de créditos foi de fato implantado ficaram superpovoadas e de composição heterogênea, dificultando enormemente o processo de ensino-aprendizagem. Os cursos de curta duração, por sua vez, foram rejeitados pelo mercado de trabalho e pelas entidades corporativas, no caso das engenharias e das profissões de saúde. No magistério, a combinação de licenciaturas curtas com a concepção positivista do currículo integrado no ensino de 1º e 2º graus concorreu, ao lado de outros fatores, para a deterioração da qualidade da Educação Básica. (CUNHA, 1989, p. 56).

⁵⁴ José Murilo de Carvalho (1996)..

Outro aspecto que merece análise na constituição da universidade brasileira refere-se, ainda, ao processo de implementação da reforma universitária de 1968, onde, segundo Cunha (1989), as universidades públicas foram obrigadas a introduzir, em seus colegiados superiores, “representantes da comunidade”, entre os quais representantes da “classe produtora” que, em outros termos, significa “classe possuidora”: legítimos representantes do capital. Essa conjuntura propiciou, inclusive, a criação, no interior das universidades públicas, das fundações de direitos privados que tinham como objetivo “modernizar as universidades”, mas funcionam nos limites das “amarras burocráticas das universidades”.

Um dos conceitos possíveis de se apresentar para as universidades seria: são instituições que têm como função “[...] a produção e disseminação da ciência, da cultura e da tecnologia” (CUNHA, 1989).

Para que sejam feitas as mudanças necessárias na universidade brasileira, Cunha (1989) propõe três objetivos gerais:

- Melhorar o ensino pela qualidade da pesquisa e sua aplicação docente, enquanto metodologia didática e enquanto seu objeto.
- Profissionalizar o corpo docente mediante sua preparação em termos didáticos e de conteúdo, assim como pela avaliação periódica.
- Induzir a melhoria de qualidade das instituições de ensino não universitárias, que matriculam a maior parte dos estudantes, oferecendo-lhes precárias condições de ensino.

Por fim, a partir desse propósito de definir o conceito de universidade, além de explicitar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, “é preciso hierarquizá-los”, conforme demonstra Cunha (1989):

[...] a universidade tem como objetivo a produção e a disseminação da ciência, da cultura e da tecnologia. E, mais: a disseminação está logicamente dependente da produção acadêmica. Universidade que não produz ciência, cultura e tecnologia (ainda que não seja igualmente fértil em todas as áreas) não é universidade, apesar da tabuleta à entrada do *Campus*, do papel timbrado, do decreto do Presidente da República ou do orgulho de seus professores. Disseminação tem a mesma raiz de sêmen, de semente, o que sugere o significado de reprodução, fertilização. (CUNHA, 1989, p. 70).

Duas ponderações consideram-se fundamentais: primeiramente, a universidade não é a única instituição a produzir e disseminar ciência, cultura e tecnologia, mas as produz “[...] mediante procedimentos que lhes são próprios, desde a escolha dos temas de estudo até o ensino, forma predominante de disseminação” (CUNHA, 1989); em segundo lugar, no processo de hierarquização aqui defendido, apresenta-se a pesquisa como atividade principal,

seguida do ensino e da extensão, que são as duas formas de disseminação. Mas, “[...] se a produção acadêmica [...] não tiver suficiente prioridade e amplitude [...], podemos até ter ensino superior, como o das faculdades isoladas, mas não universidade”.

As propostas de Cunha (1989) apontam numa perspectiva de democratização e fortalecimento institucional da universidade em um momento histórico específico, ou seja, o final da década de 1980, período marcado pelo processo de democratização da sociedade brasileira e momento crucial para o conturbado processo de criação e fortalecimento da universidade no Brasil, visto que se trata de uma instituição como apenas seis décadas de existência no Brasil e que passou por longos processos de reformas, muitas vezes, profundas.

Poder-se-ia conceber a universidade, fundamentado por Farias (2005 apud SILVA, 2006), como uma instituição que:

[...] Deve produzir conhecimentos científico, tecnológico, artístico e cultural; atuar na preservação e no desenvolvimento do meio ambiente do mesmo modo como tem uma fundamental presença na área de atendimento à saúde; tratar de problemas sociais, de política, da antropologia, da literatura, da filosofia e da pedagogia, do mesmo modo com (*sic*) tem que responder a formulações das engenharias, das tecnologias, das ciências exatas, agrárias e da terra; interessar-se pelo direito com a mesma intensidade com que o faz pela biologia; atuar na área das ciências sociais aplicadas com o mesmo vigor com que deve interessar-se pela história, pelas letras e pela linguística. (FARIAS, 2005 apud SILVA, 2006, p. 63).

Cunha (1989) diz que suas propostas para a universidade buscam elevar o nível de qualidade da produção universitária, no bojo de um contexto de grandes desigualdades, que tem na sua essência o interesse em levar ciência, cultura e tecnologia para um número maior de pessoas.

[...] São propostas de três tipos, voltadas para a concepção de universidade, para a estruturação interna e para procedimentos específicos. Por isso, algumas teriam lugar numa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; outras, numa norma que só diga respeito às universidades federais; outras, ainda, aos estatutos e regimentos de cada universidade. (CUNHA, 1989, p. 86).

Conforme destacado anteriormente, para Cunha (2007), a universidade é uma “[...] organização administrativo-pedagógica própria do ensino superior”. Ou seja, trata-se de uma instituição necessária para o desenvolvimento de cada país. Por isso, o esforço em entender as contribuições da universidade frente ao trabalho, por meio das produções acadêmicas da UFPA.

CAPÍTULO 4: A UFPA FRENTE AO TRABALHO: uma análise das pesquisas sobre trabalho e educação na Universidade Federal do Pará

Neste capítulo apresenta-se o resultado de uma investigação acerca das concepções de “trabalho” e “educação” expostas nas produções acadêmicas dos Programas de Pós-Graduação em Educação, em Sociologia e Antropologia e em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará. Ressalta-se que há uma reflexão sobre as abordagens teóricas e metodológicas dessas produções.

Assim, na primeira seção fez-se uma análise geral da produção das pesquisas no Brasil, para afunilar nas pesquisas da UFPA. Na segunda seção, conforme já destacado, analisou-se as concepções de “trabalho” apresentadas nas pesquisas. Em seguida, na terceira seção, abordam-se as concepções de “educação” que fundamentam essas pesquisas. Na quarta seção foi analisada a pertinência das referências teóricas e metodológicas das pesquisas investigadas. Por fim, na seção que encerra o capítulo apresenta-se a análise final dessas pesquisas em relação à problemática das contribuições da universidade frente ao trabalho.

As seções 4.2 e 4.3 que tratam das concepções de “trabalho” e “educação” organizam-se por meio das seguintes categorias: trabalho e educação, trabalho docente, reestruturação produtiva, trabalho escravo, educação profissional, trabalho e adoecimento, condições de vida do trabalhador. Já a seção 4.4, que analisa os referenciais teóricos e metodológicos, organiza-se por meio dos Programas de Pós-Graduação devido às especificidades da análise.

Vale destacar que este estudo não tem como objetivo fazer uma reavaliação das Teses e Dissertações que foram selecionadas. Todas já foram avaliadas e aprovadas por seus orientadores (as) em suas Bancas de Defesa. O objetivo volta-se para a análise das concepções de “trabalho” e de “educação” utilizadas nesses estudos, assim como os seus referenciais teóricos e metodológicos.

Ressalta-se mais uma vez que esta pesquisa estrutura a sua análise em torno das seguintes categorias: trabalho (entendido como categoria histórica e ontológica de constituição do homem); educação (entendida como a *práxis* sócio-cultural que possibilita a formação do homem); universidade (entendida como instituição que busca a produção do conhecimento e a formação de profissionais em nível de Educação Superior, fundada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, assim como na premissa da autonomia constitucional); pesquisa (entendida como atividade universitária de construção do

conhecimento por meio da investigação das problemáticas vivenciadas em cada momento histórico).

As Dissertações e Teses foram todas identificadas pelo sobrenome dos autores. Isso, mesmo considerando que interessa analisar não a autoria, e sim as concepções e os referenciais teórico-metodológicos das pesquisas, optou-se por referenciá-las.

4.1 AS PESQUISAS NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS: onde estão as pesquisas sobre trabalho e educação na UFPA?

Saviani (2013), ao discutir a “participação da universidade no desenvolvimento nacional”, analisa a relação da “universidade e a problemática da educação e da cultura” brasileira. Sustenta-se que essa análise se faz necessária para que se possa compreendê-la no bojo da dinâmica social macro da sociedade, dissipando de vez aquela ideia do senso comum de que a universidade vive apartada da realidade.

[...] Nas discussões sobre o tema universidade, são frequentes afirmações como estas: “A universidade não leva em conta a realidade”; “A universidade é dissociada da realidade”; “Há um divórcio entre a universidade e a realidade dos seus alunos”; “A universidade ignora a realidade dos seus alunos; não leva em conta a realidade das escolas de 1º e 2º graus, a realidade econômica, o mercado de trabalho etc”. (SAVIANI, 2013, p. 85-86, grifos do autor).

A edição do livro *Educação: do senso comum à consciência filosófica* é de 2013, mas o referido texto foi escrito por Saviani em 1979, há 37 anos. Contudo, mesmo hoje ainda se ouvem essas questões. Não teria a universidade enfrentado como deveria essa questão? Nada foi feito nesse período? A resposta é que a universidade vem enfrentando essa problemática por meio das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Muito foi feito nesse sentido, mas muito ainda há de se fazer.

Entretanto, Saviani (2013) mostra que esse debate é mais complexo, e que se faz necessário questionar: o que é a realidade? Ou, o que é a universidade? Ou, ainda, como é produzida a universidade? Acredita-se, ainda: o que é pesquisa? O que é extensão?

São muitas as questões que perpassam esse debate, contudo interessa se dedicar, orientados por Saviani (2013) a questão: como é produzida a universidade?

[...] A universidade, enquanto instituição, é produzida simultaneamente e em ação recíproca com a produção das condições materiais e das demais forma espirituais. É, pois, produzida como expressão do grau de desenvolvimento da sociedade em seu conjunto. Segue-se, pois, que a universidade concreta (a universidade enquanto síntese das múltiplas determinações”) sintetiza o

histórico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural, numa palavra, a realidade humana em seu conjunto. (SAVIANI, 2013, p. 89).

Essa definição ajuda a afirmar, portanto, que a universidade não está e nem nunca esteve fora da realidade. As pesquisas analisadas explicitam exatamente esse aspecto que está sendo discutido. Portanto, a universidade, por não encontrar-se fora da realidade, carrega as marcas dessa realidade e dialoga com essa realidade, ou na perspectiva da manutenção ou do enfrentamento das suas problemáticas.

Um desses aspectos refere-se às assimetrias regionais brasileiras. O Brasil, por possuir dimensão territorial continental, produziu em seu interior níveis de desenvolvimento assimétricos, como se pode observar entre as Regiões Sudeste e Norte, por exemplo. Isso se traduz na oferta de Programas de Pós-Graduação no Brasil. As diferenças entre as Regiões são abissais. Enquanto a Região Norte do Brasil possui 298 Cursos de Pós-Graduação, a Região Sudeste, mais desenvolvida economicamente e, também, mais populosa, possui 2.993 Cursos de Pós-Graduação: 10 (dez) vezes mais cursos. A região nordeste possui quase 04 (quatro) vezes mais cursos que a região norte, considerando que o nordeste possui 1.157 cursos, conforme apresentado no quadro a seguir:

Quadro 4 – Dados quantitativos de programas recomendados e reconhecidos – por região.

REGIÃO	Programas e Cursos de Pós-Graduação					Totais de Cursos de Pós-Graduação			
	Total	M	D	F	M/D	Total	M	D	F
CENTRO-OESTE	339	136	9	47	147	486	283	156	47
NORDESTE	840	377	15	131	317	1157	694	332	131
NORTE	224	104	4	42	74	298	178	78	42
SUDESTE	1891	389	39	361	1102	2993	1491	1141	361
SUL	889	290	9	150	440	1329	730	449	150

Fonte: SNPG. Disponível em:

<<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoRegiao.jsf>>.

Acesso em: 15 abr. 2016.

Para aprofundar esta análise seria preciso confrontar esses dados com aqueles referentes à população e ao número de pessoa por faixa etária e nível de escolaridade, o que demandaria certo desvio em relação à investigação do problema desta pesquisa. Portanto, fica apresentado os dados referentes à oferta da Pós-Graduação no Brasil, com os dados referentes ao ano de 2016, como uma forma de ilustrar o contexto onde se encontram inseridos os programas de pesquisa que são analisados nesta tese.

Ao se ter como fonte as informações fornecidas no Portal da CAPES, no que se refere aos Cursos Recomendados/ Reconhecidos, pode-se informar que há 4.183 Programas de Pós-Graduação e 6.263 Cursos de Pós-Graduação no Brasil. Desses, 170 Programas e 244 Cursos são de Educação, 78 Programas e 127 Cursos são da área de Sociologia e Antropologia, e 335 Programas e 432 Cursos são da área Interdisciplinar, conforme quadro a seguir.

Quadro 5 – Dados quantitativos de programas recomendados e reconhecidos – programa de Pós-Graduação e cursos de Pós-Graduação – 2016.

ÁREA AVALIAÇÃO	Programas e Cursos de Pós-Graduação					Totais de Cursos de Pós-Graduação			
	Total	M	D	F	M/D	Total	M	D	F
EDUCAÇÃO	170	54	0	42	74	244	128	74	42
SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA	78	26	1	2	49	127	75	50	2
INTERDISCIPLINAR	335	133	13	92	97	432	230	110	92

Fonte: SNPG. Disponível em:

<<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoReiao.jsf>>.

Acesso em: 15 abr. 2016.

Nesse quantitativo de Cursos apresentados, são considerados cursos recomendados, ou seja, que atendam às exigências básicas estabelecidas pela CAPES. Nesse sentido, o Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)⁵⁵ informa que “[...] os Cursos de Mestrado Profissional, Mestrado (Acadêmico) e Doutorado avaliados com nota igual ou superior a "3" são recomendados pela CAPES ao reconhecimento (Cursos novos) ou renovação do reconhecimento (Cursos em funcionamento) pelo Conselho Nacional de Educação – CNE/MEC”. Destacam, ainda, que “[...] somente os Cursos reconhecidos pelo CNE/MEC estão autorizados a expedir diplomas de Mestrado e/ou Doutorado com validade nacional”. Trata-se de processo avaliativo que busca a melhoria da formação oferecida em nível de Pós-Graduação no Brasil, mas devido aos seus rígidos padrões de exigência, são amplamente criticados por inúmeros pesquisadores.

Esse é o cenário nacional que contextualiza a realidade dos Programas de Pós-Graduação analisados. Especificamente, em relação a essa investigação, pode-se afirmar que uma análise atual da produção das pesquisas sobre a temática “Trabalho e Educação”, que absorve, portanto, o objeto desta pesquisa, constitui-se em atividade de grande efervescência no Brasil. Além de um Grupo de Trabalho, consolidado na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), o GT 9, intitulado “Trabalho e Educação”,

⁵⁵ Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/>>. Acesso em: 01 fev. 2015.

segundo levantamento realizado em 2014 durante o II INTERCRÍTICA, “Intercâmbio Nacional dos Núcleos de Pesquisa em Trabalho e Educação”, identificou-se um número significativo de núcleos de pesquisa no Brasil.

A Lista de Grupos de Pesquisa sobre Trabalho e Educação no Brasil, construída com as informações do site da II INTERCRÍTICA⁵⁶, mostra que existiam 35 Grupos de Pesquisas no Brasil, no ano de 2014. Apesar do número grande de pesquisa e grupos de pesquisa sobre a temática maior que acolhe o objeto desta análise, as pesquisas sobre a relação universidade e trabalho ainda são muito raras⁵⁷.

Vale um destaque para um Grupo que estuda Trabalho e Conhecimento na Educação Superior (TRACES), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que possui temática próxima desta pesquisa, fazendo uma análise no campo temático do “trabalho” e da “Educação Superior”, que compreende estudos sobre a universidade.

A Pós-Graduação na UFPA, conforme destacado, possui dados bastante expressivos em relação à expansão da Pós-Graduação. No que tange especificamente às pesquisas sobre a categoria central, pode-se afirmar que 06 (seis) Programas de Pós-Graduação possuem pesquisas sobre a relação “trabalho” e “educação”, conforme se pode observar no quadro a seguir.

Quadro 6 – Pesquisa sobre Trabalho nos programas de PÓS-GRADUAÇÃO da UFPA – 2016

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	NÚMERO DE PESQUISA EM NÍVEL DE MESTRADO	NÚMERO DE PESQUISA EM NÍVEL DE DOUTORADO	TOTAL DE PESQUISA POR PROGRAMA
PPGED	25	07	32
PPGSA	13	08	21
PPGDSTU	12	04	16
PPGSS	19	00	19
PPGD	08	00	08
PPGE	03	00	03
TOTAL DE PESQUISA POR NÍVEL DE PESQUISA	80	19	-
TOTAL GERAL			99

Fonte: sites dos programas de Pós-Graduação da UFPA.

⁵⁶ Disponível em: <<http://www.gepte.com.br/intercritica>>. Acesso em: 19 fev. 2015.

⁵⁷ Construída com as informações do site da II INTERCRÍTICA – Intercâmbio Nacional dos Núcleos de Pesquisa em Trabalho e Educação. Disponível em: <<http://www.gepte.com.br/intercritica>>. Acesso em: 19 fev. 2015.

Vale ressaltar que as pesquisas sobre trabalho e educação encontram-se em maior número nos seguintes programas: Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), do Instituto de Ciências da Educação (ICED), com 25 Dissertações e 07 (sete) Teses; Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (ICFCH), com 13 Dissertações e 08 (oito) Teses; e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), com 12 Dissertações e 04 (quatro) Teses, totalizando 69 pesquisas em níveis de Mestrado e Doutorado.

Além dessas pesquisas, foram encontradas outras, em menor número, no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (19 Dissertações), no Programa de Pós-Graduação em Direito (08 Dissertações) e no Programa de Pós-Graduação em Economia (03 Dissertações).

Na seção seguinte, foi realizado um debate sobre as concepções de “trabalho” e, logo em seguida, de “educação”. Essa análise foi relacionada com as abordagens teórico-metodológicas das pesquisas, no intuito de compreender as contribuições da universidade para a análise dessas categorias.

4.2 AS CONCEPÇÕES DE “TRABALHO” NAS TESES E DISSERTAÇÕES DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA E EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO DA UFPA

Por se ter como referência as Teses e Dissertações, produzidas nos Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará e selecionadas para esta pesquisa, foi feita uma análise das concepções de “trabalho” que embasam essas pesquisas.

As pesquisas selecionadas são de 04 (quatro) Áreas de avaliação da CAPES (Educação, Sociologia e Antropologia⁵⁸; e Interdisciplinar), com os mais variados objetos, mas que estruturam as suas reflexões sobre a categoria “trabalho”.

O intuito de analisar essa categoria impõe outra tarefa. A análise da abordagem epistemológica das pesquisas. Para isso, fez-se necessário identificar os fundamentos que sustentam a sua epistemologia. O caminho para desvelar os elementos que estruturam sua epistemologia foi alcançado por meio da análise dos elementos da teoria e do método dessas pesquisas. Nesse sentido, Sánchez Gamboa (2012), fundamentado em Bachelard (1989),

⁵⁸ O Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) passou em 2013 a chamar-se de Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), juntando, assim, em um só programa, duas áreas de avaliação da CAPES.

afirma que “[...] quando o cientista realiza as suas investigações, além de elaborar resultados, elabora também uma filosofia”.

[...] Em toda prática explícita dos cientistas existe uma filosofia implícita. Quando investigamos, não somente produzimos um diagnóstico sobre um campo problemático, ou elaboramos respostas organizadas e pertinentes para questões científicas, mas construímos uma maneira de fazer ciência e explicitamos uma teoria do conhecimento e uma filosofia. Utilizamos uma forma de relacionar o sujeito e o objeto do conhecimento e anunciamos uma visão de mundo, isto é, elaboramos, de maneira implícita ou oculta, uma epistemologia, uma gnosiologia e expressamos uma ontologia. (SÁNCHEZ GAMBOA, 2012, p. 50).

Compreender essa teoria do conhecimento ou essa filosofia não é tarefa fácil. Nesse sentido, com o intuito de buscar elementos que ajudem a entender a epistemologia dessas pesquisas, a presente análise levou em consideração os seguintes aspectos: título das teses e dissertações, resumos, palavras-chave e introduções apresentadas na Tese ou Dissertação. Conforme já destacado na introdução desta Tese, em alguns casos analisaram-se as considerações finais, para fundamentar a compreensão dos elementos investigados. Para isso, procurou-se considerar o que recomenda Evangelista (2015).

[...] Se compreendemos a empiria como “gestada” na história, como manifestação da consciência humana na história, e se a tomamos como passível de conhecimento pelo sujeito histórico podemos considerar que conhecê-la é conhecer a própria consciência do homem. Pelo seu conhecimento é possível articular outras formas de consciência. Em síntese, expressam vida, conflitos, litígios, interesses, projetos políticos – história. Na efervescência dessas determinações se encontram pesquisador, documento e teoria. (EVANGELISTA, 2015, s/p).

Depreende-se do excerto apresentado que essas Teses e Dissertações, tomadas como relatórios públicos das pesquisas realizadas por esses diversos pesquisadores, fornecem elementos que auxiliam na compreensão, além dos aspectos teóricos e metodológicos, dos elementos históricos que forjaram a compreensão dessas categorias nessa imbrincada relação, citada por Evangelista (2015) entre o “pesquisador, documento e teoria”.

Ao se considerar os aspectos citados, foram selecionadas as Teses e Dissertações do PPGED que serão apresentadas a seguir. Todas essas pesquisas abordam a categoria “trabalho” como “temática guarda-chuva”, onde se articulam diversos objetos de estudos. Todas elas, sejam em seus títulos, nos resumos, nas suas palavras-chave ou na introdução explicitam ligação estreita com essa temática. Seja abordando a “educação tecnológica”, o “trabalho de pessoas com deficiência”, o “trabalho do pedagogo”, a “profissionalização e

escolarização”, os “saberes em assentamentos”, as “políticas de formação”, o “trabalho e adoecimento docente”, o “trabalho e movimentos sociais”, o “trabalho infantil”, o “trabalho docente”, essas pesquisas buscam a compreensão do mundo do trabalho e explicitam a contribuição da universidade no processo de produção do conhecimento frente ao trabalho.

Analisaram-se, também, as produções da área da Sociologia e Antropologia, tendo como referência os resumos das Teses e Dissertações produzidas no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará. Foi feita uma análise das concepções de trabalho e educação que embasam essas pesquisas. Ao se considerar os aspectos citados, destaca-se que essas pesquisas abordam a categoria trabalho. Contudo, a maioria aborda o trabalho enquanto uma categoria sociológica central para compreensão do homem e dos processos sociais e poucas pesquisas tratam diretamente da relação indissociável entre trabalho e educação.

Dentro dessas variações de objetos no bojo da temática “trabalho”, cita-se: a “organização e reorganização dos trabalhadores”, a “flexibilização do trabalho”, o “movimento operário”, o “modo de vida” de trabalhadores, o “trabalho, adoecimento e saúde”, a “gestão de recursos humanos”. São pesquisas que abordam o trabalho e as suas relações mais diversas com a vida social.

No que tange às concepções de trabalho apresentadas nessas pesquisas, algumas apontam na perspectiva marxista, outras apontam na perspectiva liberal da teoria do capital humano, outras na perspectiva da antropologia interpretativa, outras na teoria das representações sociais.

Assim como nos demais programas, analisaram-se as pesquisas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido que abordam a categoria trabalho. Nesse programa, a concepção de trabalho volta-se para o processo macro de socialização do homem, não se dedicando ao espaço escolar. Investigam-se a “exploração do trabalhador”, o “trabalho escravo”, o “adoecimento do trabalhador”, entre outras temáticas.

A análise dos dados permitiu agrupar as Teses e Dissertações dos três Programas analisados, nas seguintes temáticas: Trabalho e Educação; Reestruturação Produtiva; Trabalho Escravo; Educação Profissional; Trabalho e Adoecimento; Condições de Vida do Trabalhador. Essas temáticas agrupam o maior número de Teses e Dissertações, mas existem algumas pesquisas, dentre as selecionadas, que não se enquadram nessas temáticas. Por isso, são apresentadas no tópico “outras temáticas”.

Nos tópicos a seguir apresenta-se a descrição e a análise das pesquisas selecionadas para estudo, tendo como foco os referenciais teóricos apresentados em cada um desses estudos.

- **A concepção de “trabalho” nas pesquisas sobre “Trabalho e Educação”**

A temática “trabalho e educação” encontra-se abordada em 13 pesquisas que a investigam a partir de temas, como exemplo: qualificação profissional de trabalhadores jovens e adultos; trabalho, educação e movimentos sociais; trabalho e educação em “acordo de pesca”; trabalho do pedagogo no tribunal de justiça; inserção de deficientes e de jovens no mercado de trabalho; trabalho infantil; cooperativismo, saberes e letramento de trabalhadores rurais.

A maioria das pesquisas que abordam essas temáticas tem como referência a teoria marxista. 01 (uma) delas volta-se para a análise desse processo no espaço intra-escolar⁵⁹ e 12 fazem essa investigação no espaço não-escolar.

Dentre as pesquisas que se fundamentam na concepção marxista de trabalho para analisar o processo educativo no espaço escolar, destaca-se uma dissertação desenvolvida por Canali (2010), que analisa o papel da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará na Certificação da Qualificação Profissional de trabalhadores jovens e adultos da Amazônia Paraense, sob a perspectiva de uma Educação Integral.

Segundo a autora, foram enfatizadas na investigação as experiências formativas do “Programa Integração e o Projeto Integrar desenvolvidos pela Central Única dos Trabalhadores (CUT)” e o “Projeto de Formação de Professores, Magistério – Nível Médio – do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)”. Essa pesquisa afirma, em sua conclusão, que a Escola de Aplicação contribuiu para a qualificação profissional dos trabalhadores. A análise dessa pesquisa revela que esse estudo reforça a indissociabilidade entre trabalho e educação e o analisa como o processo de certificação da qualificação profissional de trabalhadores. A pesquisa destaca, também, a possibilidade de uma formação

⁵⁹ De acordo com Frigotto, a relação entre escola e trabalho é uma relação de mediação, podendo constituir-se em campo de negação das relações sociais de produção. Essa nova ideia da escola como espaço de mediação condicionará as produções teóricas dos anos 80 e as lutas em torno da educação como direito de cidadania. Retomava-se a discussão sobre a função social da escola, sob novas bases. Defendia-se a proposta de uma escola que tivesse o trabalho como princípio educativo, tendo como meta a formação omnilateral do homem. Essas concepções influenciaram a discussão dos projetos de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), assumindo um lugar de destaque nas pesquisas dos educadores. A temática da qualificação para o trabalho, nessa época, ficou eclipsada, reaparecendo apenas em meados dos anos 80, a partir do já clássico trabalho de Kuenzer, intitulado *Pedagogia da Fábrica* (1984) (SHIROMA; CAMPOS, 1997, p. 16).

“com foco na humanização” de trabalhadores jovens e adultos da Amazônia Paraense. Por fim, afirma-se que a sua concepção de trabalho fundamenta-se na Teoria Marxista, destacando o trabalho na perspectiva ontológica e educativa.

As pesquisas que analisam a relação trabalho e educação, voltando-se para os espaços não-escolares, agrupam-se em torno das questões sobre “trabalho, educação e movimentos sociais”; “trabalho e educação em acordo de pesca”; “trabalho do pedagogo no tribunal de justiça”; “inserção de deficientes e de jovens no mercado de trabalho”; “trabalho infantil”; “cooperativismo, saberes e letramento de trabalhadores rurais”.

A análise revela que a concepção de “trabalho” de Martins (2011) fundamenta-se na Teoria Marxista, considerando que, para ele, “os pescadores aprendem no e pelo trabalho”. O autor compreende, portanto, o trabalho como elemento fundamental no processo de humanização, assim como concebe, também, o trabalho enquanto princípio educativo. A análise dos dados demonstra que o autor, por meio de seus resultados, consegue sustentar sua concepção de trabalho e explicitar como ocorre o processo de construção dos saberes e como esses saberes impulsionam sua participação no movimento social. Seus resultados demonstram também a adequação do referencial marxista para análise dessa problemática específica. Essa afirmação reforça uma concepção de “trabalho” fundamentada em uma perspectiva analítica construída sobre as bases do materialismo histórico e dialético, conforme anuncia o autor.

A Dissertação de autoria de Barra (2013) relata que sua pesquisa demonstra que “[...] os pescadores desenvolvem seus saberes a partir do seu trabalho”, o que reforça a perspectiva marxista de que o processo de produção da cultura e da humanização ocorre por meio da ação do homem na realidade por meio do trabalho. Destaca que as relações de produção desenvolvidas por meio, por exemplo, dos acordos de pesca, são fundamentais para a formação desses pescadores. Contudo, essa pesquisa alerta para a presença de “valores próprios do capital” presente nessas práticas. Destaca, entretanto, que a luta e a participação política são fundamentais na construção da “identidade de classe” desses pescadores. Essas críticas são resultados de suas análises fundamentadas na concepção de trabalho estruturada sobre a teoria marxista.

Ao afirmar que o “[...] estudo identificou que os pedagogos do TJE estão construindo práticas de trabalho por meio da associação entre os saberes adquiridos na academia e no próprio exercício da profissão”, Freitas (2012) destaca o processo praxiológico inerente ao trabalho, decorrente do confronto salutar entre o conhecimento acadêmico oriundo da Formação Inicial do Pedagogo e o conhecimento resultante da práxis de sua atuação

profissional em um tribunal de justiça. É por meio dessas práticas cotidianas de trabalho que os pedagogos reconstróem dialeticamente a sua identidade profissional. Esse argumento complementa-se com a ideia de que a definição do Projeto Pedagógico de Curso não pode ser definida pelos interesses do “mercado de trabalho”.

Os profissionais recém-formados, desprovidos de reflexão crítica sobre a sua formação, equivocadamente, ressentem-se da ausência de semelhanças entre os objetivos pedagógicos de seus cursos e as necessidades estreitas dos postos de trabalho apresentados pelo mercado. Por outro lado, a autora destaca que a constituição da identidade profissional agrava-se com a ausência de “formação em serviço”, que deveria ser oferecida pela instituição que o recebe enquanto profissional.

Percebe-se que a autora crítica à instituição por não oferecer a formação continuada para seus trabalhadores pedagogos, ou seja, mesmo que regimentalmente conste-se a existência de uma “política de formação de servidor”, essa ainda não ocorre efetivamente.

Freitas (2012) alerta, ainda, que, mesmo se ocorresse, seria sobre os fundamentos da “Pedagogia das Competências”, conforme está estabelecido legalmente. Ou seja, essa pesquisa analisa a relação trabalho e educação presente no espaço do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, destacando o trabalho do pedagogo em um ambiente não escolar. A concepção de trabalho presente nessa pesquisa fundamenta-se na ideia do trabalho enquanto processo de humanização do homem, o que reflete a base marxista da pesquisa, no que se refere ao trabalho nos seus aspectos educativos e ontológicos, em confronto com as ideias da formação instrumental e técnica defendida pela Pedagogia das Competências.

Ressalta-se ainda duas pesquisas sobre a inserção no mercado de trabalho, que apresenta-se como uma das problemáticas de grande relevância científica e social. Uma dessas pesquisas aborda a inserção de trabalhadores com deficiência.

Segundo Benjamin (2013), pode-se afirmar, pela análise dos dados dessa pesquisa, que se chocam nesse processo a característica formal da inclusão presente na lei com a característica excludente da lógica empresarial, exacerbada pela lógica, também excludente, da nossa escola básica, revelada na baixa escolaridade desses trabalhadores. Conclui sua pesquisa afirmando que “[...] os programas de formação profissional em estudo funcionam com precariedade devido à insuficiência de recursos para sua execução”.

Essa pesquisa de Benjamin (2013) aborda, portanto, em tom de denúncia, a ausência de políticas públicas para a formação e inserção dos trabalhadores com deficiência no mundo do trabalho. Afirma que as possibilidades de formação desses trabalhadores no Município de Barcarena – PA, oferecidos pela APAE, enfrentam “insuficiência de recursos” para financiar

processos formativos de melhor qualidade. Observa-se, também, nessa pesquisa, a preocupação em explicitar a necessária articulação entre trabalho e educação no processo de humanização, principalmente de sujeitos com deficiência. Sua concepção de “trabalho” é concebida como uma possibilidade de humanização, inclusão social e inserção no “trabalho informal ou formal”.

A inserção das pessoas com deficiência visual no mercado de trabalho é a temática investigada por Moraes (2008). A análise dessa pesquisa, por sua vez, revela que a concepção de trabalho inferida dessa pesquisa apoia-se em referenciais críticos, como Marx (1982) e Antunes (1995), destacando o caráter explorador e excludente inerente ao capital. Crítica, também, a perspectiva da empregabilidade, mas seus dados não lhe permitem aprofundar esses aspectos do processo do capital.

Souza (2011) investigou a relação entre a formação acadêmica e a inserção do egresso no mercado de trabalho. Essa pesquisa analisa o ingresso no mercado de trabalho de alunos do Curso de Administração. Desenvolve-se de maneira muito próxima da problemática que orienta esta pesquisa: primeiro, analisa a universidade frente ao trabalho, por meio da análise da formação de profissionais para o mercado de trabalho e por meio da produção de conhecimento sobre esse processo; segundo, investiga como a lógica privada insere-se nas universidades, mesmo nas públicas, por meio, inclusive, dos conteúdos dos cursos.

Outra pesquisa aborda a inserção de “jovens com formação superior no mercado de trabalho paraense”. Amaral (2014) aproxima-se da teoria do capital humano ao afirmar que ela parte “[...] do pressuposto de que os egressos universitários são profissionais qualificados, com maiores possibilidades de ascender socialmente no mercado de trabalho”. Apesar de, logo em seguida, destacar que “[...] a conexão entre escolaridade e inserção não se dá de forma direta, mas mediada por certas características dos egressos, entre as quais as redes de relações sociais”. Fundamentado no conceito de “Redes Sociais” (Mark Granovetter), nos conceitos Capital Social e Capital Cultural (Pierre Bourdieu), nos conceitos de Experiência Social (François Dubet) e de mercado de trabalho (Claude Dubar), a sua análise apresenta três aspectos principais:

[...] a) O trabalho permanece no centro da atenção dos jovens e as práticas relacionadas com a sua qualificação são muito relevantes para o ingresso e permanência no mercado de trabalho, vistas como condição *sine qua non*; b) As redes de relações informais funcionam como importante recurso para o acesso ao mercado de trabalho; c) As redes, porém, não os mantêm ou sustentam no emprego em sua área de formação, se não tiverem experiência e qualificação adequada ao perfil exigido para o cargo. (AMARAL, 2014).

Conforme destacado, os três aspectos identificados relacionam-se com os fundamentos da TCH, conforme destaca Schultz (1971) e aproxima-se da ideia da empregabilidade. Se fundamentarmos essa crítica em Frigotto (2010), será possível entender que se trata de uma relação direta com os elementos da ideia da empregabilidade, relacionando o “ingresso e permanência no mercado de trabalho”, estreitamente com elementos da qualificação do trabalhador.

O trabalho infantil é objeto de duas dessas pesquisas. Souza (2014) analisa os “discursos das crianças e dos adolescentes sobre o trabalho infantil na Grande Região Metropolitana de Belém-PA” e Sanches (2014) faz um “estudo antropológico sobre a relação criança e trabalho”. São duas abordagens, diferenciadas da mesma problemática.

Souza (2014) expõe sua opção teórica pelo “conceito marxiano de trabalho como princípio educativo que, no contexto do capitalismo, encontra-se marcado pelo fetichismo da mercadoria”. Sua Tese explicita a sua concepção de trabalho enquanto dimensão fundamental da formação do homem. Explicita, também, o princípio educativo como elemento estruturante de suas críticas: a existência do trabalho infantil em nossa sociedade, inclusive na Amazônia. A prática do trabalho infantil demonstra a face desumanizadora do capital, considerando que essa prática nega o direito à formação ampla dessas crianças, mutilando, inclusive, a sua formação profissional.

A concepção de trabalho que emerge da pesquisa de Sanches (2014) refere-se à ideia de que este se constitui em prática dissolvida nas relações sociais, mas busca analisar as representações e sentidos do trabalho em detrimento de destacar as implicações que o trabalho, durante a infância, provoca no processo formativo dessas crianças.

Além dessas pesquisas, duas delas analisam o trabalho no campo, a realidade do trabalhador rural, a pesquisa de Alfaia (2012) analisa a “formação social do trabalhador, tomando por base a categoria da *práxis*”, tendo como base o processo do cooperativismo.

A outra, de Lopes (2009), analisa o processo de “letramento” dos trabalhadores rurais. A concepção de “trabalho” que se infere dessa pesquisa fundamenta-se em uma concepção que não pressupõe uma unidade ontológica com suas práticas produtivas. Não se pode minimizar as contribuições da leitura no processo de leitura do mundo (FREIRE, 1987) assim como as contribuições de Vygotsky (1991) no que se refere ao processo de formação social do indivíduo.

Subjacente a esse debate, existe outra dimensão referente aos diversos tipos de saberes, preterido em detrimento do conhecimento científico hegemônico em nossa sociedade. Portanto, os trabalhadores são detentores de um saber não letrado, mas um saber que sustenta

as suas relações de produções e as suas práticas produtivas enquanto agricultores. Não se encontram, portanto, “mergulhados na ignorância e na escuridão”. A aquisição da leitura e da escrita torna-se imprescindível enquanto instrumento de inserção ativa, participativa e crítica na realidade que o circunda.

A falar de saberes tecem-se relações com a temática de outra pesquisa. Pantoja (2015) desenvolveu pesquisa sobre “saberes do trabalho na carpintaria naval”. As análises mostram, assim como vem ocorrendo em outras categorias de trabalhadores, a ausência de uma “consciência de classe si”, resultante em grande parte da ofensiva do capital sobre as condições de vida dos trabalhadores.

Essa ofensiva do capital contra o processo de organização política dos trabalhadores, identificada por Pantoja (2015), explica as mudanças na identidade profissional desses trabalhadores. Por outro lado, os “saberes pedagógicos resultantes do processo de produção-formação, enquanto princípio educativo, são, também, saberes construídos sobre a organização do trabalho, que mostram uma formação integral do sujeito para o exercício profissional”. A concepção de trabalho que baseia essa pesquisa fundamenta-se na teoria marxista e pressupõe a relação trabalho e educação, destacando o trabalho enquanto princípio educativo e a sua dimensão ontológica no processo de formação do trabalhador.

A partir da análise do material, coletado nas teses e dissertações selecionadas para esse estudo, apresentam-se as seguintes considerações:

- Destacam os aspectos ontológicos e as formas históricas da relação entre trabalho e educação.
- Apenas uma produção está voltada especificamente para o espaço escolar, destacando as relações entre o processo formativo e qualificação do trabalhador em uma instituição escolar.
- Apresentam o trabalho como elemento fundamental da *práxis* formativa do homem. Pois os saberes tácitos, assim como, outros tipos de saberes, construídos por meio do trabalho são ressignificados por novas práticas de trabalhos, mediadas pela sua participação nos movimentos sociais, nos acordos de pesca, no trabalho em tribunais de justiça, no cooperativismo, no letramento de trabalhadores rurais, ou até mesmo, no trabalho na carpintaria naval.
- Revelam uma preocupação com a redução da categoria trabalho ao conceito de emprego. Tanto a inserção de trabalhadores com deficiência quanto a inserção de jovens com formação superior no mercado de trabalho, apresentam críticas à forma

atual de manifestação histórica do trabalho, pois nem a formalidade da lei, nem a formação de nível superior garantem a inserção e permanência no mercado de trabalho.

- O trabalho infantil como uma manifestação da concepção liberal do trabalho enquanto mercadoria. Essa perspectiva apresenta-se em duas dessas pesquisas, na análise do discurso das crianças e na análise etnográfica das representações e sentidos do trabalho para crianças, revelando em tom de denúncia a crueldade do trabalho infantil.

Por fim, essa reflexão permite afirmar que as pesquisas que abordam a relação trabalho e educação concebem a categoria “trabalho” em seus aspectos ontológicos e históricos. Apenas uma está voltada especificamente para o espaço escolar, a maioria defende o trabalho como elemento fundamental da *práxis* formativa do homem. Isso considerando que os seus referenciais críticos revelam uma preocupação com a redução da categoria trabalho ao conceito de emprego e condenam o trabalho infantil como uma manifestação da concepção liberal do trabalho enquanto mercadoria.

- **A concepção de “trabalho” nas pesquisas sobre “Trabalho docente”**

Na análise da concepção de trabalho que estrutura as teses e as dissertações dos programas de Pós-Graduação, encontrou-se o “trabalho docente” como uma temática muito pesquisada. Essa temática é objeto de análise de 15 pesquisas.

As formas de abordagem dessa temática ocorrem em vários recortes. Ela foi analisada em seus “aspectos históricos”, “intensificação do produtivismo”, “precarização”, “avaliação do trabalho docente”, “saúde e adoecimento docente” e “representações sociais” do trabalho docente.

Dantas (2006), por exemplo, buscou “compreender quais as configurações históricas que o trabalho docente enquanto uma prática social assumiu no contexto da educação superior brasileira”. Dessa forma, afirma-se que o trabalho docente é tomado com uma dimensão do trabalho escolar e desenvolve-se enquanto uma prática formativa constituidora e constituinte do ser docente. Por isso, segundo a autora, “[...] o trabalho do ensino esteve inserido em nossa estrutura sócio-histórica participando ativamente da construção identitária da sociedade brasileira e da formação dos quadros profissionais da intelectualidade brasileira” (DANTAS, 2006).

Entretanto, sob a lógica de exacerbação do processo de exploração do trabalhador, o trabalhador docente, também se constitui em categoria que ‘sofre’ profundamente esse

processo, por meio da “intensificação do produtivismo”, da “precarização”, que “por sua vez produzirá efeitos extremamente danosos à saúde desses trabalhadores, provocando o ‘adocimento docente’”, assim como, implicações na qualidade do ensino produzido por esses docentes.

No que tange à intensificação do trabalho docente em instituições públicas de Ensino Superior, Farias (2010) mostra que “[...] o Ensino Superior sofre mutações do seu papel social, aproximando-se inevitavelmente do mercado a partir das reformas aplicadas”, confirmando que a Reforma do Estado produz profundas influências em relação à função docente.

Nesse sentido, a concepção de trabalho que emerge dessa pesquisa, fundamentada em Martins (2005), pressupõe o trabalho enquanto “trabalho docente no ensino superior”. Trata-se de práticas de trabalho ligadas a práticas educativas que, portanto, poderiam produzir a humanização, considerando as atuais circunstâncias que vem condicionando e precarizando o trabalho docente, realizado, inclusive, dentro das universidades públicas federais, estas acabam produzindo a negação do processo de humanização.

Esse processo ocorre também por meio da Educação a Distância. Monte (2010) explica que essa realidade implica nas condições do trabalho docente, não sendo possível manter as mesmas condições de relação intrínseca entre trabalho e educação na perspectiva da humanização. Assim, a concepção de trabalho subjacente a essa pesquisa pressupõe o trabalho, fundado na teoria marxista, na perspectiva da humanização do homem. Os elementos presentes no trabalho na EaD, são elementos incontestáveis da limitação das potencialidades humanizadoras do trabalho docente. A tese da relação do trabalho enquanto “princípio educativo” não se efetiva nessas condições. Pelo contrário, é negada pela antítese da precarização e refletida na vida do trabalhador docente e na redução da qualidade das atividades acadêmicas realizadas por esses docentes.

Tavares (2011) também analisa a precarização do trabalho docente. A análise de sua pesquisa mostra que trata-se, portanto, de investigação que possui objeto assentado sobre a relação universidade e trabalho. Dito de outro modo, a investigação busca analisar a “precarização do trabalho docente na Educação Superior” e pressupõe necessária reflexão sobre a relação entre trabalho e educação e sobre trabalho e universidade, que se encontra contida na análise anterior, ou seja, nas profundas mudanças ocorridas no mundo do trabalho, provocadas pelas inúmeras ofensivas do capital em tempos de crise. A teoria marxista fundamenta a análise dessa pesquisa, isso se reflete na sua concepção de trabalho em elemento fundamental no processo de humanização. O tom crítico de suas análises explicita

que, conforme destacado anteriormente, sob a lógica do capital, o trabalho opera a exploração e a alienação.

As políticas de avaliação são outra dimensão de intensificação e precarização do trabalho docente presente nas pesquisas analisadas. A análise da pesquisa de Mota Júnior (2011), explicita que a sua concepção de trabalho fundamenta-se na teoria marxista. Trata-se de mais uma pesquisa que explicita as profundas contradições do trabalho sob a lógica do capital, sendo o agravante, nesse caso específico, o fato dessas práticas de trabalho desenvolverem-se articuladas com práticas educativas, permeadas pela atividade de pesquisa científica. Mesmo assim, a precarização constitui-se em elemento central.

Além dessa pesquisa, Assunção (2013) desenvolve estudo sobre “o modelo de avaliação educacional, estabelecida pelos órgãos governamentais e sua relação com trabalho do docente das séries iniciais do Ensino Fundamental no Município de Belém, com ênfase nas turmas que se submetem à Prova Brasil”. A análise dessa pesquisa revela que a sua concepção de trabalho apresenta as implicações da avaliação sobre o trabalho docente, gerando algumas profundas mudanças no que tange à precarização do trabalho desse professor e a sua consequente desumanização como resultante de antítese capitalista.

Mesma linha adotada por Carneiro (2013). Sua pesquisa explicita críticas às circunstâncias atuais em que se desenvolve o trabalho docente no Brasil, exacerbada pela política de avaliação do Governo Federal. O aprofundamento da análise revela o referencial marxista que fundamenta a sua concepção de trabalho. Para Carneiro (2013, p. 15), “[...] o trabalho e a prática docente vem sendo enfraquecida e precarizada, tendo como diretriz a necessidade de formação de sujeitos dinâmicos e adaptáveis às rápidas mudanças no mundo do trabalho”.

Conforme já destacado, essas pesquisas revelam temáticas de grande relevância social e acadêmica. As problemáticas estudadas constituem-se, dimensões do embate cotidiano dos professores. As pesquisas, sobre as condições de saúde dos docentes, revelam o nível de desumanização do processo do trabalho docente provoca nesses trabalhadores.

Campos (2011) explicita os aspectos danosos que as “metamorfoses do mundo do trabalho” provocam na saúde do trabalhador. Sua pesquisa apresenta uma concepção de trabalho fundamentada na teoria marxista. O autor utiliza uma das seções do texto para definir esse conceito. Destaca a “centralidade do trabalho enquanto categoria social fundamental para análise do trabalho docente”. Sua concepção de trabalho parte da análise concreta das condições de trabalho sob a hegemonia do capital.

Além disso, o autor destaca a “mais valia” e a “alienação” como os principais instrumentos capitalistas para a exploração e dominação ideológica do trabalhador. Destaca principalmente que, sob a lógica do capital, tal qual defende a Teoria Liberal, o trabalho constitui-se em mercadoria, passível de compra e venda no mercado. Essa crítica do autor fundamenta-se na teoria marxista para efetivar-se. Essas características reforçam a importância de uma pesquisa como essa.

Analisa-se, também, “as implicações sobre o trabalho docente com a implantação do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) na Universidade Federal do Pará (UFPA), como parte da política de expansão da educação superior do país”. Mais um aspecto do trabalho docente analisado por meio da perspectiva crítica da teoria marxista. A concepção de trabalho adotada possibilita críticas a essa condição de trabalho desenvolvida nesse programa. A concepção de trabalho fundamenta-se na ideia de que o trabalho possui centralidade no processo de formação do homem e, no caso, do trabalho docente, especificamente, produzindo implicações sobre o professor e sobre os alunos, por meio da redução da qualidade das práticas educativas desenvolvidas por esses professores. Para a autora, “[...] o trabalho docente tem sido intensificado por meio da sobrecarga de aulas, turmas e jornada de trabalho, o que poderá, em curto prazo, provocar problemas na saúde desse trabalhador” (NASCIMENTO, 2012).

Além desses estudos, Barros (2013) desenvolveu estudos sobre a intensificação do trabalho docente na Educação Básica. Costa (2014) analisa esse processo na interiorização da UFPA e Salgado (2012) analisa especificamente a intensificação do trabalho docente do sociólogo. A análise dessas pesquisas corroboram os resultados das pesquisas anteriores, no sentido de que o trabalho docente sob a lógica do capital vive um profundo processo de precarização. Fundamentados em concepção crítica de trabalho, revelam concepção de trabalho, referindo-se aos seus aspectos ontológicos e históricos, assim como seu caráter fundamental no processo de humanização do homem, mas destacam, também, “o estranhamento do trabalho vivenciado pelos trabalhadores na sociedade capitalista”.

Vale destacar, entretanto, que a análise das pesquisas demonstra que existem também, estratégias de resistência. Essa temática apresenta-se em pelo menos uma das pesquisas. Os dados mostram que, nas pesquisas anteriormente analisadas, ocorre também esse processo de resistência, ao adotarem referenciais de críticas às condições do trabalho docente. Mas nestas, essa perspectiva é muito mais forte.

Nessa pesquisa, especificamente, a resistência é objeto de estudo. Guimarães (2014) analisa como o trabalho docente universitário materializa a contra reforma da Educação

Superior. Nessa pesquisa, a concepção de trabalho está associada ao processo de formação humana e ao processo de tomada de consciência de classe e organização da luta, fundamentada na teoria marxista. Outro aspecto interessante, destacado nessa pesquisa, refere-se às condições de trabalho na universidade pública e à necessidade de reconstruir essa instituição para atender aos interesses dos trabalhadores.

Por outro lado, com uma abordagem teórica diferente, Santos (2012) realizou estudo sobre as “representações sociais” que docentes possuem do seu trabalho. A partir da “teoria das representações sociais”, fundamentadas na concepção pós-moderna, Santos (2012) afirma que:

[...] os resultados das representações sociais dos docentes evidenciam que estes estão diante da necessidade de superar as impossibilidades do campo de suas formações para que possam empreender esforços coletivos e consensuais a construção de conhecimentos específicos do campo de *design* com vistas à consolidação da identidade do curso e do trabalho docente. (SANTOS, 2012).

Trata-se de um estudo com uma temática diferenciada das demais abordagens sobre o trabalho docente, onde se busca a compreensão das representações que os docentes fazem de si mesmo. Desloca-se, assim, o centro do processo de humanização do trabalho para as práticas culturais, referentes aos sentidos e significações, que os sujeitos operam na realidade. No bojo desse universo, onde tudo é “volátil, movente”, em que tudo vive uma “crise de identidade”, os valores do mercado parecem ser o grande elemento orientado.

Mesmo que essa pesquisa não esteja fundamentada em referenciais teóricos críticos, suas contribuições são relevantes para a construção da identidade docente. Contudo, essas construções teóricas podem levar os docentes a buscarem as causas da precarização, da intensificação, enfim da exploração, nas suas próprias práticas, resultando, assim, em uma visão distorcida das consequências estruturais das metamorfoses produzidas pelo capital no mundo do trabalho, para construir saídas conservadoras para as suas crises, ampliando o processo de exploração do trabalhador.

A análise dos dados apresentada sobre as pesquisas que abordam o trabalho docente possibilitaram destacar alguns aspectos:

- Destacam os aspectos históricos da docência, onde o “trabalho docente é tomado como uma dimensão do trabalho escolar”. A concepção de trabalho dessa pesquisa volta-se para a análise do espaço escolar concebendo-o como uma dimensão da socialização do homem.

- Denunciam a precarização do trabalho docente, resultante de um processo de intensificação, seja por meio do trabalho em instituições públicas ou privadas, seja por meio do trabalho na EaD, no PARFOR, na interiorização do Ensino Superior.
- Demonstram que essa situação provoca problemas à saúde dos trabalhadores docentes;
- Destacam a luta e resistência contra-hegemônica dos trabalhadores docentes contra o processo de exploração.
- Por outro lado, fundamentada na “teoria das representações sociais” busca-se analisar as representações sociais que os docentes possuem do seu trabalho.
- Demonstram que essas pesquisas fornecem um conjunto de conhecimento que possibilita a esses trabalhadores construir os seus processos de luta e humanização. Assim como, potencializa a realização de uma *práxis* transformadora em sua realidade concreta.

No que tange à temática trabalho docente, pode-se afirmar sinteticamente que esta foi entendida “como uma dimensão do trabalho escolar”, onde se destacam estudos sobre seus aspectos históricos e das representações sociais que os docentes possuem do seu trabalho. Mas a denúncia de que a precarização do trabalho docente, resultante de um processo de intensificação, tem levado à existência de problemas de saúde aos trabalhadores docentes.

Assim, a luta pela humanização e resistência contra-hegemônica coloca-se como a única alternativa para potencializar a realização de uma *práxis* transformadora em sua realidade concreta. Seja por meio das pesquisas acadêmicas, seja por meio das publicações, debates, palestras, aulas críticas, conscientização dos alunos, seja por meio dos sindicatos, dos partidos políticos, das greves. Pode-se afirmar a existência de uma categoria de trabalhadores combatente e lutadora pela construção de uma educação humanizadora.

- **A concepção de “trabalho” nas pesquisas sobre “Reestruturação produtiva”**

O processo de construção da agenda neoliberal na economia brasileira produziu efeitos profundos em todos os setores sociais. A reestruturação produtiva constituiu-se em mais uma estratégia do capital para produzir um conjunto de mudanças na base produtiva da sociedade capitalista, por meio do que alguns economistas chamam de “terceira revolução industrial”⁶⁰.

⁶⁰ A Terceira Revolução Industrial constitui um processo difuso que repercute na dimensão cultural; o chamado pós-modernismo influencia a arte e os costumes. No que diz respeito à política e à economia gerou o chamado neoliberalismo e a era da globalização. Essa transformação no modo de produção ocorre simultaneamente na organização do Estado e no processo de trabalho nos setores: primário (agropecuária, extração de minérios),

O trabalho sofreu mudanças significativas decorrentes dessa conjuntura. A educação sofreu profundas alterações no que tange ao processo de formação humana, na busca da formação do novo trabalhador exigido por esse contexto.

[...] O Brasil, sob o fim da ditadura militar e no período Sarney, nos anos 80, ainda se encontrava relativamente distante do processo de reestruturação produtiva do capital e do projeto neoliberal, já em curso acentuado nos países capitalistas centrais. Mas também já sofria os primeiros influxos da nova divisão internacional do trabalho. Sua singularidade, dadas por um país de capitalismo hiper tardio, fora afetada pelos novos traços universais do sistema global do capital, redesenhando uma particularidade brasileira diferenciada, ao menos em alguns aspectos, frente à estruturação anteriormente existente. (ANTUNES, 2009, p. 15).

Concorda-se com Antunes (2009) que esse processo se inicia nos anos 80, mas ganha força muito maior no período posterior à década de 1990.

[...] Portanto, a partir dos anos 90, com a intensificação do processo de reestruturação produtiva do capital no Brasil, sob a condução política em conformidade com o ideário e a pragmática definidas no Consenso de Washington e aqui seguidas pelos governos Collor e FHC, presenciamos várias transformações, configurando uma realidade que comporta tanto elementos de continuidade como de descontinuidade em relação às fases anteriores. O que permite supor que no estágio atual do capitalismo brasileiro combinam-se processos de enorme enxugamento da força de trabalho, acrescido às mutações sócio-técnicas no processo produtivo e na organização social do trabalho. A flexibilização, a desregulamentação, a terceirização, as novas formas de gestão da força de trabalho etc., estão presentes em grande intensidade, indicando que o se o fordismo parece ainda dominante quando se olha o conjunto da estrutura produtiva industrial e de serviços no país, ele também mescla-se com novos processos produtivos, consequência da liofilização organizacional, dos mecanismos da acumulação flexível e das práticas toyotistas que foram (parcialmente) assimiladas no setor produtivo brasileiro. (ANTUNES, 2009, p. 22-23).

Esse contexto demonstra a grande importância das pesquisas analisadas a seguir, visto que a análise dessas pesquisas, produzidas nos programas de Pós-Graduação, mostra que existem 04 (quatro) pesquisas que analisam as implicações da reestruturação produtiva na vida do trabalhador.

Padilha (2007) analisa essa repercussão na qualificação e na formação dos trabalhadores. A análise dos dados revela que essa pesquisa insere-se na complexidade da análise da “qualificação e na formação profissional do trabalhador dos supermercados”, setor este dominado pelo discurso da “empregabilidade” e da “teoria do capital humano”. Sua crítica a esse processo revela uma concepção de trabalho marcada pelo processo de

“reestruturação produtiva”, “internacionalização” e “progresso tecnológico”. Emerge daí a necessidade de conceber que o trabalho não pode estar subjugado à lógica das empresas supermercadistas. Trata-se de pesquisa com abordagem crítica.

O “trabalho” é concebido enquanto elemento estruturante do processo formativo do homem, por isso, tece críticas às mudanças no “processo de organização e gestão do trabalho”, sob a lógica da reestruturação produtiva e, conseqüentemente, aos seus desdobramentos no campo da educação, materializado pelas reformas no Ensino Médio e na Educação Profissional.

A flexibilização do trabalho é analisada por Sampaio (2006). Esse estudo analisa de forma pertinente as conseqüências do processo de reestruturação produtiva na vida dos trabalhadores por meio da perda de direitos sociais, operadas pela subcontratação de seus serviços, instrumentalizando, ainda mais, a exploração do capital sobre o trabalhador.

Santiago (2007) analisa as implicações da reestruturação produtiva nas fábricas da ALBRÁS e da ALUNORTE, localizadas no Município de Barcarena – PA. Sua concepção de trabalho orienta as críticas ao processo de aumento do desemprego e valoriza a atuação sindical no enfrentamento do capital. Essa análise revela a sua concepção de trabalho de origem crítica, sustentada na teoria marxista, que possibilitou a construção dessas críticas às contradições da reestruturação produtiva.

As conseqüências da reestruturação produtiva bancária são analisadas por Pereira (2007), na perspectiva de crítica à exploração do trabalhador. Essa pesquisa, assim como outras que analisadas anteriormente, conforme já anunciado, analisam os processos de subcontratação e relações de trabalho, movimento operário e inovação tecnológica no contexto da reestruturação produtiva e flexibilização do trabalho, ou seja, analisam as implicações das relações de produção capitalista sobre o processo de exploração dos trabalhadores.

A concepção de trabalho que emerge dessas pesquisas fundamenta-se na perspectiva do trabalho enquanto processo de humanização e não no processo de exploração e alienação, conforme estabelece o modelo de acumulação flexível do capital.

A análise dessas pesquisas revela a contribuição da universidade frente ao trabalho, por meio das pesquisas realizadas em seus programas de Pós-Graduação, oferecendo estudos sobre a dinâmica econômica, social, cultural e educacional da sociedade brasileira. Além desses aspectos, destaca-se também que a reestruturação produtiva produziu implicações:

- No processo de qualificação e formação dos trabalhadores do setor supermercadista, tornando-as cada vez mais fragmentada e aligeirada.

- Nos direitos sociais adquiridos pelos trabalhadores, provocando perdas significativas de direitos trabalhistas, por meio das subcontratações.
- No setor fabril, por meio das inovações tecnológicas e na gestão do trabalho, provocando aumento do desemprego.

Em síntese, a análise da concepção de trabalho nas pesquisas, que estudam a reestruturação produtiva na vida dos trabalhadores, revelam as implicações negativas no processo de qualificação e formação dos trabalhadores, na perda dos direitos sociais adquiridos e radicalmente no aumento do desemprego. Por outro lado, a análise dessas pesquisas revela, também, que existem resistências e lutas por parte desses trabalhadores, principalmente, potencializa a construção da consciência de classe e instrumentaliza a luta contra hegemônica dos trabalhadores, por meio da luta sindical, construída por meio da formação de sindicatos do setor.

- **A concepção de “trabalho” nas pesquisas sobre “Trabalho Escravo”**

As três pesquisas que são analisadas a seguir abordam uma das mais cruéis e desumanas formas de exploração do trabalhador – o trabalho escravo.

Fernandes (2006) estuda as consequências do trabalho escravo produzido por meio de dívidas em empresas e fazendas; Dias (2011) aborda as ambivalências e ambiguidades da política de combate ao trabalho escravo no Brasil e Resque (2013) elaborou a Dissertação que pesquisou a respeito da exploração madeireira e trabalho análogo ao de escravo. A análise dos dados demonstra que “as atividades vinculadas ao desmatamento na região têm relação direta com a incidência de casos de submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo”.

O trabalho enquanto processo de humanização, produto e produtor do homem é o conceito de trabalho que se infere das três pesquisas. Sobre esse conceito, ergue-se a crítica sobre a prática da escravidão, entendida como uma prática derivada do processo histórico de formação do Brasil e da Amazônia e que revela a preponderância da racionalidade econômica sobre qualquer forma de humanização por meio do trabalho.

A análise dessas pesquisas demonstram dois aspectos relevantes:

- Primeiramente, que o processo do trabalho escravo encontra-se associado a outro crime contra a sociedade, seja por meio de um crime ambiental, seja por meio da exploração financeira ou de natureza jurídica contra os direitos trabalhistas.

- Segundo, que as condições de pobreza e miséria dos trabalhadores da Amazônia que alimentam o trabalho escravo, são sustentadas pela ausência de políticas públicas contra o trabalho escravo, o que provoca um círculo vicioso.

O trabalho escravo nega a possibilidade do trabalho enquanto princípio educativo, pois, além dos processos desumanos de exploração, o trabalho escravo associa-se à prática de outros crimes em nossa sociedade, sustentado pelas condições de pobreza e miséria dos trabalhadores da Amazônia. A ausência do Estado nessa região manifesta-se na inexistência de políticas públicas contra o trabalho escravo. Essa característica é denunciada nas diversas pesquisas analisadas.

- **A concepção de “trabalho” nas pesquisas sobre “Educação Profissional”**

Essa temática está diretamente ligada à concepção de trabalho articulada com uma concepção de educação escolar institucionalizada. Selecionou-se 03 (três) pesquisas sobre essa temática.

No primeiro caso, analisa-se a formação do trabalhador por meio da relação entre Educação Profissional e Desenvolvimento Local. A concepção de trabalho que se depreende dessa pesquisa é o trabalho enquanto elemento fundamental no processo de formação humana integral, o trabalho enquanto princípio educativo. Silva (2014) defende a relação intrínseca entre trabalho e educação no processo formativo dos jovens dos cursos de educação profissional como estratégia para fomentar o desenvolvimento local.

No segundo caso, Santos (2008) apresenta uma pesquisa sobre o PLANFOR, a fim de identificar as intenções, o projeto e as diretrizes orientadoras para a formação profissional, estabelecidas por esse Programa no CEFET/PA. Essa Dissertação reconhece a concepção de “trabalho” enquanto princípio educativo e analisa como o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador contribuiu com esse processo, no que se refere à formação do trabalhador no âmbito da Educação Profissional.

No último caso, Soares Filho (2007) analisa a relação entre política de formação profissional e a qualidade de vida no trabalho. De forma diversa das pesquisas anteriores, orienta-se pela Teoria Liberal, declarando fundamentar-se na Teoria do Capital Humano, a fim de investigar a política de formação do SENAI – PA. O autor afirma que “[...] teoricamente, consideramos a influência da Teoria do Capital Humano e os indicadores de QVT, destacadamente o econômico, o político, o psicológico e o sociológico na formação de aprendizes industriais” (SOARES FILHO, 2007). Anuncia, ainda, que “[...] a questão central

foi responder como a formação profissional obtida pelos egressos do SENAI refletiu na sua qualidade de vida no trabalho”. Por se considerar o problema, seus objetivos e seus referencias teóricos entende-se que essa pesquisa contextualiza a sua análise na perspectiva na “Teoria do Capital Humano” e demonstra uma concordância com os seus pressupostos no processo na construção da qualidade de vida do trabalhador.

A análise dessas pesquisas revela uma preocupação no que tange à reflexão sobre a relação entre trabalho e educação. No estado do Pará, especificamente, essa preocupação ganhou proporções gigantesca, devido às precárias condições das escolas do Ensino Médio e Educação Profissional que vem sendo traduzidos em ínfimos indicadores da qualidade da educação.

Nesse sentido, ao analisar as pesquisas que abordam a educação profissional, explicitam-se dois aspectos que merecem destaque:

- As duas primeiras pesquisas tratam de educação profissional como uma etapa de preparação de mão de obra para o mercado de trabalho, mas que precisa ampliar-se na perspectiva da formação humana. Uma está ligada à perspectiva do desenvolvimento local, outra é uma política nacional de formação, isso confirma a ideia de que no Brasil existe uma dualidade na formação do trabalhador;
- Por outro lado, a última pesquisa destaca que a sua concepção de trabalho e educação prende-se às necessidades do setor privado, das empresas, das indústrias e do Governo, representados, nesse caso, por uma de suas instituições formadora, que é o SENAI, ligado ao “Sistema S – que busca a valorização do capital por meio da formação para o trabalho” (SOARES FILHO, 2007, p. 04). Trata-se de instituição que realiza um processo de “formação profissional” embasado em um conceito de “trabalho técnico-industrial” e de educação reduzida à “aprendizagem industrial”, sem explicitar as contradições da compreensão da categoria trabalho no bojo dessa teoria. Conforme discutido no Capítulo 1, a Teoria Liberal concebe o trabalho enquanto produtor de mercadoria, e a educação como processo de treinamento para o desenvolvimento de atividade definida pelas empresas e/ou indústria.

A análise dessas pesquisas demonstra que a contradição, no campo da educação profissional, se manifesta de formar muito acentuada, por meio de um sistema dual de oferta. Essa dualidade na educação brasileira, discutida por Araújo e Rodrigues (2011)⁶¹ e Ramos

⁶¹ Para esses autores há uma histórica dualidade na educação brasileira. Existe uma educação voltada às classes sociais mais favorecidas que recebem uma formação que visa o prosseguimento dos estudos, objetivando, com isso, uma formação para futuros dirigentes. Por outro lado, existe outra educação voltada às classes trabalhadoras

(2009), proporcionou de um lado, a criação de uma oferta de educação profissional técnica, fragmentada e aligeirada para os filhos dos trabalhadores que precisam inserir-se precocemente no mercado de trabalho para complementação de renda familiar e, de outro, a possibilidade de uma formação para os filhos das classes mais favorecidas economicamente que, de forma mais ampliada, possibilite a continuidade de seus, considerando que estes não precisam ajudar na complementação da renda familiar. As pesquisas analisadas revelam essas duas possibilidades.

- **A concepção de “trabalho” nas pesquisas sobre “Trabalho e Adoecimento”**

Destacou-se anteriormente que o longo processo de intensificação e exploração do trabalhador provoca impactos na sua saúde. Na análise das produções dos programas de Pós-Graduação foram selecionadas 10 (dez) pesquisas que analisam de forma crítica, fundamentadas em referenciais marxistas, essa problemática.

A pesquisa de Farias Júnior (2014) abordou o processo de “precarização do trabalho e o adoecimento docente em instituições de Ensino Superior privadas/ mercantis”. Essa pesquisa fundamentou-se na “[...] opção teórica que considera o trabalho fundamental para o processo de hominização e humanização do homem e adotando como método investigativo o materialismo histórico dialético”, procurando compreender, ainda, “[...] que relação pode ser estabelecida entre a precarização do trabalho e a saúde do docente em instituições da rede privada de Ensino Superior”.

As implicações dos processos de gestão no trabalho e no adoecimento docente foram estudadas por Reis (2009). Essa pesquisa concebe o trabalho como elemento estruturante na formação do homem, ao passo que lança críticas à condição de trabalho, vivenciada pelos trabalhadores em educação da Fundação Escola Bosque, articulando o processo de gestão ao processo de adoecimento dos docentes da referida escola. A lógica que sustenta as práticas de gestão pedagógica dessa unidade escolar, segundo essa pesquisa, vem provocando processos de desumanização no trabalho desses professores, manifestadas nos “[...] adoecimentos e afastamentos dessa Instituição”.

Solimões (2015) desenvolveu pesquisa sobre as condições de trabalho dos docentes da Educação Infantil na rede pública de ensino do Município de Belém, buscando identificar possíveis relações com o processo de adoecimento dos docentes que atuam nessa etapa da Educação Básica. Ao

que recebem uma formação mais técnica, mais pragmática, voltada especificamente ao mercado de trabalho, não possuindo uma perspectiva para a formação mais elevada.

se analisar os referenciais e sua pertinência com problemática estudada, verifica-se que seus resultados demonstram que, dentro dessas circunstâncias, o trabalho docente vem prejudicando a saúde dos professores. O referencial crítico possibilitou concluir a sua pesquisa, afirmando que esse processo de adoecimento docente resulta, em última instância, das características exploradoras do modo de produção capitalista, onde o trabalho constitui-se mercadoria. Sua concepção de trabalho, fundamentada na teoria marxista, concebe o trabalho nos seus aspectos histórico e ontológico, mas destaca que, sob a lógica exploradora e alienante do capital, o trabalho destitui-se de sua função humanizadora.

A exploração mineral na Amazônia sustenta outra prática de exploração dos trabalhadores e de degradação ambiental, social, econômica, política e cultural de nossa Região. Guinalz (2007) analisa casos de adoecimento e demissão de trabalhadores da indústria de transformação mineral da empresa Alumínio do Brasil (ALBRÁS) da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). A análise dessa pesquisa explicita as suas bases marxistas, considerando o seu conceito de trabalho: trabalho produtivo, alienação e exploração dos trabalhadores até o ponto de comprometer a sua própria saúde. Isso confere pertinência ao referencial teórico diante da análise dos dados no sentido de resolução da problemática analisada.

O sofrimento dos trabalhadores do alumínio no Pará, provocado pelo adoecimento, é o tema da pesquisa de Nogueira (2011). Essa pesquisa explicita a intensificação do trabalho e o processo de exploração do trabalhador, chegando aos mais altos níveis de desumanização. Nesse contexto, sob a lógica do capital, o trabalho deixa de operar o processo de humanização e passa a operar a barbárie. Pode-se perceber isso no “[...] sofrimento dos acidentados e adoecidos, reportando-nos a vidas interrompidas, sentimentos de inutilidade/abandono, associados à organização do trabalho e ao modo como ocorre à gestão da segurança e saúde dos trabalhadores na empresa” (NOGUEIRA, 2011).

Ao contrário da pesquisa anterior, esta destaca o processo de sofrimento e adoecimento provocado pelo intenso processo de automação que domina as indústrias atualmente. O conceito de trabalho enquanto processo de humanização orienta essa análise e leva a perceber o contexto de superexploração desses trabalhadores. Essa é a problemática estudada por Moraes (2008).

Essa pesquisa investiga, ainda, “trabalho e saúde a partir do referencial da psicodinâmica de Dejours, privilegiando a categoria prazer-sofrimento, no contexto do trabalho com automação no Polo Industrial de Manaus – PIM”. A autora remata que “[...] o sofrimento no trabalho, no PIM, está sendo intensificado com a automação, inserida no

contexto de superexploração do trabalho, integrante da organização flexível do capital” (MORAES, 2008).

Na seguinte pesquisa, Brasil (2009) aborda a relação entre o trabalho e o adoecimento de trabalhadores da pesca artesanal. Em outros termos, constata-se que essa pesquisa faz uma investigação da saúde dos trabalhadores da pesca artesanal, concebendo a saúde enquanto resultado das condições sócio-históricas de vida desses trabalhadores. O conceito de trabalho que se pode inferir dessa pesquisa o concebe enquanto uma prática histórica e social que o constitui do ponto de vista do ser humano, podendo influenciar, inclusive, na sua saúde. Ao se sustentar em bases teóricas marxistas, o autor afirma que existe, sobre a lógica do capital, uma “subsunção formal do trabalho”.

Abreu (2013) produz uma pesquisa sobre a “subjetividade, trabalho, saúde, prazer e sofrimento das técnicas/auxiliares de Enfermagem do Hospital Universitário João de Barros Barreto – HUJBB”. A análise dessa pesquisa revela que trata-se de fenômenos de grande relevância científica e social, considerando que os resultados mostram que “[...] o prazer no trabalho foi apontado como categoria central, mostrando-se presente em todos os relatos aqui analisados” (ABREU, 2013).

Essa pesquisa analisa um aspecto interessante da concepção do trabalho enquanto processo de formação humana do homem. Ao relacionar subjetividade, trabalho e saúde, a pesquisa faz uma reflexão do trabalho enquanto humanização, mesmo em contexto de sofrimento pontual. A análise remete para a importância de algumas profissões que, apesar das dificuldades do processo de trabalho, humanizam-se por meio dele e não querem interromper as suas práticas, mesmo em condições de aposentadoria.

Ao analisar as condições de trabalho e saúde dos trabalhadores dos canteiros de obras da UHE Belo Monte, Conceição (2014) revela os impactos negativos dos canteiros de obras da UHE Belo Monte na condição de vida e de trabalho do povo dessa região. Fundamentado em uma concepção de trabalho crítica, de origem marxista, orienta essa pesquisa para a construção da crítica ao modelo de desenvolvimento predatório, adotado na Amazônia há anos, que revela uma preocupação com os fatores econômicos e financeiros do capital, deixando de lado os graves problemas ambientais, sociais, culturais e políticos os povos tradicionais que habitam essa região.

Essas pesquisas tratam do processo de exploração mineral, analisando o trabalho, no contexto de alienação e adoecimento provocado pela produção de alumínio. Assim como buscam compreender o cotidiano de trabalhadores na exploração mineral. Abordam também a exploração de petróleo e gás; e a última analisa o sofrimento vivido pelos trabalhadores na

exploração do alumínio. O conceito de trabalho que emerge dessa discussão é o trabalho enquanto processo de humanização. As pesquisas, inclusive, são fundamentadas na teoria marxista. Esse conceito sustenta as críticas sobre as precárias condições de trabalhos investigadas.

A análise das pesquisas que tratam da temática “trabalho e adoecimento” permite que se afirme que:

- O processo de adoecimento do trabalhador ocorre por meio da precarização, processo de gestão, exploração mineral, sofrimento, processo de automação, subsunção formal do trabalho pelo capital, pela subjetividade e pelas condições de trabalho em geral.
- O processo de adoecimento do trabalhador ocorre em instituições de Ensino de Educação Básica e Superior, pública ou privada, na indústria, na pesca artesanal, no trabalho em hospitais e na construção civil.

O adoecimento apresenta-se nessas pesquisas como mais uma consequência do processo de exploração do trabalhador. Isso significa que o trabalho enquanto prática de exploração e desumanização está presente em vários setores da economia e em várias instituições. Mas, significa também que a natureza crítica do referencial teórico que sustentam essas pesquisas potencializam suas contribuições para a formação, conscientização e empoderamento dos trabalhadores diante da lógica do capital. Isso posto, nos leva a Mészáros (2002, 2004) para quem se faz mister, construir uma “educação para além do capital”, considerando ser o capital irreformável, incontrolável e incorrigível.

- **A concepção de “trabalho” nas pesquisas sobre “Condições de Vida do Trabalhador”**

Na busca da construção de uma categorização que pudesse auxiliar na análise dessas pesquisas, encontra-se a categoria “condições de vida do trabalhador”, que em sentido *lato* poderia englobar várias das categorias anteriores, mas sua especificidade revela um elo entre essas pesquisas sobre os desafios cotidianos dos trabalhadores.

Existe um conjunto de pesquisa que pode ser agrupado sob a temática “condições de vida do trabalhador”, que abordam desde o espaço escolar, passando pelo trabalho no campo, até ao operário da indústria.

As condições de vida no trabalho e a saúde de professores de Educação Física são analisadas por Freitas (2010). A análise dos dados da pesquisa mostra que com o intuito de estruturar a sua concepção de “trabalho”, a autora, fundamentado em Marx (2004), destaca o

conceito de “objetivação do trabalho”, entendendo que “[...] o produto do trabalho é trabalho que se fixou num objeto, que se transformou em coisa física, é a objetivação do trabalho [...]. Em uma frase: *todo trabalho realizado é a objetivação deste*” (FREITAS, 2010).

A Dissertação de autoria de Ferrão (2006) analisa as formas de introdução e aplicação de projetos de desenvolvimento sustentável no município de Muaná. Essa pesquisa concebe o trabalho articulado ao projeto de desenvolvimento sustentável como estratégia para o processo de “organização e reorganização dos trabalhadores rurais” de uma região com um dos maiores índices de pobreza do Brasil. Essa concepção de trabalho e educação busca realizar um processo de formação para a produção e para a participação política.

A seguinte pesquisa, de Nobre (2007), trata-se de uma investigação sobre as dinâmicas no modo de vida das famílias de tradição agrícola da Vila de Caraparu, pertencente ao Município de Santa Isabel do Pará. A análise dessa pesquisa possibilita que a concepção de trabalho a que esta se infere resulta da análise da agricultura familiar, relacionada ao processo de venda de seus produtos por meio de atividades econômicas tradicionais. Tece críticas às condições do trabalho sobre a lógica da “modernidade” do capital, posicionando-se contrária à perspectiva de Guindes (2000). Para a autora, fundamentada em Adrião (2003), o sentido da modernidade está estreitamente relacionado “à mudança nas relações de trabalho da pesca para o de caseiro e outros serviços voltados para o balneário”.

Gonçalves (2009) estuda as relações entre gestão de recursos humanos e sociabilidade das pessoas empregadas nos supermercados. A análise dessa pesquisa revela a subserviência do capital, nacional e local, aos desígnios do capital internacional. Demonstra, ainda, que, além de tudo, o processo de gestão de recursos humanos ‘sofre’ influência da volatilidade do capital internacional, que impacta a realidade desses trabalhadores.

Essa Tese analisa as relações entre a gestão de recursos humanos e a sociabilidade de pessoas empregadas em supermercados, considerando que esse setor ‘sofre’ profundas influências do capital nacional e internacional. Trata-se de pesquisa de grande relevância para um grupo significativo de trabalhadores desse setor econômico. Vale destacar que, dado o processo de modernização tecnológica, a forte concorrência e a abundância de mão de obra para o setor, os trabalhadores desse setor sofrem uma forte pressão para manterem-se no emprego. O estudo parece relativizar a forte pressão provocada pela gestão de recursos humanos desses supermercados. O conceito de trabalho que se pode inferir dessa pesquisa parece reduzir o trabalho a uma atividade econômica necessária para a manutenção da vida do trabalhador.

A Dissertação de Silva (1987) investiga as condições de vida dos trabalhadores de várzea no serviço da madeira. Ao analisá-la compreende-se que os processos produtivos nos quais estão envolvidos os trabalhadores de várzea. Esses trabalhadores atuam a serviço do capital nacional e internacional em um intenso processo de exploração da madeira na Região Amazônica. A pesquisa ressalta, além das consequências socioambientais provocadas pela extração da madeira em florestas de várzea, o processo de exploração pelo qual passam esses trabalhadores.

Pode-se afirmar que o trabalho enquanto processo de humanização é o conceito que se infere dessa reflexão. Contudo, a sua realização não se efetiva nessas condições de exploração empreendidas pelo capital. A pesquisa fundamenta-se na teoria marxista, no sentido da busca da definição do conceito de trabalho enquanto “[...] um processo de que participam o homem e a natureza em que o ser humano com sua própria ação”.

O processo de exploração do trabalhador por meio do sistema de aviamento é a problemática estudada por Sampaio (2002). A análise dessa pesquisa revela a investigação de uma prática muito antiga a de exploração dos trabalhadores, que persistiu sobre longo período da história da Amazônia. Portanto, “[...] assim como Sísifo, o trabalhador amazônida estaria condenado a uma relação viciosa, escravo da dívida com o comerciante, executando a mesma tarefa sem jamais superar ou abandonar sua condição de dependência” (SAMPAIO, 2002, p. 01). Práticas como essa inviabilizam que o trabalho, entendido como elemento fundamental no processo de humanização, realize-se nas atividades produtivas desses trabalhadores, operando o seu contrário. Somam-se às inúmeras outras estratégias do capital de transformação do trabalhador em objeto de exploração.

Silva (2009) analisa o cotidiano dos trabalhadores da Serra do Navio, Amapá. Trata-se de “pesquisa realizada sobre a história social do Projeto ICOMI, que funcionou no Amapá, Brasil”. A análise dessa pesquisa demonstra que trata-se de pesquisa sobre “as experiências e as memórias dos trabalhadores da vila da Serra do Navio, no Amapá”, conforme informado anteriormente, fundamentando as suas reflexões em Thompson (1987) para discutir o conceito de “experiência”, e em Le Goff (2003) para analisar o conceito de “memória”, na perspectiva de superar uma visão que “[...] relegaram a um segundo plano ou simplesmente ignoraram a participação dos demais segmentos sociais, que tiveram sua participação no percursos do projeto” (SILVA, 2009, p. 12).

Além de trazer as contribuições de Hobsbawm (1998 apud SILVA, 2009, p. 13), “[...] sobre as contribuições da história dos movimentos populares à história”. A concepção de trabalho e o referencial apresentam-se consistentes para a elucidação da problemática.

A Tese de autoria de Soler (2007) faz um estudo sobre as dinâmicas socioeconômicas vivenciadas por trabalhadores no Município de Coari (AM). Na busca da definição do conceito de trabalho, a análise dessa pesquisa revela que a autora apoia-se em bases teóricas bastante amplas: sua reflexão busca fundamentação, inicialmente, em Marx (1982) para destacar o caráter eminente humano do trabalho. Em seguida, destaca o conceito de “sociedade do trabalho” de Offe (1989), assim como menciona Braverman (1987) para destacar o caráter “consciente proposital” do trabalho humano. Essa amplitude de autores provoca, conseqüentemente, uma fragilidade na construção do seu referencial teórico e da sua concepção de trabalho. A tese da centralidade do trabalho no processo de humanização do homem não é unânime entre seus autores.

As relações de trabalho de brasileiros na Guiana Francesa foi objeto de análise de Pinto (2008). A análise da pesquisa possibilita afirmar que o conceito de trabalho enquanto atividade econômica orienta a investigação sobre as relações de trabalhos dos imigrantes ilegais em busca de emprego Guiana Francesa. O que levou o autor a compreender que essas relações se davam de forma fetichizada, o “fetiche do emprego”.

Lima (2007) elaborou a investigação sobre trabalho paralelo (bico) na Polícia Militar do Pará, destacando as conseqüências desse trabalho para as condições de vida do trabalhador são extremamente danosas, o que pode inclusive prejudicar o seu rendimento profissional, assim como a sua saúde física e mental.

A análise dessa pesquisa explicita dois aspectos que tornam o trabalho, nessas circunstâncias, desumanizador. O primeiro aspecto refere-se ao fato de que o policial militar, como a maioria das carreiras estatais, possui baixas remunerações; o segundo aspecto refere-se ao fato de que os interesses privados usufruem de servidores públicos formados e treinados com recursos públicos.

Destaca-se a relevância acadêmica e social dessa pesquisa sobre o sentido do trabalho para o Servidor Técnico-Administrativo da UFPA em Oliveira (2012), ao passo que se revela a sua contribuição para explicitar a relação entre as categorias que estruturam essa investigação. Na base desse debate encontra-se a relação entre universidade e trabalho. Seus resultados apontam na perspectiva de que “o Servidor Público Técnico-Administrativo da UFPA percebe seu trabalho como produtivo, como uma forma de realização do ser humano e que contribui para a sociedade”. Trata-se de uma análise bastante distinta das demais pesquisas, no que se refere ao caráter de precarização e exploração inerente aos seus trabalhos. A análise dessa pesquisa revela que existe uma concepção de trabalho ligada ao

processo de humanização e destaca os sentidos positivos do trabalho em uma universidade pública federal.

Santiago (2012) investigou sobre o saber operário e Círculos de Controle de Qualidade (CCQ'S). Suas críticas às condições e aos processos de exploração do trabalhador revelam uma concepção marxista de trabalho, entendida na perspectiva da humanização e libertação do trabalhador, visão essa que contrasta com a realidade de “exploração total” empreendida pelo capital contra os operários da indústria brasileira.

Santos (2013) também desenvolveu uma análise sobre as condições de vida do trabalhador. Trata-se da pesquisa que almeja a análise do cotidiano de profissionais de saúde. Nesse bojo, busca ainda analisar as interfaces entre as práticas de gestão dos processos de trabalho e os modos de produção do cuidado em saúde. Ao analisar-se melhor a pesquisa, percebe-se que o autor ressalta que as práticas de trabalho desses profissionais da área da saúde ‘sofrem’ as implicações de um processo de gestão fragmentado e centralizador. Sua perspectiva de trabalho explicita que os processos de gestão desenvolvidos no HUIBB vêm provocando intensificação e precarização do trabalho dos profissionais de saúde desse Hospital.

Outra pesquisa que investiga sobre as condições de vida dos trabalhadores, é a pesquisa desenvolvida por Cruz Neto (2013), que aborda a organização do trabalho sem vínculos empregatícios, realizado por meio do sistema de vendas diretas. Os resultados dessa pesquisa explicitam o *modus operandi* dos Sistemas de Vendas Diretas, objeto de estudo do autor. A temática em análise nessa pesquisa constitui-se em uma abordagem diferenciada no campo das mudanças no mundo do trabalho.

O “Sistema de Vendas Diretas” é uma representação cabal da concepção de trabalho sob a lógica perversa da faceta neoliberal do capital. São trabalhadores “autônomos”, sem vínculos com a empresa, os quais não geram nenhum custo com os direitos trabalhistas e muito menos podem constituir-se em categoria, com organização política-sindical, a fim de exigir direitos da empresa a que estão vinculados, considerando que esta é apenas uma “parceira” no processo da venda de mercadorias. Esse sistema esconde e amplia as margens de lucro das empresas sobre a exploração dos trabalhadores vendedores de suas mercadorias.

Ao analisar as trajetórias ocupacionais de trabalhadores da indústria de construção, Tavares Neto (2014) revela que esse contexto de flexibilidade altera a trajetória ocupacional desses profissionais. Contudo, a análise da pesquisa em si possibilita afirmar que o autor faz um destaque referente ao fato de que “[...] as redes sociais cultivadas pelos sujeitos da

pesquisa caracterizadas por maior ou menor profusão social contribuem para facilitar seu ingresso e permanência no mundo do trabalho em trajetória” (TAVARES NETO, 2014).

As condições de vida dos trabalhadores reúnem um conjunto de idiossincrasia que constituem as características e os desafios vividos pelos trabalhadores no que se refere aos seguintes aspectos:

- Esses aspectos constituem o conjunto de características criadas pelo capital no processo de exploração do trabalhador na Amazônia.
- No seu conjunto, a maioria das pesquisas revelam aspectos negativos das condições de vida dos trabalhadores, tais como: a exploração, o risco de morte, os baixos salários, os problemas de saúde etc.
- Por outro lado, duas pesquisas, uma que trata do conceito de desenvolvimento sustentável e outra que analisa os sentidos do trabalho para os técnicos-administrativos da UFPA, anunciam aspectos positivos das condições de vida dos trabalhadores. Isso demonstra que o trabalho, mesmo que pontualmente, produz um processo de humanização para esses trabalhadores.

Essas pesquisas demonstram uma particularidade das condições de vida do trabalhador na sociedade capitalista – a possibilidade da humanização. Isso não significa que elas neguem os aspectos negativos do trabalho sob a lógica do capital, pelo contrário, essas pesquisas são a maioria. Mas, elas reconhecem que mesmo assim, na dinâmica contraditória do real, há possibilidade de humanização, onde destacam aspectos positivos das condições de vida do trabalhador, inclusive em um dos casos ligados ao trabalho na universidade.

- **A concepção de “trabalho” nas pesquisas sobre “Outras temáticas”**

As outras pesquisas que não puderam ser inseridas em nenhuma das categorias analisadas, por isso, estão todas apresentadas nesse grupo identificado como “outras temáticas”. Trata-se de grupo difuso, que tem como eixo condutor a busca pela compreensão do processo de trabalho em mais diversos contextos.

A Tese de autoria de Moreira (2007) apresenta estudo sobre trabalho em um contexto bastante específico o da Penitenciária Estadual de Parnamirim, no Estado do Rio Grande do Norte. A análise dessa pesquisa explicita que a compreensão dos sentidos do trabalho no contexto prisional brasileiro constitui o objetivo dessa Tese. As relações sociais de produção que se travam em uma prática produtiva são produto e produtora do homem, conforme

afirmado anteriormente. Entretanto, tais relações se tornam ainda mais complexas quando concebidas no interior de uma penitenciária. O conceito de trabalho que se pode inferir dessa discussão é enquanto processo de humanização do homem. Mas, como não poderia deixar de ser, esse trabalho ‘sofre’ as interferências do contexto onde se realiza. Nesse caso, o trabalho articula-se com a ressocialização, no bojo de uma nova lógica que ordena a instituição penitenciária.

Salim Filho (2007) desenvolveu uma pesquisa sobre o transporte alternativo na Amazônia. A análise da pesquisa exalta o trabalho enquanto ocupação, como o conceito de trabalho que se infere dessa pesquisa. Entretanto, vale destacar a relevância da pesquisa no que se refere ao processo de análise da crise no setor do transporte público e na falta de emprego no Pará.

Destaca-se nessa pesquisa o debate sobre o desemprego estrutural advindo da crise do capital, refletido no grande número de trabalhadores empurrados para o “mercado de trabalho informal”. Segundo o autor, “[...] as consequências negativas advindas das mudanças nas relações de mercado, que levariam a alterar os processos de produção e de organização do trabalho, tem condicionada a oferta desse transporte alternativo” (SALIM FILHO, 2007, p. 19). A pesquisa destaca, ainda, que a ausência de políticas públicas para o setor de transporte e para a criação de emprego, alimentada pela indústria privada de motocicletas, e empurrou um grande número de trabalhadores para a perigosa e ilegal ocupação no transporte alternativo.

A pesquisa de Martins (2009) revela as relações do trabalho da pesca artesanal no Município de Santarém. Essa pesquisa investiga o trabalho na pesca artesanal. Trata-se de uma particularidade no processo de exploração do trabalho no momento histórico de hegemonia do capital financeiro e explorador. O trabalho enquanto dimensão histórica e ontológica, ou seja, enquanto processo de humanização, enquanto produto e produtor do homem, fundamenta a referida investigação. Vale destacar a participação da Colônia dos Pescadores Z-20, enquanto instrumento de luta e organização desses trabalhadores.

Soares Neto (2010) desenvolveu pesquisa sobre um processo identificado como “O empregado intraempreendedor, uma nova gestão do trabalho no capitalismo”. Portanto, fundamentado na teoria marxista, o autor critica o fato de que o “saber-fazer operário é cristalizado pelo trabalho morto”. Esse fato se define por meio de “uma relação dialética de subordinação e de inclusão do trabalho (não voluntário) ao capital”. Essa concepção corrobora a ideia de que, sob a lógica do capital, o trabalho opera a sua antítese, ou seja, produz a desumanização.

A análise dessas 04 (quatro) pesquisas, com temáticas diversas, revela que:

- As pesquisas abordam aspectos incomuns das formas de manifestação histórica do trabalho, como exemplo: o sentido do trabalho no contexto prisional, o trabalho no transporte alternativo, as relações de trabalho na pesca artesanal, assim como, uma nova versão do trabalho identificada como “empregado intraempreendedor”.
- A centralidade do trabalho no processo de formação do homem nas mais diferentes conjunturas e lugares.

Em síntese, pode-se afirmar que existe uma abrangência temática muito grande das pesquisas desenvolvidas nos 03 (três) programas de Pós-Graduação analisados. O que explicita o compromisso social dos pesquisadores com os trabalhadores, estes estejam onde estiverem, como é o caso da pesquisa em contexto prisional. Revela, também, a concepção de trabalho como categoria sociológica central no processo de formação do homem, ou seja, uma positividade em contexto de grande crítica ao trabalho em contexto capitalista.

Ribeiro (1984)⁶² destaca que nosso atraso educacional deriva em grande parte de nossa tradição escravista, visto que o Brasil foi o último país do mundo acabar com a escravidão. Essa marca histórica produziu efeitos sobre a concepção de trabalho e educação que temos hoje no Brasil. Influenciou negativamente na concepção de escola e da ciência, considerando que essa tradição concebe o trabalhador como mão de obra para ser explorada na produção, ou seja, como uma mercadoria.

As pesquisas (Teses e Dissertações) analisadas apontam criticamente o processo de subsunção do trabalho pelo capital, o processo de exploração e alienação do trabalhador, os processos formativos aligeirados e fragmentados que são oferecidos para os trabalhadores, ao passo que esse processo na dinâmica concreta do “mercado de trabalho”, no que tange aos processos sócio-metabólicos de produção e reprodução, continua radicalizando-se cada vez mais. Todavia, as pesquisas não podem impedir que esse processo continue a ocorrer.

4.3 AS CONCEPÇÕES DE “EDUCAÇÃO” NAS TESES E DISSERTAÇÕES DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA E EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO DA UFPA

⁶² RIBEIRO, D. *Nossa escola é uma calamidade*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

O estudo da categoria “trabalho” nas pesquisas dos programas de Pós-Graduação analisados pressupõe a necessidade de exploração da categoria “educação”, considerando a base teórica anunciada nesta pesquisa: o trabalho enquanto princípio educativo.

Essa concepção pressupõe a indissociabilidade entre trabalho e educação. Assim como, a ideia de que é por meio do trabalho que o homem humanizou-se e continua humanizando-se.

[...] De fato, entre liceu e universidade, isto é, entre a escola propriamente dita e a vida, existe um salto, uma verdadeira solução de continuidade, não uma passagem racional da quantidade (idade) à qualidade (maturidade intelectual e moral). Do ensino quase puramente dogmático, no qual a memória desempenha um grande papel, passa-se à fase criadora ou de trabalho autônomo e independente; da escola com disciplina de estudo imposta e controlada autoritariamente, passa-se a uma fase de estudo ou de trabalho profissional na qual a autodisciplina intelectual e autonomia moral são teoricamente ilimitadas. (GRAMSCI, 2011, p. 38).

Nesse sentido, além de Gramsci (2011), Marx (1982, 1998), Manacorda (2008), Saviani (2011, 2012) e Frigotto (2006, 2010, 2011) concebem o trabalho na sua dimensão ontológica e histórica, destacando a intrínseca relação com a educação no que se refere ao seu princípio educativo. Essa concepção de trabalho e educação constrói uma ponte entre essa seção e a seção anterior. Explicita, também, a concepção humanizadora de trabalho que orienta as reflexões que construímos nessa pesquisa.

Concorda-se com Frigotto (2006) quando este concebe a educação enquanto mediação.

[...] A educação é uma mediação crucial, em qualquer aspecto, para a ciência, para a tecnologia, para o trabalho, para a vida, mas ela tem que estar articulada a um projeto de Nação e constituir-se numa decisão política de Estado. (FRIGOTTO, 2006, p. 218).

Valendo-se da mesma categorização utilizada na seção anterior, foram organizadas as Teses e Dissertações dos Programas de Pós-Graduação analisados por meio das categorias: “Trabalho e Educação”, “Trabalho Docente”, “Reestruturação Produtiva”, “Trabalho Escravo”, “Educação Profissional”, “Trabalho e Adoecimento” e “Condições de Vida do Trabalhador”. As demais produções foram agrupadas em um item chamado “outras temáticas”.

Trata-se de um esforço de apreender como a categoria “educação” é abordada nessas pesquisas, explicitando os subtemas que são apresentados. Vale ressaltar que as pesquisas se voltam para a análise de problemáticas escolares, ou seja, concebem a educação como educação escolar, referindo-se ao espaço escolar ou ao sistema escola, assim como abordam a

educação a partir da sua concepção ampliada, no sentido *lato* do termo, ou seja, como uma dimensão do processo de socialização do homem.

- **A concepção de “educação” nas pesquisas sobre “Trabalho e Educação”**

Dentre as Dissertações e Teses que podem ser acolhidas nessa temática, destacam-se 13 pesquisas.

A pesquisa sobre o papel da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará como certificadora da qualificação profissional na Amazônia Paraense foi desenvolvida por Canali (2010), onde se analisa o papel da Escola de Aplicação da UFPA na Certificação da Qualificação Profissional de trabalhadores jovens e adultos, realizada em regime de parcerias com os movimentos sociais e sindicais, sob a perspectiva de uma Educação Integral. A concepção de educação que fundamenta essa pesquisa, além de voltar-se para o espaço escolar institucionalizado conforme já destacado, busca elemento de uma concepção marxista de educação, compreendendo-a como um processo integral de formação do homem, contextualizado por suas condições históricas e sociais.

Martins (2011) estuda a relação trabalho, educação e movimentos sociais, no contexto da construção do saber, produzido pelo trabalho dos pescadores e da participação política desses sujeitos no contexto social de seus movimentos sociais.

A pesquisa de Barra (2013) analisa a relação trabalho e educação no contexto dos acordos de pesca em Cametá/PA, com o intuito de entender as concepções que descrevem lógicas comunitárias que permeiam formas de acesso e exercem a manutenção e a gestão de seus espaços. O autor busca analisar, também, os fundamentos que viabilizam o uso compartilhado dos recursos pesqueiros por esses pescadores.

O letramento dos trabalhadores rurais assentados em área de reforma agrária, foi estudado por Lopes (2009), abordando a relação trabalho e educação em uma perspectiva não escolar. A aquisição da leitura e escrita é o foco dessa análise.

Ainda sobre a temática trabalho e educação, analisou-se a pesquisa acerca da inserção de jovens com formação superior no mercado de trabalho, desenvolvida por Amaral (2014). Essa pesquisa tem como objetivo a análise da “[...] maneira como se inserem profissionalmente diante do cenário de transformações do mundo do trabalho, com o aumento da competitividade, da demanda por experiência e por qualificação, principalmente, para quem busca o primeiro emprego” (AMARAL, 2014). Souza (2011), também, elaborou a

investigação sobre formação acadêmica e a inserção do egresso no mercado de trabalho do Estado do Pará.

A pesquisa de Freitas (2012), por sua vez, investiga o trabalho do pedagogo no Tribunal de Justiça do Pará, para entender como se foram os saberes referentes à identidade do pedagogo em uma área não escolar.

Souza (2014) estuda o trabalho Infantil, por meio do discurso de crianças e de adolescentes e Sanches (2014) investiga, também, o trabalho infantil, por meio de um estudo antropológico sobre a relação criança e trabalho. Esses dois estudos constituem-se como necessários para desvelar a desumana prática do trabalho infantil no Brasil. A prática no trabalho infantil confronta as categorias de “trabalho” e “educação” de maneira desafiadora, no sentido de que a prática social do trabalho infantil fere a legislação brasileira, os direitos humanos e dificulta de maneira profunda o processo de desenvolvimento omnilateral da criança, promovendo o processo de exploração da força de trabalho e impossibilitando a formação desse indivíduo na sua dimensão pessoal e profissional.

A *práxis* dos trabalhadores em processo de Cooperativismo (ALFAIA, 2012) e os saberes do trabalho na carpintaria naval artesanal (PANTOJA, 2015) são temáticas dentro das quais os autores investigam a relação entre trabalho e educação, buscando destacar o sentido das práticas educativas dissolvidas nessas práticas sociais. A força criadora do trabalho é fundamental no processo de desenvolvimento do homem; os dados dessas pesquisas mostram isso. Ela se manifesta tanto na “*práxis* de trabalhadores cooperados” quanto nos “saberes do trabalho na carpintaria naval”.

Nesse sentido, as teias da prática social do trabalho, por meio de sua intervenção direta na objetividade do real, produzem saberes fundamentais para o seu processo de humanização. Constitui-se aí a essência da relação intrínseca entre trabalho e educação. A concepção de educação que perpassa essa pesquisa fundamenta-se na teoria marxista e aproxima-se da ideia da formação integral do homem.

Benjamin (2013) analisou a inclusão no trabalho de pessoas com deficiência, buscando diagnosticar as políticas públicas de formação para esse setor e Moraes (2008) investigou a inserção das pessoas com deficiência visual no mercado de trabalho. Pesquisas como essas, que abordam a realidade dos trabalhadores com deficiência, revelam que, sob a lógica do capital, faz-se necessária a existência de políticas públicas, por parte do Estado, para compensar o processo desumano e excludente do capital. Sem a exigência da lei, o capital não demonstra interesse em oferecer oportunidades de trabalho para esses sujeitos.

A análise das características dessas pesquisas mostram vários aspectos, dentre os quais se destaca:

- Essas pesquisas, por sua vez, além dos aspectos destacados na primeira pesquisa, acrescentam a dimensão política como uma dimensão inerente ao processo de educação e formação profissional dos trabalhadores no bojo do modo de produção capitalista. Articulam a educação aos processos mais amplos de formação do homem, destacando o papel político dos movimentos sociais na formação desses trabalhadores.
- É possível destacar, fundamentados em Saviani (2011), que há uma relação profunda entre educação e política no sentido de que a prática educativa nunca se orienta pelos princípios da neutralidade e que a educação, conseqüentemente, em contexto de sociedade de classe assume essa postura. Essa concepção de educação apresentada nessas pesquisas destaca o processo formativo intrinsecamente ligado ao processo de libertação e conscientização do homem no contexto de exploração do capital.
- Essas pesquisas articulam o processo de formação profissional inicial com o processo de formação e desenvolvimento profissional ao longo da carreira, assim como destacam a necessidade que essa formação inicial ofereça elementos para um processo de aprendizagem permanente durante a carreira, o que releva o fato de que a formação inicial não oferece mesmo todos os elementos necessários para o desempenho da atividade profissional, seja no espaço escolar seja no espaço não escolar. Defendem uma concepção de educação ampla que não se restrinja ao mero exercício de atividades técnicas nos seus postos de trabalho.

Essa análise mostra a concepção de educação que perpassa essas pesquisas que investigam a relação “trabalho e educação” e fundamenta-se na perspectiva de uma educação engajada, ou seja, destacam a dimensão política como uma dimensão inerente ao processo de educação e formação profissional. Articulam o processo de formação profissional inicial com o processo de formação e desenvolvimento profissional ao longo da carreira. Revela-se a necessidade de que o processo educativo se constitui um bem em si. Dito de outro modo, faz-se mister, fundamentado na concepção de trabalho enquanto princípio educativo (GRAMSCI, 2011), discordar da ideia de que é a chancela do mercado que, ao contratar o trabalhador, atribuiu validade e/ou sentido para a prática educativa e/ou aos conhecimentos desenvolvidos por esses sujeitos. O sentido teleológico da educação deve almejar o processo de humanização do homem e, não apenas, uma mera inserção no mercado de trabalho.

- **A concepção de “educação” nas pesquisas sobre “Trabalho Docente”**

O “trabalho docente” constitui-se uma categoria fundamental para compreender a relação entre trabalho e educação no contexto de crise do capital. As mudanças provocadas pelo capital no mundo do trabalho influenciaram todos os aspectos da vida social e, como não poderia deixar de ser, produziram implicações negativas no trabalho docente, no que se referem à sua formação (inicial e continuada), na sua profissionalização e carreira, nas condições de vida, na organização política e na qualidade do processo formativo desenvolvido pelos professores, o que redundou em exploração, intensificação, adoecimento e má qualidade de ensino. Esse quadro de subtemas se encontra nas pesquisas que serão apresentadas a seguir.

No que se refere aos aspectos históricos do trabalho docente, Dantas (2006) investiga as configurações históricas que o trabalho docente enquanto uma prática social assumiu no contexto da educação superior brasileira.

Com uma abordagem teórica voltada para as representações sociais, Santos (2012) realizou estudo sobre a representação que os professores possuem do seu trabalho. Essa pesquisa apresenta como objetivo principal “[...] analisar e compreender quais são as representações sociais que docentes do curso de Design/UEPA possuem sobre seu trabalho docente”.

Nascimento (2012) analisa as implicações da expansão da Educação Superior para o trabalho docente por meio do PARFOR. Trata-se de uma pesquisa de grande relevância social e acadêmica, fundamentada em uma abordagem marxista de educação, que analisa criticamente uma política atual de formação docente no Brasil.

Um subtema que aparece com bastante intensidade quando se analisa as pesquisas sobre trabalho docente é a intensificação e a precarização como consequência das políticas públicas ou das precárias condições de trabalho dos professores. As 08 (oito) pesquisas que serão analisadas a seguir investigam esse subtema. Esse fato revela não apenas a relevância científica e acadêmica das pesquisas, mas também o compromisso político e social dessas pesquisas de Pós-Graduação para com a realidade vivida pelos professores.

Salgado (2012) pesquisou sobre o trabalho docente do sociólogo, Farias (2010) investigou intensificação do produtivismo acadêmico na UFPA, Tavares (2011) desenvolveu pesquisa sobre a precarização do trabalho docente na Educação Superior, por meio da contratação temporária de docentes na Universidade do Estado do Pará. Monte (2010) analisa esse processo na Educação à Distância da UFPA, Barros (2013), por sua vez, analisa o

trabalho docente na Educação Básica na Rede Municipal de Ensino em Belém e Costa (2014) desenvolveu pesquisa sobre as repercussões da interiorização da UFPA no trabalho dos docentes da Rede Estadual de Ensino no Pará. Por outro lado, Campos (2011) produziu a investigação sobre as tensões entre trabalho docente e saúde na Educação Superior.

Essas pesquisas demonstram que sua concepção de educação, fundada na perspectiva marxista de educação enquanto formação humana integral, não opera nesse contexto de exploração e intensificação do trabalho docente e revelam que existe resistência, também, por meio da participação dos professores na materialização da contrarreforma da educação superior na UFPA, tal qual destaca Guimarães (2014).

Muito ligada ao subtema anterior, encontra-se a avaliação do trabalho docente como um aspecto ligado às políticas de **ranqueamento** e controle exógeno do trabalho dos professores, com o intuito de garantir a efetivação de mudanças nas políticas educacionais, conforme pode ser visto nas pesquisas a seguir, onde Mota Júnior (2011) desenvolveu estudo sobre os impactos do Sistema CAPES de avaliação sobre o trabalho docente na Pós-Graduação. Assunção (2013) investiga as implicações das avaliações externas no trabalho docente na Educação Básica e Carneiro (2013) desenvolveu pesquisa sobre as implicações no trabalho docente no Ensino Médio.

Ressalta-se nessa análise que:

- Esses aspectos do trabalho docente revelam a grande importância das temáticas desenvolvidas nessas pesquisas para a formação desses e de novos professores, para o fortalecimento da luta política e sindical e para o enfrentamento das profundas contradições em que vivem esses profissionais, o que, por sua vez, revela um aspecto positivo das contribuições da universidade diante do trabalho.
- Revela, também, em sua maioria, uma concepção marxista de educação, articulada com a necessidade da formação humana integral do educador como uma necessidade para que esse se constitua em um profissional capaz de desenvolver um ensino de qualidade, assim como de operar as mudanças necessárias na sua valorização e profissionalização.

O número de pesquisas sobre essa temática revela a sua importância e o nível de preocupação dos pesquisadores para com o trabalho docente. Orientados pelas perspectivas crítica de uma teoria de concepção marxista de educação, buscam o fortalecimento da luta política e sindical, com o intuito de construir a valorização e profissionalização docente. A concepção de educação defende uma formação humanizadora por meio da qual o trabalho docente é o eixo estruturante.

- **A concepção de “educação” nas pesquisas sobre “Educação Profissional”**

As pesquisas a seguir analisam a problemática relação entre trabalho e educação na Educação Profissional, constituindo-se, assim, em pesquisa de grande relevância acadêmica e social para se repensar as concepções de Ensino Médio, assim como de currículo para essa categoria de ensino, questionando qual a concepção de educação que deve constituir-se em sustentáculo desse nível e modalidade de ensino.

Nesse sentido, Silva (2014) investiga a relação entre Educação Profissional e Desenvolvimento Local e Santos (2008) apresenta pesquisa sobre o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador procurando compreender as intenções, o projeto e as diretrizes orientadoras para a formação profissional estabelecidas por esse Programa no CEFET/PA. Esse subtema aborda a relação trabalho e educação voltada para a concepção de “educação”, entendida como “educação escolar”.

Entretanto, em uma perspectiva diversa, os processos desenvolvidos em torno da política de formação profissional do SENAI e a qualidade de vida no trabalho, são analisados por Soares Filho (2007). Fundamentados em depoimentos de egressos de cursos na área de aprendizagem industrial, da instituição, busca compreender a Qualidade de Vida do Trabalho, fundamentado em uma concepção estreita de educação, que se aproxima da necessidade de atender os imperativos do mercado de trabalho em detrimento de uma formação mais ampla para o trabalhador.

A análise dessas pesquisas explicita que no Brasil, historicamente, vive-se uma disputa de projetos de concepções de Ensino Médio e sua relação com a Educação Profissional:

- Há projeto que acredita que a formação da Educação Básica não deve estar ligada à formação profissional, operando-se, assim, a dualidade da educação do trabalhador brasileiro, ou outro projeto que defende a relação do Ensino Médio com a Educação Profissional em seu interior, rompendo com a dualidade e estruturando uma formação que articule trabalho e educação, por meio do trabalho enquanto princípio educativo.
- Há ainda no campo da educação profissional uma concepção de educação que a reduz ao mero treinamento e instrução técnica, orientados pelas características dos postos de trabalho, conforme desenvolve o “Sistema S”.

Essas pesquisas mostram que não há um sectarismo nos Programas de Pós-Graduação, que impossibilite a realização de pesquisa fundamentada nessa ou naquela teoria. Isso se reflete nessas pesquisas sobre educação e educação profissional, enquanto as duas

fundamentam-se na teoria marxista, outra estrutura a sua análise, segundo a teoria do capital humano, que entende a educação enquanto uma mercadoria. Isso significa que enquanto algumas defendem a educação profissional ampliada; outra defende uma concepção de educação reducionista, ligadas ao treinamento e instrução técnica.

- **A concepção de “educação” nas pesquisas sobre “Trabalho e Adoecimento”**

Foram destacadas anteriormente algumas das antíteses operadas pelo capital, como exemplo, o trabalho infantil e o trabalho escravo, no sentido de romper com o processo de humanização por meio do trabalho. O adoecimento do trabalhador, provocado pela exploração, alienação, intensificação e a precarização do trabalho pode ser concebido como mais uma das antíteses produzidas pelo capital nesse sentido.

Existem 02 (dois) estudos que estão ligados ao processo de adoecimento do trabalhador docente, conforme se pode analisar nas pesquisas de Farias Júnior (2014), Reis (2009) e Solimões (2015). O adoecimento de trabalhadores da área da pesca, da saúde é abordado nas pesquisas de Brasil (2009) e Abreu (2013). Existem, ainda, 04 (quatro) estudos sobre o adoecimento do trabalhador operário da indústria e da construção civil, conforme pode ser analisados nas pesquisas de Guinalz (2007), Nogueira (2011), Moraes (2008) e Conceição (2014).

Na análise dessas pesquisas foram construídas as seguintes assertivas:

- São muitos os estudos que investigam a problemática, em tom de denúncia, das precárias condições de trabalho e de vida provocadas pelo trabalho, sob a lógica do capital.
- A educação enquanto prática social e cultural de formação do homem é a concepção de educação que perpassa essas pesquisas.
- A análise dessas pesquisas revela que estas defendem o trabalho enquanto processo de humanização, conforme destacado em seção anterior, portanto, a educação surge como uma dimensão da prática social necessária para o processo de libertações e conscientização desses trabalhadores para a luta contra essa condição de exploração.

As características dessas pesquisas denunciam as precárias condições de trabalho e de vida provocadas por este, sob a lógica do capital. Elas demonstram que o adoecimento do trabalhador resulta da intensificação e da exploração exacerbada dos trabalhadores das mais diversas áreas de atuação profissional. Isso significa que os pesquisadores para realizarem

essas críticas sustentam-se em uma concepção de educação enquanto prática social e cultural, que não está circunscrita aos limites da sua formação técnica. Defendem, portanto, que para que haja a superação dessas condições de adoecimento faz-se necessário pensar trabalho e educação de forma integrada no processo de humanização do homem.

- **A concepção de “educação” nas pesquisas sobre “Reestruturação Produtiva”**

A análise da concepção de educação que fundamentam essas pesquisas sobre reestruturação produtiva demonstra que, em termo mais amplo, o processo produtivo vem ‘sofrendo’ profundas mudanças para construir uma saída conservadoras às crises estruturais do capital, conforme demonstram Mészáros (2005, 2009) e Harvey (2015). Esse processo, que pode ser identificado como reestruturação produtiva, produz implicações nas condições de trabalho e na vida do trabalhador. E produziram, conseqüentemente, mudanças na concepção de educação do trabalhador.

A seguinte pesquisa, desenvolvida por Padilha (2007), analisa as repercussões da reestruturação produtiva na qualificação e na formação profissional do trabalhador dos supermercados. Sampaio (2006) investiga seus efeitos nos processos de subcontratações e relações de trabalho na Alunorte S/A. Santiago (2007), por sua vez, investiga suas conseqüências no Movimento Operário, assim como, Pereira (2007) busca compreender o processo de inovações tecnológicas nos bancos e como isso muda o perfil do trabalhador bancário em Belém.

Afirmam-se, a partir da análise dessas pesquisas, os seguintes aspectos:

- A reestruturação produtiva provocou profundas mudanças para os trabalhadores por meio das subcontratações, inserção de inovações tecnológicas no trabalho e na gestão das empresas, que exigiu a emergência de novo perfil formativo.
- Essas pesquisas compreendem a categoria educação de uma forma ampliada, ligada diretamente ao processo de socialização dos trabalhadores da indústria ou do setor de serviços em bancos e supermercados.
- Infere-se dessas pesquisas que o conceito de educação se volta para o processo *lato* de formação social do homem, por meio das suas práticas produtivas. Ou seja, trata-se de uma grande contribuição acadêmica, no sentido de vislumbrar a relação trabalho e educação para além do espaço escolar.

Essa análise demonstra a existência de um número reduzido de estudos sobre o trabalhador operário. Revela, também, o pequeno quantitativo desses trabalhadores na Amazônia, resultante do diminuto número de indústrias na região, assim como, pode revelar, também, a presença modesta de operários entre os quadros de pesquisadores nos Programas de Pós-Graduação da Universidade. Essas pesquisas reforçam a ideia de que as subcontratações, a inserção de inovações tecnológicas no trabalho e na gestão das empresas, resultantes da reestruturação produtiva, exigiu uma mudança na concepção de educação no setor produtivo. A contribuição acadêmica dessas pesquisas, estão no sentido de vislumbrar a relação trabalho e educação para além do espaço escolar, compreendendo a categoria educação de uma forma ampliada.

- **A concepção de “educação” nas pesquisas sobre “Trabalho Escravo”**

Fernandes (2006) analisa o trabalho escravo em empresas e fazendas. Dias (2011) aborda o trabalho escravo, por meio das ambivalências e ambiguidades na operacionalização da política de combate a esse crime contra o trabalhador. Resque (2013), por sua vez, elaborou pesquisa sobre o trabalho escravo por meio da exploração madeireira no Arquipélago do Marajó. Enfim, tratam todas essas pesquisas das condições criminosas às quais são submetidos alguns trabalhadores.

Defende-se a concepção do trabalho como processo de humanização, destacando-se seus aspectos ontológicos e históricos no processo de formação dos trabalhadores. A concepção marxista defende que o homem se faz homem por meio do trabalho que se articula de forma indissociável com o processo educativo.

Por outro lado, a antítese do capital tem buscado diversas formas de negar o trabalho enquanto processo de humanização. Uma das mais desumanas formas encontradas pelo capital, para operar essa dominação, exploração, alienação e desumanização do trabalhador foi o trabalho escravo. O homem torna-se coisa, um mero instrumento de produção na lógica do capitalista que opera o trabalho escravo. O processo educativo reduz-se a mero processo de aprendizagem para a submissão e aprendizado instrumental de práticas coisificadas. As pesquisas a seguir abordam essa problemática em suas várias facetas.

Além disso, destaca-se da análise dessas pesquisas que:

- A concepção de educação em nossa região ainda associa-se ao autoritarismo e ao conservadorismo.

- A educação que sustenta essas práticas ainda está ligada a elementos da tradição colonialista.
- Por outro lado, essas pesquisas cumprem uma função social fundamental na denúncia desses crimes.

Dessas pesquisas destacam-se dois aspectos relacionados à educação: o primeiro, refere-se a concepção de educação desenvolvida em nossa região, extremamente marcada pelo autoritarismo e ao conservadorismo, ligada a elementos da tradição colonialista, que sustentam a presença do trabalho escravo; segundo, a concepção de educação, que fundamenta essas pesquisas, defende a educação como processo de humanização e cumpre uma função social fundamental na denúncia desses crimes.

- **A concepção de “educação” nas pesquisas sobre “Condições de Vida do Trabalhador”**

Outra categoria encontrada na análise dos dados refere-se às condições de vida do trabalhador das várias profissões. Analisou-se as condições de vida dos professores, trabalhadores rurais, trabalhadores do comércio, trabalhadores da indústria, trabalhadores da construção civil, policiais, trabalhadores da universidade e trabalhadores da área da saúde. Essas pesquisas possuem um elo entre elas, forjado pelas implicações das mudanças do mundo do trabalho sobre os vários aspectos das suas condições de vida, tais como: econômico, social, da saúde, dentre outros.

As pesquisas que abordam essa temática investigam os seguintes objetos:

- as condições de vida no trabalho dos professores de Educação Física (FREITAS, 2010);
- o processo de organização e reorganização dos trabalhadores rurais diante das estratégias do desenvolvimento sustentável (FERRÃO, 2006);
- a dinâmica no modo de vida das famílias de trabalhadores rurais de Caraparu–Pará (NOBRE, 2007);
- as contradições sociais no desenvolvimento e na crise do extrativismo no Vale Amazônico (SILVA, 1987);
- o processo de exploração por meio da liberação de crédito a comerciantes, assim como, a reprodução do sistema de aviação (SAMPAIO, 2002);

- a organização do trabalho sem vínculos empregatícios, por meio do Sistema de Vendas Diretas (CRUZ NETO, 2013);
 - as relações entre gestão de Recursos Humanos e sociabilidade das pessoas empregadas nos supermercados da Região Metropolitana de Belém (GONÇALVES, 2009);
 - o cotidiano dos trabalhadores da Serra do Navio, Amapá (SILVA, 2009)⁶³;
 - o saber operário e Círculos de Controle de Qualidade (CCQ'S) (SANTIAGO, 2012);
 - dinâmicas socioeconômicas vivenciadas por trabalhadores no Município de Coari (AM)” (SOLER, 2007);
 - trajetórias ocupacionais de trabalhadores da indústria de construção em um contexto de flexibilidade (TAVARES NETO, 2014);
 - as relações de trabalho de brasileiros na Guiana Francesa (PINTO, 2008);
 - o trabalho paralelo (bico) (LIMA, 2007);
 - o sentido do trabalho para o Servidor Técnico-Administrativo da UFPA (OLIVEIRA, 2012);
 - o cotidiano de profissionais de saúde e suas interfaces com a gestão (SANTOS, 2013).
- A análise dessas pesquisas permite afirmar que:
- Essas pesquisas revelam, também, uma concepção de educação ampliada, dissolvida nas relações sociais em que vivem esses trabalhadores.
 - As atividades laborais sob a lógica do capital vêm reduzindo cada vez mais as possibilidades de formação integral dos trabalhadores.
 - Essas pesquisas analisam esse processo em várias profissões, conforme já citado: trabalhadores rurais, trabalhadores do comércio, trabalhadores da indústria, trabalhadores da construção civil, policiais, trabalhadores da universidade e trabalhadores da área da saúde.

Por fim, retoma-se Mészáros (2005), para afirmar que é preciso construir uma educação para “além do capital”, no sentido de que se necessita romper com o processo de alienação e exploração, a fim de que se tenha uma educação que possibilite uma formação verdadeiramente humana. Pois, os resultados dessas pesquisas revelam que, em todas essas atividades laborais, sob a lógica do capital, vêm reduzindo, cada vez mais, as possibilidades da construção dessa educação. Daí a relevância social dessas pesquisas e do enfrentamento no sentido da construção dessa educação.

⁶³ Anderson Rodrigo Tavares Silva.

- **A concepção de “educação” nas pesquisas sobre “Outras Temáticas”**

Além das pesquisas agrupadas nas categorias encontradas com mais intensidade na análise do material coletado, destacam-se, também, outras pesquisas que têm o “trabalho” como categoria de análise, as quais são intituladas sob um título geral, identificado de “outras temáticas”.

Moreira (2007) apresenta pesquisa sobre o trabalho na Penitenciária Estadual de Parnamirim, no Estado do Rio Grande do Norte, Salim Filho (2007) desenvolveu estudo sobre o trabalho no transporte alternativo e Martins (2009) pesquisou sobre as relações do trabalho da pesca artesanal no Município de Santarém, Soares Neto (2010), por sua vez, desenvolveu pesquisa sobre o empregado intraempreendedor.

A análise demonstra que:

- São pesquisas onde se encontram o conceito de educação na perspectiva ampliada, no sentido *lato* de socialização e inserção no mundo por meio de práticas produtivas. Nenhuma delas aborda a educação na sua forma escolar institucionalizada. Abordam, de outro modo, temas como a realidade do trabalho na penitenciária, no transporte alternativo, na pesca artesanal, na gestão do trabalho e no mercado de trabalho de um modo geral.
- Não obstante ao fato de tratar-se de pesquisas que abordam a relação entre trabalho e educação em uma perspectiva ampliada, não se reduz a contribuição científica de cada uma dessas pesquisas. Pelo contrário, revela, assim como outras pesquisas, a universalidade de temática que perpassa as pesquisas nos 03 (três) Programas de Pós-Graduação investigados nessa pesquisa.

Em suma, é possível afirmar que essas pesquisas revelam a diversidade de temáticas, como uma dimensão do compromisso social da pesquisa com a sociedade. Ou seja, esse conjunto de pesquisas, não apenas essas agrupadas sobre a denominação de “outras temáticas”, mas todas as outras também revelam a contribuição da universidade frente ao trabalho. O compromisso social da universidade com a sociedade em geral.

Ao se considerar o referencial teórico crítico, pode-se afirmar que existe uma indissociabilidade entre trabalho educação que, fundamentado na concepção de trabalho enquanto princípio educativo (GRAMSCI, 2011), busca o fortalecimento da luta política e sindical, com o intuito de construir a valorização e profissionalização docente. Denunciam o adoecimento do trabalhador que resulta da intensificação e da exploração exacerbada dos trabalhadores das mais diversas áreas de atuação profissional, enfrentam as subcontratações, a

inserção de inovações tecnológicas no trabalho e na gestão das empresas, resultantes da reestruturação produtiva, que exigiu uma mudança na concepção de educação.

Por fim, lutam contra uma educação marcada pelo autoritarismo e ao conservadorismo, ligada à elementos da tradição colonialista e, fundamentados em Mészáros (2005), defendem que é preciso construir uma educação para “além do capital”.

4.4 AS ABORDAGENS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS DAS PESQUISAS DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA E EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO DA UFPA

Com a análise das pesquisas selecionadas para esta investigação, conforme já destacado, buscou-se analisar as concepções de “trabalho” e “educação” e nessa seção volta-se para a análise das abordagens teóricas e metodológicas que fundamentam as pesquisas dos Programas de Pós-Graduação citados, com o intuito de apreender as contribuições da universidade diante do mundo do trabalho. A organização da análise ocorreu por meio da especificidade de cada programa, ou seja, buscou-se agrupá-los por meio dos três programas de Pós-Graduação: em Educação, em Sociologia e Antropologia e em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido.

A Educação Superior, em nível de Graduação ou Pós-Graduação, desenvolvida nas universidades públicas federais, de fundamentação humboldtiana, tal como já analisado em capítulos anteriores, atribuem a pesquisa uma centralidade em seu processo de organização acadêmica. Gramsci (2011), ao refletir sobre o trabalho enquanto princípio educativo e as bases da escola unitária, explicita a sua concepção de ensino universitário. Assim,

[...] O advento da escola unitária significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda a vida social. O princípio unitário, por isso, irá se refletir em todos os organismos de cultura, transformando-os e emprestando-lhes um novo conteúdo. Problemas da nova função que poderão assumir as universidades e as academias. Essas duas instituições são, atualmente, independentes uma da outra; as academias são o símbolo, ridicularizado frequentemente com razão, da separação existente entre a alta cultura e a vida, entre os intelectuais e o povo (por isso, é explicável certa influência obtida pelos futuristas em seu primeiro período de *Sturm Und Drang*⁶⁴ antiacadêmico, antitradicionalista, etc. (GRAMSCI, 2011, p. 40).

⁶⁴ Nesse ponto, para explicar o significado da expressão o tradutor faz uma nota: Nota 10: “A expressão *Sturm Und Drang* [Tempestade e impulso], tomada de uma tragédia de Friedrich Klinger (1752-1831), indica o

Não se concebe, portanto, a pesquisa como erudição ou academicismo teórico desconectado da realidade, mas como princípio estruturante desse nível de ensino. A pesquisa, a investigação científica, é o fio condutor das práticas educativas desenvolvidas na universidade públicas federais, de fundamentação humboldtiana.

Severino (2006), ao refletir sobre as exigências epistemológicas, metodológicas e técnicas para a produção do conhecimento afirma que esse processo pressupõe uma interpretação dos dados empíricos.

[...] Quaisquer que sejam os pressupostos epistemológicos e as mediações técnico-metodológicas, existirá sempre, no processo de conhecimento científico, uma “interpretação” teórica de dados empíricos, entrelaçamento do lógico com o real, do qual germina uma significação. (SEVERINO, 2006, p. 70).

Entretanto, a análise dos objetos de pesquisa, construídos dentro dessa temática, revela algumas especificidades entre esses três Programas, ou seja, as temáticas do PPGED como não poderiam deixar de ser, abordam com mais profundidade a relação entre trabalho e educação, destacadamente sobre o trabalho enquanto princípio educativo. Os demais Programas fazem um recorte tendo como referência o trabalho enquanto categoria sociológica fundamental para a compreensão da realidade, mas poucos fazem essa relação com o processo educativo, no sentido *Stricto sensu*, ou seja, não fazem uma abordagem de temas ligados à educação escolar.

Como foram encontradas dificuldades de identificar, em algumas Teses e Dissertações, os referenciais teórico-metodológicos das pesquisas, os instrumentos de coleta e a análise dos dados que nortearam algumas pesquisas dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, apenas com análise dos resumos, resolveu-se ampliar a análise. Assim, complementando a análise inicial, verificou-se, também, todos os elementos pré-textuais, a introdução e, em alguns casos, as considerações finais. Inicialmente se buscou considerar apenas os resumos e palavras-chaves das teses e dissertações, mas isto se mostrou insuficiente, o que exigiu o estudo das introduções das obras, o que permitiu a coleta dos dados necessários para a sua análise.

Para realizar a análise dessas pesquisas foram considerados: os autores de referência; a abordagem de pesquisa adotada; as categorias de análise; e instrumentos de coleta e análise

movimento alemão pré-romântico, surgido por volta de 1770, que se caracterizava pelo radicalismo de sua posição à arte estabelecida; no início de suas carreiras, Goethe e Schiller participavam do movimento. Ao falar de um *Sturm Und Drang* do futurismo, Gramsci alude à sua fase inicial fortemente iconoclasta; mas tarde, os principais futuristas italianos aderiram ao fascismo” (p. 293).

dos dados, com o intuito de compreender como se estruturam metodologicamente essas pesquisas.

Os dados revelam que não se conhecem as pesquisas desenvolvidas na própria universidade. Os grupos não conhecem o que os outros grupos pesquisam. Os Programas não sabem o que o outro Programa pesquisa. Ou seja, há a necessidade de construir canais de diálogo entre as pesquisas e seus pesquisadores.

Revelam, também, que a pesquisa sobre o mesmo tema, em programas diversos, busca pesquisadores de outras instituições para compor as suas Bancas Avaliativas, desconsiderando pesquisa de grupos consolidados nessa Instituição e com a mesma temática de pesquisa. Esse convite para as Bancas de Qualificação e defesa poderia ser um instrumento de diálogo entre os Programas.

A reflexão metodológica sobre as pesquisas impõe uma necessidade: refletir sobre os sentidos e as finalidades das pesquisas produzidas na universidade. Garcia (2011) apresenta os seguintes questionamentos: “Para quem pesquisamos? Para quem escrevemos?” e identifica na essência desse debate o “impasse dos intelectuais”.

[...] Pesquisamos para a academia e para as agências de fomento ou para as escolas onde a complexidade da realidade desafia a cada dia a competência docente?

Pesquisamos para ganhar pontos nos relatórios internos e externos, para publicar e vender livros, para adquirir/consolidar prestígio, ou nossa pesquisa é parte de nosso compromisso político com a luta pela transformação da sociedade?

Escrevemos para nossos pares ou para as professoras que estão na sala de aula?

Quem, afinal, se beneficia com as nossas pesquisas e os nossos escritos?

Com que projeto de sociedade nossas pesquisas estão comprometidas e a que projeto de sociedade nossas pesquisas se opõem, ou, simplesmente, nos pretendemos neutros?

Afinal, de onde falamos, para quem falamos e o que pretendemos com nossas falas?

Existe em nós uma preocupação em ampliar nosso auditório ou nos interessa apenas uma *plateia seleta de iniciados*?

Com essas perguntas vem outra que a todos e a todas inquieta e que há muito nos temos feito:

Qual o papel que nos parece ser o do intelectual, se é que o há, num momento de crise generalizada como o que enfrentamos nesse fim/início de século? (GARCIA, 2011, p. 25-26).

Essas perguntas se fazem necessárias na orientação da análise dessa pesquisa. Onde método e compromisso social deve andar *pari passu*. Pois, o método não pode suplantar a preocupação com a função social da produção do conhecimento ou vice versa. Assim, considerando que esse conhecimento não pode ser fruto tão somente da erudição, da titulação, dos indicadores de produtividade acadêmica. Assim como, não pode, também, ficar a cargo

dos interesses do capital, transformando a si mesmo em mercadoria. Precisa articular-se com um projeto ontológico de “ser mais” (FREIRE, 2004). Deve constituir-se em elemento de qualificação dos trabalhadores, de superação da dicotomia entre trabalho intelectual e trabalho manual, tal qual defende Gramsci (2006).

- **Análise das abordagens teóricas e metodológicas das pesquisas do Programa de Pós-Graduação em Educação**

O Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), do Instituto de Ciências da Educação (ICED), desenvolve-se em torno de quatro linhas de pesquisa: Linha Políticas Públicas Educacionais; Linha Educação, Cultura e Sociedade; Linha Formação de Professores, Trabalho Docente, Teorias e Práticas Educativas; Linha Educação: Currículo, Epistemologia e História. (Linha em Extinção). Não cabe nessa análise a organização dessas teses e dissertações por meio dessas linhas, por isso, foram apresentadas para que se tivesse uma leitura da relação das temáticas da pesquisa com a proposta do programa.

As pesquisas que serão apresentadas a seguir, com raras exceções, declararam tratar-se de pesquisas fundamentadas na teoria marxista, por meio do materialismo histórico e dialético. Isso reforça a ideia de que essas pesquisas da área da educação dialogam com as problemáticas educacionais permeadas por uma concepção de universidade que não está apartada desse contexto sócio-histórico, cabendo a UFPA enfrentá-las com as suas ações de ensino, pesquisa e extensão.

Inclusão no trabalho de pessoas com deficiência: um estudo da APAE de Barcarena-Pa foi o título da Dissertação de Benjamin (2013). Essa pesquisa busca diagnosticar políticas públicas de formação para inclusão no trabalho das pessoas com deficiência. Os sujeitos investigados foram: 02 (dois) gestores, 03 (três) professores e 03 (três) alunos, que totalizaram 08 (oito) entrevistados. Informa que se trata de “pesquisa qualitativa”, do tipo estudo de caso, coleta de dados: entrevistas, observatório e registros iconográficos. Abordagem teórica: materialismo histórico dialético, técnica de análise dos conteúdos fundamenta-se em Ludke e André (1986), Tim May (2004), Bardin (1997).

Os dados coletados possibilitam afirmar que essa pesquisa fundamenta a sua concepção de “trabalho”, assim como os aspectos teórico-metodológicos desta, na teoria marxista, conforme se pode perceber na sua opção pelo materialismo histórico e dialético, demonstrando coerência ao fazê-lo.

Trabalho, educação e movimentos sociais: um estudo sobre o saber e a atuação política dos pescadores da Colônia Z-16, no Município de Cametá – PA, Dissertação de autoria de Martins (2011). A pesquisa desenvolve-se, portanto, como uma Pesquisa Qualitativa do tipo Estudo de Caso. Quanto aos instrumentos de coleta de dados, o autor informa que estes ocorreram por meio de “entrevista semiestruturada”. Aspectos esses que reforçam a necessidade do materialismo histórico e dialético da teoria marxista para a sua execução.

A Dissertação de Canali (2010) investiga sobre *Trabalho e educação: o papel da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará como certificadora da qualificação profissional na Amazônia Paraense*, onde se apresenta como metodologia uma abordagem teórico-metodológica de fundamentação marxista. Quanto ao “percurso metodológico”, a autora informa que a pesquisa “[...] iniciou com a revisão da bibliografia, seguida de análises de documentos arquivados na Escola de Aplicação e conversas informais com professores da Escola” (CANALI, 2010). Trata-se, portanto, de Pesquisa Qualitativa, do tipo Documental, de fundamentação marxista, desenvolvida tendo como orientação o materialismo histórico e dialético, sustentada pela análise de abordagem crítica das contradições do mundo do trabalho capitalista.

A seguinte Tese tem como título *Trabalho infantil: uma análise do discurso de crianças e de adolescentes da Amazônia paraense em condição de trabalho*, de autoria de Souza (2014). Desenvolveu-se tendo como “[...] referência o conceito marxiano de trabalho como princípio educativo que, no contexto do capitalismo, encontra-se marcado pelo fetichismo da mercadoria”.

Segundo a autora, a pesquisa realizou-se tendo como “referência o materialismo histórico e a metodologia tem enfoque qualitativo, do tipo da análise do discurso”. Quanto ao *locus* da pesquisa, Souza (2014) informa que sua pesquisa tem “[...] como base as escolas públicas estaduais situadas nos bairros da Terra Firme e de Canudos”, de onde foram selecionadas “[...] crianças e adolescentes com famílias assistidas pelo Programa Bolsa Família”. A amostra ficou assim definida: “[...] 16 crianças e adolescentes com idades entre 10 e 14 anos”.

O processo de coleta dos dados ocorreu por meio de “[...] um conjunto de técnicas; as atividades de painéis divididas em seções (musical, mural do trabalho e cine prosa), a observação e o grupo focal”. Observa-se, então, que a análise dos dados se orienta por uma reflexão crítica acerca dos discursos sobre o trabalho infantil, pautados em autores, como: Del Priore (2008) e Rizzini (2008), Bakhtin (2009). Conforme afirmado anteriormente, as

pesquisas seguem os fundamentos da teoria marxista, no sentido de desvelar as contradições do trabalho na sociedade capitalista.

Guimarães (2014), pesquisa sobre *Trabalho docente universitário: participação dos professores na materialização da contrarreforma da Educação Superior na UFPA*. Trata-se, de pesquisa fundamentada na teoria marxista do materialismo histórico e dialético, onde “foram utilizados dados estatísticos, documentos e entrevistas com docentes da Universidade Federal do Pará, analisados com base nos postulados bakhtinianos, da análise do discurso” (GUIMARÃES, 2014).

A Tese de Farias Júnior (2014) investiga *A precarização do trabalho e o adoecimento docente em instituições de ensino superior privadas/mercantis* e desenvolveu-se tendo como referência “uma opção teórica que considera o trabalho fundamental para o processo de hominização e humanização do homem e adotando como método investigativo o materialismo histórico dialético”. Em síntese, os dados demonstram tratar-se de pesquisa qualitativa, de fundamentação marxista do materialismo histórico e dialético, que busca, por meio de entrevista com docentes, compreender o processo de adoecimento proveniente da intensificação das atividades profissionais desses professores de universidade privada/mercantil, como identifica o autor.

As pesquisas analisadas possibilitam inferir, por meio dos procedimentos metodológicos, que adotaram os referenciais marxistas, aquilo que consideram seus instrumentos de coleta e análise de dados, seus autores de referência, assim como pelas categorias demonstradas em suas palavras-chave.

A Dissertação de Freitas (2012) analisa *O trabalho do pedagogo no Tribunal de Justiça do Pará: os desafios da inovação no exercício profissional*. A autora informa que o:

[...] referencial adotado permitiu dialogar com os materiais empíricos resultantes da pesquisa documental e o da pesquisa de campo coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com pedagogos das Varas Cíveis e Criminais da Comarca de Belém, além do responsável pela Avaliação de Desempenho. (FREITAS, 2012).

A análise do “resumo” não possibilitou identificar objetivamente a abordagem teórica da pesquisa, mas na “introdução”, a autora afirma que vai “[...] discutir sobre o processo de trabalho baseado em Marx (2011, p. 214) para quem ‘a atividade do homem opera uma transformação, subordinada a um determinado fim, no objeto sobre que atua por meio do instrumental de trabalho’” (FREITAS, 2012, p. 13), não deixando dúvida sobre as bases teóricas e metodológicas anunciadas em suas categorias de pesquisas.

A Dissertação de Reis (2009) investiga sobre a *Gestão, trabalho e adoecimento docente: caminhos e descaminhos na Fundação Escola Bosque*. Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo “estudo de caso”. Além disso, informa que a coleta de dados foi desenvolvida por meio de “entrevistas realizadas com docentes e coordenadores da instituição, buscando trazer à tona as relações existentes entre o trabalho realizado e a gestão” e os dados foram analisados por meio da Análise do Conteúdo.

[...] Reconhecer o conhecimento como um fato histórico e social, cujo desenvolvimento não corresponde a um esquema linear, evolucionista e de acumulação, significa que o seu percurso é dialético, o que supõe continuidade e ruptura, abandono e resgate, reelaboração do conhecimento antigo em face da chegada do novo. (FREIRE, 2008 apud REIS, 2009, p. 22).

Esse excerto informa que os fundamentos teórico-metodológicos da pesquisa se fundamentam em bases marxistas. Reis (2009, p. 23) afirma que “[...] com o objetivo de compreender as modificações no mundo do trabalho, ancorei-me em autores como Antunes (2006; 2006a), Harvey (2006), Marx (2006), Frigotto (2003), dentre outros”. Esses autores reforçam uma fundamentação marxista do fenômeno investigado, tendo como base uma investigação embasada em concepção histórica e dialética da realidade.

O Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador: formulação, implementação e as práticas pedagógicas dos professores do CEFET/PA é o título da pesquisa de Santos (2008), que apresenta o seguinte destaque: os procedimentos metodológicos adotados para a realização da pesquisa priorizaram os aspectos qualitativos da investigação, por meio de uma revisão da literatura sobre o tema, que incluía a pesquisa e os trabalhos mais significativos sobre o PLANFOR (SANTOS, 2008). Quanto às abordagens teórico-metodológicas, a análise dos dados demonstra tratar-se de pesquisa qualitativa, do tipo documental, fundamentado no Método Dialético, ou seja, orienta a sua análise tendo como base a teoria marxista.

Padilha (2007) discute sobre *A reestruturação produtiva e suas repercussões na qualificação e na formação profissional do trabalhador dos supermercados*. Indica como “objeto de estudo os supermercados em virtude tanto das questões econômicas locais quanto da insuficiência quantitativa que caracteriza a reflexão sobre a relação trabalho e educação fora da esfera da produção”. Os demais elementos da metodologia da pesquisa não foram indicados no resumo. Na introdução, existe uma seção que trata do “referencial teórico-metodológico” da pesquisa, onde o autor diz que se fundamenta, dentre outros autores, em Marx (1980, 1981, 1982, 1985), Mandel (1985), Antunes (1995; 1997), Braga (1996) e Machado (1994).

Trata-se, portanto, de uma pesquisa que, apesar de não afirmar textualmente, indica constituir-se como qualitativa, fundamentada no materialismo histórico-dialético, considerando a sua perspectiva teórica de compreender a realidade para além da sua aparência fenomênica. Utilizou-se enquanto instrumento de coleta de dados a entrevista, as observações e a pesquisa documental.

Barra (2013) desenvolveu Dissertação intitulada *A relação trabalho e educação no contexto dos acordos de pesca em Cametá/PA: uma alternativa econômica ou uma prática de resistência?* Trata-se de uma pesquisa que busca, por meio da “voz desses sujeitos”, compreender a sua realidade. Essa pesquisa desenvolveu-se na perspectiva da abordagem Qualitativa de pesquisa, fundamentada pela teoria marxista do materialismo histórico e dialético, por meio de uma análise do tipo estudo de caso. Utilizou como instrumento de coleta de dados a entrevista semiestruturada.

O trabalho docente nas veredas históricas da Educação Superior Brasileira é analisado na Dissertação de Dantas (2006), que adotou a seguinte metodologia: “[...] a pesquisa se constituiu num trabalho de cunho historiográfico articulando à lógica da longa duração para perceber os nexos que permitem compreender como estas configurações foram construídas” (DANTAS, 2006). Pode-se inferir que por se tratar de pesquisa qualitativa, do tipo documental, que se sustenta em dados bibliográficos e documentais, com o intuito de compreender historicamente a trajetória da docência na Educação Superior em um período extremamente logo de tempo, considerando tratar-se de estudo histórico da docência desde o período colonial.

Farias (2010) pesquisou sobre *O trabalho docente nas Instituições Públicas de Ensino Superior: intensificação do produtivismo acadêmico na UFPA*, por meio de um processo metodológico que o define “[...] como um estudo de caso, que é uma abordagem estratégica e investigativa que permite o desvelamento das complexidades contemporâneas que permeiam um dado fenômeno social, neste caso o produtivismo acadêmico na UFPA”. Trata-se de pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso, fundamentada no materialismo histórico e dialético (MARX, 1983; KOSIK, 2002), e busca uma “compreensão crítica do todo”.

Trabalho Docente na Educação à Distância: a UFPA como expressão do fenômeno é o título da Dissertação de Monte (2010), estruturada sobre a abordagem qualitativa de pesquisa, do tipo estudo de caso, fundamentada no materialismo histórico e dialético. Quanto à coleta dos dados, optou-se pela “entrevista semiestruturada”, referenciada em Minayo (2000), ao que a análise dos dados pautou-se pela Análise de Conteúdo (FRANCO, 2007).

Mota Júnior (2011) investigou *Os impactos do Sistema 'CAPES' de avaliação sobre o trabalho docente na Pós-Graduação: o caso da UFPA*. Estruturou a sua metodologia por meio da abordagem qualitativa de pesquisa, do tipo estudo de caso, fundamentando-se na teoria marxista, por meio do materialismo histórico e dialético. A coleta dos dados ocorreu por meio de revisão bibliográfica, pesquisa documental e investigação de base empírica, através de entrevista não diretiva. Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo (TRIVIÑOS, 1987; FRANCO, 2007).

Campos (2011) produziu Dissertação sobre *Trabalho docente e saúde: tensões da Educação Superior*, com o objetivo de “analisar as relações entre trabalho, saúde e educação, e os impactos que tais relações infligem à saúde do trabalhador docente”. Pode-se inferir que a sua metodologia pauta-se na abordagem qualitativa de pesquisa e que sua base teórica “[...] ‘deita’ as suas raízes nos aportes teóricos marxistas”. O autor destaca inicialmente que, para compreender as mutações do mundo do trabalho, “requer uma abordagem de natureza histórica e multidisciplinar”, mas, logo em seguida, fundamentado em Wünsch (2009 apud CAMPOS, 2011), defende uma “abordagem interdisciplinar e intersetorial”.

[...] A compreensão da relação que se tem estabelecido entre a especificidade das determinações impostas ao trabalho docente e os fatores macrossociais que envolvem as mutações ocorridas no mundo do trabalho requer uma abordagem de natureza histórica e multidisciplinar. Explicitando: uma abordagem que esteja em consonância com o que, na contemporaneidade, está posto no próprio campo da saúde do trabalhador, o qual, segundo Mendes e Wünsch (2009), além de singularizar o aspecto social como causa das condições de saúde e doença do trabalhador, de modo a poder privilegiar ações integradas de promoção da saúde, propugna uma abordagem interdisciplinar e intersetorial no que concerne à concepção dessas ações. (CAMPOS, 2011, p. 11-2).

Depois dessa citação, Campos (2011) não aprofunda a sua compreensão sobre o processo de pesquisa fundamentado nessa abordagem. Em seguida, explicita que a sua coleta de dados ocorre por meio de uma pesquisa “documental na literatura especializada”.

Tavares (2011) elaborou a Dissertação intitulada *A precarização do trabalho docente na Educação Superior: um estudo sobre a contratação temporária de docentes na Universidade do Estado do Pará*. Essa investigação desenvolveu-se por meio de um “estudo de caso discursivo e analítico com abordagem qualitativa caracteriza o percurso metodológico escolhido” Quanto à coleta dos dados, o autor informa que realizou “revisão da literatura, aplicação de questionários, realização de entrevistas e análise documental”.

O autor relata certa fragilidade metodológica na realização da pesquisa, no que se refere à análise dos dados.

[...] em função do pouco domínio sobre a técnica da análise de conteúdo, procuramos dar uma maior ênfase à técnica com base na utilização das categorias presentes, que apareceram livremente na totalidade dessa pesquisa, tais como: condições de trabalho, jornada de trabalho, precarização das relações de trabalho e emprego, intensificação do trabalho e divisão do trabalho. (TAVARES, 2011, p. 28).

Por outro lado, o autor relata que segue as orientações da teoria marxista, por meio do método do materialismo histórico e dialético.

Em seguida, há a Dissertação intitulada *A práxis dos trabalhadores da Cooperativa Agrícola Resistência Tocantina em Cametá/PA*, de autoria de Alfaia (2012). Sua “metodologia ocorreu a partir da revisão bibliográfica e entrevista semiestruturada, tendo como método de análise o materialismo histórico dialético”. A análise dos dados demonstra que existe uma coerência entre o referencial teórico e metodológico escolhido e a problemática investigada. Entende-se que, considerando a complexidade dessa temática, referente à “*práxis dos trabalhadores*” da CART, o materialismo histórico dialético oferece melhores instrumentais para a sua investigação.

A expansão da Educação Superior e o trabalho docente – um estudo sobre o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) na UFPA é o título da pesquisa de Nascimento (2012), que desenvolveu pesquisa com enfoque qualitativo, do tipo estudo de caso, fundamentado na teoria marxista.

Santos (2012) realizou estudo sobre a representação docente que os professores possuem do seu trabalho, intitulada *Que design é este? Representações Sociais que docentes possuem sobre o seu trabalho no curso de Design/UEPA*. Quanto ao processo metodológico, a autora optou “[...] pela teoria das representações sociais, desenvolvida pelo romeno Serge Moscovici (2009), com destaque para a abordagem processual desenvolvida por sua principal colaboradora, a psicóloga social francesa Denise Jodelet (2002)” (SANTOS, 2012).

Barros (2013) desenvolveu Dissertação que analisa o *Trabalho docente na Educação Básica na Rede Municipal de Ensino em Belém*, tendo como base a pesquisa qualitativa do tipo documental. Ao se considerar a temática, esta é muito pertinente a metodologia da pesquisa documental para buscar, na legislação, elementos de compreensão do trabalho docente. A autora não explicita seu referencial teórico-metodológico, no que tange à teoria que orienta a sua pesquisa, mas, considerando a complexidade de sua temática, os autores de referência, as categorias de análise e os procedimentos metodológicos, depreende-se que se trata de uma pesquisa fundamentada na teoria marxista, por meio do materialismo histórico e dialético.

O mito da virtuosidade da avaliação: trabalho docente e avaliações externas na Educação Básica é o título da Tese desenvolvida por Assunção (2013), com o objetivo de “analisar o modelo de avaliação educacional, estabelecida pelos órgãos governamentais e sua relação com trabalho do docente das séries iniciais do Ensino Fundamental no Município de Belém, com ênfase nas turmas que se submetem à Prova Brasil”, conforme já destacado. Sua metodologia pauta-se na pesquisa, com enfoque qualitativo do tipo estudo de caso. Trata-se de pesquisa que investiga as implicações da avaliação para o trabalho docente, tendo como referência a teoria marxista, sustentada no materialismo histórico e dialético.

Ainda a respeito desse debate sobre avaliação do trabalho docente, Carneiro (2013) desenvolveu pesquisa sobre a *Política de avaliação e trabalho docente no Ensino Médio*, pautada na abordagem qualitativa de pesquisa.

[...] Quanto à metodologia adotada, optou-se pela abordagem de pesquisa qualitativa, enfocando o complexo universo das políticas de avaliação externa e do trabalho docente no Ensino médio, lançando mão, para a coleta de dados, da pesquisa exploratória, revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas não-diretivas. O tratamento dos dados foi realizado com base na análise de conteúdo, a partir de exaustiva análise das informações levantadas que, cotejadas com o referencial teórico, permitiu a emergência de algumas categorias de análise, como: avaliações externas, trabalho docente, regulação da educação e *accountability*. (CARNEIRO, 2013).

Há, nessa pesquisa, uma preocupação metodológica profunda com relação ao processo de coleta e análise dos dados, no que se refere à categorização e análise diante do referencial teórico construído.

Educação Profissional e Desenvolvimento Local: a prática de formação do trabalhador no Centro Integrado de Educação do Baixo Tocantins – Cametá é o título da Dissertação de Silva (2014). Essa pesquisa “versa sobre o estudo da Educação Profissional no Centro Integrado de Educação do Baixo Tocantins, investigando como a prática de formação do jovem trabalhador corrobora para o desenvolvimento do Município de Cametá, no Estado Pará”.

[...] A metodologia da pesquisa de caráter qualitativa, do tipo estudo de caso, utiliza-se das entrevistas semiestruturada, e da análise documental, como procedimentos que permitem articular um conjunto de informações da realidade, sendo tratado esses dados por meio da análise do conteúdo. Sob o aporte teórico de Karl Marx (1988), Gramsci (1995), Pistrak (2000), Mészáros (2003), Frigotto (1999), Ciavatta (2005), Ramos (2005), Silva (2008), Santos (1988), Pochmann(2010), dentre outros pesquisadores, que contribuem para desvendar essas relações e construir um novo caminho para formação do trabalhador. (SILVA, 2014).

Seu referencial teórico, pautado em autores críticos, revela a opção pela teoria marxista, o que demonstra o esforço em realizar uma investigação inventariada pelo materialismo histórico e dialético.

Costa (2014) desenvolveu a Tese intitulada *As repercussões da interiorização da UFPA no trabalho dos docentes da Rede Estadual de Ensino no Pará nas décadas de 1980 e 1990*. Trata-se de pesquisa bibliográfica e empírica, seu caráter é teórico-analítico exploratório e os pressupostos teórico-metodológicos se pautaram no materialismo histórico dialético (COSTA, 2014). Quanto à análise dos dados, a pesquisadora declara que operou a articulação dos dados, coletados por meio do estudo de documentos e das entrevistas, com o referencial de base marxista, o que revela coerência e amadurecimento metodológico.

Pantoja (2015) desenvolveu pesquisa sobre *Saberes do trabalho na carpintaria naval artesanal no Distrito de Carapajó – Município de Cametá – PA*, objetivando investigar:

[...] os saberes do trabalho na atividade produtiva da carpintaria naval artesanal no distrito de Carapajó, município de Cametá – PA, a partir de um estudo das dimensões ética, política, técnica, pedagógica e organizacional, em decorrência da construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí – PA. (PANTOJA, 2015).

Sua metodologia revela tratar-se de pesquisa com enfoque qualitativo, do tipo estudo de caso, pautado na teoria marxista, por meio do materialismo histórico e dialético. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevista semiestruturada e a análise dos dados ocorreu por meio da análise do conteúdo.

Solimões (2015) investigou os *Impactos da precarização do trabalho sobre a saúde das docentes da Educação Infantil* para “[...] analisar as condições de trabalho dos docentes da educação infantil na rede pública de ensino do Município de Belém, buscando identificar possíveis relações com o processo de adoecimento dos docentes que atuam nessa etapa da Educação Básica”. Utilizou como metodologia o enfoque qualitativo e “[...] baseou-se no materialismo histórico e dialético, entendendo-o tanto como método, como uma concepção de mundo”. A coleta dos dados foi efetuada por meio de entrevista e a sua análise crítica, fundamentada no método marxista, alimentada por um referencial teórico formado por diversos autores, organizado em torno das categorias de análise.

A pesquisa a seguir, diferente das demais pesquisas, fundamenta a sua abordagem na teoria de cunho liberal, na perspectiva da Teoria do Capital Humano, ao analisar a qualidade de vida dos trabalhadores.

A Dissertação de Soares Filho (2007), intitulada *Política de formação profissional do SENAI e a qualidade de vida no trabalho: o olhar dos egressos* destaca, em seu resumo, os

seguintes elementos da metodologia: o referencial teórico “[...] a Teoria do Capital Humano e os indicadores de QVT, destacadamente o econômico, o político, o psicológico e o sociológico na formação de aprendizes industriais”. Quanto à coleta dos dados, destaca que estes foram obtidos por meio de entrevistas com ex-alunos, nos quais as falas revelam a importância dada por eles ao profissionalismo, à obtenção de renda a partir dessa profissão e dos necessários aperfeiçoamentos profissionais, em face à acirrada disputa no mercado de força de trabalho, na conjuntura socioeconômica globalizada contemporânea (SOARES FILHO, 2007).

Não será retomada a discussão sobre a Teoria do Capital Humano, considerando que foi feita no primeiro Capítulo. Entretanto, destaca-se, fundamentando-se em Frigotto (2010, p. 241), que essa teoria “[...] constitui-se tão somente na forma burguesa de conceber o desenvolvimento e a educação, reflexo da forma a-histórica de conceber a realidade no seu conjunto”. Não se possibilita, portanto, compreender as profundas contradições inerentes à relação entre trabalho e educação no interior de uma sociedade capitalista como a nossa, muito menos considerando as especificidades da sociedade brasileira, marcada pela desigualdade social, com exacerbada concentração de terra e renda, onde o acesso à educação, especificamente a educação profissional, ocorre de forma seletiva e desigual.

A análise dessas pesquisas demonstra que:

- As pesquisas do Programa de Pós-Graduação em Educação, em sua totalidade, declaram-se pesquisas qualitativas.
- A maioria fundamenta-se nos referenciais teórico-metodológicos do materialismo histórico e centram-se na análise das obras de Karl Marx e de demais autores de fundamentação marxistas, tais como: Gramsci, Kosik, Vázquez e Paulo Netto.
- Os dados apresentados explicitam os processos metodológicos que sustentaram a sua construção. Esse fato reforça o cuidado com a produção dessas pesquisas, que buscam articular os conhecimentos historicamente acumulados como sustentação para a problematização da realidade e construção de novos referenciais de análise.
- A maioria das pesquisas adota a tipologia do estudo de caso.
- As pesquisas estruturam a coleta de dados por meio de pesquisa documental e entrevista semiestruturada.
- A análise dos dados revela que a maioria realiza análise de conteúdo como técnica de análise dos seus dados.

Ao se considerar a natureza da problemática educacional, seria um equívoco orientar pesquisa em abordagem quantitativa. Essas pesquisas não possibilitariam uma compreensão dessa temática, considerando a superficialidade e unilateralidade da análise quantitativa. Nesse sentido, as pesquisas analisadas demonstram que a abordagem qualitativa é a mais utilizada. Isso significa, segundo Santos Filho e Gamboa (2007, p. 93)⁶⁵, ao analisarem a relação entre quantidade e qualidade nas pesquisas educacionais que “[...] as principais diferenças encontram-se nos pressupostos gnosiológicos e epistemológicos, referentes à concepção de objeto, de sujeito e às maneiras ou caminhos da relação cognitiva”.

Por outro lado, Gatti (2002) afirma que a educação é muito mais que uma simples área de conhecimento:

[...] Educação é área de conhecimento e área profissional, um setor aplicado, interdisciplinar, e o conhecimento que produz, ou deveria produzir, diz respeito a questões de intervenção intencional no âmbito da socialização, diz respeito a metodologia de ação didático-pedagógica junto à setores populacionais, com objetivos de compreensão desse agir e de seu potencial de transformação. (GATTI, 2002, p. 61).

Além disso, essas pesquisas fundamentam-se nos referenciais teórico-metodológicos do materialismo histórico da teoria marxista, no estudo de caso, na pesquisa documental e entrevista semiestruturada e a análise dos dados estrutura-se por meio da análise de conteúdo.

Existe, também, pesquisa fundamentada na teoria do capital humano, outra na abordagem “interdisciplinar e intersetorial”, e outra adota a teoria das representações sociais, assim como, utilizam também, a análise do discurso. Entretanto, essas escolhas metodológicas adotadas nas pesquisas do PPGED, que abordam o trabalho como categoria central, são minorias, exemplos isolados.

- **Análise das abordagens teóricas e metodológicas das pesquisas do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia**

Essas pesquisas do PPGSA são resultantes de investigações desenvolvidas em 04 (quatro) Linhas de pesquisa: Religião e saúde, simbolismo e poder; Gênero, geração e relações etnicorraciais; Ética, trabalho e sociabilidades; e Ações pública e coletiva, território e ambiente.

⁶⁵ SANTOS FILHO, J. C. dos; GAMBOA, S. S. (Org.). **Pesquisa educacional: quantidade – qualidade**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 42 v. (Coleção Questões da Nossa Época).

GATTI, B. A. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Plano Editora, 2002. 1 v. (Série Pesquisa em Educação) .

Por meio de uma análise inicial dos resumos, palavras-chave e introduções das teses e dissertações, infere-se que as pesquisas apresentadas a seguir fundamentam-se no referencial marxista.

A seguinte investigação refere-se à pesquisa *sobre Trabalho e Capital na Amazônia Oriental: Movimento Operário versus Reestruturação Produtiva no Complexo Albrás-Alunorte: 1990 – 2005*, de autoria de Santiago (2007). Destaca que:

[...] baseado em materiais bibliográficos, folhetos e em entrevistas com operários e dirigentes sindicais, o trabalho evidencia que a luta contra a reestruturação produtiva na ALBRÁS foi mais intensa, inclusive com o método da greve, do que na ALUNORTE, porque a ALBRÁS tinha dez anos à frente da ALUNORTE e foi o primeiro laboratório da CVRD na cidade de Barcarena.

Trabalho, adoecimento e saúde: aspectos sociais da pesca artesanal no Pará é o título da Dissertação de autoria de Brasil (2009). Essa pesquisa pautou a sua metodologia no enfoque da pesquisa qualitativa, do tipo pesquisa-ação. Os instrumentos de coleta de dados foram a entrevista semiestruturada e a observação participante. A análise dos dados fundamentou-se, segundo o autor, na “hermenêutica dialética”. Esses procedimentos teórico-metodológicos possibilitaram uma inserção na realidade que compreende o seu objeto e de estudo e a coleta dos dados da pesquisa. Para realizar a análise dos dados coletados, o autor utiliza a hermenêutica dialética de base marxista, a fim de estruturar suas reflexões sobre o processo de exploração dos pescadores artesanais dos municípios selecionados para o estudo.

As condições de vida no trabalho e a saúde de professores de Educação Física do Município de Belém é o título da Dissertação de Freitas (2010), desenvolvida com o objetivo de analisar “[...] de que forma a saúde dos professores de educação física da rede municipal de ensino de Belém é afetada pelos processos de precariedade do trabalho característicos da sociedade contemporânea”. “[...] Neste estudo foram aplicados 22 questionários, sendo 11 com professores do sexo feminino e 11 do sexo masculino, sendo que das 11 professoras colaboradoras, 02 (duas) participaram da entrevista”.

Por isso, essa pesquisa tentou se aproximar do método utilizado por Marx (1982), que analisava a sociedade a partir dos nexos e das relações que os fenômenos sociais apresentavam. Pois, para ele, a realidade concreta só é concreta por ser a síntese de múltiplas determinações (FREITAS, 2010). Trata-se de pesquisa que busca a compreensão das condições de vida dos docentes da área de Educação Física, segundo o autor, pautada na teoria marxista.

Santiago (2012) investigou sobre o *Saber operário e Círculos de Controle de Qualidade (CCQ'S): a “exploração total” do trabalho no capitalismo contemporâneo*. Trata-se de pesquisa de enfoque qualitativo de pesquisa, “[...] baseado em pesquisa bibliográfica profunda, participação em convenções nacionais e locais de CCQ's, em Feiras de CCQ's, em pesquisa de campo com aplicação de questionários, entrevistas com operários”. Trata-se, portanto, de pesquisa qualitativa, fundamentada no método marxista, por meio da escolha do materialismo histórico e dialético.

Cruz Neto (2013) desenvolveu a pesquisa, intitulada *Trabalho no Sistema de Vendas Diretas: organização do trabalho sem vínculos empregatícios*, com o objetivo de “[...] analisar o trabalho de sujeitos que atuam no sistema de vendas diretas em Belém, especialmente os vendedores ligados a uma empresa que comercializa produtos voltados à alimentação, saúde e bem estar”.

[...] Para realizar a averiguação empírica, foram empreendidas entrevistas assistemáticas com vendedores, observações em três eventos realizados pela empresa, e análise documental, cujo conteúdo visa esclarecer como se dá o funcionamento dos ganhos financeiros, como se distribuem os bônus e demais formas de reconhecimento pelo trabalho, quais as obrigações do vendedor junto à empresa, dentre outros. (SANTOS, 2013).

Orientado na abordagem qualitativa de pesquisa e fundamentado na teoria marxista, por meio do materialismo histórico e dialético, Cruz Neto (2013) destacou mais um processo de exploração do trabalhador brasileiro.

As pesquisas apresentadas a seguir fundamentam-se nas teorias Sócio Antropológicas, na Sociologia Interpretativa ou na Etnografia.

A Tese, intitulada *O letramento selvagem: Um estudo socioantropológico da apropriação da escrita por trabalhadores rurais assentados em área de reforma agrária na região da Transamazônica*, desenvolvida por Lopes (2009), aborda a relação trabalho e educação em uma perspectiva não escolar. Trata-se de pesquisa desenvolvida sob o enfoque qualitativo de pesquisa, do tipo etnográfico. A coleta dos ocorreu por meio de entrevista com trabalhadores da região da Transamazônica.

Soares Neto (2010) desenvolveu pesquisa sobre *O empregado intraempreendedor, uma nova gestão do trabalho no capitalismo no Século XXI – novos métodos para fomentar a eficiência produtiva nas organizações empresariais*. Seu objetivo foi “[...] analisar se os novos métodos e técnicas empreendedoras estabelecem novas relações de poder, exploração e alienação na relação entre capital e trabalho”. Quanto à metodologia, o autor declara que a

pesquisa “[...] realizada é do tipo monográfica, não participante e sistemática, com a adoção de métodos quantitativo e qualitativo”.

O sentido do trabalho para o Servidor Técnico-Administrativo da UFPA é o título da Dissertação de Oliveira (2012), que objetivou “[...] investigar a influência da estrutura organizacional da UFPA na percepção do sentido do trabalho para os servidores, a partir da compreensão do processo de trabalho no qual estão inseridos”. Sua metodologia fundamenta-se no enfoque “qualitativo e quantitativo”. Baseado em Ferreira et al (2009), argumenta que “[...] o método qualitativo compreende um tipo de investigação em que o pesquisador se volta para o significado de fatos, eventos ou ocorrências, posto que, em última instância, é em torno desses significados que um grupo social se organiza” (FERREIRA et al, 2009). A coleta de dados ocorreu por meio de entrevista abertas, fechadas e gravadas.

O cotidiano de profissionais de saúde e suas interfaces com a gestão dos processos de trabalho em um Hospital Universitário da Região Metropolitana de Belém – PA é o título da pesquisa desenvolvida por Santos (2013), desenvolvida sob o enfoque qualitativo de pesquisa e fundamentado na “dialética”. Segundo o autor, “essa escolha” foi permeada não só pelos aspectos aqui pontuados, mas também, e “como consequência”, porque “[...] é preciso declarar que o objeto das Ciências Sociais é *essencialmente* qualitativo” (MINAYO, 2008, p. 42)”. A coleta dos dados foi realizada por meio de questionários e entrevista.

Os jovens com formação superior no mercado de trabalho paraense: suas percepções e formas de inserção é o título da Tese desenvolvida por Amaral (2014). A metodologia adotada nessa pesquisa segue o enfoque qualitativo.

[...] O estudo fundamenta-se na categoria Redes Sociais, sob a ótica de Mark Granovetter, nos conceitos Capital Social e Capital Cultural, segundo Pierre Bourdieu e, também, nos conceitos de Experiência Social, de François Dubet e de mercado de trabalho, em Claude Dubar. Foram aplicados questionários a 70 jovens na faixa entre 20 e 29 anos de idade, formados em universidades de Belém e que atuam na Região Metropolitana de Belém. Foram também feitas entrevistas em profundidade com 15 desses jovens. (AMARAL, 2014).

Trata-se de pesquisa sobre a problemática que envolve a realidade dos jovens no mercado de trabalho, temática essa de grande relevância social e acadêmica.

Tavares Neto (2014) desenvolveu pesquisa sobre *Trabalho e sociabilidade: trajetórias ocupacionais de trabalhadores da indústria de construção em um contexto de flexibilidade*. A abordagem qualitativa orienta a realização da investigação. Segundo o autor, a metodologia segue as seguintes características: adotou como base para construir a investigação uma metodologia qualitativa a partir da qual pensamos ser possível elaborar micronarrativas que

nos permitam interpretar trajetórias ocupacionais, com um caráter mais ou menos biográfico (LAHIRE, 2004 apud TAVARES NETO, 2014, p. 15). Quanto ao processo de coleta e análise dos dados, a investigação realizou entrevista com diversos trabalhadores, objetivando a compreensão da realidade.

‘No Abacatal (também), uma Flor’: um estudo antropológico sobre a relação criança & trabalho é o título da Tese elaborada por Sanches (2014), que “[...] seguiu a orientação metodológica de uma etnografia **com e sobre** as crianças, que possibilitou a organização dos dados em dois eixos de análise interligados: 1- criança-infância-família-organização social; 2- socialização-aprendizagem-trabalho”. No que tange à coleta e análise dos dados, a autora declara que “[...] a observação participante tenha sido muito frequentemente utilizada, a metodologia não se restringiu a ela. Fiz também a observação sistemática e regular de diversos momentos” (SANCHES, 2014, p. 30). Trata-se de pesquisa fundamentada teórica e metodologicamente e com grande relevância social e acadêmica, no que refere à complexidade e urgência no debate do trabalho de crianças ou trabalho infantil.

A Dissertação que tem como título *Entre o trabalho na roça e a venda na beira: um estudo da dinâmica no modo de vida das famílias de Caraparu – Pará* foi elaborada por Nobre (2007). A pesquisa busca “[...] realizar um estudo etnográfico das duas atividades econômicas coexistentes nessa localidade está sendo fundamental para se apreender os efeitos causais do processo de mudança no viver local”. Em outros termos, pode-se dizer que esse estudo faz uma “análise antropológica” da “mudança no modo de vida” dos moradores da Vila de Caraparu, que vivem do trabalho na agricultura familiar.

[...] Esta pesquisa está baseada nos pressupostos metodológicos da Antropologia interpretativa na perspectiva de Clifford Geertz que pretende se constituir em um modelo de explicação e compreensão da realidade baseada na intersubjetividade, visto que tal modelo recorre à relação dialógica entre as teorias do analista e dos sujeitos da pesquisa. (NOBRE, 2007, p. 29).

Esses dados revelam uma pesquisa qualitativa, do tipo etnográfica, que se vale das contribuições da história orais e está fundamentada na Antropologia Interpretativa, conforme demonstra a autora.

Na análise da pesquisa seguinte, identificou-se que a concepção de trabalho que permeia esta se refere à ideia do trabalho enquanto atividade econômica direcionada para o mercado, o que leva a inferir que essa análise fundamenta-se na perspectiva de que, nas redes

de supermercados, as estratégias de gestão interferem no processo de sociabilidade dos trabalhadores. Entretanto,

[...] não se pode afirmar que as restrições à sociabilidade se devam exclusivamente às características da gestão nesse setor, tendo em vista a incidência de outros fatores, tais como a condição socioeconômica da família ou o tempo do vínculo empregatício, em média de dois anos entre os entrevistados, que podem ter contribuído para esses resultados. (GONÇALVES, 2009).

‘A gente tem uma vida lá fora...’ Relações entre gestão de Recursos Humanos e sociabilidade das pessoas empregadas nos supermercados da Região Metropolitana de Belém é o título da Tese de Gonçalves (2009). Quanto aos procedimentos teórico-metodológicos, a pesquisa apresenta-se da seguinte forma: a metodologia incluiu observações sistemáticas, análise documental e entrevistas estruturadas e semiestruturadas em profundidade, respectivamente com trezentos e oitenta e quatorze trabalhadores, estes selecionados dentre os constantes da amostra maior (GONÇALVES, 2009).

A pesquisa fundamenta-se, segundo a autora, em “procedimentos quantitativos e qualitativos”. Os instrumentos de coleta de dados utilizados nessa pesquisa foram a análise documental e a entrevista, estruturadas e semiestruturadas. A análise dos dados ocorreu por meio da “análise do conteúdo”.

Entretanto, as 06 (seis) pesquisas que serão apresentadas a seguir não socializam com clareza a sua metodologia de pesquisa ou apresentam fragilidades, no que tange aos seus instrumentais teóricos e metodológicos que orientaram a coleta e análise dos dados.

A Dissertação de autoria de Ferrão (2006) tem como título *Desenvolvimento sustentável, organização e reorganização de trabalhadores rurais do alto rio Atuí na ilha de Marajó: exame de uma experiência*. Ao se analisar o resumo e a introdução, não foi possível identificar os referenciais teóricos-metodológicos. Alguns dos aspectos só foram encontrados no primeiro Capítulo. Ferrão (2006) identifica o primeiro capítulo como *Do próximo ao distante: minha família como ponto de partida da pesquisa*, onde pode ser encontrada uma descrição dos procedimentos, segundo a análise de cunho “etnográfico”, onde são apresentados os passos e o *locus* da pesquisa, em seus aspectos geográficos, econômicos, sociais e culturais.

Reestruturação produtiva e flexibilização do trabalho: um estudo sobre os processos de subcontratações e relações de trabalho na Alunorte S/A é o título da Dissertação de autoria de Sampaio (2006). O resumo centra-se na apresentação dos resultados e na discussão dos mesmos, sem destacar os recursos teórico-metodológicos utilizados na pesquisa. Na

introdução, Sampaio (2006) relata o seu interesse em realizar uma “[...] abordagem sociológica, voltada para a realidade empírica do mundo do trabalho”. Os dados foram coletados por meio da “[...] observação direta intensiva assistemática, entrevistas e a observação indireta extensiva por meio da aplicação de questionários”.

A Dissertação elaborada por Pereira (2007) tem como título *Reestruturação produtiva, inovações tecnológicas nos bancos nas décadas de 1980 e 1990: mudanças no perfil do trabalhador bancário em Belém*. Assim como outro estudo, citado anteriormente, este também realiza a discussão dos resultados, sem destacar os seus referências teórico-metodológicos. Não apresenta, também, as palavras-chave. O autor afirma, acredita-se que de forma equivocada, “que não trabalha com material bibliográfico”. Entretanto, ao analisar a construção teórica da Dissertação, observa-se a utilização de vasto material bibliográfico, inclusive como referências do pensamento marxista. E, além disso, ressalta a importância de suas “referências bibliográficas”. Ou seja, explicita-se aí o equívoco do autor em confundir o “material bibliográfico” com o “material documental”, que ele mesmo alega que se encontra “insuficiente” para uma análise mais profunda da problemática em questão.

Moreira (2007) elaborou a Tese intitulada *Trabalho, códigos, gratidão e reciprocidade na prisão: um estudo de caso na Penitenciária Estadual de Parnamirim, no Estado do Rio Grande do Norte*. Apresenta resumo contextualizado, onde faz a discussão dos resultados da pesquisa. Por outro lado, não se encontram claramente definidos os fundamentos teórico-metodológicos da pesquisa. Além disso, não apresenta as palavras-chave. Ao se analisar a introdução da Tese, pode-se identificar que “[...] as principais técnicas de pesquisa empregadas foram as entrevistas semiestruturadas, a observação empírica e o tradicional caderno de campo”. Trata-se de pesquisa antropológica, construída dentro de uma abordagem qualitativa de pesquisa, de cunho etnográfico.

Lima (2007) elaborou a seguinte Dissertação, intitulada *Uma dupla vida de risco: reflexões sobre o trabalho paralelo (bico) na Polícia Militar do Pará*, onde explicita as condições de vida dos policiais militares paraenses. Quanto à sua metodologia, essa pesquisa demonstra fragilidade. A autora não informa como ocorreu o processo metodológico da pesquisa. Não informa sequer o enfoque de pesquisa, que a análise revela ser qualitativo. Contudo, seu texto não utiliza nenhuma vez a palavra “metodologia” ou “qualitativa”. Informa a autora que realizou a coleta por meio de entrevista. Todavia, não revela, com objetividade, como ocorreu o processo de análise de dados.

A Dissertação, intitulada *A inserção das pessoas com deficiência visual no mercado de trabalho: um estudo em empresas da Região Metropolitana de Belém no período de 2000*

a 2006, de autoria de Moraes (2008), realizou estudo pautado na abordagem qualitativa. Trata-se de pesquisa de “natureza descritivo-analítica”, mas cita Foucault (2002) para discutir “governabilidade”; cita Marx (1988) para a “compreensão dos mecanismos gerais de produção nas sociedades de massa”; e Antunes (1995) para analisar os “problemas da empregabilidade”, o que revela certa fragilidade na construção do referencial teórico.

Salgado (2012) pesquisou sobre *O trabalho docente do sociólogo: uma análise da intensificação em uma Instituição de Ensino Superior (IES)* que adotou a seguinte metodologia:

[...] Trata-se de um estudo descritivo, conduzido por meio de uma abordagem qualitativa. Participaram da pesquisa 04 (quatro) professores do Centro de Ciências Humanas e Educação de uma universidade particular da cidade de Belém-Pará. O método qualitativo utilizou a entrevista semiestruturada, os dados qualitativos foram tratados mediante Análise de conteúdo. (SALGADO, 2012).

O enfoque qualitativo de pesquisa, fundamentado na teoria marxista, sustenta a metodologia de pesquisa que busca compreender o “trabalho docente do sociólogo”.

Na análise das pesquisas do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), pode-se destacar que:

- Estas são fundamentadas numa abordagem qualitativa de pesquisa.
- A maioria centrada na pesquisa de campo e outras em menor número centradas na pesquisa bibliográfica e documental.
- Revela-se predominância das pesquisas fundamentadas em estudos de cunho socioantropológico, na sociologia interpretativa e na etnografia e um número menor fundamenta-se na teoria marxista. A maioria utiliza como instrumento de coleta de dados às observações diretas e as entrevistas semiestruturada, o que revela uma especificidade em relação ao PPGED.
- Por outro lado, conforme ressaltado, algumas pesquisas não explicitam seus instrumentais teórico-metodológicos ou revelam fragilidades. Seus resumos abordam a temática, os objetivos e os resultados, mas não demonstram como ocorreu o processo de produção desse conhecimento.

Não é o escopo desta pesquisa uma análise comparativa entre a produção dos programas, mas compreender os elementos teóricos e metodológicos que perpassam essas pesquisas, sobre trabalho, nos três Programas de Pós-Graduação. Vale destacar a

especificidades das pesquisas produzidas nesse programa no campo das ciências sociais. Segundo Rocha e Eckert (1998)⁶⁶:

[...] Encoberto sob o véu do relativismo/etnocentrismo em Antropologia, o que está em jogo, entretanto, é o fato de que são as convergências e divergências inesperadas entre os dados recolhidos em campo e as expectativas/intenções do pesquisador ali situado, a lhe exigir uma submissão a um princípio formal de composição para os mesmos, que confrontam o antropólogo a sua identidade pessoal. (ROCHA; ECKERT, 1998).

As pesquisas analisadas demonstram essa especificidade metodológica de análise dos dados coletados em campo por meio das expectativas e intenções dos pesquisadores. Nesse sentido, a maioria dessas pesquisas fundamenta-se em abordagem qualitativa, realizadas por meio de pesquisa de campo, com predominância das pesquisas fundamentadas em estudos de cunho socioantropológico, na sociologia interpretativa e na etnografia. Os instrumentos de coleta de dados mais utilizados são as observações diretas. Entretanto, algumas pesquisas não explicitam seus instrumentais teórico-metodológicos.

- **Análise das abordagens teóricas e metodológicas das pesquisas do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido**

O programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido possui 04 (quatro) linhas de pesquisas que orientam suas produções: Desenvolvimento Econômico Regional e Agrário; Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais; Gestão de Recursos Naturais; Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas.

Ao se realizar a análise das pesquisas do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, observa-se a sua relevância acadêmica e social e a diversidade das temáticas. Isso reflete, na presente análise, a complexidade da temática que envolve a relação entre trabalho e educação.

Apesar de existirem algumas pesquisas que não explicitam os seus referenciais teórico-metodológico, pode-se afirmar que aquelas que o fazem demonstram tratar-se de pesquisa qualitativa, muitas embasadas em referencial crítico de base marxista, como essas apresentadas a seguir.

⁶⁶ ROCHA, A. L. C. da; ECKERT, C. A interioridade da experiência temporal do antropólogo como condição da produção etnográfica. **Rev. Antropol.** [online]. v. 41, n. 2, p. 107-136, 1998. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-77011998000200004>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

Essas pesquisas demonstram, objetivamente, que se fundamentam na teoria marxista; são análises que buscam explicitar as contradições inerentes aos processos de produção e reprodução do capital e de exploração e alienação dos trabalhadores.

A Dissertação de autoria de Guinalz (2007) refere-se à pesquisa intitulada *Trabalho, alienação e adoecimento na produção de alumínio em Barcarena*. Trata-se de pesquisa que tem como “objetivo principal” “analisar algumas das razões que levaram esse grupo de trabalhadores a submeter-se a tais condições de trabalho que, na visão dos próprios trabalhadores, levaram ao adoecimento em consequência de esforços que realizavam nas tarefas de produção”. Quanto aos procedimentos de coleta e análise dos dados, o autor afirma que “[...] A observação prática também foi essencial para analisar o espaço de conflito entre os trabalhadores adoecidos, a ALBRAS e os órgãos governamentais”.

Contudo, além dessas observações, realizou outros procedimentos baseado em Oliveira (1996, p. 13) que, segundo o autor, “[...] indica ‘o caráter constitutivo e interligado do olhar, do ouvir e do escrever’” (GUINALZ, 2007, p. 17). Realizou-se, também, entrevista com os sujeitos da pesquisa. A análise dos dados “[...] foram realizadas sob a perspectiva da teoria social marxista, especificamente, quanto aos aspectos da alienação, da mais-valia e do exército industrial de reserva” (GUINALZ, 2007, p. 18), o que releva a perspectiva crítica adotada no trabalho.

O *Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: ambivalências e ambiguidades na operacionalização da política* foi o título da Dissertação elaborada por Dias (2011). A autora apresenta a sua metodologia nos seguintes termos: para compreender a política de combate ao trabalho escravo no Brasil, parte-se de um referencial crítico de análise que compreende a política pública como um desdobramento da relação Estado e sociedade na sociedade capitalista e, apoiado, em autores da tradição marxista, faz-se um percurso teórico-metodológico, que abrange desde a constituição do Estado oligárquico brasileiro, na época da escravidão colonial, até o surgimento de novas formas de trabalho escravo contemporâneo, com conteúdo semelhante às antigas práticas sociais.

Dessa forma, a pesquisa apresenta uma análise das convergências e divergências, por parte dos executores, na operacionalização da Política de Combate ao Trabalho Escravo, materializada no II Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo, criado em 2008 (DIAS, 2011). Os dados foram coletados por meio de entrevistas com vários sujeitos ligados à problemática do trabalho escravo e os dados foram analisados observando que, a partir da “[...] análise da operacionalização da política de combate ao trabalho escravo no Brasil, pode-se fazer uma aproximação com a ‘realidade’. Por esse viés, o problema central da análise está

na relação entre abstrato e concreto, o todo e a parte, a relação social de produção e o trabalhador sobre condições de escravidão contemporânea. Na sequência, evidencia-se o conteúdo dos Capítulos desenvolvidos no trabalho” (DIAS, 2011, p. 19).

A Dissertação *Os trabalhadores de várzea no serviço da madeira: contradições sociais no desenvolvimento e crise do extrativismo no Vale Amazônico* trata-se de estudo realizado por Silva (1987)⁶⁷. No que refere à sua metodologia, “[...] realizou-se um amplo levantamento de dados estatísticos da produção e comercialização de madeiras no período que vai do início do século aos anos 1960”. A autora revela, ainda, que “[...] a exploração comercial do mogno, hoje uma das espécies mais valorizadas no mercado, vai se iniciar no pós-guerra, no Amazonas, muito antes, portanto, de sua exploração no Pará”. Destaca, também, que “[...] a pesquisa de campo foi realizada no Município de Breves (região ocidental da ilha do Marajó) durante dois meses: nov. 85 e maio/jun. 86”. Entretanto, não apresenta as palavras-chave. Quanto à análise dos dados, fundamenta-se na teoria marxista para entender como foi forjada a estrutura econômica de nossa região, sob a lógica do capital.

A Dissertação de Silva (2009)⁶⁸ intitula-se *A civilização do Manganês: o cotidiano dos trabalhadores da Serra do Navio, Amapá*. Nessa pesquisa, “[...] buscou-se em um enfoque micro-histórico do cotidiano dos trabalhadores a partir da leitura, dentre outras documentações, de reclamações trabalhistas efetuadas por mineradores da ICOMI junto à Justiça do Trabalho”. A pesquisa segue o enfoque da pesquisa qualitativa, com o intuito de “[...] explorar a possibilidade de outros caminhos para os estudos sobre a ICOMI, que é analisado aqui a partir de visões e memórias de seus trabalhadores” (SILVA, 2009, p. 13). Os dados foram coletados por meio de entrevistas e foram analisados tendo como base a teoria marxista, na perspectiva da dialética.

A Tese de autoria de Soler (2007) tem como título *A Petrobrás na Amazônia: dinâmicas socioeconômicas vivenciadas por trabalhadores no Município de Coari (AM)*. A análise do resumo mostra que a pesquisa se enquadra na modalidade de pesquisa qualitativa. Por outro lado, os dados de natureza quantitativa foram elementos importantes para compreensão do contexto empresa-mercado de trabalho local. O estudo se apoiou em três fontes de evidências, a saber: pesquisa documental, pesquisa de campo e observação.

[...] A análise e a interpretação de dados se caracterizaram por uma abordagem indutiva. Essa abordagem permite, a partir das informações e respostas obtidas das falas, das observações realizadas e dos levantamentos de determinados fatos e acontecimentos, inferir condições e situações gerais

⁶⁷ Marly Gonçalves da Silva.

⁶⁸ Anderson Rodrigo Tavares Silva.

(PARRA FILHO; SANTOS, 2001). As etapas metodológicas da análise das questões abertas se constituíram de: (1) leitura para apreensão do sentido geral das respostas e/ou falas; (2) leitura para encontrar aquilo que parecia ser o mais significativo; (3) definição de temas mais importantes; (4) síntese integradora dos *insights*. (MARTINS JÚNIOR; BICUDO, 2005).

Conforme se pode analisar, essa pesquisa opera uma reflexão profunda dos dados coletados, tendo como subsídio teórico a teoria marxista. Busca construir críticas ao processo produtivo de bases capitalista e a exploração e alienação dele decorrente.

As demais pesquisas fundamentam-se em diversos referencias teóricos, tais como: teoria da psicodinâmica do trabalho, o enfoque interdisciplinar, o enfoque micro-histórico do cotidiano.

Salim Filho (2007) elaborou Dissertação onde se apresenta pesquisa sobre *Políticas públicas e trabalho no transporte alternativo na Amazônia: Moto-Táxi*. Trata-se de uma pesquisa com a seguinte metodologia:

[...] a) exploratório, porque há pouco conhecimento acumulado e sistematizado sobre o tema; b) explanatório, em razão da busca de relações entre as variáveis; e c) descritivo, pelo motivo de que se estimou frequências de elementos com determinada propriedade ou característica quantitativa. A pesquisa empírica obedece a um plano amostral. A busca por conhecimento sobre o transporte alternativo se deu por meio da pesquisa bibliográfica. (SALIM FILHO, 2007).

A pesquisa segue os fundamentos da abordagem qualitativa e quantitativa na busca de uma perspectiva interdisciplinar. Adotou-se o estudo de caso como tipologia da pesquisa. Finaliza indicando que “[...] a pesquisa realizada se caracterizou como exploratória, explanatória e descritiva” (SALIM FILHO, 2007, p. 38).

Dinâmica da economia e das relações do trabalho da pesca artesanal no município de Santarém é o título da Dissertação de autoria de Martins (2009). Essa pesquisa pautou-se pela seguinte metodologia: o Estudo de Caso do projeto ora apresentado tem como foco explicitar como se processa a dinâmica da economia e das relações do trabalho na cadeia da pesca artesanal que ocorre nas comunidades pesqueiras de Ituqui e Costa do Tapará, situadas no município de Santarém-PA, onde foram entrevistados e consultados os principais agentes mercantis que atuam nos elos da cadeia produtiva, desde a captura até o comércio atacadista. Após análise e tratamento dos dados que foram obtidos em trabalho de campo, demonstramos como ocorrem os fluxos comerciais e as relações de trabalho nas comunidades pesqueiras estudadas (MARTINS, 2009).

Esse estudo subsidia-se em um “levantamento de dados quantitativos e qualitativos de natureza secundária”, do tipo estudo de caso. A coleta de dados se deu por meio de questionários e entrevistas com “[...] 30 pescadores como amostra do universo constituído de 300 pescadores existentes nas regiões de pesca de Ituqui/e Costa do Tapará”.

A análise dos dados foi coletada,

[...] segundo os sistemas adotados nas pescarias, as características sociais dos pescadores envolvidos na atividade, os custos das pescarias nas duas comunidades selecionadas, o perfil econômico dos pescadores, a comercialização de pescado no principal porto de desembarque de pescado (Tablado), além da atuação de barcos compradores que atuam na intermediação do comércio entre as comunidades pesqueiras e o mercado de Santarém. (MARTINS, 2009, p. 17).

A seguinte Dissertação tem como título *Exploração madeireira e trabalho análogo ao de escravo no estado do Pará: o caso do Arquipélago do Marajó* e foi elaborada por Resque (2013). Esse estudo destaca que, “[...] no caso da Amazônia, pesquisas, dados e estudos apontam que as atividades vinculadas ao desmatamento na região têm relação direta com a incidência de casos de submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo”. Por outro lado, vale ressaltar que essa Dissertação não apresenta os demais elementos da metodologia da pesquisa em seu resumo. Porém, na introdução, estes são apresentados.

O autor, fundamentado em Bourdieu (1989), afirma que “[...] o pesquisador deve se relacionar com a pesquisa de maneira racional, visando à construção do objeto a partir da utilização prioritária da eficácia de um método”.

A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, por meio de uma pesquisa do tipo estudo de caso (Arquipélago do Marajó – Municípios de Soure e Afuá). Os dados foram coletados por meio de um levantamento bibliográfico e de entrevista semiestruturada e, com relação à análise dos dados, Resque (2013, p. 22) afirma que “[...] foi feita correlação entre os conceitos, categorias e dados estatísticos do texto com as informações e opiniões trazidas pelos entrevistados, tendo como referência o assunto objeto do estudo e os objetivos traçados para a pesquisa”.

A seguinte Dissertação foi elaborada por Abreu (2013), onde se analisa *Subjetividade, trabalho e saúde dos servidores do Hospital Universitário João de Barros Barreto: prazer e sofrimento na aposentadoria*. Segundo a autora, “[...] o campo conceitual articula conceitos sustentados sobre a teoria de Dejours e da Psicanálise Freudiana”.

Nessa pesquisa, destaca-se a abordagem qualitativa em consonância com a fundamentação teórico-metodológica de Dejours. Na coleta e análise dos dados predominou a abordagem qualitativa

A pesquisa empírica realizou-se nos próprios locais de trabalho das 18 técnicas/auxiliares de Enfermagem, cujos relatos responderam a uma entrevista individual semiestruturada que se juntou a um levantamento nos prontuários destas. A análise de dados foi sustentada basicamente na teoria da psicodinâmica do trabalho. O prazer no trabalho foi apontado como categoria central mostrando-se presente em todos os relatos aqui analisados (ABREU, 2013). Vale ressaltar que a análise dos dados segue a concepção da psicodinâmica do trabalho fundamentada em Dejours, segundo a qual “[...] a relação estabelecida entre trabalhador e trabalho evoca prazer e sofrimento que se refletem na subjetividade e intersubjetividade” (ABREU, 2013, p. 22).

Prazer-sofrimento e saúde no trabalho com automação: estudo com operadores em empresas japonesas no Polo Industrial de Manaus é o título da Tese de autoria de Moraes (2008). A análise do resumo indica que “elegeu-se a abordagem qualitativa, em consonância com a fundamentação teórico-metodológica de Dejours” da psicodinâmica do trabalho, assim como na pesquisa anterior. A pesquisa apresenta como abordagem teórico-metodológica a pesquisa qualitativa, fundamentada em Dejours, por meio da psicodinâmica do trabalho. Os dados foram coletados pela entrevista individual semiestruturada e a análise desses dados ocorreu por meio da “sistemática da Grounded Theory à base psicodinâmica”, ou “análise da teoria fundamentada”, segundo o autor também conhecida como “método de comparação constante (ATF – MCC)”.

Essa Tese refere-se à pesquisa, intitulada *O sofrimento negado: trabalho, saúde/doença, prazer e sofrimento dos trabalhadores do alumínio do Pará – Brasil*, elaborada por Nogueira (2011). Assim como a pesquisa anterior, adota a abordagem qualitativa de pesquisa, fundamenta-se na Psicodinâmica do Trabalho e coleta os seus dados por meio de entrevistas. No que se refere à análise dos dados, Nogueira (2011) explicita que “[...] utilizou-se a proposta de pesquisa qualitativa em saúde de Minayo (2004), fundamentada na Hermenêutica-Dialética”.

Curso de Administração: a formação acadêmica e a inserção do egresso no mercado de trabalho do Estado do Pará foi o título da Dissertação de autoria de Souza (2011), que se sustentou em uma:

[...] pesquisa de cunho bibliográfico e documental, e permitiu conhecer a evolução das teorias organizacionais e do papel do administrador e a

pesquisa de campo, realizada por meio de questionários aplicados aos sujeitos. Possibilitou, ainda, construir o perfil dos egressos e identificar as relações existentes entre esses e o mercado de trabalho e o ramo de atividade das empresas do egresso inserido.

Por último, pode-se destacar, ainda, que as pesquisas a seguir apresentam, em seus resumos, procedimentos metodológicos de forma incompleta. Foi necessário o estudo de outros elementos do trabalho para concluir a análise.

A Dissertação de Sampaio (2002), intitulada *O trabalho de Sísifo: Crédito a comerciantes e reprodução do sistema de aviação (1914-1919/1943-1952)*. Esse trabalho não explicita a sua metodologia, tanto em seu resumo quanto em sua introdução. Além disso, não apresenta as palavras-chave.

A seguinte Dissertação tem como título *Contabilizando os Custos do Trabalho Escravo em Empresas e Fazendas* e foi elaborada por Fernandes (2006). Informa-se que “[...] o presente estudo analisou casos de escravidão por dívida no Estado do Pará, onde a conjugação de diversos fatores possibilita a reprodução dessa forma de relação de trabalho, inclusive diferenciando a de outras regiões do Brasil”. Contudo, não apresenta outros elementos teórico-metodológicos e não apresenta, também, as palavras-chave. Ainda na introdução, Fernandes (2006, p. 28) afirma que foram usadas várias fontes de dados, como exemplo, “[...] fontes jornalísticas e bibliográficas que contribuíram para a construção do referencial teórico e serviram de base para que pudéssemos fazer as análises necessárias”. Conforme possível ver no texto a seguir:

[...] As informações foram coletadas pela própria pesquisadora, a partir de um formulário com questões norteadoras, nas seguintes instituições: Comissão Pastoral da Terra/ CPT, Delegacia Regional do Trabalho/ DRT, Sindicato dos Trabalhadores Rurais/ STR, Ministério Público do Trabalho/ MPT, Tribunal Regional do Trabalho/TRT, Polícia Federal no Estado do Pará/ PF, Secretaria Executiva do Trabalho e Promoção Social do Pará/ SETEPS, Sociedade Paraense dos Direitos Humanos/SPDDH, Organização Internacional do Trabalho/ OIT. (FERNANDES, 2006, p. 28).

Por fim, a autora afirma que encontrou dificuldades metodológicas, principalmente por tratar-se de pesquisa sobre temática muito complexa como o trabalho escravo. A ideia inicial seria “[...] examinar casos de empreendimentos com experiência de trabalho escravo e compará-los com o balanço financeiro de uma fazenda que tivesse procedido à contratação dos seus trabalhadores assalariados”, mas, segundo Fernandes (2006), “[...] foi impossível devido ao sigilo das informações desse tipo”.

Pinto (2008) produziu a Tese, intitulada *O fetiche do emprego: um estudo sobre as relações de trabalho de brasileiros na Guiana Francesa*. Destaca-se que “[...] o objeto de

estudo desta pesquisa são as relações de trabalho de brasileiros na Guiana Francesa, abordada por uma etnografia sobre a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho local”. Entretanto, não apresenta, no resumo, os demais elementos que compõem os referenciais teórico-metodológicos. Na introdução, encontram-se as seguintes informações sobre a pesquisa “[...] para efeito de sistematização, podemos dividi-la em duas fases: a primeira realizada no território brasileiro e a segunda no Departamento Ultramarino Francês”. A coleta de dados foi feita por meio de observações, questionários e entrevistas estruturadas e semiestruturadas.

Trabalhadores nos canteiros de obras da UHE Belo Monte – Altamira: condições de saúde e políticas públicas é o título da Dissertação de Conceição (2014), com o intuito de “[...] analisar as condições de trabalho e saúde dos trabalhadores dos canteiros de obras da UHE Belo Monte no período de 2011 a 2013”. Trata-se de estudo orientado pela “abordagem qualitativa e descritiva”, com o intuito de “analisar o quadro de adoecimento entre os operários contratados”, assim como “caracterizar as formas de atendimento à saúde na cidade de Altamira”. A autora informa que o processo de coleta de dados empíricos ocorreu por meio de entrevista com “[...] 25 trabalhadores dos canteiros de obras da UHE, utilizando formulários com perguntas fechadas e abertas” (CONCEIÇÃO, 2014). Por outro lado, a autora informa que “o levantamento de fontes privilegiou pesquisas nos jornais e instituições públicas e privadas”. Por fim, justifica a sua pesquisa “[...] a fim de possibilitar um esquema interpretativo que ainda pudesse indicar proposições no sentido da prevenção de agravos no campo da saúde dos trabalhadores” (CONCEIÇÃO, 2014).

Em linhas gerais, essas são as características e análises que é possível construir tendo como bases as Teses e Dissertações selecionadas para este estudo:

- São pesquisas construídas em sua ampla maioria com o enfoque qualitativo de pesquisa.
- Fundamentam-se predominantemente na teoria da psicodinâmica do trabalho, no enfoque interdisciplinar, no enfoque micro-histórico do cotidiano.
- A maioria das pesquisas utiliza a tipologia do estudo de caso.
- Quanto à coleta dos dados a maioria das pesquisas utiliza a entrevista e o questionário.
- Algumas pesquisas não apresentam de forma satisfatória seus recursos teórico-metodológicos.

As pesquisas do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, desenvolvidas na área interdisciplinar, possuem como características predominante o enfoque qualitativo, a teoria da psicodinâmica do trabalho, o enfoque

interdisciplinar, o enfoque micro-histórico do cotidiano. Por fim, faz-se necessário a socialização das ideias de Severino (2006) que afirma a necessidade do compromisso ético e político das pesquisas no campo da Pós-Graduação em Educação, mas que aqui amplia-se para as demais áreas aqui analisadas.

[...] Há que se concluir que a pesquisa no campo educacional tem igualmente um compromisso radical com a consolidação da cidadania. Por isso, além de privilegiar temáticas socialmente relevantes em suas linhas de pesquisa, os pós-graduandos, os seus docentes e o próprio Programa, como lugar institucional de produção da pesquisa, como sujeito social e coletivo que é, não podem perder de vista essa finalidade intrínseca e imanente do conhecimento: contribuir intencionalizadamente para a emancipação dos homens, investindo nas forças construtivas das práticas reais mediadoras da existência histórica. Só assim torna ética sua atuação profissional e científica. (SEVERINO, 2006, p. 83).

Apesar de algumas fragilidades metodológicas, a maioria das pesquisas estrutura-se em torno de abordagens críticas, de desvelamento das contradições da realidade e enfrentamento das problemáticas que perpassam essa realidade. Cumpre-se assim a função social da universidade para com os trabalhadores no que tange à produção do conhecimento científico.

Quantos às abordagens teóricas e metodológicas dessas pesquisas, é possível sintetizar afirmando que as pesquisas no campo da educação são na sua maioria, qualitativas e fundamentadas na teoria marxista, usam a tipologia do estudo de caso, coletam seus dados por meio da pesquisa documental e entrevista semiestruturada e a análise dos dados estrutura-se por meio da análise de conteúdo. Quanto as demais pesquisa da área da sociologia, da antropologia e da área interdisciplinar declaram-se na sua maioria qualitativa, realizam pesquisa de campo e coletam seus dados por meio de observações direta.

Por outro lado, Gatti (2002), ao analisar o impacto social da pesquisa em educação, relembra que realizou pesquisas em 1986 e 1994, com o intuito de “[...] analisar como e em que magnitude pesquisas realizadas nas instituições de superior contribuíram para o desenvolvimento de das reformas e inovações, realizadas ou em realização no sistema educacional”. Os resultados demonstram que existe insuficiente participação das IES e pouca utilização de suas pesquisas. Os motivos são vários:

[...] Desvinculação das universidades brasileiras com os níveis básicos de ensino; distanciamento das universidades em relação aos problemas práticos; visão idealizada e teórica da universidade sobre o ensino; falta de maior procura por parte dos órgãos governamentais em relação à universidade; o caráter teórico das pesquisas; a inexistência quase total de trabalhos conjuntos; a falta de comunicação dos resultados das pesquisas; as dificuldades dos administradores de ensino em fazer a passagem da teoria

para a prática; a rigidez do sistema educacional na absorção de propostas inovadoras; a pouca importância atribuída à pesquisa em alguns segmentos governamentais. (GATTI, 2002, p. 33).

Essas pesquisas são no campo da educação, mas seus resultados ajudam a compreender o que acontece em outras áreas de conhecimento, como é o caso das áreas analisadas nessas pesquisas. Além disso, Gatti (2002), também, analisa qual seria o “papel social” da “consistência metodológica”.

[...] Os resultados de pesquisa, na sua disseminação pelo social, parece também ter alguma relação com os métodos de trabalho dos pesquisadores em sua possibilidade de gerar alguma credibilidade dentro e depois fora dos ambientes acadêmicos. Algo ligado à plausibilidade dos resultados e de sua generalização ou transformação em ações e práticas. Claro que esta disseminação é seletiva, desigual e dependente dos jogos de forças sociais em determinado momento. (GATTI, 2002, p. 33).

Ao se considerar a perspectiva crítica da maioria das pesquisas estudadas e a permanência e ampliação desses problemas sociais tratados, visualiza-se que a universidade ainda possui uma longa luta social para reverter esse jogo de forças sociais para fazer com que suas pesquisas produzam os resultados que a sociedade exige.

4.5 AS CONTRIBUIÇÕES DA UNIVERSIDADE FRENTE AO TRABALHO, REVELADA NAS PESQUISAS ACADÊMICAS

Segundo Frigotto (2010), o trabalho ganha uma dimensão que é possível identificar como ontológica, mas que por sua vez é dissipada no interior do modo de produção capitalista. Pois, para ele:

[...] O trabalho, processo pelo qual o homem entra em relação com as condições objetivas de sua produção, e por sua ação – conjuntamente com os demais homens – transforma e modifica a natureza para produzir-se e reproduzir-se, fundamento do conhecimento humano e princípio educativo, transfigura-se – sob as condições capitalistas – numa mercadoria força de trabalho, trabalho assalariado. De elemento que possui a peculiaridade histórica do ser homem, isto é, de elemento que constitui o devir humano, reduz-se a uma ocupação, um emprego, uma ação alienada. E o homem, que é ao mesmo tempo natureza, indivíduo e, sobretudo, relação social, que pelo trabalho não só faz cultura, mas faz a si mesmo, fica reduzido a uma abstração – *homo oeconomicus* racional – cujas características genéricas, universais e a-históricas são a racionalidade, o individualismo e o egoísmo. (FRIGOTTO, 2010, p. 243).

Essa concepção de trabalho ratifica a perspectiva do trabalho enquanto uma atividade eminentemente humana, enquanto princípio educativo em sua perspectiva ontológica, mas

ressalta, também, as contradições do processo de trabalho no interior do modo de produção capitalista, destacando a sua perspectiva alienante.

Saviani (2007) também ressalta os “fundamentos ontológico-históricos” do trabalho e da educação na vida humana, reforçando a crítica à exploração do trabalhador.

Frigotto (2002), por sua vez, trava um debate com Offe (1989), Schaff (1964, 1974, 1990) e Kurz (1992), em torno da disputa sobre o fim da centralidade do trabalho na constituição do homem em meio à crise do capitalismo, discordando destes e enfatizando a sua compreensão do trabalho enquanto categoria sociológica central para a compreensão do homem e da sociedade capitalista.

Para Gramsci (2006), por sua vez, o trabalho enquanto princípio educativo é a forma própria, por meio da qual o homem participa ativamente na vida da natureza, visando em transformá-la e socializá-la cada vez mais profunda e extensamente. Gramsci (2006) não defende a unidade entre teoria e prática, entre pensar e fazer, entre trabalho intelectual e trabalho industrial, apenas na escola e nas suas práticas educativas, mas também em toda a vida social. É nesse sentido que, para Gramsci (2006), as academias, ou seja, a universidade deve assumir uma função social fundamental na formação do trabalhador.

[...] Num novo contexto de relações entre vida e cultura, entre trabalho intelectual e trabalho industrial, as academias deveriam se tornar a organização cultural (de sistematização, expansão e criação intelectual) daqueles elementos que, após a escola unitária, passarão para o trabalho profissional, bem como um terreno de encontro entre estes e os universitários. (GRAMSCI, 2006, p. 40).

Essa contribuição de Gramsci (2006) reforça a ideia de uma universidade fundamentada na indissociabilidade entre trabalho e educação. A sua perspectiva marxista de compreender a sociedade e a educação reforçam essa concepção de educação humanização e libertadora.

Lombardi (2005) destaca a atualidade da teoria marxista, assim como discute o contexto das propostas pedagógicas burguesas e socialistas no Século XIX, fruto do embate entre burguesia e proletariado, e traz uma breve discussão sobre a concepção de educação, do ensino e da formação profissional na obra de Marx e Engels, enfatizando, também, as contribuições de Lenin, Krupskaja e Makarenko na conformação de uma proposta pedagógica comunista.

Segundo Lombardi (2005), a eternização capitalista, dada por uma perspectiva teórica defensora do fim da história, precisa demonstrar que as aceleradas transformações em curso desvelam um processo de constante recomeçar de uma história marcada pela contradição.

Nesse ponto, precisa-se voltar novamente a Sánchez Gamboa (2012), afirmando que se faz necessário tomar o esforço da pesquisa na universidade como um “trabalho humano” e não como “exercício acadêmico”.

[...] Se tomarmos os esforços da iniciação científica e a elaboração de dissertações e teses, exigidos nos cursos de graduação e pós-graduação, como “trabalho humano” e não como simples exercício acadêmico, certamente é possível superar os diferentes desvios e condicionantes que reduzem a capacidade de compreensão da problemática da realidade e a dimensão transformadora da pesquisa a um simples exercício de repetição de um saber técnico. Tal reducionismo que desvirtua a tarefa fundamental de produzir novas respostas e acumulação de massa crítica para a transformação da realidade ser superado em prol de um conhecimento que contribua para que nossos países em desenvolvimento percorram seus caminhos de afirmação científica, econômica, política e cultural de que tanto necessitam. (SÁNCHEZ GAMBOA, 2012, p. 47).

Nesse sentido, pode-se afirmar que essas pesquisas, socializados por meio desses trabalhos acadêmicos em nível de Mestrado e Doutorado, apresentam contribuição imensurável para compreensão do mundo do trabalho, assim como explicitam as inúmeras nuances do processo de exploração do trabalhador.

Este estudo não coincide com o estudo de Sánchez Gamboa (2012), mas aproxima-se consideravelmente deste, da categoria de pesquisa que ele, fundamentado em Vielle (1981), identifica como “pesquisa das pesquisas”. Ele expõe que se pode identificar uma preocupação crescente como essa categoria de pesquisa.

[...] As revistas especializadas em educação vêm dedicando espaço cada vez maior à análise da investigação realizada na área. Há uma preocupação, entre outros aspectos, com o grau de eficiência da investigação em educação, sua utilidade, sua correspondência às necessidades reais, a conveniência ou não de determinar prioridades de estudo, a importância de se detectar se as investigações estão orientadas na direção da conservação do *status quo* ou em direção da mudança das atuais estruturas da sociedade. Hoje especialmente questiona-se o tipo de método utilizado nas investigações educativas e a forma de abordar os diferentes problemas; questiona-se a investigação empírica por privilegiar só algumas formas de investigar a multifacetária e contraditória realidade educativa; e coloca-se a necessidade de uma reflexão sobre o contexto da investigação de onde se obtém seu sentido. (SÁNCHEZ GAMBOA, 2012, p. 25).

Sua pesquisa trata-se, portanto, de estudo epistemológico das pesquisas desenvolvidas na área da educação, considerando ser a preocupação com o método um aspecto positivo da Pós-Graduação em Educação. Sobre discutir “teoria e método” nas pesquisas analisadas, Sánchez Gamboa (2012) diz que:

[...] Toda investigação supõe um corpo teórico, e este deve ter um método que lhe seja apropriado; porém, a relação importante no processo da elaboração do conhecimento é desvirtuada pela mitificação dos métodos que são desvinculados dos contextos teóricos, ainda mais quando estes são utilizados indiscriminadamente, à maneira de uma moda, e a teoria é reduzida a um corpo de definições, a um simples marco de referência ou a uma revisão bibliográfica superficial. Thiollent (1981) propõe, para superar estas tendências, que na formação dos investigadores se devem combinar ao menos três elementos: teorias educacionais, técnicas de investigação e epistemologia sobre os métodos. (SÁNCHEZ GAMBOA, 2012, p. 43).

As problemáticas contidas nas pesquisas dos Programas de Pós-Graduação selecionados demonstram grande relevância acadêmica e social. Seus referenciais teóricos são, na maioria das pesquisas, fundamentados em referenciais críticos da teoria marxista e seus métodos, como não poderia deixar de ser, orientam-se pela perspectiva do materialismo histórico e dialético. Pode-se afirmar, então, que essas pesquisas sustentam-se em teorias educacionais, técnicas de pesquisa adequadas e revelam um conjunto de reflexões epistemológicas sobre o método.

Mas, ao voltar-se para o estudo de outras pesquisas, esta análise não está isenta de limitações. Pelo contrário, ela é, em parte, resultante da preocupação de seu autor em contribuir com essa reflexão epistemológica. Entretanto, afirma-se que a rigorosidade metodológica, resultante da investigação epistemológica sobre as pesquisas levará a uma *práxis* necessária à produção do conhecimento científico na área da educação.

Poder-se-ia questionar: não seria a produção do conhecimento científico a função social da universidade? Se sim, a função social da universidade seria, então, o necessário enfrentamento dos problemas sócio-históricos vividos pelos trabalhadores. Entretanto, a concepção hegemônica de universidade não foi criada com esse propósito. De outro modo, foi criada para a formação da elite dirigente de cada nação, formação do conhecimento erudito e da técnica necessária para o desenvolvimento do capital, conforme a análise de alguns modelos institucionais aqui investigados.

Tem sido essa a função social da universidade, formar “mão de obra e tecnologia” para a reprodução do capital e, concomitantemente, de forma contraditória, produzir “pesquisas críticas” sobre o processo de exploração do capital. Trata-se portanto, das funções antitéticas assumidas pela universidade em seu processo de consolidação histórico.

Os modelos institucionais de enfrentamento ao processo de reforma da “universidade heterônoma” ainda são incipientes. Não estão sintonizados aos interesses dos trabalhadores e ainda não se constituem em uma estratégia de emancipação e humanização dos trabalhadores e de enfrentamento do processo de exploração do capital. Um exemplo disso pode ser

observado nas pesquisas que denunciam o trabalho escravo, o trabalho infantil, a intensificação do trabalho docente, assim como, o processo de adoecimento dos trabalhadores subjugados à condições desumanas de trabalho.

Ao se tomar como referência o método dialético marxista, destaca-se que a tese do capital para a universidade é de um modelo institucional heterônomo (SGUISSARDI, 2003) ou operacional (CHAUÍ, 1999), mas a antítese, materializada em modelos como a universidade do trabalho e a universidade do movimento social, dentre outros, encontra-se frágil. Esse fato impossibilita vislumbrar, em curto prazo, uma síntese nesse momento histórico. Não obstante, tem-se a clareza da realização de pesquisas de problemáticas referentes ao processo de exploração do trabalho pelo capitalismo, por exemplo, pautadas em teorias e métodos que possibilitem o desvelamento de suas contradições e podem contribuir para a construção desse modelo institucional de universidade que seja a síntese desse processo.

Outro aspecto interessante desse processo revela-se na relação da natureza do trabalho da produção do conhecimento científico no interior da universidade, no contexto da hegemonização da produção e na reprodução de consciência prática, com o movimento incessante de reprodução do capital. Nesse sentido, recorda-se a história de Thales, contada no livro de Minogue (1981). Ao discutir o “conceito de universidade”, o autor lembra que a história de Thales mostra que ele caiu num poço porque estava muito entretido olhando as estrelas, fazendo uma analogia com o embate entre teoria e prática na sociedade contemporânea, marcada pela exigência de uma vida prática e flexível, principalmente no que tange às práticas produtivas e de formação do trabalhador. Assim, fica a questão: teria a universidade caído num poço!? Estaria a universidade, como reclama o senso comum, de costas para a sociedade?

Defende-se que não! Contudo, essas questões atravessam a vida universitária (ensino, pesquisa e extensão) em todas as suas dimensões. Perpassa, também, as diferentes concepções e modelos institucionais universitários que foram construídos historicamente. Essas características marcaram profundamente a produção da pesquisa e, ainda mais, a produção da pesquisa sobre a relação trabalho e educação.

A função social da pesquisa no sentido da instrumentalização da luta dos trabalhadores por sua emancipação se dissipa na luta frenética pela sua inserção ou manutenção no

“mercado de trabalho”, endeusada pelos discursos da “empregabilidade”⁶⁹. Esse é o contexto onde se ‘desenrolam’ as pesquisas universitárias.

Dentre as Teses e Dissertações, vale destacar que nenhuma dessas aborda diretamente a relação entre universidade e trabalho. Duas delas abordam a formação do trabalhador na universidade, mas não aprofundam uma reflexão sobre a natureza e a função da universidade frente ao trabalho no Brasil.

Nesse sentido, conforme afirmado, fundamentado no quadro de referências anteriormente apresentado, essas pesquisas, socializadas por meio dessas Teses e Dissertações, foram desenvolvidas no contexto da Universidade Federal do Pará, uma Universidade Pública Federal, Instituição estruturada sobre a concepção humboldtiana de universidade.

Outro aspecto levado em consideração nas análises refere-se ao fato de que essas pesquisas são, também, resultados de processos formativos de pesquisadores (que estabelecem relações com seus orientadores) que estão institucionalmente responsáveis por essas práticas no interior da universidade.

Dialeticamente, além de analisar e socializar as inúmeras experiências de enfrentamento ao capital mobiliza, por meio da produção do conhecimento, esses trabalhadores para a construção do seu processo de conscientização e para a luta política.

Para Chauí (2001), precisa-se analisar a “compatibilidade entre as duas vocações” da universidade, quais sejam: a vocação científica e a vocação política. Só assim poder-se-á refletir sobre as contribuições da universidade frente ao trabalho por meio da pesquisa. Para essa autora existem “inúmeros exemplos históricos” sobre a compatibilidade entre essas duas vocações. Para tanto, Chauí (2001) afirma que “a relação entre o saber e o poder nos vem de um exemplo clássico e de um contemporâneo”.

[...] O exemplo clássico é o dos gregos. Com o nascimento da democracia, a educação aristocrática de formação do guerreiro belo e bom, formado pela poesia de Homero e Hesíodo e pelo aprendizado da ginástica e da dança, cedeu lugar ao ideal da formação do cidadão que pudesse exercer na assembleia seus dois direitos fundamentais – o da isonomia e o da isegoria. Essa educação democrática exigia também que o conhecimento dos negócios da cidade não ficasse na dependência dos deuses e dos círculos de iniciados em mistérios, mas fossem do conhecimento de todos. Com isso, como diz Moses Finley, os gregos inventaram a política [...] e, ao mesmo tempo, e não por acaso, criaram a filosofia. Inventaram, ao mesmo tempo, a ideia ocidental do poder e da razão e criaram escolas [...] para a formação do

⁶⁹ Empregabilidade em Frigotto (2000), não é um problema meramente conjuntural, resultante da qualificação do trabalhador, como quer fazer acreditar a Teoria do Capital Humano, ela é inerente à estrutura sócio-metabólica do capital.

cidadão e do sábio com uma única educação e uma única vocação. (CHAUÍ, 2001, p. 116-117).

Existe, portanto, nesse exemplo clássico, uma compatibilidade entre a formação científica e a formação política para o cidadão e para o sábio, conforme demonstra Chauí (2001), mas essa concepção de educação se dissipa “[...] nas mãos de oligarquias e impérios monárquicos” (CHAUÍ, 2001, p. 117). No que tange ao exemplo contemporâneo, a autora diz que se trata pelos eventos que se identificam como “1968”.

[...] O segundo exemplo, nosso contemporâneo, é dado pelos eventos que genericamente, chamamos de “1968”, para enfeixar os movimentos sociais, os movimentos de direitos civis, os movimentos estudantis, os movimentos guerrilheiros da América Latina e os movimentos libertários da antiga Europa do Leste. Em todos eles, o ponto de partida, se não foi a universidade como instituição, foi a universidade como irradiadora de conhecimento e práticas novas, muitas das quais visando a transformação da própria universidade – para seu bem e para seu mal. Em maio de 1968, partem dos *campi* universitários os movimentos contra a guerra do Vietnã, pela liberação feminina, pelos direitos dos negros, pela redemocratização no Brasil. A formação lenta e difícil do “Solidariedade” teve como ponto de partida os universitários tchecos de Praga. (CHAUÍ, 2001, p. 117-118).

Esses dois exemplos explicitam a possibilidade dessa relação entre a vocação científica e política da universidade, em momentos distintos da civilização ocidental. Com o exemplo contemporâneo ligado à realidade da universidade brasileira.

A pesquisa na universidade contemporânea brasileira constitui-se na manifestação de sua vocação científica. Essa pesquisa, ao voltar-se para a reflexão sobre o trabalho, fundamentada em abordagens teóricas e metodológica críticas, articula essa função científica com a função política.

Por outro lado, Chauí (2001) destaca, também, que existem incompatibilidades entre essas duas vocações da universidade. A primeira incompatibilidade refere-se “[...] quando examinamos a diferença da temporalidade que rege a docência e a pesquisa e a que rege a política” (CHAUÍ, 2001, p. 120). Essas diferentes temporalidades entram em confronto de forma explícita no interior da universidade contemporânea, principalmente no que se refere à produção da pesquisa no interior dos Programas de Pós-Graduação.

A segunda incompatibilidade, segundo a autora,

[...] ocorre da natureza da política democrática, fundada na alternância periódica dos ocupantes do poder. Essa alternância, essencial à democracia, significa que, periodicamente, a sociedade pode decidir seja pela continuidade seja pela descontinuidade das políticas, isto é, de um projeto político ou de um conjunto de políticas públicas. (CHAUÍ, 2001, p. 122).

Contudo, a autora destaca que a universidade precisa da continuidade dos projetos e programas.

A terceira incompatibilidade refere-se à ideia de que “[...] a sociedade brasileira é uma sociedade autoritária, tecida por desigualdades profundas e gera um sistema institucionalizado de exclusões sociais, políticas e culturais. Isso faz com que a vocação científica da universidade tenda a reforçar a exclusão social” (CHAUI, 2001, p. 123). Pode-se, ainda, incompatibilizar com a sua vocação política.

E, por fim, essa incompatibilidade “[...] vem aumentando à medida que crescem e se expandem a ideologia e política neoliberal” (CHAUI, 2001, p. 122). Essas compatibilidades e incompatibilidades vêm gerando, no interior das universidades, impasses na sua relação com a sociedade.

Saviani (2016), na aula inaugural da PPEB, da UFPA, explicita que “[...] o processo de libertação dos oprimidos passa necessariamente, pelo domínio dos seus saberes (conhecimento)”. Nesse sentido, o processo de libertação dos trabalhadores, não logrará êxito, a não ser que se tenha domínio sobre o processo de produção do conhecimento dos defensores do capital, para que, explicitando as suas contradições, possa-se operar a sua transformação.

Além dessa questão, instala-se, ainda, no cerne desse debate, uma discussão epistemológica referente ao processo de conhecimento do mundo. Vive-se um momento histórico, que exige de cada um muita capacidade científica e política para “ler o mundo”, ou melhor, usando uma definição de Kosik (1976), analisada na “dialética do concreto”, precisa-se de instrumentos teóricos e metodológicos capazes de quebrar a “pseudo-concreticidade do real” do discurso político-ideológico plasmado sobre o real.

[...] O projeto de universidade pública como uma instituição do Estado brasileiro aberta a uma massa ampla de jovens, à produção de pesquisa básica, à produção e apropriação de tecnologia e do pensamento crítico nos planos econômico, político, cultural e educacional é a mediação estratégica *sine qua non* do projeto de desenvolvimento de marca original e contra-hegemônico. (FRIGOTTO, 2006, p. 19).

Os trabalhadores, valendo-se dessas produções acadêmicas, podem ampliar as suas capacidades de compreensão da realidade, estruturar uma competência maior de mobilização política em torno de suas necessidades, ou seja, essas pesquisas desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação oferecem elementos teóricos e metodológicos necessário para uma “leitura crítica da realidade”, que são elementos fundamentais para a construção de uma *práxis* revolucionária.

Vale, entretanto, uma crítica profunda em relação à ampliação da articulação da vocação científica e política da universidade. Essa crítica refere-se ao distanciamento existente entre a universidade e os trabalhadores em geral. O discurso científico, que domina as Teses e Dissertações produzidas nos Programas analisados:

- constitui-se em barreira para a compreensão de muitos trabalhadores;
- seus sindicatos e partidos políticos não possuem uma política clara de socialização e debate das produções acadêmicas desenvolvidas na universidade para o processo de politização de seus quadros;
- os governos, por sua vez, também não fundamentam as práticas formativas de seus quadros nos conhecimentos produzidos no interior da universidade, assim como não incorporam, em suas formulações, de políticas públicas a esses conhecimentos; por outro lado,
- dada a circulação restrita de suas revistas científicas e os altos custos da política editorial brasileira, que encarece os livros, esse conhecimento não chega à grande massa, que é quem pode produzir essas mudanças, quem pode, de fato, operar essa *práxis*, ficando restritas, em grande medida, ao mesmo ciclo acadêmico que as produziu.

Entretanto, muito foi feito no sentido de quebrar esses círculos viciosos, principalmente no que tange ao processo de ampliação das publicações de periódicos eletrônicos; à realização de eventos abertos para a comunidade interna e externa a universidade; e, também, por meio da ampliação de um número maior de vagas e bolsas no Programas de Pós-Graduação, o que permite que esses trabalhadores vivenciem a pesquisa em seus processos formativos.

No caso específico da Universidade Federal do Pará, isso ganha um agravante pela ausência de canais ampliados de comunicação com a sociedade paraense. A Universidade possui redes sociais (*Facebook*, *Twitter*), um jornal impresso e *online* (*Beira do Rio*), mas com baixa circulação externa, e uma *Rádio Web*. Falta integrar ou potencializar tudo isso por meio de um canal de televisão, ou em programas de inserção em emissoras de televisão aberta, tal qual se fazia há algum tempo atrás, por meio do *Minuto da Universidade*.

Evidente que o caráter resumido e efêmero de instrumentos como esse limita a socialização desses conhecimentos, mas pode despertar o interesse e a curiosidade para as ações da Universidade, possibilitando uma integração da sua vocação científica e política. Por

outro lado, gera uma possibilidade de a Universidade realizar uma espécie de prestação de contas junto à sociedade e ao interesse público, que é a razão da sua existência.

[...] Muitos outros autores e autoras têm a mesma preocupação que os autores e autoras que apresentei nesse pequeno texto. O que me parece importante é que possamos refletir no espaço acadêmico sobre qual o lugar da teoria num projeto emancipatório e como se pode reaproximar a teoria da prática e a prática da teoria, potencializando aqueles e aquelas que vem sendo excluídos e impedidos de aprender a dizer a sua própria palavra de modo que mudem as suas próprias vidas e comprometam-se num processo de mudança social. (GARCIA, 2011, p. 38)

Não há necessidade de retomar Habermas (1984) sobre o conceito de ação comunicativa, como um elemento estruturante do processo de luta contra hegemônica, como uma estratégia para disputar os projetos por dentro da universidade, ou como uma forma de subsidiar as pesquisas acadêmicas nessa luta, simplesmente aqui se retoma uma ideia defendida por Gramsci (2006), nos anos de 1919 e muito bem analisada por Manacorda (1990, p. 134), que afirma que a “[...] universidade e a escola não são os únicos organismos de cultura e de formação que Gramsci colocou sob exame: existem ‘outras vias’, outros organismos, que podem também construir um possível modelo para a escola”.

Nesse ponto, Gramsci (2006) refere-se a tarefa de sua revista e da imprensa. Passa por aí o debate sobre as contribuições da universidade frente ao trabalho. É necessária uma socialização dessa “cultura acadêmica” contida nessa produção científica da universidade. A cultura do conhecimento intelectual, não pode sobrepor-se à cultura dos que se propõem estudar e compreender. Há uma limitação provocada pelo “desnível” produzido entre o conhecimento científico da universidade e o saber dos trabalhadores. No rompimento desse “desnível” reside a contribuição da universidade frente ao trabalho.

As pesquisas sobre a relação universidade e trabalho entende que a relação entre a vocação científica e a vocação política manifesta-se necessariamente por meio das produções acadêmicas dos seus Programas de Pós-Graduação, entendendo este como o mais alto nível de produção do conhecimento no interior da Amazônia.

Por fim, defende-se que as pesquisas, desenvolvidas nos programas de Pós-Graduação das universidades, produzem contribuições significativas frente ao trabalho, conforme revelam os dados. Trata-se de pesquisas que aprofundam os estudos sobre os diversos aspectos da vida do trabalhador, nos seus mais diversos *lócus* de atuação;

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizo esta Tese apresentando algumas considerações e lembrando um questionamento de Garcia (2011), que ecoa entre as práticas de pesquisa na Universidade e que de uma forma ou de outra problematiza o papel da universidade diante da sociedade. Ela questiona:

[...] Será que nossas pesquisas têm nos ajudado a dar respostas para o empasse que vive a escola brasileira, de todos os níveis; será que os textos que temos escrito têm sido bem escritos e bem compreendidos e, sobretudo, têm contribuído para que professores e professoras de todos os níveis de escolaridade criem alternativas pedagógicas ao que vem historicamente acontecendo; será que estamos como intelectuais respondendo ao impasse que tem desafiado a escola brasileira? (GARCIA, 2011, p.10)

A partir desse questionamento, feito pela autora para o campo específico da educação, poder-se-ia perguntar, ampliando os horizontes, se as pesquisas ajudam a compreender e a transformar a nossa sociedade, ou o mundo do trabalho. Em outros termos, como a universidade, por meio de suas pesquisas, contribui para ampliação do conhecimento das problemáticas sociais do nosso tempo e para a superação dessas problemáticas.

No meio de tantos questionamentos, Garcia (2011) apresenta a sua compreensão sobre o assunto:

[...] O que me parece importante é que possamos refletir no espaço acadêmico sobre qual o lugar da teoria num projeto emancipatório e como se pode reaproximar a teoria da prática e a prática da teoria, potencializando aqueles e aquelas que vêm sendo excluídos e impedidos de aprender a dizer a sua própria palavra de modo que mudem as suas próprias vidas e comprometam-se num processo de mudança social. (GARCIA, 2011, p.38).

Assim, as contribuições da universidade na formação de profissionais para o mundo do trabalho e na produção de ciência e tecnologia erguem-se como elemento fundamental nessa discussão, visto que a atividade teleológica, plasmada sobre o processo de trabalho, diferencia o trabalho humano da atividade de todas as outras espécies. Subjacente a essa característica teleológica, estrutura-se uma profunda articulação entre ideia e ação, entre o abstrato e o concreto, entre o pensado e o realizado, entre a teoria e prática, entre o pensar e o fazer, enfim, entre trabalho intelectual e trabalho manual.

Aquilo que Marx (1982) demonstra em sua concepção de trabalho é um processo que existe enquanto ideia e que, por meio da atividade do homem sobre a concretude, se realiza, torna-se concreto. Por isso, só os homens o realizam, pois só os homens possuem essa

capacidade de projetar idealmente algo que queira realizar e posteriormente realizar. Assim, produz sentidos para as coisas, para a vida e para a sua própria existência.

Nesse sentido, afirma-se que a universidade possui um lugar fundamental no processo de emancipação humana. Defende-se que o “lugar da teoria num projeto de emancipação” é fertilizar, potencializar e transformar a prática da pesquisa universitária por meio de uma dialética permanente com a realidade social. Por isso, defende-se aqui um processo rigoroso de democratização da universidade.

Eco (2012, p. XIII) diz que “[...] antigamente a universidade era uma universidade de elite, apenas os filhos dos formados tinham acesso a ela. Salvo raras exceções, quem estudava dispunha de tempo integral”. Dados hodiernos demonstram que a taxa de escolarização bruta da Educação Superior é de 28,7%, e de 18,8% a taxa de escolarização líquida (INEP, 2012). Indicadores como esse é um reflexo de que a universidade brasileira ainda se constitui elitista, mas não tanto como na época citada por Eco (2012). Esses dados demonstram uma perspectiva de melhoria do acesso nos últimos anos, mas a população em geral, especialmente os trabalhadores, ainda enfrentam dificuldades de acesso à universidade para sua formação em nível superior.

Por isso, espaços de pesquisa universitária, que têm o trabalho como categoria central, mostram-se extremamente necessário nesse momento histórico de crise do capital. A concepção popular de universidade, defendida pelos movimentos sociais, coloca-se como um enfrentamento à concepção hegemônica de universidade no Brasil e no mundo. Nesse sentido, a Escola Nacional Florestam Fernandes (ENFF) desenvolve um trabalho fundamental para o processo de enfrentamento do caráter desumanizador e degradante desenvolvido pelo capital. Trata-se de processos educativos desenvolvidos pelos movimentos sociais que buscam a construção de projetos coletivos de pesquisa e produção do conhecimento.

A análise das Dissertações e Teses dos Programas de Pós-Graduação em Educação, em Ciências Sociais e em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido da Universidade Federal do Pará apresentou, em sua maioria, uma concepção de trabalho como elemento fundamental no processo de humanização do homem. A maioria das pesquisas fundamenta-se na teoria marxista e concebe uma indissociável articulação entre trabalho, universidade e pesquisa, ou seja, produção do conhecimento universitário.

A universidade frente ao desenvolvimento da Amazônia é uma temática instigadora e demanda estudos aprofundados do que uma reflexão do porte daquela que aqui foi proposto realizar, todavia é possível afirmar que a universidade é inequivocamente um dos principais

instrumentos capazes de proporcionar de forma sistemática de elementos impulsionadores do desenvolvimento em sua plenitude.

No caso da Amazônia, ficou patente o papel que a universidade desempenha e o que ela deve desempenhar na contribuição do desenvolvimento da Região. Algo que fica claro, também, é a necessidade de maior presença das Universidades nos médios e pequenos municípios da Região, algo que já vem sendo feito de forma bastante significativa em estados como o Pará e o Amazonas, tanto nas Universidades Federais, com a criação de duas novas Universidades, como nas Universidades Estaduais, que vêm focando ações acadêmicas em vários *campi* no interior de seus respectivos Estados.

Os dados revelam que a maioria das pesquisas se fundamenta em uma concepção crítica da categoria “trabalho”. Essas pesquisas entendem o trabalho enquanto fundamental no processo de humanização do homem. Destacam, portanto, a sua dimensão histórica e ontológica, assim como o seu caráter educativo. Ou seja, mesmo dentro de um modelo de universidade humboldtiano, diverso, portanto, dos modelos de Universidade Popular, alicerçado no tripé ensino, pesquisa e extensão, pode-se afirmar que as pesquisas, com raras exceções, estruturam profundas críticas à atual forma de trabalho, sob a lógica do capital.

Quanto à concepção de trabalho analisada nas pesquisas sobre a temática “trabalho e educação”, conforme já destacamos, concebem a categoria “trabalho” em seus aspectos ontológicos e históricos. Apenas uma está voltada especificamente para o espaço escolar, a maioria defende o trabalho como elemento fundamental da *práxis* formativa do homem. Isso considerando que os seus referenciais críticos revelam uma preocupação com a redução da categoria trabalho ao conceito de emprego e condenam o trabalho infantil como uma manifestação da concepção liberal do trabalho enquanto mercadoria.

A concepção de trabalho nas pesquisas sobre “trabalho docente”, pode ser entendida “como uma dimensão do trabalho escolar”, onde se destacam estudos sobre seus aspectos históricos e das representações sociais que os docentes possuem do seu trabalho. Mas a denúncia de que a precarização do trabalho docente, resultante de um processo de intensificação, tem levado à existência de problemas de saúde aos trabalhadores docentes.

A análise da concepção de trabalho nas pesquisas, que estudam a “reestruturação produtiva” na vida dos trabalhadores, revelam as implicações negativas no processo de qualificação e formação dos trabalhadores, na perda dos direitos sociais adquiridos e radicalmente no aumento do desemprego. Por outro lado, a análise dessas pesquisas revela, também, que existem resistências e lutas por parte desses trabalhadores, principalmente, potencializa a construção da consciência de classe e instrumentaliza a luta contra hegemônica

dos trabalhadores, por meio da luta sindical, construída por meio da formação de sindicatos do setor.

A concepção de trabalho nas pesquisas sobre “trabalho escravo”, revelam que o trabalho escravo nega a possibilidade do trabalho enquanto princípio educativo, pois, além dos processos desumanos de exploração, o trabalho escravo associa-se à prática de outros crimes em nossa sociedade, sustentado pelas condições de pobreza e miséria dos trabalhadores da Amazônia. A ausência do Estado nessa região manifesta-se na inexistência de políticas públicas contra o trabalho escravo. Essa característica é denunciada nas diversas pesquisas analisadas.

Conforme já destacamos a análise dessas pesquisas demonstram que a contradição, no campo da “educação profissional”, se manifesta de formar muito acentuada, por meio de um sistema dual de oferta. As pesquisas analisadas revelam essas duas possibilidades.

A concepção de trabalho nas pesquisas sobre “trabalho e adoecimento” apresenta-se nessas pesquisas como mais uma consequência do processo de exploração do trabalhador. Isso significa que o trabalho enquanto prática de exploração e desumanização está presente em vários setores da economia e em várias instituições. Mas, significa também que a natureza crítica do referencial teórico que sustentam essas pesquisas potencializam suas contribuições para a formação, conscientização e empoderamento dos trabalhadores diante da lógica do capital.

A concepção de trabalho nas pesquisas sobre “condições de vida do trabalhador”, lançam uma reflexão crítica, sobre a possibilidade da humanização na sociedade capitalista. Isso não significa que elas neguem os aspectos negativos do trabalho sob a lógica do capital, pelo contrário, essas pesquisas são a maioria. Mas, elas reconhecem que mesmo assim, na dinâmica contraditória do real, há possibilidade de humanização, onde destacam aspectos positivos das condições de vida do trabalhador, inclusive em um dos casos ligados ao trabalho na universidade.

Por fim, a concepção de trabalho nas pesquisas sobre as “outras temáticas” encontradas, apontam criticamente o processo de subsunção do trabalho pelo capital, o processo de exploração e alienação do trabalhador, os processos formativos aligeirados e fragmentados que são oferecidos para os trabalhadores, ao passo que esse processo na dinâmica concreta do “mercado de trabalho”, no que tange aos processos sócio-metabólicos de produção e reprodução, continua radicalizando-se cada vez mais. Todavia, as pesquisas não podem impedir que esse processo continue a ocorrer.

Por outro lado, a concepção de educação nas pesquisas sobre “trabalho e educação”, fundamentam-se na perspectiva de uma educação engajada, ou seja, destacam a dimensão política como uma dimensão inerente ao processo de educação e formação profissional. Articulam o processo de formação profissional inicial com o processo de formação e desenvolvimento profissional ao longo da carreira. Revela-se a necessidade de que o processo educativo se constitui um bem em si.

A concepção de educação nas pesquisas sobre “trabalho docente” revelam-se críticas. O número de pesquisas sobre essa temática revela a sua importância e o nível de preocupação dos pesquisadores para com o trabalho docente. Orientados pelas perspectivas crítica de uma teoria de concepção marxista de educação, buscam o fortalecimento da luta política e sindical, com o intuito de construir a valorização e profissionalização docente. A concepção de educação defende uma formação humanizadora por meio da qual o trabalho docente é o eixo estruturante.

As pesquisas mostram que não há um sectarismo nos Programas de Pós-Graduação, que impossibilite a realização de pesquisa fundamentada nessa ou naquela teoria. Isso se reflete nessas pesquisas sobre educação e “educação profissional”, enquanto as duas fundamentam-se na teoria marxista, outra estrutura a sua análise, segundo a teoria do capital humano, que entende a educação enquanto uma mercadoria. Isso significa que enquanto algumas defendem a educação profissional ampliada; outra defende uma concepção de educação reducionista, ligadas ao treinamento e instrução técnica.

A concepção de educação nas pesquisas sobre “trabalho e adoecimento” denunciam as precárias condições de trabalho e de vida provocadas por este, sob a lógica do capital. Elas demonstram que o adoecimento do trabalhador resulta da intensificação e da exploração exacerbada dos trabalhadores das mais diversas áreas de atuação profissional. Isso significa que os pesquisadores para realizarem essas críticas sustentam-se em uma concepção de educação enquanto prática social e cultural, que não está circunscrita aos limites da sua formação técnica. Defendem, portanto, que para que haja a superação dessas condições de adoecimento faz-se necessário pensar trabalho e educação de forma integrada no processo de humanização do homem.

Quanto a concepção de educação nas pesquisas sobre “reestruturação produtiva”, demonstram a existência de um número reduzido de estudos sobre o trabalhador operário. Revela, também, o pequeno quantitativo desses trabalhadores na Amazônia, resultante do diminuto número de indústrias na região, assim como, pode revelar, também, a presença modesta de operários entre os quadros de pesquisadores nos Programas de Pós-Graduação da

Universidade. Essas pesquisas reforçam a ideia de que as subcontratações, a inserção de inovações tecnológicas no trabalho e na gestão das empresas, resultantes da reestruturação produtiva, exigiu uma mudança na concepção de educação no setor produtivo. A contribuição acadêmica dessas pesquisas, estão no sentido de vislumbrar a relação trabalho e educação para além do espaço escolar, compreendendo a categoria educação de uma forma ampliada.

Na concepção de educação nas pesquisas sobre “trabalho escravo” destacam-se dois aspectos relacionados à educação: o primeiro, refere-se a concepção de educação desenvolvida em nossa região, extremamente marcada pelo autoritarismo e ao conservadorismo, ligada a elementos da tradição colonialista, que sustentam a presença do trabalho escravo; segundo, a concepção de educação, que fundamenta essas pesquisas, defende a educação como processo de humanização e cumpre uma função social fundamental na denúncia desses crimes.

A concepção de educação nas pesquisas sobre “condições de vida do trabalhador”, demonstram que precisa-se romper com o processo de alienação e exploração, a fim de que se tenha uma educação que possibilite uma formação verdadeiramente humana. Pois, os resultados dessas pesquisas revelam que, em todas essas atividades laborais, sob a lógica do capital, vêm reduzindo, cada vez mais, as possibilidades da construção dessa educação. Daí a relevância social dessas pesquisas e do enfrentamento no sentido da construção dessa educação.

Em suma, é possível afirmar que essas pesquisas revelam a diversidade de temáticas, como uma dimensão do compromisso social da pesquisa com a sociedade. Ou seja, esse conjunto de pesquisas, não apenas essas agrupadas sobre a denominação de “outras temáticas”, mas todas as outras também revelam a contribuição da universidade frente ao trabalho. O compromisso social da universidade com a sociedade em geral.

Nessa pesquisa analisamos as abordagens teóricas e metodológicas das pesquisas dos programas de pós-graduação investigadas que são: PPGED, PPGSA e PPGDSTU.

Nas pesquisas desenvolvidas no âmbito do PPGED, as pesquisas analisadas demonstram que a abordagem qualitativa é a mais utilizada. Além disso, essas pesquisas fundamentam-se nos referenciais teórico-metodológicos do materialismo histórico da teoria marxista, no estudo de caso, na pesquisa documental e entrevista semiestruturada e a análise dos dados estrutura-se por meio da análise de conteúdo.

As pesquisas desenvolvidas no PPGSA, demonstram essa especificidade metodológica de análise dos dados coletados em campo por meio das expectativas e intenções dos pesquisadores. Nesse sentido, a maioria dessas pesquisas fundamenta-se em abordagem

qualitativa, realizadas por meio de pesquisa de campo, com predominância das pesquisas fundamentadas em estudos de cunho socioantropológico, na sociologia interpretativa e na etnografia. Os instrumentos de coleta de dados mais utilizados são as observações diretas. Entretanto, algumas pesquisas não explicitam seus instrumentais teórico-metodológicos.

Quantos às abordagens teóricas e metodológicas das pesquisas desenvolvidas no PPGDSTU, é possível sintetizar afirmando que as pesquisas no campo da educação são na sua maioria, qualitativas e fundamentadas na teoria marxista, usam a tipologia do estudo de caso, coletam seus dados por meio da pesquisa documental e entrevista semiestruturada e a análise dos dados estrutura-se por meio da análise de conteúdo. Quanto as demais pesquisa da área da sociologia, da antropologia e da área interdisciplinar declaram-se na sua maioria qualitativa, realizam pesquisa de campo e coletam seus dados por meio de observações direta.

Além disso, tecem profundas críticas ao processo de exploração e alienação pelo qual passa o trabalhador e denunciam as reformas e projetos educativos construídos, tendo como base a hegemonia do capital contra o trabalho, fundamentada, muitas vezes, nas teorias liberais de compreender o trabalho como mero produtor de mercadoria e a educação como um simples processo de treinamento e certificação para ocupar os postos de trabalho (ou emprego) definidos pelo capital.

Mesmo diante desse quadro, a universidade, por meio de suas atividades acadêmicas, destacadamente da pesquisa, que por ora é objeto desta Tese, desenvolve uma contribuição extremamente significativa diante do trabalho, que seria:

- Desvelar os processos contraditórios de organização e gestão dos processos produtivos.
- Denunciar a políticas de reforma e os projetos educacionais de cunho liberal, subjugado à lógica da reprodução do capital.
- Oferecer a produção do conhecimento científico como um instrumento de fundamentação da luta política desses trabalhadores.
- Formar mão de obra de alto nível de qualificação, capaz de investigar os fenômenos complexos do mundo do trabalho e das práticas educativas, de forma crítica e autônoma.
- Constituir-se, mesmo diante de todas as investidas estatais e do capital, livre e autônoma para a realização das investigações científicas, dos mais diversos temas e matizes teóricos.

Por outro lado, cabe registrar uma imensurável fragilidade da universidade, enquanto instituição secular, no Brasil e no mundo, no que tange ao seu processo de diálogo com os trabalhadores, com os movimentos sociais e sindicais organizados por esses trabalhadores.

Não se constituiu objeto de análise desta Tese, entretanto, ergue-se como um argumento fundamental na análise dos modelos institucionais de universidades críticas a esse modelo clássico. A ausência ou a restrição desse diálogo com os trabalhadores, com os movimentos sociais e sindicais sustentou e sustenta a necessidade de criação dos diversos modelos institucionais analisados nesta Tese.

As tentativas de criação de uma universidade do trabalho, ou Universidade Popular, representam uma crítica e uma necessidade dos trabalhadores em relação às suas concepções da complexa relação entre educação e trabalho. Emergem dessas experiências as tentativas de construção de outra epistemologia dos fenômenos do mundo do trabalho, ligada a uma *práxis* comprometida, politicamente, com a transformação das mazelas produzidas pelo capital.

Consideram a perspectiva crítica da maioria das pesquisas estudadas e a permanência e ampliação desses problemas sociais tratados nessas pesquisas demonstra que a universidade ainda possui uma longa luta social para reverter esse jogo de forças sociais para fazer com que suas pesquisas produzam os resultados que a sociedade exige.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. H. M. de. **Subjetividade, trabalho e saúde dos servidores do Hospital Universitário João de Barros Barreto: prazer e sofrimento na aposentadoria.** 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém.
- ALFAIA, F. J. C. **A práxis dos trabalhadores da cooperativa agrícola resistência tocantina em Cametá/Pa.** 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém.
- ALMADA, F. de A. C. de. **A experiência educativa de uma casa familiar rural e suas contribuições para o desenvolvimento local.** 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J. Usos e abusos dos Estudos de Caso. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 129, p. 237-651, set./dez. 2006.
- AMARAL, I. M. do. **Os jovens com formação superior no mercado de trabalho paraense: suas percepções e formas de inserção.** 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém.
- ANDERY, M. A. . **Para compreender a ciência.** Uma perspectiva histórica. 5º edição. RJ, Espaço e Tempo, 1994.
- ANDRÉ, M. **Pesquisa em Educação: buscando rigor e qualidade.** Cadernos de Pesquisa n° 113, São Paulo: FEUSP e PUC-SP, julho de 2001, p. 51-74
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2009.
- ARAÚJO, M. P. de. **A organização do trabalho pedagógico em escolas multisseriadas no município de Cametá.** 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém.
- ARAÚJO, R. M. L.; RODRIGUES, D. (Org.). **Filosofia da práxis e didática da educação profissional.** Campinas: Autores Associados, 2011.
- ASSUNÇÃO, M. F. **O mito da virtuosidade da avaliação: trabalho docente e avaliações externas na educação básica.** 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém.
- BARRA, J. D. F. **A relação trabalho e educação no contexto dos acordos de pesca em Cametá/Pa: uma alternativa econômica ou uma prática de resistência?** 2013. Dissertação

(Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém.

BARROS, A. V. de. **Trabalho docente na educação básica na rede municipal de ensino em Belém**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém.

BATISTA, F. A. C. **Legitimidade intraorganizacional: um estudo sobre as coordenadorias de planejamento, gestão e avaliação na Universidade Federal do Pará**. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém.

BAUER, Martin W, GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002, pp.17-36.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BENJAMIN, J. **Inclusão no trabalho de pessoas com deficiência: um estudo da APAE de Barcarena-Pa**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém.

BIANCHETTI, L. Inclusão e exclusão no processo de qualificação profissional: educação corporativa, novos protagonistas e novos loci espaço-temporais de formação dos trabalhadores. In: MOLL, J.; SEVEGNANI, P. **Universidade e mundo do trabalho: Brasília**, 19 e 20 de dezembro de 2005. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. 3 v. (Coleção Educacional Superior em Debate).

_____. O processo de Bolonha e a intensificação do trabalho na universidade: entrevista com Josep M. Blanch. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 110, p. 263-285, jan./mar. 2010. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

BRASIL, S. S. **Trabalho, adoecimento e saúde: aspectos sociais da pesca artesanal no Pará**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Gráfica do Congresso Nacional, 1988.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 20 jan. 2016.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1974.

BRITTO, F. L. **As teorias pedagógicas de Wilhelm Von Humboldt na historiografia da educação alemã**. 2010. Disponível em: <<http://33reuniao.anped.org.br/internas/ver/trabalhos-gt02>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

CAMPOS, F. J. de S. **Trabalho docente e saúde: tensões da educação superior**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém.

CANALI, H. H. B. **Trabalho e educação: o papel da escola de aplicação da Universidade Federal do Pará como certificadora da qualificação profissional na Amazônia paraense**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém.

CARNEIRO, V. L. **Política de avaliação e trabalho docente no ensino médio**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém.

_____. **Profissionalização e escolarização: a experiência de articulação do SENAI-PA**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém.

CASTRO-GÓMEZ, S. **Decolonizar la universida: la hybris del punto cero y el diálogo de saberes**. Disponível em: <<http://www.ram-wan.net/restrepo/decolonial/14-castro-descolonizar%20la%20universidad.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2013.

CHAUÍ, M. A. Universidade Operacional. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 09 maio 1999, Caderno Mais.

CHESNAIS, F. A “nova economia”: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In: _____. **Uma nova fase do capitalismo**. São Paulo: Xamã, 2003. (Seminários Marxistas: questões contemporâneas).

CONCEIÇÃO, T. S. **Trabalhadores dos canteiros de obras da UHE Belo Monte – Altamira: condições de saúde e políticas públicas**. 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém.

COSTA, M. R. S. da. **As repercussões da interiorização da UFPA no trabalho dos docentes da rede estadual de ensino no Pará nas décadas de 1980 e 1990**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém.

COSTA, R. P. da. **O grupo escolar Lauro Sodré em face da política de expansão do sistema escolar no estado do Pará: institucionalização, organização curricular e trabalho docente (1968-2008)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém.

CRUZ NETO, A. P. P. **Trabalho no sistema de vendas diretas: organização do trabalho sem vínculos empregatícios**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de

Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém.

CUNHA, L. A. **A universidade temporã: o ensino superior, da colônia à era varga.** São Paulo: Editora UNESP, 2007a.

_____. **A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior.** São Paulo: Editora UNESP, 2007b.

_____. **A universidade crítica: o ensino superior na república populista.** São Paulo: Editora UNESP, 2007c.

_____. **Qual universidade?** São Paulo: Cortez: Autores associados, 1989. 31 v. (Coleção Polêmicas do nosso Tempo).

DANTAS, E. E. V. **O trabalho docente nas veredas históricas da educação superior brasileira.** 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém.

DEL ROIO, M. (Org.). **A universidade entre o conhecimento e o trabalho: o dilema das ciências.** Marília: Unesp-Marília-Publicações, 2005.

DIAS, P. T. M. **Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: ambivalências e ambiguidades na operacionalização da política.** 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém.

DRÈZE, J.; DEBELLE, J. **Concepções da universidade.** Tradução de Francisco de Assis Garcia e Celina Fontenelle Garcia. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1983.

ECO, U. **Como se faz uma tese.** São Paulo: Perspectiva, 1991.

EVANGELISTA, O. **Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional.** 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/266009521_APONTAMENTOS_PARA_O_TRABALHO_COM_DOCUMENTOS_DE_POLITICA_EDUCACIONAL>. Acesso em: 10 dez. 2015.

FARIAS JÚNIOR, R. S. de. **A precarização do trabalho e o adoecimento docente em instituições de ensino superior privadas/ mercantis.** 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém.

FARIAS, L. de M. **O trabalho docente nas instituições públicas de ensino superior: intensificação do produtivismo acadêmico na UFPA.** 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém.

FERNANDES, L. S. Contabilizando os custos do trabalho escravo em empresas e fazendas. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém.

FERRÃO, E. da S. **Desenvolvimento sustentável, organização e reorganização de trabalhadores rurais do alto rio Atuí na ilha de Marajó**: exame de uma experiência. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém.

FREITAS NETO, J. A . Manifiesto de la Federación universitaria de Córdoba. **Revista Ensino Superior**, São Paulo, Unicamp, n. 3, p. 64-72, jun. 2011. Disponível em: <<https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/pdf/8>> . Acesso em: 30 mar. 2015.

FREITAS, R. C. F. **O trabalho do pedagogo no tribunal de justiça do Pará**: os desafios da inovação no exercício profissional. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém.

FREITAS, R. G. de. As condições de vida no trabalho e a saúde de professores de educação física do município de Belém. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Nova Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).

FRIGOTTO, G. (Org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. (Coleção Estudos Culturais em Educação).

_____. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Educação e crise do capitalismo real**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. Universidade pública, trabalho e projeto de desenvolvimento no Brasil sob o pêndulo da regressão social. In: MOLL, J.; SEVEGNANI, P. **Universidade e mundo do trabalho**: Brasília, 19 e 20 de dezembro de 2005. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. 3 v. (Coleção Educacional Superior em Debate).

GATTI, B. A. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília: Plano Editora, 2002. 1 v. (Série Pesquisa em Educação).

GARCIA, R. L. (Org.). **Para quem pesquisamos para quem escrevemos**: o impasse dos intelectuais. São Paulo: Cortez, 2011. 31 v. (Coleção Questões de nossa época).

GENTILI, P. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: _____. **Escola S. A.** – quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE/Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 1996. p. 9-49.

GOMES, C. M; FRIGOTTO, G; ARRUDA, M. et al. **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador.** São Paulo: Cortez, 2002.

GOMES, I. C. C. **O processo de criação de uma universidade para a Amazônia: os bastidores da construção da UFOPA.** 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém.

GOMES, S. S. da S. **Políticas educacionais para a educação tecnológica: a proposta do curso superior de tecnologia em gestão de recursos humanos da FAP e o histórico dualismo da educação brasileira.** 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém.

GONÇALVES, I. L. M. P. **“A gente tem uma vida lá fora...”** Relações entre gestão de recursos humanos e sociabilidade das pessoas empregadas nos supermercados da região metropolitana de Belém. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o estado moderno.** 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização, [1976] 1988.

_____. **Cadernos do cárcere.** Os Intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 2006. 2 v.

GUIMARÃES, A. R. **Trabalho docente universitário: participação dos professores na materialização da contrarreforma da educação superior na UFPA.** 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém.

GUINALZ, J. P. **Trabalho, alienação e adoecimento na produção de alumínio em Barcarena.** 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém.

HABERMAS, J. **A Nova Intransparência: A Crise do Estado do Bem estar e o Esgotamento das Energias Utópicas.** In: Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, 1987, Nº18.

HARVEY, D. **O Enigma do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

HOBBSBAWN, E. J. **Mundo dos trabalhadores: novos estudos sobre a história operária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

JANOTTI, A. **Origens da universidade: a singularidade do caso português.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

LESSARD-HÉBERT, M; GOYETTE, G; BOUTIN, G. **Investigações qualitativas: fundamentos e práticas**. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

LIMA FILHO, D. L. A Universidade Tecnológica e sua relação com o Ensino Médio e a Educação Superior: discutindo a identidade e o futuro dos CEFETS. In: _____; TAVARES, A . G. (Org.). **Universidade tecnológica: concepções, limites e possibilidades**. Curitiba: SINDOCEFET-PR, 2006.

_____.; TAVARES, A . G. (Org.). **Universidade tecnológica: concepções, limites e possibilidades**. Curitiba: SINDOCEFET-PR, 2006.

LIMA, R. M. **Uma dupla vida de risco: reflexões sobre o trabalho paralelo (bico) na Polícia Militar do Pará**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém.

LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Org.). **Marxismo e educação: debates contemporâneos**. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR, 2005.

LOPES, R. **O letramento selvagem: um estudo socioantropológico da apropriação da escrita por trabalhadores rurais assentados em área de reforma agrária na região da Transamazônica**. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém.

LOWY, M. **O método dialético e a teoria política**. RJ. Paz e Terra, 2009.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A . **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 6. reimp. São Paulo: EPU, 2001.

MANACORDA, M.A. **O Princípio Educativo em Gramsci**. São Paulo: Editora Alinea, 2008.

MANIFESTO DA JUVENTUDE DE CÓRDOBA. Disponível em:
<<http://www.reformadell8.unc.edu.ar/manifiesto.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2015.

MARTINS, E. de V. **Dinâmica da economia e das relações do trabalho da pesca artesanal no município de Santarém**. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém.

MARTINS, E. **Trabalho, educação e movimentos sociais: um estudo sobre o saber e a atuação política dos pescadores da colônia Z-16, no município de Cametá-PA**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém.

MARX, K. **O dezoito brumário e cartas a Kugelmann**. Tradução de Leandro Konder e Renato Guimarães. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **Para crítica da economia política: salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes: a economia vulgar**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).

_____. **O capital: crítica da economia política.** Livro 1. O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** Tradução de Luís Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (Coleção Clássicos).

MÈSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

_____. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2005.

MINOGUE, K. R. **O conceito de universidade.** Tradução de Jorge Eira Garcia Vieira. Brasília: Editora de Brasília, 1981.

MOLL, J. e SEVEGNANI, P. (Org.). **Universidade e mundo do trabalho:** Brasília, 19 e 20 de dezembro de 2005/ Organização: Jaqueline Moll e Palmira Sevegnani. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. (Coleção Educacional Superior em Debate; v. 3)

MONTE, E. D. **Políticas educacionais para a educação tecnológica: o trabalho docente na educação a distância:** a UFPA como expressão do fenômeno. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém.

MORAES, L. V. **A inserção das pessoas com deficiência visual no mercado de trabalho: um estudo em empresas da região metropolitana de Belém no período de 2000 a 2006.** 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém.

MORAES, M.C.M. Recuo na Teoria: Dilemas na Pesquisa em Educação. **Revista Portuguesa de Educação**, Universidade de Minho, Braga, Portugal, v. 14, n.001, p. 7-25, 2001. Disponível em: < <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/374/37414102.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2007.

MORAES, R. D. de. **Prazer-sofrimento e saúde no trabalho com automação:** estudo com operadores em empresas japonesas no Polo Industrial de Manaus. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém.

MOREIRA, H. L. F. **Trabalho, códigos, gratidão e reciprocidade na prisão:** um estudo de caso na Penitenciária Estadual de Parnamirim, no Estado do Rio Grande do Norte. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém.

MOREIRA, S. M. B. de L. **Ciência e educação superior na Amazônia:** trajetória e contribuição do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico

Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém.

MORGADO, J. C. Processo de Bolonha e Ensino Superior num mundo globalizado. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 37-62, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a03.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2015.

MOROSINI, M. Internacionalização da Educação Superior: um modelo em construção? In: RISTOFF, D.; SEVEGNANI, P. **Modelos institucionais de educação superior**: Brasília, 13 e 14 de outubro de 2005. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. 7 v. (Coleção Educação Superior em Debate).

MOROZ, M.; GIANFALDONI, M. H. T. A. **O processo de pesquisa: iniciação**. Brasília: Plano, 2002. 2 v. (Série Pesquisa em Educação).

MOTA JÚNIOR, W. P. da. **Os impactos do sistema ‘CAPES’ de avaliação sobre o trabalho docente na pós-graduação**: o caso da UFPA. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém.

NASCIMENTO, D. de S. **A expansão da educação superior e o trabalho docente**: um estudo sobre o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) na UFPA. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém.

NEVES, J. d’A. de V. **Projetos vividos representações construídas**: as representações sociais que mulheres e homens do assentamento CIDAPAR possuem sobre os saberes que buscam na escola para os seus projetos de vida. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém.

NOBRE, M. da S. **Entre o trabalho na roça e a venda na beira**: um estudo da dinâmica no modo de vida das famílias de Caraparu-Pará. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém.

NOGUEIRA, C. S. **Território de pesca no estuário marajoara**: comunidades quilombolas, águas de trabalho e conflito no município de Salvaterra (Pará). 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém.

NOGUEIRA, L. S. M. **O sofrimento negado**: trabalho, saúde/doença, prazer e sofrimento dos trabalhadores do alumínio do Pará – Brasil. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém.

OFFE, C. Sistema Educacional, Sistema Ocupacional e Política de Educação – Contribuição à Determinação das Funções Sociais ao Sistema Educacional. **Revista Educação e Sociedade**, São Paulo, CEDES, v. xx, n. 35, p.09-59, 1990.

OLIVA, W. M. Entrevista a Marcello Rollenberg. In: ROLLENBERG, M. (Org.). **Universidade: formação e transformação**. São Paulo: EDUSP, 2005.

OLIVEIRA, F. Prefácio: recuperando a visão. In: SGUISSARDI, V.; SILVA JR., J. dos R. **Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtividade acadêmica**. São Paulo: Xamã, 2009.

OLIVEIRA, M. B. S. de. **O sentido do trabalho para o servidor técnico-administrativo da UFPA**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém.

PADILHA, R. W. C. **A reestruturação produtiva e suas repercussões na qualificação e na formação profissional do trabalhador dos supermercados**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém.

PANTOJA, P. L. do R. **Saberes do trabalho na carpintaria naval artesanal no distrito de Carapajó – município de Cametá-Pa**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém.

PAULO NETTO, J. **Introdução ao método da teoria social**. Disponível em: <<http://www.foiceemartelo.com.br/posfsa/Autores/Neto,%20Jose%20Paulo/Introducao%20ao%20metodo%20da%20teoria%20social%20ou%20Introducao%20ao%20metodo%20de%20Marx.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2012.

PENA, S. C. **Família, escola e trabalho: tempos e espaços de formação de leitoras em narrativas de professoras alfabetizadoras**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém.

PEREIRA, R. M. dos R. **Reestruturação produtiva, inovações tecnológicas nos bancos nas décadas de 1980 e 1990: mudanças no perfil do trabalhador bancário em Belém**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém.

PIMENTEL, G. A. S. **Processos de subjetivação, poder disciplinar e trabalho docente no grupo escolar professor Manoel Antônio de Castro (1940 – 1970)**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém.

PINTO, M. de J. de S. **O fetiche do emprego: um estudo sobre as relações de trabalho de brasileiros na Guiana Francesa**. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém.

PRONKO, M. A. Crônica de um fracasso: uma história dos projetos de criação de Universidades do Trabalho no Brasil. **Educ. Soc.**, [online], v. 20, n.66, p. 84-103,1999. Disponível em: <www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/090_marcela.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2012.

REIS, M. I. A. dos. **Gestão, trabalho e adoecimento docente:** caminhos e descaminhos na Fundação Escola Bosque. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém.

RESQUE, S. P. **Exploração madeireira e trabalho análogo ao de escravo no estado do Pará:** o caso do arquipélago do Marajó. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém.

RIBEIRO, D. **A universidade necessária.** 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **Nossa escola é uma calamidade.** Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

RISTOFF, D.; SEVEGNANI, P. (Org.). **Modelos institucionais de educação superior:** Brasília, 13 e 14 de outubro de 2005. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. 7 v. (Coleção Educação Superior em Debate).

ROCHA, A. L. C. da; ECKERT, C. A interioridade da experiência temporal do antropólogo como condição da produção etnográfica. **Rev. Antropol.** [online]. v. 41, n. 2, p. 107-136, 1998. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-77011998000200004>>. Acesso em: 14 fev. 2015.

RODRIGUES, D. do S. **Saberes sociais e luta de classes:** um estudo a partir da colônia de pescadores artesanais z-16 – Cametá/Pará. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém.

ROMANO, R. Reflexões sobre a Universidade. In: SILVA, M. A.; SILVA, R. B. (Org.). **A ideia de universidade:** rumos e desafios. Brasília: Líber Livro, 2006.

SADER, E; GENTILI, P.; ABOITES, H. (Org.). **La reforma universitaria:** desafíos y perspectivas noventa años después. Buenos Aires: CLACSO, 2008.

SALGADO, A. da M. **O trabalho docente do sociólogo:** uma análise da intensificação em uma Instituição de Ensino Superior (IES). 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém.

SALIM FILHO, M. T. **Políticas públicas e trabalho no transporte alternativo na Amazônia moto-táxi.** 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém.

SAMPAIO, A. C. F. **O trabalho de Sísifo: crédito a comerciantes e reprodução do sistema de aviamento (1914-1919/1943-1952)**. 2002. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém.

SAMPAIO, I. C. B. **Reestruturação produtiva e flexibilização do trabalho: um estudo sobre os processos de subcontratações e relações de trabalho na Alunorte S/A**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém.

SANCHES, M. do S. R. A. **“No Abacatal (também), uma Flor”**: um estudo antropológico sobre a relação criança e trabalho. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém.

SÁNCHEZ GAMBOA, S. **Pesquisa em educação: métodos e epistemologias**. Chapecó: Argos, 2012. 17 v. (Grandes Temas).

SANTIAGO, J. C. da S. **Saber operário e Círculos de Controle de Qualidade (CCQ’S): a “exploração total” do trabalho no capitalismo contemporâneo**. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém.

_____. **Trabalho e capital na Amazônia oriental: movimento operário versus reestruturação produtiva no complexo Albrás-Alunorte: 1990 – 2005**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém.

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, J. G. W. **O cotidiano de profissionais de saúde e suas interfaces com a gestão dos processos de trabalho em um Hospital Universitário da Região Metropolitana de Belém-Pa**. 2013. Tese (Doutorado Ciências Sociais) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém.

SANTOS FILHO, J. C. dos; GAMBOA, S. S. (Org.). **Pesquisa educacional: quantidade – qualidade**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 42 v. (Coleção Questões da Nossa Época).

SANTOS, M. R. S. **Que design é este?** Representações Sociais que docentes possuem sobre o seu trabalho no curso de Design/UEPA. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém.

SANTOS, S. de F. R. **O plano nacional de qualificação do trabalhador: formulação, implementação e as práticas pedagógicas dos professores do CEFET/ PA – o caso da UFPA**.

2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 19. ed. Campinas: Autores Associados, 2013. (Coleção Educação Contemporânea).

SAVIANI, D. Marxismo, educação e pedagogia. In: _____; DUARTE, N. (Org.). **Pedagogia histórico-crítica e luta de classe**. Campinas: Autores Associados, 2012. (Coleção Polêmicas de Nosso Tempo).

_____. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Rev. Bras. Educ.** [online], v. 12, n.34, p. 152-165, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>>. Acesso em: 22 agos. 2011.

SCHULTZ, T. W. **O capital humano: investimentos em educação e pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.

SERIQUE, M. R. X. **A capacitação de servidores técnico-administrativos: desenvolvendo na UFPA competências por meio do conhecimento**. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém.

SGUISSARDI, V. A universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva. Reunião Anual da ANPED, 26., 2003, Rio de Janeiro. **Anais...** Disponível em: <<http://www.lppuerj.net/olped/documentos/0470.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2009.

_____. Universidade no Brasil: dos modelos clássicos aos modelos de ocasião?. In: RISTOFF, D.; SEVEGNANI, P. **Modelos institucionais de educação superior**: Brasília, 13 e 14 de outubro de 2005. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. 7 v.(Coleção Educação Superior em Debate).

SILVA, A. R. T. **A civilização do manganês: o cotidiano dos moradores da vila Serra do Navio, Amapá**. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém.

SILVA, K. P. da. **Política nacional de extensão universitária: universidades públicas – das contribuições do conhecimento na pós-graduação ao desenvolvimento regional**. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém.

SILVA, M. G. da. **Os trabalhadores de várzea no serviço da madeira: contradições sociais no desenvolvimento e crise do extrativismo no vale amazônico**. 1987. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém.

SILVA, N. S. Universidade Tecnológica: uma alternativa? In: LIMA FILHO, D. L.; TAVARES, A. G. (Org.). **Universidade tecnológica: concepções, limites e possibilidades**. Curitiba: SINDOCEFET-PR, 2006.

SILVA, S. B. da. **Educação profissional e desenvolvimento local: a prática de formação do trabalhador no centro integrado de educação do Baixo Tocantins-Cametá**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém.

SILVA, J. B. C. **Financiamento da educação superior no Pará: uma análise dos cursos de contrato na Universidade Federal do Pará no período de 2000 a 2008**. 2009. 215f. Dissertação (Mestrado em Educação: Políticas Públicas Educacionais) – Universidade Federal do Pará, Belém.

SILVEIRA, M. V. R. **O ar da cidade liberta? A relação entre a universidade e o entorno à luz do direito à cidade: o caso do Arquipélago do Marajó**. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém.

SILVEIRA, Z. S.; BIANCHETTI, L. Universidade moderna: dos interesses do Estado-nação às imposições do mercado – ou: das consequências de imolar a educação no altar do mercado. Reunião Nacional da ANPED, 36., 2013, Goiânia. Disponível em: <http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_sessoes_especiais/se_12_zuleide_lucidio_gt09.pdf>. Acesso em: 18 maio 2015.

SMITH, A. Os Gastos do Soberano ou do Estado. In: _____. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultura, 1988.

SOARES FILHO, J. do E. V. **Política de formação profissional do SENAI e a qualidade de vida no trabalho: o olhar dos egressos**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém.

SOARES NETO, E. P. **O empregado intraempreendedor, uma nova gestão do trabalho no capitalismo no século XXI: novos métodos para fomentar a eficiência produtiva nas organizações empresariais**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém.

SOLER, C. M. M. D. A. **Petrobrás na Amazônia: dinâmicas socioeconômicas vivenciadas por trabalhadores no município de Coari (AM)**. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém.

SOLIMÕES, A. C. C. **Impactos da precarização do trabalho sobre a saúde das docentes da educação infantil**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém.

SOUSA JR., J. **Marx e a crítica da educação.** Da expressão liberal-democrática à crise regressivo-destrutiva do Capital. São Paulo: Ideias e Letras, 2010.

SOUSA, M. P. S. de. **Expansão da educação superior no Pará:** programas EXPANDIR e REUNI e a composição de quadros docente dos *Campi* da Universidade Federal do Pará (2001-2010). 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém.

SOUZA, A. P. V. **Trabalho infantil:** uma análise do discurso de crianças e de adolescentes da Amazônia paraense em condição de trabalho. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém.

SOUZA, C. F. L. de. **Política nacional de extensão universitária:** análise da experiência do Instituto de Ciências da Saúde (ICS) da UFPA. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém.

SOUZA, C. L. de. **Curso de administração:** a formação acadêmica e a inserção do egresso no mercado de trabalho do estado do Pará. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém.

SOUZA, W. C. de A. **Vinte e cinco anos depois:** efeitos sociais do projeto ALBRÁS/ALUNORTE em São Lourenço (Barcarena-Pará). 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém.

TAVARES NETO, J. G. **Trabalho e sociabilidade:** trajetórias ocupacionais de trabalhadores da indústria de construção em um contexto de flexibilidade. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém.

TAVARES, A. L. dos S. **A precarização do trabalho docente na educação superior:** um estudo sobre a contratação temporária de docentes na Universidade do Estado do Pará. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém.

TEIXEIRA, L. M.; LOBO, R. A Escola Nacional Florestan Fernandes, a pedagogia da alternância e a universidade popular no Brasil. In: SANTOS, E.; MAFRA, J. F.; ROMÃO, J. E. **Universidade popular:** teorias, práticas e perspectivas. Brasília: Liber Livros, 2013.

TEODORO, E. G. **Escolhas profissionais de adolescentes em carreiras técnicas no Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará.** 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém.

THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Editora Polis, 1985.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Capes acaba de aprovar o mestrado profissional em ciências e meio ambiente da UFPA**. Disponível em: <<http://www.portal.ufpa.br/imprensa/noticia.php?cod=5887>>. Acesso em: 12 maio 2012.

_____. **UFPA em números: ano base 2010**. Disponível em: <<http://www.ufpanumeros.ufpa.br/>>. Acesso em: 12 maio 2012.

UNIVERSIDADE POPULAR DO MOVIMENTO SOCIAL. **Universidades populares**. Disponível em: <<http://www.universidadepopular.org/site/pages/pt/universidades-populares.php>>. Acesso em: 28 set. 2015.

VÁZQUEZ, A. S. O que é a Práxis? In: _____. **Filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão popular, 2007. p. 219-237.

VERGER, J. **As universidades na idade média**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1990.

APÊNDICE A – Quadro de Dissertações e Teses – PPGED

Nº	AUTOR (A)	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	TIPO	ANO
01	Selma Costa Pena	Família, escola e trabalho: tempos e espaços de formação de leitoras em narrativas de professoras alfabetizadoras ⁷⁰	Leitura. Narrativa. Formação.	Dissertação	2005
02	Elza Ezilda Valente Dantas	O trabalho docente nas veredas históricas da educação superior brasileira	Trabalho Docente. Educação Superior. Historiografia Educacional.	Dissertação	2006
03	Raimundo Wanderley Correa Padilha	A reestruturação produtiva e suas repercussões na qualificação e na formação profissional do trabalhador dos supermercados	Capital comercial. Supermercados. Reestruturação produtiva. Qualificação. Formação profissional.	Dissertação	2007
04	José do Egypto Vieira Soares Filho	Política de formação profissional do SENAI e a qualidade de vida no trabalho: o olhar dos egressos	Formação Profissional, Egressos. SENAI. Capital Humano. Qualidade de Vida no Trabalho.	Dissertação	2007
05	Sônia de Fátima Rodrigues Santos	O Plano nacional de qualificação do trabalhador: formulação, implementação e as práticas pedagógicas dos professores do CEFET/ PA	Educação Profissional. PLANFOR. Práticas Pedagógicas.	Dissertação	2008
06	Maria Izabel Alves dos Reis	Gestão, trabalho e adoecimento docente: caminhos e descaminhos na Fundação Escola Bosque	Gestão. Trabalho. Trabalho Docente. Adoecimento. Saúde.	Dissertação	2009
07	Laurimar de Matos Farias	O trabalho docente nas instituições públicas de ensino superior: intensificação do produtivismo acadêmico na UFPA	Trabalho Docente. Produtividade Acadêmica. Intensificação.	Dissertação	2010
08	Emerson Duarte Monte	Trabalho docente na educação a distância: a UFPA como expressão do fenômeno	Políticas Públicas Educacionais. Avaliação da Pós-Graduação. Trabalho Docente.	Dissertação	2010
09	Heloisa Helena	Trabalho e educação: o papel da Escola de	Certificação de Trabalhadores.	Dissertação	2010

⁷⁰ Apesar de apresentar em seu título a categoria “trabalho”, essa pesquisa não aprofunda essa análise, trata-se de uma investigação sobre “a história das práticas de leitura de professores, problematizo nesta dissertação como se constitui leitora a professora alfabetizadora, indagando as relações que ela estabelece com a leitura e, em torno de quais necessidades se organizam suas práticas leitoras” (PENA, 2005), por esse motivo, foi retirada do material analisado.

	Barbosa Canali	Aplicação da Universidade Federal do Pará como certificadora da qualificação profissional na Amazônia paraense	Qualificação de Trabalhadores. Escola de Aplicação. Educação Integral.		
10	William Pessoa da Mota Júnior	Os impactos do Sistema 'CAPES' de avaliação sobre o trabalho docente na pós-graduação: o caso da UFPA	Políticas Públicas Educacionais. Avaliação da Pós-Graduação. Trabalho. Docente.	Dissertação	2011
11	Renato Pinheiro da Costa	O grupo escolar Lauro Sodré em face da política de expansão do sistema escolar no estado do Pará: institucionalização, organização curricular e trabalho docente ⁷¹ (1968-2008)	Educação. Formação de Professores. Currículo. Instituição de Ensino. Grupos Escolares. Estado.	Dissertação	2011
12	Francisco Jadir de Souza Campos	Trabalho docente e saúde: tensões da educação superior	Trabalho e Educação. Ensino Superior. Saúde e Trabalho Docente.	Dissertação	2011
13	André Luis dos Santos Tavares	A precarização do trabalho docente na educação superior: um estudo sobre a contratação temporária de docentes na Universidade do Estado do Pará	Reforma do Estado. Reforma da Educação Superior. Precarização do Trabalho Docente. Contratação Temporária de Docentes. Universidade do Estado do Pará.	Dissertação	2011
14	Egídio Martins	Trabalho, educação e movimentos sociais: um estudo sobre o saber e a atuação política dos pescadores da Colônia Z-16, no Município de Cametá-Pa	Saberes de pescador. Trabalho e Educação. Colônia de Pescadores Z16.	Dissertação	2011
15	Marivaldo Praseres de Araújo	A organização do trabalho⁷² pedagógico em escolas multisseriadas no município de Cametá	Educação do Campo. Organização do Trabalho Pedagógico. Escolas	Dissertação	2012

⁷¹ Apesar de apresentar em seu título a categoria “trabalho docente”, essa pesquisa não aprofunda essa análise, trata-se de uma investigação sobre “compreender a importância das instituições educativas materializadas nos Grupos Escolares criados à época do Brasil Republicano e as suas incidências na unidade federativa do Pará, analisando a influência de sua implantação para a organização da sociedade e a formação do cidadão a partir da fundação do Grupo Escolar Lauro Sodré entre o período histórico de 1968 a 2008” (COSTA, 2011), por esse motivo, foi retirada do material analisado.

⁷² Apesar de apresentar em seu título a categoria “trabalho”, essa pesquisa não aprofunda essa análise, trata-se de uma investigação sobre que “partindo da constatação de que os educadores que atuam nas escolas multisseriadas têm que desenvolver seu trabalho pedagógico numa mesma turma com várias séries presentes no mesmo espaço e tempo escolar, buscou-se investigar a maneira como eles efetivam a organização do trabalho pedagógico nessas situações específicas.” (ARAUJO, 2012), por esse motivo foi retirada do material analisado.

			Multisseriadas. Trabalho Docente. Políticas Educaçãois.		
16	Gláycybe Antonio Sousa Pimentel	Processos de subjetivação, poder disciplinar e trabalho docente⁷³ no grupo escolar professor Manoel Antônio de Castro (1940 – 1970)	Subjetivação. Biopolítica. Poder Disciplinar e Trabalho Docente.	Dissertação	2012
17	Fred Junior Costa Alfaia	A práxis dos trabalhadores da Cooperativa Agrícola Resistência Tocantina em Cameté/PA	Práxis dos trabalhadores. Dialética. Cooperativismo.	Dissertação	2012
18	Denise de Souza Nascimento	A expansão da educação superior e o trabalho docente: um estudo sobre o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) na UFPA	Expansão da Educação Superior. Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica. Trabalho docente universitário.	Dissertação	2012
19	Riane Conceição Ferreira Freitas	O trabalho do pedagogo no Tribunal de Justiça do Pará: os desafios da inovação no exercício profissional	Poder Judiciário. Pedagogo. Trabalho. Educação.	Dissertação	2012
20	Maria Roseli Sousa Santos	Que design é este? Representações Sociais que docentes possuem sobre o seu trabalho no curso de Design/UEPA	Trabalho Docente. Design. Representações Sociais.	Tese	2012
21	Antonilda Vasconcelos de Barros	Trabalho docente na educação básica na rede municipal de ensino em Belém	Trabalho Docente. Educação Básica. Condições de Trabalho. Intensificação do Trabalho.	Dissertação	2013
22	Janete Benjamin	Inclusão no trabalho de pessoas com deficiência: um estudo da APAE de Barcarena-PA	Inclusão. Deficiência. Trabalho.	Dissertação	2013
23	José Domingos Fernandes	A relação trabalho e educação no contexto dos acordos de pesca em	Pesca artesanal. Movimentos sociais. Acordos de pesca.	Dissertação	2013

⁷³ Apesar de apresentar em seu título a categoria “trabalho docente”, essa pesquisa não aprofunda essa análise, trata-se de uma investigação que objetiva “discutir os Grupos Escolares como espaço de subjetivação e cultivo de poder disciplinar; analisar os aspectos característicos expressos na Biopolítica instaurada pelo Estado a partir do currículo proposto pelas reformas educacionais contidas na Constituição Federal de 1946, nos Decretos-Lei n. 8529 e 8530 de janeiro de 1946, na Constituição Federal de 1967 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) Lei n. 4024/61; identificar os dispositivos pedagógicos conformadores do processo de subjetivação docente” (PIMENTEL, 2012), por esse motivo, foi retirada do material analisado.

	Barra	Cametá/PA: uma alternativa econômica ou uma prática de resistência?	Colônia de pescadores.		
24	Mariza Felipe Assunção	O mito da virtuosidade da avaliação: trabalho docente e avaliações externas na Educação Básica	Avaliações Externas. Regulação Educacional. Trabalho Docente.	Tese	2013
25	Verônica Lima Carneiro	Política de avaliação e trabalho docente no ensino médio	Políticas educacionais. Reforma do Estado. Políticas de avaliação. Avaliações externas. Trabalho docente. Ensino Médio.	Tese	2013
26	Silvianilza Baia da Silva	Educação profissional e desenvolvimento local: a prática de formação do trabalhador no Centro Integrado de Educação do Baixo Tocantins – Cametá	Educação profissional. Qualificação. Desenvolvimento local.	Dissertação	2014
27	Maria Raimunda Santos da Costa	As repercussões da interiorização da UFPA no trabalho dos docentes da rede estadual de ensino no Pará nas décadas de 1980 e 1990	Expansão. Interiorização. Educação Superior. Universidade Pública.	Tese	2014
28	André Rodrigues Guimarães	Trabalho docente universitário: participação dos professores na materialização da contrarreforma da educação superior na UFPA	Trabalho docente. Universidade pública. Contrarreforma.	Tese	2014
29	Raimundo Sérgio de Farias Júnior	A precarização do trabalho e o adoecimento docente em instituições de ensino superior privadas/mercantis	Trabalho docente. Precarização do trabalho. Adoecimento docente. Ensino Superior privada.	Tese	2014
30	Ana Paula Vieira e Souza	Trabalho infantil: uma análise do discurso de crianças e de adolescentes da Amazônia paraense em condição de trabalho	Trabalho e educação. Crianças e adolescentes. Trabalho Infantil. Trabalho como princípio educativo. Estranhamento.	Tese	2014
31	Pedro Ladinilson do Rosário Pantoja	Saberes do trabalho na carpintaria naval artesanal no Distrito de Carapajó – Município de Cametá-PA	Trabalho e Educação. Saberes do Trabalho. Dimensões dos Saberes. Carpintaria Naval Artesanal.	Dissertação	2015
32	Andréa	Impactos da precarização	Trabalho feminino.	Dissertação	2015

	Cristina Cunha Solimões	do trabalho sobre a saúde das docentes da Educação Infantil	Precarização do trabalho. Saúde docente. Educação Infantil.		
--	-------------------------------	-------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------	--	--

Fonte: <<http://www.ppged.com.br/pagina.php?cat=166¬icia=537>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

APÊNDICE B – Quadro de Dissertações e Teses – PPGSA

Nº	AUTOR	TÍTULO	PALAVRAS – CHAVE	TIPO	ANO
01	Euzalina da Silva Ferrão	Desenvolvimento sustentável, organização e reorganização de trabalhadores rurais do alto rio Atuí na ilha de Marajó: exame de uma experiência	Desenvolvimento sustentável. Trabalhadores rurais. Associativismo. Agenda 21. Participação política.	Dissertação	2006
02	Isadora Castelo Branco Sampaio	Reestruturação produtiva e flexibilização do trabalho: um estudo sobre os processos de subcontratações e relações de trabalho na ALUNORTE S/A	Reestruturação Produtiva. Flexibilização. Subcontratação. ALUNORTE S/A.	Dissertação	2006
03	João Carlos da Silva Santiago	Trabalho e capital na Amazônia Oriental: movimento operário <i>versus</i> reestruturação produtiva no Complexo Albrás-Alunorte: 1990 – 2005	Reestruturação Produtiva. Movimento Operário. Sindicalismo. ALBRAS. ALUNORTE.	Dissertação	2007
04	Marília da Silveira Nobre	Entre o “trabalho na roça” e a “venda na beira”: um estudo da dinâmica no modo de vida das famílias de Carapuru-Pará	Mudança social. Agricultura familiar - Vila de Carapuru (PA). Turismo. Aspectos econômicos.	Dissertação	2007
05	Raimundo Miguel dos Reis Pereira	Reestruturação produtiva, inovações tecnológicas nos bancos nas décadas de 1980 e 1990: mudanças no perfil do trabalhador bancário em Belém	Não informou.	Dissertação	2007
06	Roseane Magalhães Lima	Uma dupla vida de risco: reflexões sobre o trabalho paralelo (bico) na Polícia Militar do Pará	Polícia Militar do Estado do Pará. Trabalho paralelo (bico). Rede de serviço (esquema). Segurança pública.	Dissertação	2007
07	Hélio Luiz Fonseca Moreira	Trabalho, códigos, gratidão e reciprocidade na prisão: um estudo de caso na Penitenciária Estadual de Parnamirim, no Estado do Rio Grande do Norte	Não informou.	Tese	2007
08	Liliane Vieira	A inserção das pessoas com deficiência visual	Pessoas com deficiência visual.	Dissertação	2008

	Moraes	no mercado de trabalho: um estudo em empresas da Região Metropolitana de Belém no período de 2000 a 2006	Inserção. Mercado de Trabalho.		
09	Raquel Lopes	O letramento selvagem: um estudo sócio-antropológico da apropriação da escrita por trabalhadores rurais assentados em área de reforma agrária na região da Transamazônica	Letramento. Prática social. Escrita. Agricultores. Feira do Agricultor. Transamazônica. Anapu.	Tese	2009
10	Silvio Silva Brasil	Trabalho, adoecimento e saúde: aspectos sociais da pesca artesanal no Pará	Trabalho. Saúde. Doença. Pesca artesanal. Saúde do trabalhador.	Dissertação	2009
11	Ida Lenir Maria Pena Gonçalves	“A gente tem uma vida lá fora...”: relações entre gestão de recursos humanos e sociabilidade das pessoas empregadas ⁷⁴ nos supermercados da região metropolitana de Belém	Sociabilidade. Gestão de recursos humanos. Supermercados. Trabalho. Amazônia.	Tese	2009
12	Rogério Gonçalves de Freitas	As condições de vida no trabalho e a saúde de professores de educação física do município de Belém	Trabalho. Saúde. Professor. Crise do capital.	Dissertação	2010
13	Edson Paiva Soares Neto	O empregado intraempreendedor, uma nova gestão do trabalho no capitalismo no século XXI: novos métodos para fomentar a eficiência produtiva nas organizações empresariais	Reestruturação Produtiva. Cultura Intraempreendedorista. Intraempreendedorismo. Eficiência produtiva. Gestão do trabalho.	Dissertação	2010
14	Alana da Mota Salgado	O trabalho docente do sociólogo: uma análise da intensificação em uma Instituição de Ensino Superior (IES)	Intensificação. Trabalho docente. Sociólogo. Prática universitária.	Dissertação	2012
15	Maria Bernadete Santos de Oliveira	O sentido do trabalho para o servidor técnico-administrativo da UFPA	Mundo do Trabalho. Sentido do Trabalho. Servidor Público. Universidade.	Dissertação	2012
16	João Carlos da Silva Santiago	Saber operário e Círculos de Controle de Qualidade (CCQ'S): a “exploração total” do	Toyotismo. Círculos de Controle de Qualidade – Saber operário.	Tese	2012

⁷⁴ Fazer discussão conceitual sobre “pessoa empregada” x “trabalhador”.

		trabalho no capitalismo contemporâneo	Mais-valia Qualificada. Capital Constante. Capital Variável.		
17	José Guilherme Wady Santos	O cotidiano de profissionais de saúde e suas interfaces com a gestão dos processos de trabalho em um Hospital Universitário da Região Metropolitana de Belém-Pa	Gestão dos Processos de Trabalho. SUS. Precarização do Trabalho. Tecnologias em Saúde. Trabalho Imaterial. Rotas-ação.	Tese	2013
18	Adilásio Pedro Pereira Cruz Neto	Trabalho no sistema de vendas diretas: organização do trabalho sem vínculos empregatícios	Trabalho. Vendas-diretas. Ideologia.	Dissertação	2013
19	Ivanete Modesto do Amaral	Os jovens com formação superior no mercado de trabalho paraense: suas percepções e formas de inserção	Juventude. Trabalho. Inserção. Redes Sociais. Capital Social.	Tese	2014
20	João Gomes Tavares Neto	Trabalho e Sociabilidade: trajetórias ocupacionais de trabalhadores da indústria de construção em um contexto de flexibilidade	Flexibilidade. Sociabilidade. Trajetórias.	Tese	2014
21	Maria do Socorro Rayol Amoras Sanches	“No abacatal (também), uma flor”: um estudo antropológico sobre a relação criança e trabalho	Trabalho. Criança. Infância. Família. Abacatal. Ananindeua. Pará (PA).	Tese	2014

Fonte: <http://www.ppgcs.ufpa.br/index.php?option=com_content&view=article&id=55&Itemid=53>. Acesso em: 20 jan. 2016.

APÊNDICE C – Quadro de Dissertações e Teses – PPGDSTU

Nº	AUTOR	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	TIPO	ANO
01	Marly Gonçalves da Silva	Os trabalhadores de várzea no serviço da madeira: contradições sociais no desenvolvimento e crise do extrativismo no Vale Amazônico	Sem.	Dissertação	1987
02	Aldo César Figueira Sampaio	O trabalho de Sísifo: crédito a comerciantes e reprodução do sistema de aviamento (1914-1919/1943-1952)	Sem.	Dissertação	2002
03	Luciana Sá Fernandes	Contabilizando os custos do trabalho escravo em empresas e fazendas	Sem.	Dissertação	2006
04	João Paulo Guinalz	Trabalho, alienação e adoecimento na produção de alumínio em Barcarena	Trabalho. Adoecimento. Alienação.	Dissertação	2007
05	Massoud Tufi Salim Filho	Políticas públicas e trabalho no transporte alternativo na Amazônia: moto-táxi	Transporte Urbano. Moto-Táxi. Trabalho. Políticas Públicas.	Dissertação	2007
06	Cláudia Maria Melo Diogo Soler	A Petrobrás na Amazônia: dinâmicas socioeconômicas vivenciadas por trabalhadores no município de Coari (AM)	Trabalho. Empresa. Atores Sociais. Conflitos.	Tese	2007
07	Manoel de Jesus de Souza Pinto	O fetiche do emprego: um estudo sobre as relações de trabalho de brasileiros na Guiana Francesa	Migrações Internacionais. Globalização. Relações de Trabalho. Clandestinidade.	Tese	2008
08	Rosângela Dutra de Moraes	Prazer-sofrimento e saúde no trabalho com automação: estudo com operadores em empresas japonesas no polo industrial de Manaus	Trabalho com automação. Psicodinâmica do trabalho. Prazer-sofrimento no trabalho. Saúde do Trabalhador. Trabalho no Polo Industrial de Manaus.	Tese	2008
09	Everaldo de Vasconcelos Martins	Dinâmica da economia e das relações do trabalho da pesca artesanal no município de Santarém	Comercialização do pescado. Relações de trabalho. Organização dos pescadores. Utilização dos acordos de pesca.	Dissertação	2009
10	Anderson	A civilização do	ICOMI. Cotidiano.	Dissertação	2009

	Rodrigo Tavares Silva	manganês: o cotidiano dos trabalhadores da vila Serra do Navio, Amapá.	Trabalhadores. Serra do Navio.		
11	Cáritas Lopes de Souza	Curso de administração: a formação acadêmica e a inserção do egresso no mercado de trabalho do Estado do Pará	Curso de administração. Administrador. Mercado de trabalho.	Dissertação	2011
12	Priscila Tamara Menezes Dias	Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: ambivalências e ambiguidades na operacionalização da política	Direitos sociais e humanos. Política de combate ao trabalho escravo no Brasil. II Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo.	Dissertação	2011
13	Laura Soares Martins Nogueira	O sofrimento negado: trabalho, saúde/doença, prazer e sofrimento dos trabalhadores do alumínio do Pará – Brasil	Saúde do Trabalhador. Reestruturação Produtiva. Organização do Trabalho. Prazer-Sofrimento no Trabalho. Indústria do Alumínio no Pará-Brasil.	Tese	2011
14	Marcia Helena Maues de Abreu	Subjetividade, trabalho e saúde dos servidores do Hospital Universitário João de Barros Barreto: prazer e sofrimento na aposentadoria	Prazer-sofrimento. Aposentadoria. Psicodinâmica do trabalho hospitalar. Saúde de técnicas/auxiliares de Enfermagem. Hospital Universitário João de Barros Barreto.	Dissertação	2013
15	Samir Pinto Resque	Exploração madeireira e trabalho análogo ao de escravo no estado do Pará: o caso do Arquipélago do Marajó	Trabalho escravo. Desmatamento. Exploração madeireira. Direitos Humanos.	Dissertação	2013
16	Tânia Sena Conceição	Trabalhadores nos canteiros de obras da UHE Belo Monte- Altamira: condições de saúde e políticas públicas	Trabalhadores. Canteiros de obras públicas. Saúde. UHE Belo Monte. Políticas Públicas.	Dissertação	2014

APÊNDICE D – Quadro de Dissertações – PPGSS

Nº	AUTOR	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	TIPO	ANO
01	Mario Sergio dos Santos Nascimento	A venda de roupas usadas nas feiras do barreiro e do Guamá: uma estratégia de inserção ao trabalho?	Trabalho. Trabalho Informal. Emprego. Desemprego. Reestruturação do Capital.	Dissertação	2007
02	Aldinéia do Socorro Oliveira Maia	Trabalho, estado e políticas sociais: a dimensão privada da assistência social	Trabalho .Estado. Assistência. Políticas sociais.	Dissertação	2007
03	Lana Patrícia de Lemos Alves	“A gente precisa é trabalhar” : ser criança nas políticas dirigidas às crianças	Políticas públicas. Crianças. Socialização. Educação para e pelo trabalho e desigualdade social.	Dissertação	2007
04	Williams Jorge Corrêa Pinheiro	Democratização da informação tecnológica como instrumento de inserção ativa no trabalho: um estudo sobre a indústria moveleira de Belém	Informação Tecnológica (IT).	Dissertação	2007
05	Risomar Ferreira de Sousa	A formação do mercado de trabalho livre e suas anomalias no estado do Pará	Mercado de Trabalho Dependente. Trabalho Livre. Anomalias do Trabalho no Pará.	Dissertação	2008
06	Maria Luiza Nobre Lamarão	A constituição das relações sociais de poder no trabalho infante-juvenil doméstico: estudo sobre estigma e subalternidade	Trabalho Infante-juvenil Doméstico. Relações de Poder. Institucionalizaçã o. Dominação. Subalternidade. Estigma.	Dissertação	2008
07	Doracy Moraes de Souza	O trabalho dos artesãos ceramistas em Icoaraci, Belém/Pa: contribuições aos estudos sobre a dinâmica da Amazônia brasileira	Trabalho artesanal. Condições de trabalho. Amazônia brasileira.	Dissertação	2010
08	Marisa Elenice Silva Lima	A intervenção profissional do assistente social na prevenção de acidente de	Prevenção de acidente de trabalho.	Dissertação	2010

		trabalho: a experiência na Comissão de Aeroportos da Região Amazônica – COMARA	Acidente de trabalho. Serviço social. Intervenção profissional e o assistente social.		
09	Andréa de Barros Mendes	Saúde mental e trabalho na assistência social: vivência de sofrimento psíquico e estratégico de defesa dos (as) servidores (as) públicos (as) municipais da FUNPAPA em Belém/Pa	Assistência Social. Trabalho. Sofrimento Psíquico. Saúde do Trabalhador.	Dissertação	2011
10	Lissany Braga Gonçalves	Trabalhadoras e economia solidária na Associação de Mulheres do Município de Igarapé-Miri/ASMIM-PARA: da resistência à estratégia de desenvolvimento.	Economia Solidária. Movimento de Mulheres. Lutas. Resistências. Desenvolvimento Local.	Dissertação	2011
11	Roselídia da Costa Farias	Trabalho e modernização portuária: um estudo sobre os estivadores de Belém no estado do Pará	Reestruturação produtiva. Relação de trabalho. Organização de trabalho. Condições de trabalho. Estivador.	Dissertação	2011
12	Leny da Gama e Silva	Economia solidária e política pública de geração de trabalho e renda: uma análise do programa bolsa trabalho do estado do Pará	Exclusão social. Transferência de renda. Economia solidária. Geração de trabalho e renda.	Dissertação	2012
13	Maria da Glória Pereira	Neodesenvolvimentismo na Amazônia e a política de trabalho, emprego e renda no estado do Pará: elementos para reflexões	Trabalho. Desenvolvimento. Superexploração da Força de Trabalho. Amazônia.	Dissertação	2012
14	Midiã Olivia Bentes Sant'ana	O processo organizativo do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST através dos núcleos de base: a experiência do assentamento João Batista II Castanhal/PA	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Núcleos de Base. Luta pela Terra. Processo Organizativo.	Dissertação	2013
15	Rita de Cássia Barbosa dos	Trabalho social e política habitacional entre concepções e discursos	Trabalho Social. Política Habitacional.	Dissertação	2013

	Santos		Concepções e Discursos.		
16	Fabricia Carvalho da Silva	O enfrentamento ao trabalho escravo na Amazônia maranhense: uma análise da atuação do CDVDH/CB no município de Açailândia/MA	Trabalho Escravo Contemporâneo. Açailândia. CDVDH/CB.	Dissertação	2013
17	Carolina Flexa da Silva	O trabalho do Assistente Social nos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS's do município de Belém/Pa: contribuições para o tratamento da saúde mental dos usuários	Trabalho. Trabalho profissional do assistente social. Estado. Política de Saúde Mental.	Dissertação	2015
18	Verena Alves Barata	Trabalhadores intoxicados da Fundação Nacional de Saúde do Estado do Pará (FUNASA): estudo da ação do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal no Estado do Pará (SINTSEP-PA)	Estado. Adoecimento pelo trabalho. Atuação Sindical.	Dissertação	2015
19	Suellen Cardoso da Silva	Condições de trabalho do assistente social nos centros de referência de assistência social dos municípios de Castanhal e Vigia: uma aproximação crítica	Trabalho do assistente social. Condições de trabalho. Política social. Centro de Referência em Assistência Social.	Dissertação	2015

Fonte: Disponível em:

<http://ppgeconomia.ufpa.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5&Itemid=2>.

Acesso em: 20 jan. 2016.

APÊNDICE E – Quadro de Dissertações – PPGE

Nº	AUTOR	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	TIPO	ANO
01	Alessandra Cordovil da Luz	Análise dos determinantes do trabalho infantil nos estados da região do norte	Trabalho infantil. Criança. Determinantes.	Dissertação	2010
02	Cleidianne Novais Sousa	Precarização do trabalho e acumulação flexível no capitalismo contemporâneo	Precarização do Trabalho. Crise de Acumulação. Acumulação Flexível. Flexibilidade das Relações de Trabalho.	Dissertação	2010
03	Antônio Cláudio Andrade dos Reis	Decomposição shift-share espacial para análise do crescimento regional: uma avaliação da dinâmica da produtividade setorial do trabalho nos países do MERCOSUL e NAFTA (1996-2006)	Produtividade do trabalho. MERCOSUL. NAFTA. Dependência espacial. Shift-Share.	Dissertação	2012

Fonte: Disponível em:

<http://ppgeconomia.ufpa.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5&Itemid=2>.

Acesso em: 20 jan. 2016.

APÊNDICE F – Quadro de Dissertações – PPGD

Nº	AUTOR	TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	TIPO	ANO
01	Paulo Isan Coimbra da Silva Júnior	Ação afirmativa para o trabalhador velho	Velhice. Trabalho. Etarismo. Ação afirmativa.	Dissertação	2008
02	José Edílson Eliziário Bentes	O agravo de petição como provimento recursal adequado para impugnar sentenças, decisões interlocutórias e despachos-decisórios na execução trabalhista	Execução. Atos do Juiz. Recorribilidade. Agravo de petição. Decisões interlocutórias.	Dissertação	2008
03	Herena Neves Maués Corrêa de Melo	O trabalho escravo contemporâneo como fator de descumprimento da função social da propriedade rural	Trabalho escravo contemporâneo. Função social da propriedade rural. Dignidade humana. Direitos humanos.	Dissertação	2009
04	Shirlei Guimarães Florenzano Figueira	Patroas e meninas; afilhadas e madrinhas: gênero e raça como conteúdo de análise sobre a efetividade social do decreto-lei n.º 6.481, de 12 de junho de 2008, nas relações de trabalho infantil doméstico	Efetividade da norma. Eficácia social da norma. Gênero e raça.	Dissertação	2011
05	Débora Maria Ribeiro Neves	Trabalho escravo e aliciamento: proposta para a regularização da relação jurídica de emprego	Trabalho escravo. Dignidade humana. Aliciamento. Arregimentação. Atuação preventiva.	Dissertação	2011
06	Vanessa Diniz Alcântara Fonteles de Lima	Direito à intimidade do empregado e o poder de direção do empregador: abrangência e limites	Intimidade. Trabalhador. Poder de direção. Relação de emprego. Limites.	Dissertação	2012
07	João Daniel Daibes Resques	O Conceito normativo de pessoa com deficiência para fins de reserva de vaga no mercado de trabalho	Direitos humanos das pessoas com deficiência. Justiça distributiva. Ação afirmativa. Direito aos trabalhos. Inclusão social. Conceito de pessoa com deficiência. Convenção da ONU.	Dissertação	2014

08	Sílvia Gabriele Corrêa Tavares	Monetização dos riscos do meio ambiente do trabalho: uma leitura a partir do liberalismo igualitário	Meio ambiente do trabalho. Monetização dos riscos. Liberalismo igualitário. Análise econômica do direito.	Dissertação	2014
----	--------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------	------

Fonte: Disponível em:

<http://ppgeconomia.ufpa.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5&Itemid=2>.

Acesso em: 20 jan. 2016.

APÊNDICE G – Lista⁷⁵ de grupos de pesquisa sobre trabalho e educação no Brasil

1. Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social – CETROS (UECE);
2. Centro de Memória da Educação Faculdade de Educação (USP);
3. Comunicação, Trabalho e Educação – COMUTE (UDESC);
4. Estudos Sobre as Transformações no Mundo do Trabalho – TMT (UFSC);
5. Formação e Produção Científica em Educação Profissional Integrada à EJA – EPIEJA (CEFET/MG);
6. Gênero, Trabalho e Educação – GTE (UFAM);
7. Grupo de Estudos e Pesquisa em Trabalho e Educação – GEPTE (FIOCRUZ);
8. Grupo de Estudos e Pesquisa em Trabalho, Educação e Tecnologia – GETET (UTFPR);
9. Grupo de Estudos e Pesquisa Sobre Trabalho e Educação – GEPTE (UFPA);
10. Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho, Estado, Sociedade e Educação – GP-TESE (UFAL);
11. Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação e Marxismo (GPEM) (UESPI);
12. Grupo de Estudos Marxistas – GEM (UFC);
13. Grupo de Estudos Marxistas Piauiense – GEMPI (UESPI-UFPI) (UFPI);
14. Grupo de Estudos Sobre Política Educacional e Trabalho – GEPETO (UFSC);
15. Grupo de Pesquisa em Formação e Qualificação Profissional – FORQUAP (CEFET/MG);
16. Grupo de Pesquisa em Trabalho-Educação e Educação Ambiental – GPTEEA (IFRJ);
17. Grupo de Pesquisa Políticas de Educação Básica do PPGE (UFMA);
18. Grupo de Pesquisa Qualificação Profissional e Relações Entre Trabalho e Educação (UFPE);
19. Grupo de Pesquisa Sobre Trabalho, Política e Sociedade – GTPS (UFRJ);
20. Grupo de Pesquisa Trabalho e Educação – GPTE (UFMT);
21. Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Gestão, Trabalho e Educação – GEPGETE (UEPA);
22. Grupo de Pesquisa Trabalho e Educação (USP);
23. Grupo de Pesquisa Trabalho Educação e Conhecimento – GPTEC (UNISINOS);

⁷⁵ Construída com as informações do site da II INTERCRÍTICA – Intercâmbio Nacional dos Núcleos de Pesquisa em Trabalho e Educação. Disponível em: <<http://www.gepte.com.br/intercritica>>. Acesso em: 19 fev. 2015.

24. Grupo THESE – Projetos Integrados de Pesquisas em Trabalho, História, Educação e Saúde (UFF, UFRJ, EPSJV-Fiocruz);
25. Laboratório de Estudos e Qualificação Profissional – LABOR (UFC);
26. Laboratório Universitário de Educação Popular, Trabalho e Movimentos Sociais – LUTEMOS (UECE);
27. Núcleo de Estudo Sobre Trabalho e Educação – NETE (UFMG);
28. Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação e Trabalho – NEPET (UNB);
29. Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação – NEDATTE (UFF);
30. Núcleo de Pesquisa em Educação – NUPED (IFRN);
31. Núcleo de Pesquisas Sobre Educação Profissional – NUPEP (IFCE);
32. Trabalho e Conhecimento na Educação Superior – TRACES (UFSC);
33. Trabalho, Movimentos Sociais, Educação – TRAMSE (UFRGS)
34. Grupo de Pesquisas em Trabalho, Práxis, Política e Educação – GTPPE (UFC);
35. Trabalho, Educação e Tecnologias Sociais – TRETTS.